

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**

**A ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE ERGONÔMICA DO
TRABALHO DO “BÓIA-FRIA”: A SAGA DO TRABALHADOR
RURAL DA LAVOURA DA CANA DE AÇÚCAR NO ESTADO
DE PERNAMBUCO - DO ESCRAVO AO BÓIA-FRIA, UMA
HISTÓRIA DE “SANGUE, SUOR E LÁGRIMA”**

ELOAH NAZARÉ VARJAL DE MELO RISK

CAMPINAS

JUNHO DE 2010

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**

**A ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE ERGONÔMICA DO
TRABALHO DO “BÓIA-FRIA”: A SAGA DO TRABALHADOR
RURAL DA LAVOURA DA CANA DE AÇÚCAR NO ESTADO
DE PERNAMBUCO - DO ESCRAVO AO BÓIA-FRIA, UMA
HISTÓRIA DE “SANGUE, SUOR E LÁGRIMA”**

Tese submetida à banca examinadora para
obtenção do título de Doutor em Engenharia
Agrícola na área de concentração em
Planejamento e Desenvolvimento Rural
Sustentável.

ELOAH NAZARÉ VARJAL DE MELO RISK
Orientador: Prof. Dr. Mauro José Andrade Tereso
Co-Orientador: Prof. Dr. Roberto Funes Abrahão

CAMPINAS

JUNHO DE 2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE -
UNICAMP

R494o Risk, Eloah Nazaré Varjal de Melo
A organização e análise ergonômica do trabalho do
"bóia-fria": a saga do trabalhador rural da lavoura da
cana-de-açúcar no estado de Pernambuco - do escravo ao
bóia-fria, uma história de "sangue, suor e lágrima" /
Eloah Nazaré Varjal de Melo Risk. --Campinas, SP:
[s.n.], 2010.

Orientadores: Mauro José Andrade Tereso, Roberto
Funes Abrahão.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Condições de trabalho. 2. Trabalhadores rurais
volantes. 3. Indústria açucareira - História. 4.
Engenhos. 5. Trabalhadores da agroindústria açucareira.
I. Tereso, Mauro José Andrade. II. Abrahão, Roberto
Funes. III. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Engenharia Agrícola. IV. Título.

Título em Inglês: Organization and ergonomic analysis of part time sugar cane
workers: the saga of sugar cane workers from pernambuco:
from slave to part time worker, a story of blood, sweat and
tear

Palavras-chave em Inglês: Work condicions, Rural workers flywheels, Sugar
industry - History, Engines, Workers in the sugar
industry

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

Titulação: Doutor em Engenharia Agrícola

Banca examinadora: João Francisco Régis de Moraes, Olinda Maria Noronha,
Herta Avalos Viegas, Celso Minoro Hara

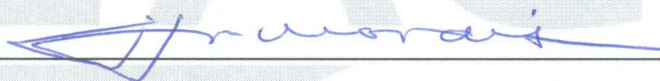
Data da defesa: 18/06/2010

Programa de Pós Graduação: Engenharia Agrícola

Este exemplar corresponde à redação final da **Tese de Doutorado** defendida por **Eloah Nazaré Varjal de Melo Risk**, aprovada pela Comissão Julgadora em 18 de junho de 2010, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.



Prof. Dr. Mauro José Andrade Tereso – Presidente e Orientador
Feagri/Unicamp



Prof. Dr. João Francisco Régis de Moraes - Membro Titular
Unisal



Prof.ª Dr.ª. Olinda Maria Noronha - Membro Titular
FE/Unicamp



Prof.ª Dr.ª. Herta Avalos Viegas - Membro Titular
Faculdade Fleming



Prof. Dr. Celso Minoru Hara - Membro Titular
Faculdade Fleming

Epígrafe

“Ninguém pode voltar atrás e fazer um novo começo,
mas qualquer um pode recomeçar e fazer um novo fim”.

(Francisco Candido Xavier)

Dedicatória

A Albertinho que passou por minha vida com a celeridade de um cometa para se tornar uma estrela cuja intensa luz guia meus passos, na certeza de que nos encontraremos na eternidade. A imensa saudade só não é maior do que o meu amor por você, querido filho.

Agradecimentos

A Deus por me ter dado como pais pessoas íntegras, comprometidas e sensíveis, cujo exemplo procuro seguir vida afora, na certeza de que seus ensinamentos contribuíram sobremaneira para lapidar meu caráter e definir o meu compromisso social.

Ao meu marido Alberto e a minha filha Bia, amados para todo o sempre, pelo apoio, carinho, compreensão e contribuição na realização da pesquisa.

Aos pesquisadores e bibliotecários da Fundação Joaquim Nabuco e Arquivo Público Estadual de Pernambuco, pela facilitação aos documentos, propiciando a rapidez na compilação dos dados que instruíram a pesquisa bibliográfica deste trabalho.

Especial agradecimento à pesquisadora Valéria Costa do Arquivo Público Estadual de Pernambuco pela presteza e solidariedade com que me cedeu seus livros, alguns já esgotados, para enriquecer a pesquisa com dados altamente relevantes para o tema em discussão.

À direção da Faculdade Fleming pela compreensão nas ausências provocadas pela necessidade de realização da pesquisa de campo.

Aos funcionários da pós-graduação da FEAGRI-UNICAMP pela maneira cortês e prestativa com que sempre atenderam a todas as minhas solicitações no período de vigência do programa de doutorado.

Aos meus caros orientadores, Mauro José Andrade Tereso e Roberto Funes Abrahão por estarem sempre disponíveis como orientadores e facilitadores em todo o processo de construção da minha tese.

A minha irmã Lize, cuja ajuda mais uma vez foi inestimável para o agendamento das entrevistas e visitas às bibliotecas e órgãos públicos em Recife, possibilitando a otimização do tempo de consulta e entrevistas com pesquisadores da UFPE – Universidade Federal do Estado de Pernambuco.

À família Carneiro Leão por ter aberto as “porteiras dos seus engenhos” para a realização da pesquisa de campo permitindo desenvolver os procedimentos e entrevistar os trabalhadores com inteira liberdade de ação.

A todos os professores que contribuíram para o aprimoramento da minha formação técnica e moral em todos os níveis de escolaridade, com especial menção para: Cacilda Montenegro, Olinda Maria Noronha e João Francisco Regis de Moraes.

Resumo

Este trabalho teve por objetivo analisar como se deu a passagem da situação do Bóia-Fria na condição de trabalhador-morador para trabalhador-credor, a partir das mudanças operadas nas condições de trabalho, quando da institucionalização da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – como Regime de Trabalho e suas consequências. A análise histórica foi desenvolvida com foco nos Engenhos de cana-de-açúcar do Estado de Pernambuco. A pesquisa, numa abordagem sócio-antropológica permitiu conhecer a gênese do Bóia-Fria, desde o período do Brasil Colônia até os dias atuais, onde se desenvolveram suas relações sociais e de trabalho, suas lutas pela sobrevivência e reconhecimento social. Permitiu ainda, conhecer com base nos fundamentos da Ergonomia, o trabalho desenvolvido pelo Bóia-Fria nas perspectivas física, psicológica e cognitiva, cujos resultados apontam para uma categoria de trabalhador rural em vias de extinção em decorrência do avanço da mecanização no corte da cana. O alto índice de analfabetismo se apresenta como um vetor natural para o aproveitamento dessa categoria em outras atividades que não sejam àquelas relacionadas ao cultivo e corte da cana-de-açúcar, o que sinaliza grande dificuldade de inserção social e mudança qualitativa de vida.

Palavras-chave: Bóia-Fria; engenho de cana-de-açúcar, condições de trabalho.

Abstract

The present work had as the main goal to analyse the shifting condition of the part time workers (“bóia-fria”) due to the creation of the labour law (CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas) and the consequences, when he abandons the farm as his place of living. The historical analysis was developed aiming the sugar cane production and processing system in the state of Pernambuco. Through a social anthropological approach, this research tried to understand the origin of the part time workers (“bóia-fria”) since when Brazil was a colony to nowadays, how the working conditions and social relations had developed and changed, and their survival struggle and social acknowledgement. This work also investigated, based on the Ergonomics basics, the work developed by the part time workers (“bóia-fria”), in physical, psychological and cognitive viewpoints. The results point to a rural worker category close to extinction due to the advancement of the mechanization of the sugar cane harvesting. The high index of illiteracy presents itself as a natural vector to the reapplication of this category in other activities not related to sugar cane harvesting, pointing a great difficult of social insertion and qualitative chance of life.

Keywords: part time worker; sugar cane production; work conditions.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
-----------------	----

I CAPÍTULO AMBIÊNCIA HISTÓRICA PARA O SURGIMENTO DA CATEGORIA “BÓIA-FRIA”

1.1. Considerações iniciais.....	25
1.2. Aspecto físico do trabalho do Bóia-Fria.....	26
1.3. Aspecto itinerante do trabalho – O Bóia-Fria vai atrás do trabalho.....	27
1.4. Aspecto cognitivo do trabalho.....	31
1.5. Aspecto psicológico do trabalho.....	31
1.6. Campo de trabalho dos Bóias-Frias – usinas de açúcar em PE	32
1.7. Ambiência Histórica do Cooperativismo no Brasil.....	33
1.8. De Bóia-Fria a Parceleiro: A Cooperativa Integral de Reforma Agrária: a experiência do Estado de Pernambuco.....	38
1.9. Como se constituiu socialmente o Bóia-Fria: visão sociológica.....	40
1.10. O trabalho escravo na lavoura de cana de açúcar.....	46
1.11. Trabalho escravo e assalariado no Século XIX.....	63
1.12. O surgimento das Usinas e a proletarização do trabalhador rural.....	75
1.13. O escravo do Brasil Colônia metamorfoseado em Bóia-Fria no Brasil Contemporâneo.....	95
1.14. Construção da Identidade do Bóia-Fria: visão antropológica.....	98
1.15. Tempo, Espaço e “Bóias-frias”.....	104
1.16. “Tempo de Fartura” e “Tempo do Dinheiro”.....	105
1.17. O Papel da Educação como elemento politizador do trabalhador rural – Bóia-fria – Visão Freireana.....	107
1.18. A Educação para Além do Capital – visão Mészárian.....	109
1.19. A universalização da educação e a universalização do trabalho.....	113
1.20. O Arquétipo do Bóia-fria.....	115

II CAPÍTULO “O TRABALHO: CONCEITO E PRÁTICA”

2.1. Considerações iniciais.....	119
2.2. O conceito de Trabalho – definições.....	121
2.3. Trabalho sustentável: desenvolvimento do conceito.....	127
2.4. A Visão Taylorista da Organização do Trabalho.....	129
2.5. Origens da Abordagem Clássica.....	130
2.6. Administração Científica.....	132
2.7. Administração como Ciência e seus pressupostos teóricos.....	135
2.8. Organização Racional do Trabalho.....	137
2.9. Princípios Consagrados da Administração Científica.....	146
2.10. Apreciação Crítica à Administração Científica.....	148

2.11. A lógica da Administração Científica aplicado ao meio rural.....	153
2.12. Perspectiva ergonômica.....	154
2.13. A análise do Trabalho – ação ergonômica.....	158
2.14. A atividade de trabalho: uma expressão da atividade humana.....	162
2.15. A dimensão pessoal do trabalho.....	164
2.16. O caráter sócio-econômico do trabalho.....	166
2.17. A Tarefa: um conjunto de prescrições e de representações.....	169
2.18. Pontos de vista diferentes.....	177
2.19. A atividade no funcionamento da empresa.....	182
2.20. As ciências do homem e a engenharia: organização do trabalho, psicossociologia e ergonomia.....	184
2.21. Educação X Trabalho – a conciliação necessária.....	187

III CAPÍTULO A PESQUISA DE CAMPO

3.1. Dados introdutórios à pesquisa de campo.....	198
3.2. Objetivo da Pesquisa.....	207
3.3. Métodos aplicados.....	208

IV CAPÍTULO RESULTADOS APRESENTADOS

4.1. Informações necessárias.....	212
4.2. Dados obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas.....	212
4.3. Questionários aplicados – resultados apresentados.....	238
4.4. Análise dos resultados da pesquisa.....	243
4.5. A Práxis do Bóia-fria – a atividade vista pelo seu executor.....	255

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	260
------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	264
---------------------------------	-----

APÊNDICE.....	269
---------------	-----

ANEXOS	275
--------------	-----

INTRODUÇÃO

No Brasil do século XXI algumas questões sociais recorrentes se mantêm sem solução ao longo do tempo. Um país com dimensões continentais apresenta-se diverso e adverso em todos os rincões nacionais. A diversidade do povo brasileiro pode, de certa forma, ser traduzida pela riqueza cultural, pela miscigenação racial, pelos sabores e olores da sua culinária, que reflete o processo de aculturação ao qual foi submetido e, por fim, pelo requinte no trato de uma elite burguesa (minoridade) criada sob inspiração européia, em contraposição ao maior número da população, esta sim, sofrida, desprotegida, expropriada, submissa ao poder hegemônico de uma minoria encastelada, cujos privilégios, estão historicamente preservados. Essa divisão clássica, evidencia-se com muita clareza na concretude do Brasil Rural, descrito por Gilberto Freyre em sua obra “Casa-Grande e Senzala”, quando retrata a saga dos poderosos senhores proprietários de terras e de escravos expatriados das suas origens étnica e cultural. Os escravos tem o seu perfil psicológico traçado a partir da observação superficial de Freyre, revelando um homem indolente e preguiçoso, inculto, dado às crenças e superstições, que se mantêm vivas até hoje, no inconsciente coletivo do povo brasileiro.

O retrato do escravo do Brasil Colônia produziu geneticamente o homem do campo atual, que carrega o fardo do preconceito secular, razão pela qual, suas condições sócio-econômicas pouco diferem dos seus ancestrais, a não ser pela condição de liberto, o que também é discutível, tendo em vista que, liberdade sem autonomia para suprir necessidades básicas de sobrevivência passa a ser utopia, posto que não se concretiza na prática.

O Estado de Pernambuco retrata fielmente esse Brasil Colônia quando protagoniza em solo nacional a história da monocultura da cana-de-açúcar.

Desde o início da dominação portuguesa, o Estado foi basicamente agrícola, com destaque para a produção de cana-de-açúcar devido ao seu clima e ao solo tipo massapê. Nas últimas décadas, porém, essa quase dedicação exclusiva à produção de açúcar e álcool extraídos da cana-de-açúcar vem se esgotando. Recentemente, novas fontes de exploração vêm ocorrendo, como a floricultura, e o setor industrial, que tem se fortalecido em torno do Porto de Suape desde 1979. Seus principais empreendimentos estão direcionados para os setores: alimentício, químico, de materiais elétricos, comunicações, metalúrgica, e minerais não-metálicos. Também o Estado tem grande destaque na produção irrigada de frutas ao longo

do rio São Francisco - quase que totalmente voltada para exportação - concentrada na cidade de Petrolina, que possui aeroporto internacional, com grande capacidade para aviões cargueiros. O município de Gravatá é o segundo maior pólo floricultor do país, atrás somente de São Paulo.

Sua participação na produção nacional com essa cultura foi da ordem de 19% em 1975. A economia de Pernambuco, após ficar estagnada durante a "década perdida" de 1985 a 1995, vem crescendo rapidamente do final do século XX para o começo do século XXI. Em 2000, o PIB *per capita* de R\$ 3.673,00, totalizava um crescimento de mais de 10% ao ano (Jornal do Commercio, 2/6/2006).

O crescimento da monocultura de cana-de-açúcar, que apresentou um aumento de 20% entre a safra de 1999 e a de 2000, vem diminuindo a cada ano, perdendo espaço para a indústria, comércio e serviços no Estado. Essa evidência traz uma preocupação maior com a geração de emprego na região, para absorver a mão de obra composta pelos bóias-frias (trabalhadores rurais autônomos) que apresentam grandes dificuldades para serem absorvidos por outros setores da economia local, tendo em vista a falta de qualificação profissional para outro tipo de atividade que não seja o cultivo da cana-de-açúcar. Não bastasse essa evidência, também a mecanização os tem atingido, pois estão aos poucos perdendo seus empregos para a máquina.

O Estado de Pernambuco, pela sua topografia, ainda conserva o maior contingente dessa população de mão de obra rural. Entretanto, os avanços tecnológicos permitem inferir mudanças, com repercussões inevitáveis para a preservação do emprego no campo. Dados oficiais dão conta de que em 1993, a mecanização da produção dos canaviais não atingia 0,5% do total da produção. Em 2008, 47% da colheita no Estado de São Paulo foi mecanizada e, no país estima-se que o corte mecanizado da cana correspondeu a 25% da produção nacional. (Gazeta Mercantil, 2008).

Não bastasse a nuvem do desemprego que paira no ar dos bóias-frias, suas condições de trabalho permanecem até hoje inalteradas, muito embora os avanços tecnológicos tenham sido significativos. São as condições de exercício da atividade de cultivo da cana-de-açúcar que constitui o objeto da pesquisa. Sabe-se que as transformações que atingiram os setores que compõem a economia pernambucana, modernizando parques industriais e práticas laborais, não chegaram ao campo, para minimizar o esforço e o desconforto do trabalho do bóia-fria.

Essa questão continua em aberto e se agrava com a diminuição do emprego originado pelo processo de mecanização.

Risk et al (2008) ressaltam:

A página da história que contempla o surgimento do bóia-fria enquanto categoria de trabalhador rural autônomo começa a ser escrita quando o então trabalhador rural morador das grandes propriedades, dela é “expulso”, paradoxalmente pelos efeitos das conquistas sociais trabalhistas, que a partir de 1943 esboça os princípios reguladores do mercado de trabalho com a institucionalização da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas-. Muito embora a intenção do Presidente Vargas, segundo alguns historiadores, fosse estender as vantagens da lei também aos trabalhadores rurais, não foi possível, naquela ocasião, devido à mobilização e ao poder econômico dos grandes proprietários rurais, que impondo forte resistência, bloquearam qualquer tentativa de aplicação das leis ao tradicionalíssimo mundo rural.

De fato, a questão só é retomada a partir de meados de 1950, quando da criação das “Ligas Camponesas”, movimento revigorado por Francisco Julião (1962-1968), e pela ULTRAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que colaboraram para que o Parlamento Brasileiro votasse o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 (Camargo, 1979).

Importante frisar que o Estatuto é instituído em meio a um período de grande efervescência política, agravada pela apreensão dos grandes proprietários com a repercussão no Brasil da Revolução Cubana em 1960 (Palmeira, 1979). Entretanto, as Ligas Camponesas só representavam os foreiros, que eram os moradores de engenhos abandonados pelos descendentes de senhores-de-engenho. O conflito se instala quando os proprietários resolvem retomar suas propriedades com as práticas tradicionais de serviço gratuito (cambão) e os foreiros se recusam, por não os reconhecerem como bons patrões, uma vez que durante muitos anos negaram-lhes a proteção. Para representá-los junto ao poder público, a Liga contrata o advogado Francisco Julião, à época, também deputado pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro). Para balizar sua defesa ateve-se apenas aos dispositivos legais do Código Civil de 1916, que reconhecia como abusivo, o trabalho gratuito (Julião, 1968; Heredia, 1979; Garcia Jr. 1983).

A incursão de uma categoria subalterna aos tribunais gerou apreensão aos proprietários das terras, que perceberam que, aos olhos da lei, sua palavra tinha tanto valor quando a do camponês. Foi um forte golpe desfechado contra os poderosos senhores-de-engenho que,

acostumados a mandar sem ser contestados, tiveram que reconhecer que a Lei diante dos tribunais se aplicava a todos, patrões e subalternos, com o mesmo rigor. Muito embora tenha sido a Liga Camponesa a responsável pela primeira demanda judicial entre os proprietários de terra e foreiros, quem de fato zelou pelo cumprimento das leis trabalhistas no meio rural foram os grupos de sindicalistas católicos e os Comunistas (Bezerra, 1979). A concorrência que gerou entre os grupos de sindicalistas católicos para ser os porta-vozes oficiais da nova categoria, – “camponeses”, ou trabalhadores rurais –, contribuiu para a consolidação do sindicalismo camponês com o surgimento de Federações Estaduais e, em 1963, da CONTAG, contribuindo para a aplicabilidade dos novos dispositivos legais nas práticas sociais.

A vitória do Direito Trabalhista consagrado aos trabalhadores rurais provocou uma revolução no relacionamento entre os proprietários de terra e os trabalhadores rurais. As formas de construção da dominação pessoalizadas até então passam a ser substituídas por uma relação monetária, em contraposição a tudo que antes era objeto de trocas mediante favorecimento. As práticas até então adotadas de endividamento do morador são substituídas pelo novo sistema de normas jurídicas, que estabelece que todo trabalho efetuado para o patrão deve ser retribuído segundo o valor do salário mínimo e todas as vantagens anexas, como férias, repouso remunerado, décimo terceiro, calculáveis pelos mesmos parâmetros, impondo limites para descontos pelo fornecimento de moradia, concessão de lotes de subsistência e criação de animais, que não poderiam ser objeto de contraprestações monetárias. Essas medidas legais propiciaram uma transformação radical nas relações entre patrões e empregados. Onde antes havia um trabalhador-morador dependente do seu senhor, passa a existir um trabalhador-credor do seu patrão. A figura do senhor bonzinho vai sendo substituída pela do patrão, que paga pela força de trabalho.

Aos poucos, os moradores das propriedades vão se transferindo para as periferias das cidades, que nem sempre estavam preparadas para receber esse contingente de trabalhadores. O resultado dessa migração pode-se comprovar pelas condições de miséria em que passaram a viver, em habitações sem a menor infra-estrutura de água, esgoto e luz. Esse processo também foi assimétrico, porque nem todos os oriundos das grandes plantações tiveram o mesmo destino. Alguns, dependendo das suas condições pessoais se estabeleceram como pequenos comerciantes e outros assumiram novas formas de trabalho não-agrícola. Mas a maioria compôs a categoria dos trabalhadores rurais chamados “Bóias-Frias”.

Portanto, o problema situa-se nas relações de trabalho, quando se opera a mudança da condição de trabalhador-morador para trabalhador-credor. Isto porque, como trabalhador-morador, embora não recebesse uma remuneração balizada pela CLT, suas condições de vida eram amenas, tendo em vista que a sobrevivência e a moradia estavam garantidas, vivendo dentro das propriedades. A hipótese que se levanta é que essa mudança impactou negativamente nas suas condições de trabalho uma vez que em sua nova condição de autônomo, passa a ser responsável pela sua sobrevivência sem a “proteção” patronal. Para aqueles poucos que permaneceram nos engenhos, a aplicação da CLT melhorou suas condições de vida, porque além de manterem a possibilidade de suprir suas necessidades de sobrevivência, por meio do cultivo de roçados, criação de animais de pequeno porte e terem um teto para se abrigar gratuitamente, passaram a receber um salário mínimo, propiciando o acesso a outros bens de consumo até então inimagináveis.

Ao que parece, a mudança das relações de trabalho agora balizadas pela CLT, impactaram consideravelmente nas condições de vida e trabalho daqueles que foram expulsos das propriedades. A esta indagação a pesquisa tratou de responder afirmativamente, quando permitiu comparar as condições de vida e de trabalho das duas populações de trabalhadores rurais, ou seja, dos trabalhadores-moradores e dos trabalhadores-safristas, como são denominados os bóias-frias, na região pesquisada.

De fato, o sentimento de perda se instalou entre os bóias-frias – trabalhadores-safristas -, como se pode depreender dos comentários de Sigaud (1979).

O deslocamento forçado para as cidades, porque os “patrões haviam ficado ruins” e não se revelaram mais “generosos” como no passado, foi assim vivido na grande maioria dos casos como um processo de perda, de decadência e, por isso mesmo, esteve frequentemente associado a representações idealizadas do passado, como um tempo de fartura e harmonia, frente a um presente de privações e de incertezas.

Ao comentário de Sigaud (1979) acrescenta-se o de Norbert Elias (1994) que enfatiza a passagem do antigo sistema de relações calcado no *proteccionismo patronal* (relação de dependência do morador ao senhor-de-engenho) para a relação de interdependência sem vínculos formais, impondo uma “autodisciplina” aos trabalhadores, que passaram a ser responsáveis pelo seu próprio sustento. Essa condição, pela tensão gerada e pelos poucos recursos que dispunham os trabalhadores rurais para suprir suas necessidades básicas, leva a uma situação nostálgica de volta ao passado em busca da proteção perdida.

Portanto, investigar até que ponto essa situação comprometeu ou melhorou as condições de trabalho do Bóia-Fria passa a ser o objetivo desta pesquisa. Como objetivos específicos pretendem-se:

1. Por meio da literatura, buscar referência sobre sua condição de trabalho antes da implantação da CLT.
2. Analisar a atividade do ponto de vista físico, cognitivo e psicológico, utilizando a AET (Análise Ergonômica do Trabalho).
3. Identificar as perspectivas de futuro do bóia-fria quanto à manutenção do seu trabalho, das mudanças no *modus-operandi* (atividade real) e da sua qualidade de vida.

Para tentar responder às indagações, a perspectiva investigativa segue a linha ergonômica para se adentrar o universo laboral do bóia-fria.

A pesquisa se justifica tendo em vista que a riqueza cultural do Brasil Rural tem forte referência nas grandes propriedades dos Senhores de Engenho, agricultores da monocultura da cana-de-açúcar que, na região nordeste, notadamente no Estado de Pernambuco, se constituiu por longo tempo no carro-chefe da economia local. Essa história, que se inicia no Brasil Colônia, se mantém nos dias atuais com as mesmas características conservadoras, apesar dos momentos históricos de turbulência político-social de que foi palco.

O cultivo da cana-de-açúcar é feito desde os primórdios, quando surgiram os primeiros engenhos, da mesma maneira como é feito atualmente, com mão de obra intensiva, submetida a um trabalho exaustivo e desconfortável, desenvolvido a céu aberto, o que na região pesquisada é sinônimo de calor sufocante, grande esforço físico e postura laboral penosa.

A curiosidade de adentrar esse universo é uma tentativa de pesquisar o *modus vivendi* dos trabalhadores rurais e seus principais atores: moradores e bóias-frias. Entretanto, a curiosidade que move a pesquisa de caráter científico busca conhecer principalmente, o homem trabalhador do campo, sob o ponto de vista ergonômico, analisando suas condições reais de trabalho, sob os aspectos físico, cognitivo e psicológico (afetivo). Orientada por essa tríade, pretende-se explorar suas condições de trabalho, analisando como se desenvolvem a atividade laboral do ponto de vista ergonômico e das relações de produção, contidas no binômio capital-trabalho, bem como seu perfil sócio-cultural, os anseios, perspectivas e nível

educacional. Transversalmente, também se buscará voltar sobre ele, ainda que sumariamente, um olhar sócio-antropológico.

A pesquisa foi desenvolvida em três engenhos localizados na região do Cabo de Santo Agostinho, tradicionalmente conhecida como Zona Canavieira, cujos proprietários não se opuseram a sua realização. Importante salientar a dificuldade que os pesquisadores tem para analisar o trabalho do bóia-fria em todo o país nas regiões de cultivo da cana de açúcar. As condições de trabalho dessa categoria tem sido objeto de constantes denúncias, inclusive de trabalho semi-escravo, por órgãos oficiais, entidades de classe e ONGs. Em função dessa situação, os proprietários de engenhos e usineiros não são muito receptivos às pesquisas no setor, o que dificulta sobremaneira a ação dos pesquisadores para levantar dados concretos e confiáveis sobre a matéria. Entretanto, esse estudo foi desenvolvido com a maior liberdade, tendo em vista a disposição dos proprietários para facilitar todos os meios sem restrições para que a pesquisa fosse realizada, pois segundo eles, nada tem a esconder.

O Estado de Pernambuco outrora foi responsável pela liderança na produção de cana-de-açúcar do país. Ao longo dos tempos vem encolhendo sua participação, chegando aos dias atuais, com pouco mais de 5% da produção nacional. Essa drástica redução é evidenciada na matéria editada em 02/06/2006, *pelo Jornal do Commercio* (Recife), sob o título: Um Pernambuco de Cana.

Ficou pronto o primeiro levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) sobre a produção de cana-de-açúcar no Brasil na safra 2006/2007, na qual se prevê um recorde de produção com a marca de 423,4 milhões de toneladas colhidas. É o reflexo típico da cultura mais rentável no Brasil de hoje onde, apesar do dólar a R\$ 2,20, o setor consegue ser o maior do mundo, o mais produtivo e o que mais cresce. Pelas contas da Conab, devemos produzir 584,9 milhões de sacas de 50 quilos e mais 17,8 bilhões de litros de álcool (hidratado, anidro e neutro) e gastar cerca de 46,4 milhões de toneladas para produzir cachaça, rapadura, ração animal e semente para plantio. O interessante desses números é que eles revelam a redução da participação do Nordeste nesta festa. Junto com o Norte, a Região deve contribuir com minguados 13,2% da produção total. O Centro-Sul será responsável por 86,8%. Pernambuco está nessa festa com menos de 5%. Já tivemos, em 1975, 19% de toda a produção brasileira, mas corremos o risco de ter uma produção residual. Só para dar uma idéia do crescimento da lavoura este ano, as novas unidades acrescentarão 5,4% a área plantada, passando de 5,8 milhões de hectares em 2005/2006 para 6,2 milhões de hectares. Trocando em miúdos: O Brasil vai acrescentar um Pernambuco na sua área plantada de cana-de-açúcar, mas o Estado não tem previsão de inaugurar nenhuma nova usina ou destilaria.

As notícias se referem à *performance* econômica do setor sucroalcooleiro. Porém nem de longe faz referência ao trabalhador rural “Bóia-Fria” como um dos atores desse espetáculo de crescimento. Sua participação nesse constructo é praticamente ignorada, daí pouco se conhece sobre suas condições de trabalho, desenvolvido a céu aberto, sob calor intenso e em jornadas diárias que se iniciam com o sol nascendo e terminam com o sol se pondo. Conhecer o trabalho real dessa população deveria ser uma obrigação daqueles que são responsáveis pelo negócio: “cana-de-açúcar” e seus processos de transformação. Pensar na cadeia produtiva passa necessariamente, pela análise do trabalho do bóia-fria, como o elo primeiro no cultivo da matéria-prima, tão necessária em tempos atuais, também como fonte alternativa de energia, além da fabricação de açúcares e derivados.

O homem do meio rural vive muito esquecido nos meios urbanos. Sua problemática existencial não repercute nos corações dos cidadãos. Portanto, seus reclamos só chegam aos ouvidos dos indiferentes quando refletem ações atentatórias à ordem social. Aí viram manchetes de jornais, celebridades instantâneas que de tão efêmeras não duram sequer o tempo suficiente para produzir o debate responsável e consequente. Tanto é verdade essa situação, que no “Bom Dia São Paulo”, edição televisiva do dia 30-11-06, foi divulgada a morte de quatro bóias-frias no Estado de São Paulo, vitimados por exaustão no trabalho. Apenas essa ocorrência já serviria de justificativa para se desenvolver esse estudo. As relações de trabalho, as condições de exercício laboral, a expropriação do trabalho no campo, dentre outras mazelas do meio rural, deveriam ser objeto de pesquisas, de denúncia e de preocupação das autoridades constituídas e dos formadores de opinião, no sentido de proteger e prevenir os abusos praticados contra os trabalhadores rurais, além de servir principalmente, para transformar o trabalho no campo.

Na companhia de autores de reconhecida competência em seus campos de atuação, numa revisão bibliográfica, se desenvolveu um estudo aprofundado sobre o Bóia-Fria e as questões que permeiam sua atividade, de maneira a contribuir para o melhor conhecimento desse trabalhador que segundo a opinião de especialistas, está com seus dias contados, como profissional do corte da cana, devendo perder o seu emprego para a máquina, a exemplo de outras culturas que já dispensaram esse tipo de mão de obra.

Para atender à necessidade de fundamentação teórica da pesquisa, autores como Chiavenato (2001) Guérin et al (2001), Wisner (1987), Chapanis (1972), Freyre (1961),

Ribeiro (2006), Freire, (2002), Andrade (1998) dentre outros, foram abordados pelos enfoques da administração e da ergonomia com maior ênfase. Como temas transversais, abordou-se a sociologia, a antropologia e a educação, na expectativa de embasar cientificamente a pesquisa de campo realizada. Os autores escolhidos dão conta das pesquisas bibliográficas, porém outras fontes também foram utilizadas, dentre elas a virtuográfica, os periódicos e as teses de doutorado sobre o tema.

Como ferramentas de análise, alguns conceitos sociológicos foram utilizados para facilitar a melhor compreensão do objeto da pesquisa, como sujeito da ação, que sofre interferências determinantes no desenvolvimento da sua atividade e no seu comportamento social. Tais ferramentas se apresentam como facilitadoras para a análise ergonômica do trabalhador rural - o “Bóia-fria”, nos seus aspectos físico, cognitivo e psicológico (afetivo).

Assim, recorrem-se aos conceitos de “práxis”, “intelectual orgânico” e “modelo mental” como referenciais importantes para a compreensão do trabalho do bóia-fria. Desta forma, pretende-se superar a visão taylorista da organização do trabalho por uma abordagem mais complexa, projetando uma visão holística, em que elementos da fisiologia, da filosofia, da psicologia, da sociologia, antropologia e da educação, enquanto campos específicos das ciências contribuem para esse constructo.

A noção de *práxis*, desenvolvida por Marx, está fundamentada na perspectiva histórica como determinante de uma prática que consorcia a atividade contemplativa (filosófica) com os fatos empiricamente observados. Uma explica a outra e ambas refletem a tentativa catalizadora de unir as duas interpretações de mundo, o materialismo e o idealismo por um mecanismo de superação – a *práxis* revolucionária.

Foracchi & Martins (2000), interpretam o pensamento marxista sobre a *práxis*:

O marxismo (que teoricamente esclarece a situação da classe operária e lhe fornece uma consciência de classe elevada ao nível da teoria) não é uma filosofia materialista, porque já não é uma filosofia. Não é mais idealista nem materialista, porque é profundamente histórica. Ele explica a historicidade do conhecimento; revela a historicidade do ser humano, a formação econômico-social. Não somente a Filosofia não explica nada, mas ela mesma é explicada pelo materialismo histórico. A Filosofia, atitude contemplativa, aceita o existente. Não transforma o mundo, transforma apenas as interpretações do mundo. A atitude contemplativa, consequência longínqua da divisão do trabalho, é uma atividade mutilada, parcial. Ora, o verdadeiro é o todo. A Filosofia não pode pretender o título de atividade suprema e total. Os resultados obtidos por essa atividade contemplativa vão contra os fatos empiricamente observados. Não existem os absolutos imóveis, nem existe o

além espiritual. Todo absoluto se revela como máscara que justifica a exploração do homem pelo homem. As abstrações filosóficas como tais não têm valor, nenhuma significação precisa. O verdadeiro é também o concreto... Elevar-se sobre o mundo pela reflexão pura, em realidade, é permanecer prisioneiro da pura reflexão. Isto não quer dizer que se atingirá o nominalismo; as universais estão fundadas na *práxis* que, em si mesma, é objetiva.

Os autores complementam:

O materialismo histórico se justifica pelo desejo de restituir ao pensamento humano sua força ativa – força que ele possuía “no início”, antes da divisão do trabalho, quando estava diretamente ligado à prática – mas, igualmente, pela decisão “filosófica” de não ser enganado pelas ilusões da época e de criar uma doutrina realmente universal.

Assim, a noção de *práxis* rompe com a atitude meramente contemplativa do filósofo, reivindicando uma atitude prático-sensível, quando denuncia o caráter conformista da atitude filosófica, que apenas contempla o objeto de análise, sem a intenção de interferir em seus destinos. A *práxis* revolucionária, como definiu Marx, busca a transformação social, por meio de uma atividade prático-crítica.

As várias formas de conhecimento encontram seu alcance e seu sentido na conexão com a atividade prática. O problema especulativo do conhecimento deve ser rejeitado como um falso problema. A coerência abstrata, a demonstração teórica desligada da atividade social e da verificação prática, não tem nenhum valor. A essência do ser humano é social e a essência da sociedade é *práxis*: ato, ação, interação. Separando-se da *práxis*, a teoria se perde em problemas mal postos e insolúveis, em mistérios e misticismos (Foracchi & Martins, 2000).

No entender de Vasquez (1997), “a análise da *práxis* como atividade humana produtiva deixa um saldo negativo, já que acarreta uma alienação do homem em relação aos produtos de seu trabalho, a sua atividade produtiva e em relação aos outros homens”. O autor aprofunda sua análise, quando comenta:

Em suma, trata-se de uma relação alienada entre sujeito e objeto, assim como entre os homens. O conceito de alienação, sendo de origem feurbachiana, mostra aqui sua fecundidade no processo de formação do pensamento de Marx, já que abre caminho a uma concepção posterior mais importante sobre o papel da produção e das relações contraídas entre os homens no processo de produção (relações de produção).

Exatamente essa perspectiva histórica das relações de produção é que interessa como ferramenta para a análise ergonômica do trabalho do bóia-fria.

Por meio dos escritos de Gramsci (Joll, 1977), contidos nos seus 34 Cadernos do Cárcere, onde foram compiladas todas as suas contribuições teóricas versando sobre diversas temáticas, encontra-se sua definição sobre Intelectual Orgânico. Para o autor, todo aquele que executa um ofício torna-se um intelectual orgânico, porque detém com maior clareza a percepção total da atividade, quer do ponto de vista da sua descrição, como também do trabalho real. Ninguém mais do que o executor de determinada tarefa pode defini-la com maior propriedade. Desta feita, o bóia-fria é também o intelectual orgânico da sua atividade e, em assim sendo, a análise ergonômica sobre o seu trabalho, não poderá dispensar o seu contributo.

Conhecer a história de cada pessoa, suas circunstâncias pessoais, seus valores, percepções, posicionamento político, enfim, sua visão de mundo, passa a ser importante quando se deseja analisar o comportamento do ser humano, para entender as motivações e condicionamentos que o determina. Dessa forma, a definição de modelo mental, favorece ao melhor entendimento da atitude do trabalhador rural – Bóia-Fria, diante das dificuldades e constrangimentos que a sua atividade apresenta.

Modelo Mental: são imagens, pressupostos e histórias que trazemos em nossas mentes acerca de nós mesmos, de outras pessoas, das instituições e de diversos outros aspectos do mundo e da vida. Eles constituem verdadeiros “mapas mentais” cognitivos com os quais navegamos por meio de ambientes complexos da vida (Angeloni, 2003).

As definições apresentadas são de grande valia para a análise ergonômica do trabalho desenvolvido pelo bóia-fria, como ferramentas facilitadoras para a compreensão dos aspectos cognitivos, psicológicos e físicos que determinam a postura do trabalhador rural do ponto de vista das relações de trabalho e do exercício da sua atividade. Servem também para desmistificar a ausência da atividade cognitiva no trabalhador rural no cumprimento das suas tarefas, como defende o senso comum.

O caminho metodológico escolhido contempla as tradições, fenomenológica e positivista de fazer ciência. Os métodos de pesquisas, qualitativo e quantitativo foram utilizados nesse estudo. Por meio de entrevistas informais com os diversos atores que compõem o universo do trabalho do cultivo da cana de açúcar buscou-se conhecer as reais condições de trabalho do bóia-fria: o esforço físico que despense em sua atividade real; os constrangimentos que ela provoca; as conseqüências do trabalho desenvolvido ao ar livre; as

relações de trabalho; além das suas expectativas de vida. Por meio de questionário aplicado ao contingente estudado, foi possível quantificar alguns fatores inerentes à vida rural, como por exemplo: condições das moradias, condições de saúde, nível de escolaridade da população pesquisada e expectativa de vida – longevidade do homem rural. Em síntese, as técnicas de coletas de dados aplicadas, foram utilizadas de maneira a que se pudesse responder a todos os objetivos definidos no projeto, atendendo à abordagem ergonômica com maior ênfase, para desvelar os aspectos físico, cognitivo e afetivo que interferem e determinam a atividade, além da perspectiva sócio-antropológica.

A utilização de equipamentos de áudio, som e imagem visaram registrar com maior transparência as condições do trabalho, de maneira a identificar de forma irrefutável a realidade que espelha e foram adquiridos na Editora Massagana, da Fundação Joaquim Nabuco. Evidentemente todos os cuidados e exigências legais para uso de imagem de terceiros foram tomados na forma da lei.

A pesquisa de campo foi desenvolvida em três Engenhos, situados no município do Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco. Foi aplicado um questionário em 178 trabalhadores rurais, dos quais 38 trabalhadores-moradores nas propriedades e 140 trabalhadores-safristas, perfazendo um total de 30% dos trabalhadores rurais da localidade. Evidentemente que a região conta um número grande de trabalhadores-rurais, principalmente se considerado os pequenos proprietários, que desenvolvem eles mesmos todas as tarefas do cultivo da cana. Entretanto, como o objetivo era prioritariamente conhecer as reais condições de trabalho da categoria dos bóias-frias (trabalhadores-safristas), o contingente estudado passou a ser representativo, uma vez que permitiu comparar, dentre outras situações, a questão das moradias nos alojamentos e nas cidades circunvizinhas, consideradas como um dos maiores constrangimentos. Foram também entrevistados informalmente os senhores de engenhos locais, usineiro, representante do sindicato dos fornecedores de cana de açúcar do estado de Pernambuco, além de grupos de trabalhadores-moradores e safristas, o administrador de uma das propriedades e o empreiteiro, responsável pelo recrutamento de trabalhadores-safristas. Essas entrevistas pelo seu caráter informal propiciaram conhecer por diversos ângulos como se processa a atividade do trabalhador rural, e os vários olhares que são dirigidos para a atividade do cultivo e corte da cana, sob aspectos diferentes, ora convergentes, ora divergentes, quando enfocados os aspectos: físico, cognitivo e psicológico (afetivo) que

incidem sobre a atividade laboral do trabalhador rural do cultivo da cana-de-açúcar. Essa tríade foi de fato a orientadora do todo o trabalho de investigação, possibilitando adentrar tanto quanto possível, ao universo dessa categoria para conhecer sua práxis.

O presente estudo está inserido na área de Concentração Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, dentro da Linha de Pesquisa Estudos Sócio-Econômicos e Ambientais, do Programa de Doutorado da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas. O trabalho ficou estruturado da seguinte maneira: inicia-se com a introdução em que se apresentam à temática do estudo, o problema e a hipótese, os objetivos, sua justificativa, os autores que compõem o referencial teórico e o caminho metodológico escolhido para a realização da pesquisa de campo. O primeiro capítulo buscou contextualizar historicamente o surgimento da categoria Bóia-fria, por meio de dados sócio-antropológicos definidores do seu perfil, como uma abordagem primeira para melhor compreensão do estudo ergonômico que se segue. O segundo capítulo dá conta da revisão bibliográfica em que autores, como Chiavenato (2001) Guérin et al (2001), Wisner (1987), Chapanis (1972), permitiram compreender os enfoques da Administração Científica e da Ergonomia sobre o trabalho, como fundamentação teórica para a pesquisa de campo. Outras fontes também foram contempladas, dentre elas a virtuográfica, os periódicos e as teses de doutorado que debatem a temática. O terceiro capítulo descreveu o caminho metodológico, ao definir os métodos e as técnicas aplicadas para coleta de dados e o material de apoio utilizado na pesquisa de campo. O quarto capítulo expôs os comentários sobre os resultados da pesquisa. O quinto capítulo apresentou as conclusões do estudo como uma contribuição possível para a compreensão do trabalhador Bóia-fria, sua práxis laboral e perspectivas de futuro.

CAPÍTULO I

**AMBIÊNCIA HISTÓRICA PARA O SURGIMENTO DA
CATEGORIA “BÓIA-FRIA”.**

1.1. Considerações iniciais

Bóia-Fria é a designação popular do trabalhador rural, que se caracteriza pelo trabalho autônomo e temporário. Bóia-Fria porque essa categoria de trabalhador leva sua comida (bóia-comida) em marmitas a serem consumidas ao longo da jornada de trabalho, quase sempre quando já estão frias. Dessa continência nasce à denominação Bóia-Fria para caracterizar o trabalhador rural autônomo.

O Bóia-Fria é contratado pelos proprietários de grandes lavouras, como é o caso da cana-de-açúcar nos períodos de safra, daí ser também denominado na região pesquisada de trabalhador-safrista. Houve um tempo em que a legislação brasileira para o trabalho rural era omissa na questão do registro de empregado por períodos curtos de trabalho, de maneira que esse contingente, muito embora desenvolvesse um trabalho árduo, não possuía a cobertura da lei para tipificar o vínculo empregatício.

Havia dificuldades para se promover o registro de empregados do setor de cana-de-açúcar vinculados à cooperativa agroindustrial, uma vez o proprietário rural teria que registrar eventualmente um número muito grande de trabalhadores no plantio ou no período de corte, para trabalhar às vezes apenas um dia, uma manhã, uma semana ou pouco mais do que isto. Para o cooperado, pequeno proprietário, dono da gleba ou proprietário independente se tornaria inviável proceder ao registro de quatrocentos ou quinhentos trabalhadores por períodos tão curtos. Essa situação até pode ser compreensível do ponto de vista dos proprietários, porém, estaria longe de explicar, ou melhor, de solucionar o problema legal do trabalhador rural – o Bóia-Fria.

Segundo o Ministério Público do Trabalho, é praticamente impossível aos cooperados proprietários de pequenas e médias propriedades registrarem um grande número de trabalhadores por poucos dias de trabalho. Mesmo os grandes proprietários empregam esses trabalhadores por períodos de dez a vinte dias, o que também não incentiva a formalização do registro dos trabalhadores. Há dificuldades de toda ordem: registros, anotações em CTPS, recibos de pagamentos e controles de jornada, formalização das rescisões, etc. (Ministério Público do Trabalho. Disponível em <http://www.ufg.br/datas/840>. Acesso em: 24 fev.07).

As pesquisas mais recentes dão conta de que essa situação já mudou. Para muitos, as leis trabalhistas são aplicadas com todas as garantias legais consagradas, muito embora as condições de trabalho ainda não sejam as ideais. Ao longo desse estudo se explica melhor

como as relações de trabalho e condições de exercício laboral tiveram grandes avanços, porém, para os trabalhadores-safristas, com prejuízo em suas condições de vida.

1.2. Aspecto físico do trabalho do Bóia-Fria

O trabalho do bóia-fria na lavoura da cana-de-açúcar se caracteriza por um árduo esforço físico, desenvolvido a céu aberto, sob intenso calor provocado pelo sol ardente dos trópicos. As condições físicas do trabalho são das mais penosas, obrigando o trabalhador a manter seu corpo curvado por longos períodos, forçando a coluna vertebral muito além do aceitável para não comprometê-la. No período do corte, são as costas, as mais exigidas para cumprir as cotas de produtividade. Para se proteger do sol escaldante e da fuligem da palha da cana, vestem-se com camisas de mangas compridas, usando lenços e chapéus. Atualmente, são obrigados a utilizar na lida do campo os equipamentos de proteção, para evitar acidentes de trabalho. Entretanto, nem sempre foi assim. Os pés na maioria das vezes não eram protegidos convenientemente, de maneira a se livrar das mordidas dos animais peçonhentos que proliferam nos canaviais. As condições de trabalho, apesar dos avanços da legislação, são precárias e aparentemente nada leva a crer que mudanças substanciais possam ocorrer na estrutura do trabalho no sentido de transformar o que de penoso e desconfortante ele apresenta.

Corroborar com essa descrição Alves (2006) quando compara a atividade do Bóia-Fria a um atleta fundista, explicando que os trabalhadores que apresentam maior produtividade:

... não são necessariamente os que têm maior massa muscular, são os que têm maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, em alguns casos, e por um período que varia entre 8 a 12 horas de trabalho.

Ao que Oliveira (2007) acrescenta:

Esses trabalhadores efetuam inúmeros movimentos diários com o corpo o que ocasiona a perda de energia. Andam, golpeiam a cana, flexionam-se e carregam peso debaixo de sol forte e com vestimentas nada confortáveis. Vestidos dos pés a cabeça eles transpiram muito, perdem água e sais minerais, que os reduz à desidratação e a ocorrência de câimbras e mal-estares constantes.

As condições do ponto de vista físico, para a realização da atividade real do Bóia-Fria realmente são das mais penosas, o que leva ao registro de mortes por exaustão nas regiões de

cultivo da cana. Segundo Silva (2006), entre 2004 e 2005 foram registrados 13 casos de mortes envolvendo cortadores de cana, no estado de São Paulo.

Para minorar os efeitos negativos do trabalho exaustivo, pressionados pelas denúncias da Pastoral do Migrante, de pesquisadores e da imprensa, bem como pelo trabalho de fiscalização desenvolvido pelo Ministério Público, as empresas do segmento acenaram com a oferta de suplementos energéticos, como reposição das perdas de sais minerais dos trabalhadores Bóias-Frias. (Oliveira, 2007).

No estado de Pernambuco não se tem registro de morte causada por excesso de esforço no trabalho desenvolvido pelos bóias-frias. Até porque, a tradição local aponta algumas especificidades no trato do corte da cana, que chega ao máximo a seis toneladas diárias a produção de cada trabalhador-safrista, diferentemente do que ocorre no Centro-Sul e no Sudeste, onde a produtividade diária chega a dez e até doze toneladas por trabalhador, provocando ocorrências de morte por exaustão.

1.3. Aspecto itinerante do trabalho – O Bóia-Fria vai atrás do trabalho

Desde que se tornou Bóia-Fria, o trabalhador rural autônomo passou a viver a rotina de se deslocar constantemente do seu lugar de origem em busca de trabalho. Essa condição implica num processo de desterritorialização, como bem define Oliveira (2007):

Em virtude das tendências e perspectivas que vêm se apresentando para o setor a partir dos anos 2000, a Geografia da cana no Brasil está mudando significativamente e com ela muda também a Geografia do trabalho. Até alguns anos atrás a mão de obra que migrava para os canaviais paulistas era advinda do norte de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e de alguns estados do Nordeste (Alagoas, Pernambuco, Piauí, Paraíba e Bahia).

A autora atenta para a mudança que ocorre:

Hoje, essa realidade também mudou. Já encontramos muitos trabalhadores maranhenses e potiguares trabalhando nos canaviais de São Paulo. A crise dos anos de 1990 levou inúmeras agroindústrias canavieiras do Nordeste a falência e aquelas que permaneceram não foram suficientes para absorver toda força de trabalho existente. Soma-se a isso o fato de que os grupos mais tradicionais e capitalizados daquela região decidiram direcionar parte do capital acumulado para outros estados, sobretudo do Centro-Sul, por meio da aquisição de novas terras e implantação de novas unidades fabris, da aquisição de unidades já implantadas ou da transplantação de unidades de propriedade dos mesmos nos estados de origem (Oliveira, 2007).

Evidentemente que esse movimento teve repercussão imediata para o trabalho desenvolvido pelos Bóias-Frias. Isto porque, na medida em que novos espaços geográficos passaram a abrigar o cultivo da cana-de-açúcar, em decorrência de falências e do redirecionamento do capital via mudança de sede das unidades fabris, a possibilidade do trabalho passou também a se configurar em outras regiões. Esse movimento é explicado pela Oliveira (2007) quando assim se expressa:

Esse reordenamento territorial do setor provocou alterações também na dinâmica do trabalho. Por um lado, reduziu a oferta de emprego e aumento do desemprego nos locais de onde o capital ou plantas fabris migraram. Por outro lado, aumentou a oferta de emprego e, conseqüentemente, de mão de obra, sobretudo migrante, nos locais onde se territorializaram novamente.

O mapeamento desenvolvido pela autora em seu trabalho de pesquisa a permitiu perceber que o movimento dos trabalhadores em busca do trabalho ocorre em várias direções, assim se configurando:

... o movimento dos trabalhadores para o corte de cana-de-açúcar no Brasil ocorre, tanto para as regiões tradicionalmente produtoras, como para as áreas em processo de expansão, inclusive acompanhando o movimento recente do próprio capital agroindustrial canavieiro, ou seja, a mobilidade do trabalho está acompanhando o movimento do próprio capital em direção a outros estados do Centro-Sul. É possível apreender ainda que este movimento não ocorre somente entre os estados no NE e entre estes e os estados do Centro-Sul, mas também no interior dos mesmos, ou seja, entre vários municípios dos principais estados produtores, tanto do Nordeste como do Centro-Sul. No Nordeste este movimento é comum entre os municípios dos três principais estados produtores. (Oliveira, 2007).

Esta contínua movimentação do trabalhador-safrista – Bóia-Fria, em busca do trabalho, sinaliza em primeiro plano a dificuldade do exercício laboral e por consequência a obtenção da remuneração dele extraída, que doravante passa a ser dispersa, obrigando o trabalhador a percorrer quilômetros de distâncias, cortando o país do Nordeste ao Centro-Sul. A geografia da cana de açúcar se ampliou, a busca pelo trabalho também, sem falar na sua precarização, devido a falta de possibilidade de fixação do trabalhador em sua região de origem.

Risk et al (2009) comentam essa dinâmica:

Sem sombra de dúvida, para os detentores do capital a mudança territorial foi extremamente positiva, uma vez que possibilitou o fortalecimento dos seus negócios. Entretanto, para o trabalhador rural na condição de autônomo (Bóia-Fria), o movimento só contribuiu para aumentar a precariedade das suas condições de trabalho. As implicações de ordem psicológica (afetiva) são inegáveis, devido ao fato de ter constantemente que se ausentar do seu local de moradia, onde suas relações sociais e

familiares ocorrem, para temporariamente, trabalhar em terras estranhas, sob condições ínfimas de habitação, agravadas pelas relações sociais assimétricas e superficiais.

Evidentemente que o sofrimento imposto ao trabalhador rural para exercer seu ofício vai além das fronteiras territoriais, porque repercutem nas suas relações sociais e principalmente familiares.

Comentando o processo de desterritorialização do trabalhador rural Oliveira, (2007) afirma:

Do ponto de vista do trabalho a desterritorialização ocorre num sentido negativo, pois o trabalhador (no caso o bóia-fria), embora “livre”, é desprovido dos meios de produção e muitas vezes, também das condições básicas de sobrevivência, sua e da sua família, reduzindo-se assim à força física para a produção canavieira. No universo do trabalhador “bóia-fria” apreende-se com mais clareza duas manifestações do processo de desterritorialização. Vamos considerar como primeiro exemplo o do cortador de cana que mora nas periferias urbanas (migrante que já fixou residência ou morador local). Este trabalhador está em constante processo de desterritorialização e reterritorialização, tendo em vista que durante a entressafra ele habita a periferia urbana e, enquanto morador urbano a sua territorialidade passa a ter uma determinada dinâmica, ou seja, na periferia, ou na cidade, ele pode construir vários territórios e passar por eles no decorrer do dia. O primeiro desses territórios seria o de morador da vila, da comunidade, onde ele conhece os códigos e estabelece relações com outros moradores. O segundo território seria o do trabalho em muitos casos difícil de delimitar, tendo em vista o fato de que num dia ele pode ser pedreiro, num outro porteiro, etc. No período de safra, ou seja, da colheita da cana, esse trabalhador se desterritorializa, na medida em que deixa as atividades e os territórios urbanos, para reterritorializar-se no trabalho da lavoura de cana, enquanto trabalhador rural assalariado, portanto cortador de cana.

A extensa citação fornece uma panorâmica das dificuldades do trabalhador rural bóia-fria para suprir suas necessidades de sobrevivência, tendo inclusive, em períodos de entressafras, que trabalhar em outras atividades, fazendo “bicos” para prover os recursos mínimos para sua manutenção e da sua família.

A autora finaliza sua análise com o exemplo do trabalhador “bóia-fria” (migrante sazonal/temporário), que se vê obrigado a se deslocar de vários estados do Nordeste para outras regiões do Centro-Sul, em busca de trabalho no corte de cana. Assim, Oliveira (2007) comenta:

Acreditamos que nesse contexto de mobilidade o trabalhador migrante vivencia distintos processos de desterritorialização. O primeiro ocorre quando ele é privado das suas condições básicas de sobrevivência (sem

emprego, expropriado de suas terras) impossibilitado de tirar da terra seu sustento e da família, por conta dos condicionantes climáticos) e forçado a migrar para as lavouras de cana no Centro-Sul. O segundo processo de desterritorialização ocorre frente a precarização das condições de trabalho e de moradia que este trabalhador é submetido. Neste caso podemos nos referir, por exemplo, ao trabalhador migrante que habita (por cinco, seis ou sete meses) em alojamentos encravados no meio dos canaviais, sendo submetido a condições sub-humanas. Desprovido de condições dignas de sobrevivência, de exercer seu direito de cidadania, privado, em muitos casos do direito de ir e vir e de exercer relações e trocas simbólicas com outros territórios, a exemplo das cidades no entorno das usinas.

Portanto, o processo de territorialização e desterritorialização do bóia-fria coloca em cheque permanentemente o seu auto-conhecimento, sua identidade e exercício de cidadania. Ora se reconhece, ora se vê privado dessa condição, o que compromete sua saúde psicológica, até porque em algumas regiões são recepcionados pelos moradores locais com grande hostilidade, visto que de certa maneira, são concorrentes diretos da população local na disputa pelo trabalho. A condição de forasteiro, visto como concorrente, em nada contribui para a realização de trocas sociais, formação de vínculos afetivos e exercício pleno da cidadania. Acresce a isto, as péssimas condições de moradia, que também contribuem para o acometimento de doenças oportunistas, comprometendo a saúde física do bóia-fria, já bastante combalida pela excessiva jornada de trabalho.

Oliveira (2007) faz a seguinte reflexão:

A superexploração do trabalho se expressa com maior intensidade no conjunto desses trabalhadores. (...) As dificuldades enfrentadas por eles e suas famílias em seus locais de origem (seca, fome, falta de dinheiro) fazem com que os mesmos se submetam às condições impostas por seus empregadores. A expectativa de ganhar muito dinheiro (muitas vezes é o que é prometido pelos agenciadores) e poder dar uma condição de vida melhor a suas famílias faz com que esses trabalhadores se submetam às elevadas metas de produtividade do trabalho impostas pela maioria das empresas. Muitos deles cortam em média de 12 a 15 toneladas de cana por dia (alguns cortam até mais que isso), fazendo com que despendam diariamente uma grande quantidade de energia num trabalho conhecido como altamente extenuante.

A luta pela sobrevivência empreendida pela categoria dos trabalhadores do corte da cana “bóias-frias” desconhece fronteiras geográficas, limites físicos e psicológicos para se consubstanciar no exercício da atividade laboral onde quer que ela se encontre, em meio a perdas substanciais de qualidade de vida, saúde, reconhecimento social, convívio familiar e,

sobretudo, das condições de trabalho que, pelas circunstâncias em que se apresenta, contribuem a cada dia para o aumento da sua precarização.

1.4. Aspecto cognitivo do trabalho

Historicamente se incorporou ao senso comum a idéia de que o trabalho braçal dispensa o uso da inteligência. Como ao tempo de Taylor, em que se dizia que o operário podia deixar a cabeça em casa, pois dela não precisaria para trabalhar, também o trabalhador rural, sofre desse preconceito. Entretanto, sabe-se que numa sociedade de classes, o trabalho braçal carece de valor social. Os que obedecem não precisam saber por que obedecem, até porque se soubessem talvez não quisessem obedecer. Negar a presença inteligente do homem do campo além de ser uma incongruência, é também uma forma de dominação, na medida em que os impedem de expressar sua percepção não apenas do trabalho que desenvolvem, mas principalmente, sobre as condições em que ele é desenvolvido. Nesse estudo, aborda-se com maior acuidade essa questão, utilizando a perspectiva ergonômica do trabalho, que privilegia também a dimensão cognitiva do trabalho.

1.5. Aspecto psicológico do trabalho

As pressões que ocorrem no mundo do trabalho levando ao estresse o trabalhador, são objetos de estudo por diversos psicólogos comportamentais, quer por acúmulo de trabalho, competição acirrada, ou pela falta de condições propícias ao exercício profissional e outras situações desconfortáveis, hoje reconhecidas como fatores higiênicos intervenientes para o bom desempenho do operário. O fator emocional é uma determinante reconhecida no meio acadêmico para o ótimo desempenho profissional. Entretanto, alguns setores econômicos, teimam em ignorar essa realidade. A figura do psicólogo ocupacional é aceita no meio empresarial urbano, jamais no meio rural. O aspecto psicológico não é considerado como interveniente no desempenho do trabalhador rural, até porque não se reconhece essa perspectiva. Entretanto, torna-se de suma importância esta análise, tendo em vista que as mudanças ocorridas nas relações de trabalho impactam fundamentalmente nas condições psicológicas do trabalhador rural. Pela análise ergonômica do trabalho espera-se poder definir o peso dessas mudanças na vida e no trabalho real desenvolvido pelo trabalhador rural – Bóia-Fria.

1.6. Campo de trabalho dos Bóias-Frias – usinas de açúcar em Pernambuco

A matéria-prima das indústrias sucroalcooleiras é a cana-de-açúcar, cujo nome científico é *Saccharum officinarum*. É uma das seis espécies do gênero *Saccharum* (as outras são: *S. spontaneum*, *S. robustum*, *S. barberi*, *S. sinense*, *S. edule*), gramíneas altas oriundas do Sudeste Asiático. É uma planta da família *Poaceae*, com as quais se relaciona com a forma da inflorescência (espiga), o crescimento do caule em *colmos*, e as folhas com lâminas *sílica*, em suas bordas e *baínha* aberta.

O plantio da cana-de-açúcar no Brasil, vinda da Ilha da Madeira teve início no ano de 1522 na Capitania de São Vicente, trazida por Martim Afonso de Souza. Entretanto, foi no Estado de Pernambuco onde ela encontrou as condições ideais para o seu desenvolvimento devido às terras úmidas em massapé. Duarte Coelho Pereira, nos idos de 1553, importa da Ilha da Madeira a cana crioula que, durante muito tempo (três séculos) foi a variedade cultivada prioritariamente em Pernambuco.

No início do século XIX, a cana crioula passou a ser substituída pela cana caiana, oriunda da Guiana Francesa, trazida para terras brasileiras pelos portugueses. Aos poucos foram sendo introduzidas novas variedades de cana, com procedências das Antilhas, da Índia e da Indonésia.

A cana-de-açúcar há quase cinco séculos é cultivada na Zona da Mata de Pernambuco, também conhecida como Zona Canavieira. A área cultivada perfaz cerca de 12 mil km², de solo rico para a agricultura, cercada por rios perenes que afastam a possibilidade de secas, situando-se próximo ao Oceano Atlântico. (Andrade, 1998).

Os registros históricos dão conta que, de início, os engenhos de açúcar deviam ser movidos à tração humana, a exemplo das casas de farinha. A seguir passaram a ser movidos pela tração animal (bois e éguas) e, logo após, por engenhos d'água. Os engenhos movidos a vapor só foram introduzidos em solo Pernambucano a partir do século XIX, provocando uma revolução no comércio e indústria do açúcar, que passaram a sentir a concorrência direta com a produção do açúcar com base na beterraba, desenvolvida na Europa. Esse evento propiciou a necessidade de se promover modificações na produção nacional, levando o país a construir ferrovias e implantar modernos engenhos de açúcar. Já nas últimas décadas do século XIX, observam-se visíveis melhoras nas condições técnicas dos engenhos, com a implantação de máquinas para a produção do açúcar cristal. Esses engenhos modernos seriam chamados de

engenhos centrais e usinas e não apresentavam nenhuma diferença do ponto de vista técnico, porém, do ponto de vista econômico as diferenças eram bem grandes. Enquanto os engenhos eram de propriedade de agricultores, senhores de engenho como eram chamados aqueles homens de vocação agrícola, os engenhos centrais e as usinas geralmente pertenciam a uma sociedade, não possuíam terras e não desenvolviam atividades agrícolas.

A agroindústria açucareira passa por uma mudança gradual no Estado de Pernambuco a partir de 1871. Observa-se, à época, a decadência dos antigos engenhos banguês, responsáveis pela produção de um açúcar de cor escura, mascavo, e o florescimento dos engenhos centrais e usinas. Assim, foram poucos os engenhos banguês que conseguiram sobreviver até a metade do século XX.

A zona canavieira pernambucana já dispôs de uma eficiente malha ferroviária para escoar seus produtos, compostas da antiga *Great Western* e pelos ramais construídos pelas usinas para o transporte da cana. Entretanto, a partir de 1960, as ferrovias foram aos poucos sendo abandonadas, cedendo espaço para as rodovias.

A primeira usina implantada em Pernambuco foi a de São Francisco da Várzea, tendo sua primeira moagem acontecido em 1875. Pernambuco já chegou a ter mais de 100 usinas. Atualmente apenas 38 estão em funcionamento, sendo que este número ainda pode ser menor ao se considerar aquelas que podem estar paralizadas ou desativadas (Disponível em: http://www.pe-az.com.br/zona_canavieira.htm. Acesso em 16-01-07.).

As usinas pernambucanas também são proprietárias de engenhos produtores da cana-de-açúcar. Em regime de arrendamento elas terceirizam a produção a agricultores vocacionais que cultivam a cana com o compromisso da exclusividade para moagem nas suas unidades, utilizando a mão de obra dos Bóias-Frias. Também já ocorreu em solo pernambucano a experiência da desapropriação de usinas para efeito da reforma agrária, como foi o caso da Usina Caxangá, cuja experiência mal sucedida, passa-se a relatar.

1.7. Ambiência Histórica do Cooperativismo no Brasil

A história do Cooperativismo no Brasil tem seu embrião nos movimentos sociais que refletem a dialética estabelecida entre o poder dominante e as classes dominadas, na busca pela resolução de conflitos produzidos socialmente.

Nesse estudo busca-se analisar, ainda que brevemente, como se deu a implantação do cooperativismo agrícola no Brasil, com foco na experiência do Estado de Pernambuco, ressaltando o debate recorrente sobre a questão ideológica que permeia a concepção da prática cooperativista, que de inspiração socialista tende a se metamorfosear para se adequar ao sistema capitalista vigente no país.

A análise toma como base o livro organizado por Loureiro (1987), onde se conceitua a doutrina do cooperativismo enquanto prática associativa, fundamentada na cooperação e ajuda mútua segundo a proposta da doutrina cooperativista concebida por Robert Owen e outros ideólogos do movimento de socialização, contrapondo-a à visão estratégica cooperativista baseada nas experiências européia e norte-americana. Para os europeus e americanos o cooperativismo pode se configurar como um instrumento de mudança social suficientemente forte para assegurar o processo de desenvolvimento das sociedades periféricas nas suas dimensões econômica, social e cultural independentemente das condições estruturais que apresentem.

A crítica que se faz à concepção euro-norteamericana é justamente quanto à sua capacidade de operar as mudanças de caráter transformador e socialmente progressista no sentido revolucionário, ou se apenas leva à manutenção do sistema capitalista. Essa discussão é rica em significado, favorecendo a leitura e compreensão das experiências desenvolvidas em terras pernambucas, à luz da teoria e da prática, identificando as motivações subjacentes de cunho ideológico, que metamorfoseando o discurso inspirado no socialismo utópico, coloca-se a serviço do capitalismo, evidenciando na prática, mecanismo de reprodução do sistema.

O cooperativismo surge em meados do século XIX como uma proposta de superação sem traumas das distorções do sistema capitalista, naquilo em que se evidenciou como consequências desastrosas da Revolução Industrial.

Assim se expressa João Elmo Schneider (apud Loureiro, 1987):

O motor dessa transformação gradativa da sociedade não seria a luta de classes, como propunham Marx e seus seguidores, mas o apelo natural à racionalidade da organização cooperativista, que se imporia sobre o *laissez faire* capitalista. A cooperação mútua, tomando o lugar da competição e da ganância pelo lucro e integrando as instâncias da produção, distribuição e consumo de mercadorias, constituiria a base da nova sociedade, mas justa e mais humana, pois não comportaria nem explorados, nem exploradores.

O romantismo dessa proposta sugere a aparente ingenuidade dos seus formuladores, quando se baseando na utopia socialista contida na doutrina de Robert Owen e outros, (refletida nos postulados descritos no comentário supra), subestimaram a capacidade de resistência do capitalismo enquanto sistema hegemônico, que, além de não permitir a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ainda se apropria da bandeira cooperativista, para recheiar o discurso em sua defesa, incorporando-a a dinâmica expansionista do capital, na medida em que o transforma num elemento a mais de complementaridade para o fortalecimento da economia de mercado.

Não obstante essa evidência, sua divulgação continua sendo empreendida pelos organismos internacionais, ao longo das décadas, com o objetivo de sensibilizar os países em desenvolvimento a adotar a estratégia norte-americana e européia que defende o regime de competição e lucro, para promover o desenvolvimento social.

Por meio de exemplos concretos, busca-se verificar até que ponto o cooperativismo agrícola brasileiro reflete o compromisso de transformação social ou encontra-se subordinado ao modelo de acumulação de capital.

Ao longo das décadas de 40 e 70 ocorreu um intenso esforço no sentido da implantação, no Brasil e em outros países em desenvolvimento, da estratégia cooperativista centrada no modelo norte-americano, apoiada na proposta de transformação global via sistema cooperativista (baseada nos pressupostos dos princípios da doutrina cooperativista *metamorfoseados intencionalmente*) que na prática se concretizam em objetivos pontuais, em nível setorial.

Assim, tanto os organismos internacionais quanto os formuladores das políticas internas do país passaram a apoiar a organização de cooperativas agrícolas. Interessante observar que, durante esse período, os espaços que se destinavam às cooperativas de consumidores foram progressivamente ocupados pelas redes de supermercados, cujo poder de barganha não se comparava aos das cooperativas.

Conforme dados do INCRA, o cooperativismo de consumo, que até 1966 apresentava uma evolução maior do que o cooperativismo de produção entra em declínio apresentando taxas negativas de crescimento superiores as das cooperativas de produção, em que pese estas

últimas também apresentar igual comportamento. Essa situação pode ser comparada em seu grau de defasagem no quadro abaixo:

Quadro nº 1. - Evolução do número de cooperativas de produção e consumo, e taxas relativas de crescimento, Brasil, 1940-1977.

Anos	Produção		Consumo	
	Quantidade	Taxas de Crescimento %	Quantidade	Taxas de crescimento %
1940	465	-	146	-
1951	1.408	303	822	463
1960	1.808	28	1.226	49
1966	2.377	31	1.783	45
1971	1.737	- 27	751	- 56
1975	1.543	- 21	614	- 21
1977	1.252	- 18	364	- 40

Fonte: INCRA – Divisão de Cooperativismo, Brasília, DF.

Importante salientar a diferenciação que Loureiro (1981) faz sobre a tipologia das cooperativas quando assim se expressa:

Convém notar que as “cooperativas agrícolas” de que trata este trabalho, enquadram-se dentro do que se costuma chamar de “cooperativismo típico”, não devendo por isso ser confundidas como “cooperativas de produção” no sentido rigoroso do termo. No caso das primeiras, a cooperação entre produtores se dá no plano da prestação de serviços (comercialização, beneficiamento, repasse de crédito, assistência técnica, etc), e assim mesmo por delegação, e não em nível do processo produtivo propriamente dito, como é o caso das “cooperativas de produção”. A manutenção do termo “cooperativas de produção” é por simples fidelidade à tabela original. Trata-se, na verdade, de “cooperativas agrícolas”, na sua quase totalidade.

Com a promulgação da Lei 5.764, de dezembro de 1971, de inspiração empresarial, inicia-se o movimento que ficou conhecido como “renovação das estruturas”, que defendia a sobrevalência da qualidade sobre a quantidade, resultando no grande número de fusão de cooperativas agrícolas isoladas e permitindo a integração vertical de cooperativas, com bases econômicas mais sólidas.

Embora se observe a redução expressiva no número total de cooperativas em operação, verifica-se que o cooperativismo agrícola, notadamente em alguns segmentos em que atua, toma forte impulso, crescendo em importância para a economia em seu conjunto, dado

demonstrado pela evolução da participação do sistema no montante dos recursos creditícios destinados para o setor agrícola, bem como pela sua participação nas exportações nacionais e pela capacidade estática de armazenamento do país. Alguns dados são elucidativos desse comportamento tais como: quanto ao crédito rural, a participação das cooperativas no valor financiado para a agricultura, saltou de 9% para 14% no período compreendido entre 1969 a 1976; sobre a participação das cooperativas nas exportações brasileiras, representadas apenas por produtos básicos tiveram um acréscimo de aproximadamente 44,8% entre 1974 e 1977. Já em 1977, foram responsáveis por 5,1% do total das exportações e 8,8% das vendas ao exterior de produtos básicos (Loureiro, 1981).

Ainda como dado representativo da importância das cooperativas, ressalta-se que, do total da capacidade de estocagem no Brasil, elas detinham mais de um quinto, significando 8,6 milhões de toneladas de um total de 38,5 milhões, com apenas 9,1% das unidades de armazenamento existente no período estudado.

Conforme dados levantados pela pesquisa desenvolvida por João Elmo Schneider (in: Loureiro, 1981) em sua tese de doutorado, o número de produtores associados às cooperativas cresceram na ordem de 21% entre 1973 e 1975, passando de um total de 627.884 a 794.911. Considera o autor que, em quase cem anos de existência do cooperativismo no país, este ainda está longe de se configurar como um instrumento efetivo de desenvolvimento econômico e social, considerando que a prática cooperativista representava em 1977 uma proporção inexpressiva dos estabelecimentos rurais da ordem de 17% e das famílias que vivem no campo totaliza apenas 12% da população brasileira.

Muito mais se poderia falar a respeito do cooperativismo agrícola no Brasil, seja pela análise das dimensões estruturais do desenvolvimento que apontam para as disparidades inter-regionais em sua assimetria, seja pelos os resultados diferenciados demonstrados pelos sub-setores da agricultura comercial e de exportação e a agricultura tradicional voltada para a produção de alimentos e matérias-primas para abastecimento interno, ou da grande diferença sócio-econômica que categoriza os produtores rurais, evidenciando a forte tendência à concentração de renda e da riqueza na sociedade como um todo. Entretanto, por hora, essas considerações fogem ao escopo desse estudo.

Faz-se necessário, porém, atentar para as diferentes formas de expressão das relações que permitem a reprodução e o desenvolvimento do capitalismo, considerando a tendência geral de entender o cooperativismo como um mecanismo de modernização.

Chama a atenção para esse aspecto, José Roberto P. Novaes (in: Loureiro, 1981), quando assim comenta:

(...), a utilização do mesmo vocábulo não indica uma uniformidade de fenômenos. Antigos “barracões de usinas, após determinado período de lutas sociais em Pernambuco, ostentam hoje o nome de Cooperativa dos Trabalhadores, ainda que permaneçam os mecanismos que asseguram a dependência dos operários aos usineiros, seja diretamente – quando a própria empresa realiza a comercialização –, seja indiretamente, através de comerciantes ligados aos donos de usinas. Também os trabalhadores conhecidos como “bóias-frias” merecem a atenção das autoridades que pretendem “protegê-los”, através da criação de cooperativas. Podemos lembrar, ainda, as cooperativas que aparecem em áreas de colonização dirigida, geralmente em projetos de irrigação. Estas congregam obrigatoriamente colonos “previamente selecionados” com vistas a atender uma demanda específica de mercadorias e são, na realidade, dirigidas por técnicos de empresas estatais. Da mesma forma, há outras no Sul do país que, congregando grandes e pequenos proprietários, caracterizam-se primordialmente como um canal de penetração de insumos de grandes empresas nacionais e multinacionais”.

O autor chama a atenção para a importância de se observar o contexto sócio-econômico em que se insere determinada cooperativa, quando da sua análise. Essa advertência demonstra assertividade, tendo em vista os interesses das classes sociais envolvidas que determinam as relações de produção no movimento concreto de acumulação de capital, que não pode ser ignorado quando se pretende estudar o ideário cooperativista.

1.8. De Bóia-Fria a Paraleiro: A Cooperativa Integral de Reforma Agrária: a experiência do Estado de Pernambuco.

Para facilitar a melhor compreensão de como se deu à experiência pioneira do cooperativismo em solo pernambucano, necessário se faz contextualizar historicamente a ambiência sócio-política da época, de forma a definir os fatores intervenientes que tornaram o caso pernambucano *sui generis*, considerando a relação direta que se estabeleceu entre o Estado e o campesinato local.

A Cooperativa Integral de Reforma Agrária teve origem na formação de um grupo social denominado parceiros, composto pelos chamados Bóias-frias e pequenos produtores rurais, localizada na zona da Mata, sul de Pernambuco, fundada por Decreto Lei Presidencial

de 03/07/1975 sob o patrocínio e controle direto do Estado, anos após ter sido desapropriado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) todo o acervo industrial, imobiliário e agrícola do Complexo Industrial Caxangá, que contava com um total de 20.000 ha, distribuídos entre cinco municípios.

Essa situação é interpretada por Suely Cavendish (in: Loureiro, 1981) quando assim comenta:

Essa “nova” situação de dominação delineou-se ao longo de um processo cujo marco inicial remonta à época da paralização das atividades da usina, em 26-12-1964, consequência do agravamento de uma crise econômica e social ininterrupta e de longa duração. A decadência econômico-financeira por que vinha passando a unidade fabril, conjugavam-se as lutas travadas entre o seu proprietário e a população trabalhadora local, lutas essas que se inscreviam no contexto mais amplo dos movimentos sociais da Zona da Mata Nordestina. A partir do momento em que o Estado assume o controle do processo produtivo na área, assume também, através de seus órgãos representativos e de uma ação concomitante dos aparelhos de repressão, a dominação sobre os moradores, dominação essa que havia supostamente escapado das mãos do antigo proprietário. Instaura-se, portanto, uma relação direta entre o Estado e o campesinato local, em substituição às formas anteriores, que se expressavam na relação usineiro/trabalhador da cana.

Nessa perspectiva, a mudança que ocorreu em termos de dominação foi pouco substantiva, posto que na prática quase nada mudasse para os trabalhadores, tendo em vista que o processo de produção e comercialização da cana-de-açúcar permaneceu o mesmo. Embora cooperados, os parceiros (antigos bóias-frias) num total aproximado de 750, ostentando a condição de sócios e detentores de uma parcela da terra (variável em torno de 10 a 15 hectares), continuavam presos aos mecanismos de exploração, sendo obrigados a comercializar a sua produção junto à cooperativa, que se encarregava de vendê-la para a Usina Caxangá. Na prática, a luta pela parcela da terra não alterou em nada a condição subalterna perante o novo dono da usina: o Estado. A conclusão que se chega a respeito da interferência do Estado é que antes de querer resolver a situação dos trabalhadores rurais, o interesse maior era recuperar economicamente a usina, posto que não a incorporou ao Projeto de Reforma Agrária.

Reforça esse entendimento Suely Cavendish (apud Loureiro, 1981) quando comenta:

A política de Intervenção Estatal na área revestiu-se de aspectos bastantes contraditórios e longe de constituir-se numa linha de ação

homogênea no sentido de definir as novas bases em que seria levada a cabo a produção e as formas de sujeição do trabalhador, antes refletia a diversidade de interesses e matizes ideológicos dos grupos que atuam em algumas esferas do cenário institucional. Caberia, portanto, nesse caso, diante dos vários aspectos a considerar na caracterização do conjunto de relações que travam entre si os parceiros e o Estado e cuja mediação se dá atualmente através da Cooperativa, tentar equacionar sucintamente a sua evolução.

É importante ressaltar que o contexto político era de muita efervescência, tendo em vista o regime de exceção que se instalara no país em 1964, onde a desmobilização dos movimentos de massa rurais tornava-se estratégico para o governo, a exemplo do que ocorreu com as Ligas Camponesas e o Movimento Sindical, cujas lideranças foram desarticuladas. Dessa forma, a Cooperativa Integral de Reforma Agrária consubstanciou-se, na prática, em um mecanismo de exploração dos trabalhadores, capitaneado pelo Estado, na medida em que este usava de estratégias desmobilizadoras para manter sob controle os trabalhadores rurais.

No caso de Pernambuco, o elemento a ser considerado é a intervenção do Estado que se apresentava como forma de aliança para atender interesses sectários, por parte dos grupos dominantes da região canavieira e dos órgãos do governo, tendo em vista que todas as tratativas nem de longe corresponderem à defesa dos interesses da classe trabalhadora. Mais uma vez, a utilização do cooperativismo como saída para os problemas do bóia-fria e do pequeno produtor rural, evidenciou-se frustrante enquanto concretização dos seus postulados doutrinários.

A experiência dos Bóias-Frias como proprietários de terra ligados a uma cooperativa foi frustrante em todos os aspectos, porém, manteve acesa a chama da posse da terra por meio da tão sonhada Reforma Agrária. Enquanto esse ideal não se concretiza na prática, resta conhecer mais profundamente esse sujeito que tanto contribui para a riqueza nacional e tão pouco dela usufrui.

1.9. Como se constituiu socialmente o Bóia-Fria: visão sociológica

Recorrer à sociologia, nesse estudo, fez-se necessário para entender melhor o comportamento social do trabalhador rural numa perspectiva histórica reveladora de um passado de dominação. Em seus primórdios sob o domínio da escravidão e ao longo dos tempos metamorfoseando-se sob o disfarce da “proteção”. Conhecer sua trajetória ajudará a

entender como se processavam as suas relações sociais e principalmente como o trabalhador entende e desenvolve a sua atividade laboral.

Em qualquer revisão bibliográfica que busque retratar a saga da cultura canavieira do Estado de Pernambuco, quando se evoca a sua origem étnica, surge o livro *Casa-Grande & Senzala* (Freyre, 1933) como fonte de pesquisa das mais ricas e expressivas da formação da sociedade rural ao tempo do Brasil Colônia. Ninguém melhor do que Gilberto Freyre, autor da obra referenciada, para abordar de forma panorâmica a sociedade pernambucana dos senhores de engenhos, até porque dela foi ele um legítimo descendente. Essa contingência é motivo de crítica de alguns estudiosos, quando diminuem a importância da sua obra, ao atribuir às suas origens, vetor determinante para descrever de forma complacente a saga dos senhores da cana, a partir das relações “democráticas” travadas nas casas-grandes, entre as raças que deram origem ao povo brasileiro.

Essa crítica é retomada por Darcy Ribeiro em um dos seus ensaios, quando assim se expressa: “Freyre nunca foi um pensador *stricto sensu*. Estudou na América com o célebre antropólogo *Franz Boas* e herdou dele o gosto pela descrição criteriosa, exaustiva, cuidadosíssima, mas desinteressada de qualquer generalização teórica”. Entretanto o antropólogo não deixa de reconhecer que:

Em nenhuma outra língua existe trabalho tão minucioso, tão copioso em informações. E tão fascinante. Porque lemos *Casa-grande e Senzala* como quem lesse uma obra narrativa. Para isso contribui a habilidade verbal de *Freyre* que estabelece o que, em literatura, se chama estilo. Ele tem um estilo sugestivo e brilhante, uma volúpia no trato com a palavra. Os efeitos de linguagem tornam-se visíveis a todo o instante. (Disponível em: <<http://www.terra.com.br/literatura/livrodomes>. Acesso em: 20 fev. 2007).

Na esteira do entendimento do antropólogo sobre a obra Freyreana é que se desenvolve a abordagem sociológica da pesquisa objeto desse estudo. Assim, por meio da análise de trechos do livro *Casa-Grande & Senzala*, busca-se reconstituir as bases da sociedade brasileira no período colonial e em seu interior, da sociedade pernambucana, identificando o “bóia-fria” como o descendente direto do escravo das lavouras de cana-de-açúcar.

Nada mais contundente do que...

A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representavam bem esse imenso poderio feudal. Feias e forte. Paredes grossas. Alicerces profundos. Óleo de baleia. Há uma tradição nortista que um senhor de

engenho mais ansioso por perpetuidade não se conteve e mandou matar dois escravos e enterrá-los nos alicerces da casa. O suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo que mais do que de baleia ajudou a dar alicerce às casas-grandes (Freyre, 1961).

Essa história de sangue, suor e lágrimas tem início logo após a descoberta do novo mundo, quando pelas mãos colonizadoras dos portugueses, a produção de cana-de-açúcar é introduzida em solo brasileiro. A origem da cana vinda de Portugal é árabe, porque foram os mouros, detentores de grande tradição agrícola, que durante a ocupação da Península Ibérica transferiram para os portugueses a tecnologia para o fabrico do açúcar. O engenho mouro é, portanto, a matriz do engenho pernambucano.

A princípio, foi o índio a mão de obra disponível para o cultivo da cana. Entretanto, sua relação com o homem branco – o português – não era das mais fáceis. O choque cultural entre europeus e ameríndios foi de grandes proporções. As relações entre homem e mulher, mestre e discípulos, colonizados e colonizadores, sofria de certa forma a mediação dos jesuítas. Estes exerciam seus ofícios em capelas construídas nos interiores das casas-grandes, servindo tanto para oficializar os ritos da igreja católica, como para ministrar as aulas aos filhos dos senhores de engenho e catequizar os índios. A fragilidade dos índios para contrair as doenças do homem branco, tornava difícil a sua adaptação ao trabalho árduo do campo, que exigia na sua lida, muito vigor físico.

Logo ficou evidente para os donos das terras e para os representantes da Igreja que apostar no índio como mão de obra intensiva para o desenvolvimento da economia brasileira não resultaria nos ganhos de produção que desejavam. A solução seria, pois, como de fato foi, o suprimento da mão de obra escrava, com a importação de negros caçados na África. A mudança se operou no interior das casas-grandes pela substituição das cunhãs nas cozinhas (índias que trabalhavam como domésticas) e na cama do senhor, pelas escravas negras, como rezava o costume da época. Essa licenciosidade dos senhores de engenho que, por meio da força e do poder, submetiam as índias e as escravas aos seus caprichos libidinosos, contribuiu para a proliferação de filhos bastardos, cuja cor da pele denunciava sua origem.

Em trecho de Casa-Grande & Senzala, Freyre (1961) assim comenta:

Na verdade, senhores, se a moralidade e a justiça de qualquer povo se fundam, parte nas suas instituições religiosas e políticas, e parte na filosofia, por assim dizer doméstica de cada família, que quadro pode apresentar o Brasil quando o consideramos debaixo desses dois pontos de vista?"

A considerar os desmandos dos poderosos senhores de engenho, a sociedade pernambucana do Brasil Colônia, não serviria como exemplo de zelo pela moral e bons costumes. Na verdade, o senhor de engenho é decantado em prosa e verso como a figura soberba do homem poderoso que preguiçosamente vivia deitado numa rede, cochilando e copulando. Quando se dispunha a sair, o fazia sempre com o auxílio dos negros, que o transportava em redes dependuradas às suas costas. E, para demonstrar a sua autoridade nem era preciso sair da rede, bastava apenas ordenar por meio de gritos, que ressoavam como tempestades. Essa relação de poder, no entanto, se democratizava na alcova como assim se referia Freyre, trazendo graves consequências de ordem sanitária, merecendo do autor o seguinte comentário:

Costuma dizer-se que a civilização e a sifilização andam juntas. O Brasil, entretanto parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado. A contaminação da sífilis em massa ocorria nas senzalas, mas não que o negro já viesse contaminado. Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram as negras das senzalas. Por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para um sifilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem (Freyre, 1961).

A promiscuidade da elite rural brasileira que sem o menor pudor servia-se da mulher escrava com se objeto fosse, também produziu outras consequências nefastas. A escravidão provocou no negro o distanciamento do seu meio social, desfazendo seus laços familiares. A comercialização das peças favorecia a essa situação, quando eram vendidos separadamente, membros de uma mesma família a outros proprietários. Também, os mais vigorosos escravos tornavam-se reprodutores da espécie, para aumentar o contingente de escravos do senhor. A Igreja corroborava nessa engrenagem, procedendo ao batismo tão logo as crias nasciam. Os rebentos eram considerados gente sem alma.

À exemplo do que ocorre com o Bóia-Fria na atualidade, também seus ancestrais provaram dos efeitos negativos do processo de desterritorialização, que se iniciou quando foram expatriados de forma brutal e se intensificou com a sua comercialização como peças, privando-os do convívio social e familiar. Os mecanismos se metamorfosearam ao longo dos tempos, porém, os efeitos nefastos são os mesmos, em nada contribuindo para manutenção das relações sociais e vínculos afetivos.

O papel da mulher escrava era de mediadora entre a casa-grande e a senzala, representando o ventre gerador. Assim as negras mais bonitas eram escolhidas pelos senhores

para servirem de concubinas e domésticas. A atração fatal que as escravas provocavam nos senhores de engenho produzia em suas esposas um desencadear de sentimentos variados, misto de ciúme, inveja e vingança, que sempre resultavam em castigos aplicados ao objeto do desejo dos seus maridos. Assim, a escrava que capitulava ao sadismo e aos vícios do senhor era impiedosamente castigada pela senhora, sem que pudesse esboçar nenhuma atitude de constrangimento, tampouco de insurgimento às agressões sofridas. A cada cópula e castigo, sobravam as atividades domésticas a serem cumpridas. Da cozinha para a cama, o objeto do desejo não tinha desejo a considerar. Só, obrigações a cumprir.

Na sociedade escravocrata e latifundiária emergente os valores culturais e sociais se mesclavam entre brancos e negros. O papel da mulher negra na sociedade escravocrata é realçado até pela figura apagada e de pouca importância da mulher branca dentro de uma sociedade essencialmente machista. Assim, as damas da sociedade eram dadas em casamento pelos seus pais, muito novas, entre os doze e quinze anos, a homens poderosos, muito mais velhos do que elas. O recato natural que espelhavam e a completa ignorância sobre as coisas da vida e do casamento era um dado comum entre elas. As poucas informações que detinham eram transmitidas pelas mucamas, suas escravas de quarto. A vida sedentária, pouco estimulante das senhoras de engenho, contribuía para torná-las infelizes. Em geral, transformavam-se em matronas ainda muito jovens, pelos sucessivos partos que deformavam seus corpos. A falta de cultura e instrução também contribuía para que levassem uma vida de ócio e reclusão. O fato é que a presença da escrava, muito embora servisse aos seus caprichos, era uma constante ameaça à sua condição de mulher desejável.

As crias dos senhores de engenho, recebiam da escrava negra os primeiros cuidados desde que nasciam, sendo acalentados, amamentados, acarinhados e protegidos durante toda sua infância e adolescência, quando então, era também com elas que se iniciam nos domínios do sexo.

A mão escura da negra escrava também contribuiu na culinária, quando a partir das sobras da casa-grande, criava receitas de gosto forte e apurado, usando condimentos africanos e o azeite de dendê, para temperar pratos como: a feijoada, farofa, o quibebe (espécie de purê de abóbora) e o vatapá, para citar apenas os mais conhecidos. A influência africana também se fez sentir na forma de expressar a língua portuguesa. O modo peculiar de colocar os pronomes antes do verbo: (me diga, me espere...) vem do africano, ferindo o português arcaico, muito

mais formal no seu emprego (espera-me, diga-me,). Também a forma diminutiva de se expressar é herança africana (benzinho, sinhozinho, Toinho, Zezinho). Enfim, sua influência se faz presente no jeito do brasileiro falar, andar, comer e expressar seus sentimentos de tristeza e alegria com espontaneidade. Na religião também a cultura africana legou o sincretismo, transformando santos católicos em entidades sagradas ao culto do candomblé e dos terreiros de Umbanda. Aproveitando-se das crenças e magias trazidas pelas mãos dos portugueses, os escravos as transformavam em feitiçarias que eram colocadas a serviço do homem branco, como curas para todos os males. Assim, havia feitiço para aumentar a potência sexual dos homens mais velhos ou para engravidar as sinhás. (Disponível em: <<http://www.terra.com.br/literatua/livrodomes>. Acesso em: 20. fev. 2007).

A vida do escravo pela própria condição de escravo nada tinha de fácil. Porém, o vigor físico do africano, apenas suplantado pelo seu vigor moral, ajudava-o a superar a condição de absoluta submissão, buscando tornar sua vida mais alegre apesar dos pesares. Porém, nem sempre isso acontecia, como fica claro nesse trecho de Casa-Grande & Senzala:

Não foi só de alegria a vida dos negros escravos dos ioiôs e das iaiás brancas. Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas e potagens dos mandingueiros. O banzo deu cabo de muitos. O banzo – a saudade da África. Houve os que de tão banzeiros ficaram lesos, idiotas. Não morreram, mas ficaram penando (Freyre, 1961).

A saga dos escravos africanos em terras brasileiras traduz uma vida de trabalho, repressão e luta pela liberdade. O ideal de liberdade sempre esteve presente no cotidiano do homem negro, tornado escravo pela mão do branco dominador. Nesse ideal a eles também se juntaram filhos dos senhores de engenho que se tornaram abolicionistas por várias razões, dentre elas as questões humanitárias e o sentimento de gratidão pela preta velha que os criou com carinho e dedicação.

Atribui-se ao cientista social Florestan Fernandes, o seguinte comentário a respeito do período de escravidão no Brasil:

Os brancos diziam que em nenhum país do mundo essa nefanda instituição foi tão doce como no Brasil. Agora não me passa pela cabeça – não deve passar pela cabeça de ninguém – que essa nefanda instituição, como os próprios brancos chamavam a escravidão, que ela pudesse ser doce em algum lugar. Ela só pode ser doce da perspectiva de quem estivesse na casa- grande e não na perspectiva de quem estivesse na senzala. (Disponível em: <http://www.terra.com.br/literatua/livrodomes>. Acesso em 20 fev. 2007).

O comentário de Florestan Fernandes explica de certa forma o ideal abolicionista aflorado entre os filhos dos senhores de engenho. A escravidão vista por eles, poderia ser considerada doce, pela doce presença da mãe preta. Todavia como imaginar um povo subjugado em terras alheias se sentir confortável vivenciando tão situação? A supressão da liberdade para qualquer ser humano dotado de inteligência e vontade, é um castigo inaceitável, só admissível quando se evoca a relação de poder que se estabelece entre os sujeitos. Somente o exercício do poder econômico reforçado pelo *status* social explica essa triste página da história nacional. Muito embora se negue a evidência, a escravidão no Brasil tem muitas faces que ainda permanecem expostas, na figura dos excluídos de toda sorte, que compõe grande parte da sociedade contemporânea.

1.10. O trabalho escravo na lavoura de cana de açúcar

A saga dos escravos nas lavouras de cana de açúcar tem início quando Duarte Coelho, em 1542, requer a autorização do Rei para importar negros africanos. Tal solicitação teve como justificativa a impropriedade da mão de obra indígena para essa lavoura, por motivos já conhecidos. É bem verdade que a escravidão negra e indígena já existia desde os primórdios do período de colonização. Entretanto, só a partir de 1559 é que os negros foram introduzidos no cenário nordestino para o cultivo da cana de açúcar por determinação da Rainha D. Catarina que determinou ao Governador da Ilha de São Tomé que permitisse a importação para cada senhor de engenho do Brasil, que tivesse certidão do Governo Geral, de 120 negros oriundos do Congo, pelo valor de um terço dos direitos que lhe eram cobrados. Essa medida propiciou a importação de escravos para Pernambuco, ainda no tempo em que os portugueses ocupavam pequenas áreas da Capitania. Andrade, (1998) explica que a preferência pela mão de obra escrava se dava por que:

Na realidade, o negro, representante de uma civilização agrícola e já acostumado ao regime servil na África, oferecia maior produtividade no trabalho que o indígena. Daí preferirem os proprietários, apesar do alto preço, adquirir escravos negros a escravizar índios para o trabalho. Dois fatos, porém, tornavam perniciosa um grande emprego de capital em escravos africanos: a mortandade muito grande entre eles, devido à má acomodação das senzalas, à má alimentação, ao excesso de trabalho e à aclimatabilidade, como também a alta percentagem de fugas para o interior, onde se reuniam em quilombos, bastante numerosos, e frequentes em todo o território nacional.

A respeito das fugas para os Quilombos, Andrade (1998) comenta que foi o “Quilombo de Palmares, pela sua área de influência e longa duração, o responsável por ‘romper a ‘cortina-de-silêncio’ que os nossos historiadores estenderam sobre as reações negras contra o cativeiro no país”. Tudo faz crer que o comportamento do negro escravo no país não foi tão dócil quanto deixaram transparecer algumas fontes bibliográficas. Tanto isso é verdade que D. Diogo de Meneses e Siqueira, Governador Geral, em cartas ao Rei, ressaltava a sua preocupação com a agricultura nordestina que, segundo ele, os escravos oriundos da Guiné, devido ao alto preço e aos riscos advindos da sua conservação, levavam à ruína muitos dos senhores de engenho, razão pela qual se tornou advogado da escravidão indígena, que na visão, era menos problemática.

A produção do açúcar além da mão de obra para as atividades do campo, também exigia conhecimentos técnicos. Assim, Duarte Coelho tratou de importar técnicos da Europa, em sua maioria constituída de israelitas, que apesar dos seus conhecimentos técnicos não serem direcionados para a agricultura, ainda assim, eram importantes, para o processo de industrialização. Essa migração de técnicos israelitas se deu por causa do cerco da Inquisição ao povo judeu.

Andrade (1998) comenta:

Tão grande era o número de judeus e tal a sua importância em Pernambuco, nos fins do século XVI, que a capitania duartina recebeu a visita do Santo Ofício, demorando-se o seu representante em Olinda, procurando punir os cristãos novos que permaneciam fieis às práticas religiosas do mosaísmo. Foram, certamente, estes técnicos importados pelo primeiro donatário: os primeiros mestres de açúcar, caldeiros, purgadores, banqueiros e caxeiros dos engenhos coloniais. Eles e os pequenos lavradores iriam construir o núcleo central de uma classe média rural que, pouco numerosa e dominada pela aristocracia do açúcar, manter-se-ia como classe até a proletarização quase total, imposta nos últimos anos pela concentração fundiária resultante do aparecimento das grandes usinas.

No período da dominação holandesa, os escravos chegando a Recife, eram colocados à venda nos mercados para serem comprados pelos senhores de engenho e lavradores. Essa transação em tese deveria apresentar um bom lucro, uma vez que a Companhia adquiria os escravos a preço relativamente baixo e os revendia por um preço muito mais alto. Isto porque sendo os escravos comprados ao preço médio de 12 a 75 libras em Guiné e em Angola de 38 a 55 florins, eram comercializados no Recife por 200 a 300 florins a peça comum, chegando a

atingir valores entre 600 a 800 florins os negros com compleição física bem dotada, gozando de boa saúde. Essas transações bastante rentáveis perduraram entre 1636 até 1645, quando foi trazido para o Recife pelos holandeses algo em torno de 2.500 escravos por ano, totalizando 23.163 no período. Entretanto, os lucros aparentes não foram realizados tendo em vista que os compradores na grande maioria não saldaram os seus débitos (Andrade, 1998).

O endividamento dos produtores de cana de açúcar data de 1645. Até os dias atuais, a situação não mudou muito, no que se refere ao período de entressafra, quando os fornecedores de cana necessitam de empréstimos para cobrir os custos de produção e ficam à espera do período da colheita, e mais especificamente, do preço pago pela cana cortada, para equilibrar suas contas, fato que nem sempre ocorre. Daí o grande número de falências observado entre os senhores de engenho.

Para fugir aos prejuízos com a venda de escravos a maus pagadores, a solução encontrada pela Companhia foi num primeiro momento, proceder à venda a vista. Entretanto essa saída não foi a mais viável, tendo em vista o pouco poder de compra dos senhores de engenho e lavradores. Surgem então, os comerciantes judeus que passaram a intermediar a venda de escravos, comprando às peças a vista à Companhia, revendendo-as aos senhores de engenho e lavradores a prazo. Praticavam nessa transação preços elevados, acrescidos de juros exorbitantes, agindo como verdadeiros agiotas, razão pela qual, carregam até hoje essa fama nefasta. Tal procedimento criava uma situação de difícil solução para os produtores de açúcar, que se viam na necessidade de suprir financeiramente as despesas relativas à reconstrução dos engenhos, o custo com a manutenção de suas famílias, compra de escravos e sua alimentação, bem como arcavam com os prejuízos advindos dos atos de vandalismo praticados por salteadores, por soldados holandeses e por bandos de guerrilheiros vindos da Bahia, resultando quase sempre no incêndio aos canaviais que pertenciam ao domínio holandês. Essa circunstância se agravou sobremaneira quando do retorno de Mauricio de Nassau à Holanda. (Andrade, 1998).

Foi um período de extrema dificuldade, pois naquela época a atividade dos senhores de engenho era mais industrial do que agrícola, tendo em vista que cultivavam “uns poucos partidos de cana”, preferindo industrializar a cana fornecida pelos lavradores. Andrade (1998) menciona o relatório de van der Dussen que esclarece: “o número de partidos de cana lavrados

em 61 engenhos, apenas 13% pertenciam aos proprietários, sendo a imensa maioria de mais de 85% dos partidos de propriedade dos lavradores”.

Os lavradores tinham a liberdade de fornecer suas canas para o engenho da sua escolha. Cabia a eles como obrigação, o plantio da cana e todo o acompanhamento da lavoura até o período da colheita e do seu transporte até a propriedade. A partir de então, o senhor de engenho, junto com os seus empregados e escravos se responsabilizavam pela moagem da cana, que uma vez transformada em açúcar era dividido em partes iguais, beneficiando o lavrador e o senhor de engenho. Nessa divisão de tarefas, para dar conta da sua parte, o lavrador necessitava da mão de obra escrava para o cultivo e transporte da sua lavoura, além de bois e carros. Evidentemente que, o número de escravos e juntas de bois era relativo ao seu poder aquisitivo e aos partidos que este podia cultivar. Ainda era responsável pelas despesas como o processo de secamento do açúcar, o encaixamento e o frete para escoar o seu produto até o lugar de comercialização (Andrade, 1998).

O contrato estabelecido hoje entre o usineiro e o arrendatário de engenho, que obriga este último a fornecer a cana para a usina proprietária das terras arrendadas, era também praticado naquela época, pois o lavrador que não possuía terras próprias alugava a um engenho, se comprometendo a moer suas canas nele. Esta operação implicava num deságio mantido até hoje, tendo em vista que a percentagem que recebia era menor, ficando ele com um terço, contra dois do senhor de engenho no caso das terras serem mais férteis e próximas à fábrica, ou de dois quintos, quando não observadas essas vantagens.

Andrade (1998) comenta:

Também o mel que escorria do açúcar na casa de purgar era propriedade do senhor de engenho, que utilizava na entressafra sob a forma de garapa, na alimentação de escravos, cavalos e bois. Ora, um lavrador que cultivasse 40 tarefas de cana, lembrando-se que cada tarefa correspondia à quantidade moída por um engenho em 24 horas, necessitaria dispor de, aproximadamente, 20 escravos com enxadas, foices e machados, e de 4 a 8 carros com uma quantidade de bois que oscilava, conforme o número de carros, entre 12 a 24. A tarefa correspondia, nos engenhos a boi, a 25 ou 30 carros de cana e, nos movidos a água, a 40 ou 50 carros.

Nesse contexto, vale ressaltar a importância dos animais e dos carros de bois no cultivo da cana de açúcar. Goulart (1959) enfatiza: “em todo o Nordeste açucareiro o carro-de-boi foi indispensável às lidas do engenho, ora transportando a matéria-prima, a cana, ora o combustível, a lenha ora o produto acabado, o açúcar”.

O número de tarefa destinada a cada lavrador era condicionado à área disponível para a lavoura, como também pela capacidade do número de lavradores existentes no engenho. O ciclo da moagem se iniciava em setembro e se concluía em abril. O lavrador também se obrigava a plantar com a mão de obra dos seus escravos culturas de subsistência para garantir o alimento dos seus familiares e dos escravos. Em geral, eram utilizadas as terras menos produtivas e mais distantes da área de fabrico. Dessa forma, levavam uma vida bastante moderada, tendo em vista que o lucro obtido com a cultura da cana era quase que na sua totalidade, investido na compra de escravos, animais e ferramentas de trabalho.

Interessante observar que as culturas de subsistência, também eram desenvolvidas pelos moradores das propriedades, que eram homens livres, autorizados pelos donos das terras, a viver em sítios distantes dos engenhos e que pagavam uma pequena renda anual, na forma de gêneros, chamada foro. (Andrade, 1998).

Essa tradição chega aos dias atuais na pele do trabalhador-morador, que além do salário que recebe por produtividade, também mantém um sítio nas cercanias da sua moradia, onde planta diversas culturas de subsistência e cria animais de pequeno porte. Essa foi sem dúvida a grande diferença sentida pelos trabalhadores rurais quando se tornaram autônomos – bóias-frias -, saindo das propriedades para habitar nas cidades circunvizinhas, perdendo assim, o direito ao sítio e, com ele, a possibilidade de manter garantida a sua subsistência.

Já o senhor de engenho, para moer sua cana e a fornecida pelos lavradores, necessitava de muitos recursos para gerir o negócio da cana. Apesar de ficar com boa parte dos recursos gerados pela venda do produto acabado, nem sempre conseguia amortizar as suas dívidas.

Dussen (1939, In: Andrade, 1998) explica essa circunstância:

Isto porque era grande o capital empregado nas construções que necessitava fazer (casa de moenda, chamada “moita” ao norte de Pernambuco, casa de purgar, olaria, além da casa-grande, da senzala e, as vezes, da capela), nas máquinas, na aquisição de negros – em número que normalmente oscilava entre 40 e 70 indivíduos, conforme a capacidade do engenho -, em animais – de 30 a 40 bois -, em cerca de 10 a 12 carros e numa série enorme de utensílios. Também cabia a ele pagar o salário de uma série de empregados, como os que dirigiam a moenda, a plantação, os negros e os bois.

Mello (s/d, in: Andrade, 1998) descreve o trabalho dos negros nos canaviais da seguinte maneira:

Os negros eram obrigados a trabalhar todo o dia, “de sol a sol”, reunidos formando o eito, sob as ordens de um feitor. Engenhos haviam que, devido à sua importância, possuíam vários feitores, sendo o chefe deles chamado de feitor-mor. Costumavam os senhores de engenho e lavradores portugueses, por serem católicos, permitir o descanso dos seus escravos nos domingos e dias santificados, enquanto os holandeses, por serem calvinistas, guardavam apenas os domingos. Os escravos dos judeus tinham mais folga, já que estes, por motivos religiosos, guardavam os sábados e por temor às autoridades guardavam também os domingos. Daí os escravos preferirem os senhores judeus aos católicos e estes aos calvinistas.

Por estes relatos fica fácil perceber a grande importância e contribuição dos negros para o cultivo da cana-de-açúcar em terras nordestinas. A necessidade dessa mão de obra foi capaz de subverter os escrúpulos religiosos dos calvinistas holandeses quanto à escravidão. Mello (s/d, in: Andrade, 1998) comenta que esta circunstância levou, em 1640, Heeren XIV a afirmar que “sem negros e sem bois nada se poderia esperar de Pernambuco”.

Muito embora se reconheça a importância do escravo para o desenvolvimento da lavoura da cana-de-açúcar, o tratamento dispensado a ele, tanto no período dos holandeses quanto dos portugueses foi extremamente severo. Eram constantemente maltratados, submetidos a castigos físicos com chicotes, varas ou correias de couro que serviam de instrumento de punição, além de serem acorrentados pelos pés e pescoços e postos no tronco. Entretanto estas práticas, embora dolorosas e indignas, eram dosadas para não danificar a “peça”, ou seja, para não desvalorizar o escravo, já que esta custava um bom dinheiro. Mas, aqui e ali, alguns se excediam nos castigos, como comenta Andrade (1998):

Entretanto, mesmo cautelosos e cientes do valor dos seus escravos, como o famoso João Fernandes Vieira, recomendavam que não se castigassem os escravos com paus nem com pedras quando merecessem, a fim de não desvalorizá-los, mas os colocassem sobre um carro e os açoitassem e, após o açoitamento, fossem os mesmos picados com navalhas e faca que cortasse bem, pondo-se depois, sobre as feridas, sal, sumo de limão ou urina. Após isto, era o pobre escravo mantido em corrente por alguns dias.

Relatos como esses dão conta das barbaridades praticadas contra os negros em solo nacional, ao tempo do Brasil Colônia. De fato é uma página da história do Brasil que deveria não ter sido escrita, mas, uma vez real, faz-se necessária divulgá-la, até porque, as formas atuais de dominação no campo, também contam com o trabalho semi-escravo, que para ser extinto, precisa ser denunciado. Essa história, de sangue, suor e lágrimas, que se iniciou com a escravidão no país, ainda hoje se mantém, embora sem o requinte da crueldade física abolida

junto com a escravidão, porém, reproduzida sob as mais variadas formas de dominação do homem pelo homem.

Mais do que os holandeses, foram os portugueses que mantiveram a produção do açúcar em solo brasileiro, notadamente no estado de Pernambuco, por serem reconhecidamente mais hábeis na aplicação das técnicas de fabricação, bem como na maneira mais habilidosa de lidar com os escravos para deles, tirar o maior proveito em termos de produtividade.

Entre os períodos de 1654, ocasião em que se deu a expulsão dos holandeses no solo nacional e 1808, quando da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, a agricultura canavieira viveu momentos de apogeu e de crises profundas. As dificuldades começaram quando a indústria açucareira das Antilhas torna-se mais produtiva, devido ao maior conhecimento técnico agrícola aliado ao solo favorável, que permitiram uma produção mais econômica. Além dessa circunstância, também a política monopolista praticada pelos colonizadores prejudicou em muito a indústria açucareira, tendo em vista a baixa população do Reino e as dificuldades de comercialização do produto, criadas pelas companhias de comércio. A euforia econômica veio com as guerras travadas em solo europeu pelos colonizadores, na segunda metade do século XVIII e com as revoluções nas Antilhas, no mesmo período, favorecendo a indústria açucareira nacional que conheceu nessa época o seu apogeu. Tal circunstância, no entendimento de Andrade (1998) “adiou para o início do século XIX as lutas emancipacionistas que se deram com tanta intensidade em Pernambuco”. Isto porque Portugal, ao se colocar à margem dos conflitos, possibilitou a colocação do açúcar brasileiro no mercado europeu, que rendeu à época mais do que as minas de ouro renderam para os cofres portugueses.

Mesmo considerando as flutuações de comercialização do açúcar brasileiro no mercado europeu, além dos baixos níveis técnicos da agricultura e da indústria canavieira, a população nordestina nesse período se expandiu por toda a região. Os estados nordestinos foram praticamente desbravados, muito embora amplas áreas continuassem cobertas por matas, e os engenhos, vilas e povoados se mantivessem distantes uns dos outros.

Em Pernambuco, a área canavieira localizava-se próxima ao litoral, porém estendia-se para o interior atingindo as freguesias de Tracunhaém, Vitória de Santo Antão e São Lourenço da Mata, que em fins do século XVI, pertenciam à área de exploração do pau-brasil.

Segundo o historiador Andrade (1998):

Espalhados pela região havia 387 engenhos reais e 85 engenhocas. Em Sergipe, nos fins do século XVIII, localizavam-se 30 engenhos – 10 no vale do Vaza-Barris e 20 na Cotinguíba – ao lado de 10 engenhocas que se dedicavam à fabricação de aguardente. Os engenhos reais distinguiam-se das engenhocas por se destinarem à fabricação do açúcar e não à fabricação de rapadura ou de mel, matéria-prima para a fabricação da aguardente.

O autor salienta que a maior concentração de engenhos localizava-se no atual território de Pernambuco, em número de 287, contra 63 na atual Alagoas e apenas 3 no Rio Grande Norte. Em seu entendimento isso se explica pelas condições favoráveis do solo pernambucano e maior densidade demográfica, além de ficar próximo do porto de Recife, o que facilitava a exportação do produto.

Observa-se em fins do século XVIII a predominância da força animal e o pouco uso de técnicas de adubação para preparo do solo, desprezando inclusive o adubo natural proveniente do esterco, ou seja, dos excrementos dos animais no pasto, além da bagaceira, hoje largamente utilizada. E, principalmente, a falta da preocupação em cultivar outras variedades da cana, coisa que só veio a ocorrer já no século XIX. O conservadorismo no campo foi o grande responsável pelos séculos de atraso na utilização das práticas mais modernas de manejo da terra para o cultivo da cana.

Na atualidade, o tapete verde que reflete o cultivo da cana-de-açúcar no país mudou de endereço. Enquanto no Nordeste as terras destinadas para essa cultura já estão esgotadas, as regiões Sudeste e Centro Oeste estão dominando o cenário nacional, expandindo cada vez mais a área plantada, notadamente o Estado de São Paulo, que hoje lidera o *ranking* nacional na produção da cana-de-açúcar.

O cultivo da cana-de-açúcar propiciou o surgimento de uma sociedade aristocrática, dividida em classes. Essa estrutura social apontava o senhor de engenho como o todo poderoso, cujo prestígio aumentava junto com as suas posses. Quanto maior a extensão de terra, da produção dos seus canaviais e do número de escravos, seu poder era quase que absoluto. Para ostentar sua riqueza e prestígio, erguia sua casa-grande no alto das colinas, onde pudesse falar com os lavradores, empregados e escravos, de cima para baixo. Utilizava como meio de transporte na propriedade belos cavalos, cujo porte elegante, ajudava ao senhor de engenho a manter o porte altivo, quando por ocasião em que necessitava dar ordens aos

seus empregados/escravos. Dessa preferência por cavalos garbosos, ficou até hoje a expressão “andam de meio a baixo” para definir o seu trote.

Andrade (1998) comenta:

A instalação e o desenvolvimento de um engenho implicavam grande emprego de capital, não só devido à construção dos prédios indispensáveis (como a “moita”, onde se localizavam a caldeira e o assentamento, a “casa de purgar”, onde o açúcar era posto em forma, em estrados sobre um tanque para onde escorria o mel de furo, o seca, onde, após o escoamento do mel, ele era posto a secar ao sol, e o encaixamento, onde ele era acondicionado para a exportação), como também dos prédios complementares (como o curral, a estrebaria, a casa-grande, a casa do feitor e a senzala). Empregavam também o capital na aquisição de escravos, bois e cavalos, sem os quais não seria plantada nem moída. O número de escravos era sempre de várias dezenas, havendo até grandes engenhos que dispunham de 150 a 200 escravos, cifra que à primeira vista poderia parecer exagero, mas que não o era, devido às condições de cultura e industrialização da cana-de-açúcar.

Toda essa estrutura era necessária para desenvolver as atividades inerentes ao cultivo e industrialização da cana-de-açúcar. Na verdade, a dinâmica que emanava da vida no engenho era intensa. Em março, quando se iniciava a estação das chuvas, nem bem o engenho ainda não havia concluído o período da moagem, já começava a tratar a terra para o plantio da cana. A primeira etapa era de limpeza do mato, cuja atividade requeria intensa mão de obra, bem como uso de machados e foices para limpar as áreas de mata e as já exploradas, após o que sucedia a “coivara”. Entre fins de março e começo de abril as terras poderiam ser utilizadas para o plantio de culturas de subsistência – milho e feijão – pois o plantio da cana só se daria a partir do período junho/julho – a ser colhida após 13 a 18 meses, podendo até se prolongar até novembro ou dezembro quando estendido nas várzeas úmidas. Em setembro iniciava-se a moagem que se estendia até março/abril do próximo ano. Portanto, o trabalho era grande, até porque, devido ao longo período de complementação do ciclo vegetativo da cana-de-açúcar, o que se observa é o cuidado com o trato da lavoura, com a safra a ser colhida no ano e aquela a ser colhida no próximo ano. Essa atividade simultânea demanda também a necessidade de um grande número de braços, porque existe a necessidade de manter a cana limpa até que ela atinja o seu pleno desenvolvimento, forte o suficiente para florescer várias vezes. Assim, como a cana ao ser cortada renasce, pode-se distinguir o seguinte ciclo: o de planta (1ª folha); o de soca (2ª folha), da ressoca (3ª folha). A partir daí, pode-se obter a 4ª folha, a 5ª folha, a 6ª

folha, etc. A primeira necessita de um tratamento de cinco limpas anuais, e as demais com três limpas por ano se manterão limpas e produtivas. (Andrade, 1998).

Tendo em vista o trabalho desenvolvido sob a restrição de um calendário agrícola bastante carregado, o senhor de engenho sempre necessitou de muitos escravos e empregados para cumprir rigorosamente a lida no campo e as etapas posteriores das atividades desenvolvidas em cada propriedade. Desta feita, havia a necessidade de comprar com frequência, por altos preços, escravos, para manter a mão de obra necessária do engenho, razão pela qual sempre estavam se endividando, confiando na colheita para cumprir os compromissos financeiros assumidos. Pelas constantes fugas e também devido às mortes entre os escravos vitimados de doenças, acidentes ou fugas além é claro, do “banzo” (saudades da sua terra natal, talvez a maior endemia dos escravos, responsável por muitos suicídios entre eles), a reposição das peças era uma obrigação que incorria em altos custos.

Quanto a esta questão, Andrade, (1998) assim comenta:

Salientamos por fuga, porque, apesar de se afirmar sempre que o negro suportou com paciência, sem reação, o cativo, o fato é que ele sempre estava a fugir para o mato, a organizar quilombos, a suicidar-se, a reagir, enfim, das formas mais diversas contra a prepotência dos senhores.

É verdade que em alguns documentos percebem-se claramente a tendência a romancear este período da história, com um *glamour* que longe de ser real, mascara uma relação de poder absoluto que de forma alguma poderia ser aceito passivamente por qualquer sujeito. Portanto, a docilidade que se apresenta como uma característica do negro escravo, não passa de mera conjectura, uma forma destorcida de representar as relações afetivas travadas dentro dos domínios da casa-grande.

A aristocracia canavieira, em sua estrutura social, reconhecia a figura do lavrador, como sendo o segundo, na hierarquia social, isto porque, sendo possuidores de terra ou arrendatários, tinham uma dependência direta com os senhores de engenho, uma vez que dependiam deles para moer suas canas. Sua importância social estava intimamente ligada às suas posses. Terras, escravos, animais e as safras que produziam, eram os sinais reveladores da sua importância sócio-econômica. Era comum, os filhos de senhores de engenhos tornarem-se lavradores do pai ou de um irmão. Os grandes lavradores possuíam muitos escravos para trabalhar em seus partidos de cana e outras lavouras de subsistência, enquanto os mais pobres,

contavam com poucos escravos, razão pela qual, alguns lavravam as suas próprias terras ou feitoravam seus escravos.

Andrade (1998) ressalta que as relações entre senhores de engenhos e lavradores sempre foram complicadas, como se percebe em seus comentários:

O ponto nevrálgico para os lavradores era a relação destes com os senhores de engenho, uma vez que o seu lucro ou prejuízo ia depender da conduta dos mesmos; pois se havia senhores de engenho que respeitavam os direitos dos lavradores, havia também aqueles prepotentes que causavam aos seus dependentes grandes transtornos. Era frequente o senhor de engenho proibir aos lavradores a entrada na “casa de purgar” durante a moagem de suas canas. Alegava que a presença do lavrador ali implicava uma fiscalização e, conseqüentemente, uma desconfiança no senhor de engenho. Ora, sem poder acompanhar a moagem de suas canas, o lavrador ficava sem saber ao certo quanto produzira nem a qualidade do açúcar produzido, podendo o senhor de engenho lhe dar uma cota inferior à que tinha direito ou trocar o açúcar de boa por um de má qualidade. Outras vezes dava a conta certa de produção, mas retinha parte do açúcar do lavrador como empréstimo, prometendo pagar na safra seguinte, o que prejudicava seriamente, pois, moendo cana uma vez por ano, estava ele na safra necessitando de dinheiro para atender aos seus compromissos.

Situação similar vive hoje os fornecedores de cana com os usineiros. A cana cortada é medida no eito, para efeito de pagamento ao trabalhador rural sob a responsabilidade do fornecedor de cana. Após esta ser transportada para a usina, passa por nova medição, inclusive para estabelecer o ATR – o teor de açúcar retido – que funciona como um índice de qualidade. Qualquer distorção entre as medições penaliza o fornecedor, porque, além de receber menos pela cana fornecida, pagou mais por ela ao trabalhador que a cortou. É por isso que a função do Cabo passa a ser importante, porque além de medir as cotas, também tem que fiscalizar a limpeza da cana, para evitar perda de qualidade. Qualquer diferença para menos é sinal de menos dinheiro a receber, o que implica em prejuízos, além de diminuir a capacidade de solvência dos compromissos assumidos na entressafra.

Algumas atitudes dos senhores de engenhos quando se indispunham com os lavradores também provocaram sérios prejuízos. Por exemplo, não consentir no corte da cana na época propícia, pois uma vez ultrapassado o período de amadurecimento da cana, esta começa a secar, diminuindo o seu teor de açúcar, refletindo na queda da produção do lavrador. Também quando não moía a cana do lavrador assim que ela chegava ao engenho, deixando-a no “picadeiro”, por alguns dias, o suficiente para azedá-la, tornando-a imprestável. Tais atitudes comprometiam sobremaneira as finanças do lavrador, pois contavam com sua produção para

cumprir seus compromissos. Quando isto não acontecia, a consequência mais drástica era a falência.

Percebe-se claramente a assimetria da relação de poder entre os senhores de engenho e os lavradores. Toda a organização político-social era desenvolvida de maneira a garantir os privilégios e sobrevalência de poder dos senhores de engenhos sobre as terras, seus agregados e dependentes, estes últimos, representando a categoria dos lavradores.

Muitas vezes o lavrador, após ter cortado e moído suas canas, aplicava os “aceiros” nos partidos onde colheu a cana de maneira a queimar a palha a fim de que a próxima florada (soca) pudesse propiciar uma renda razoável no ano seguinte. A este movimento o senhor de engenho respondia com o rompimento do contrato, expulsando o lavrador das terras, com ou sem indenização, impedindo que este lucrasse sobre as novas floradas da cana. Evidentemente que esta atitude não era regra geral, visto que muitos dos senhores de engenhos não agiam dessa maneira arbitrária quando do rompimento do contrato de arrendamento das terras. Porém, a estrutura econômica e a organização político-social da época favoreciam aos abusos contra os lavradores, uma vez que não existia nenhum órgão oficial em defesa dos seus legítimos direitos.

Hoje as relações de trabalho estão regulamentadas pelo Ministério do Trabalho o que confere o direito às benfeitorias e a colheita da cana plantada ao arrendatário, sinalizando os avanços da legislação cobrindo o trabalho no campo.

Andrade (1998) comenta:

A insegurança na renovação dos contratos de arrendamento constituía para Tollenare, que nos visitou na segunda metade do século XIX, o principal empecilho ao progresso dos lavradores que, por isso, construíram pequenas e toscas habitações ao lado de cercados provisórios, já que a qualquer momento poderiam ser expulsos. As rendas de que dispunham empregavam sempre em negros e em gado porque eram bens que podiam ser transportados para onde se transferissem. Analisando o problema, achava o observador francês que os lavradores deviam ser protegidos por lei que obrigasse os senhores de engenho a arrendar os terrenos baldios com contrato de arrendamento que durassem nove anos. Assim os lavradores, garantidos por um prazo longo de arrendamento, poderiam fazer nas áreas que exploravam melhores instalações, preocupando-se também com a conservação do solo.

A insegurança dos lavradores nos séculos XVII e XVIII não se limitavam apenas às suas relações com os senhores de engenhos. Também os escravos lhes tiravam o sono porque demandavam a aplicação de um grande capital financeiro, que muitos deles não

dispunham. Este fato os levava a se endividar com empréstimos a serem saldados na época da colheita da safra. Além disso, o tempo também contribuía a favor ou contra os interesses dos lavradores. Verão muito secos, ou chuvas em excesso, prejudicavam as plantações, diminuindo a produção, o que refletia no maior grau de endividamento.

A vida dos lavradores no período referenciado, nada tinha de tranquila, uma vez que sofriam toda sorte de ameaças. Até o capim que proliferava nos canaviais com muita rapidez, se não fosse limpo no tempo certo, também poderia causar danos irreversíveis à plantação, bem como os animais de pequeno porte, como cabras e porcos, adentrando aos canaviais com frequência, exigiam uma constante vigilância por parte dos lavradores para evitar os prejuízos causados por esses animais nas terras cultivadas. Segundo Andrade (1998), a expressão “boi ladrão”, surge dessa contingência, ou seja, se refere ao boi quando foge do cercado e invade as plantações. O autor comenta:

Apesar disso tudo, cultivando o produto-rei de exportação, a cana-de-açúcar, o lavrador tinha melhor situação que o morador, roceiro que cultivava produtos de subsistência, e os empregados, uma vez que estes, recebendo salários, estavam mais vinculados ainda ao senhor de engenho. Depois destes estavam os escravos, que eram considerados como coisa e tinham um tratamento semelhante ao dispensado aos bois e cavalos.

Os moradores, na maioria constituída de mestiços, compunham a maior população rural livre que vivia em terras dos engenhos, tendo autorização para carpir o mato no entorno de sua choupana e para plantar o seu roçado, como cultura de subsistência. As moradias eram feitas de barro, cobertas com folhas, e em seus interiores os únicos bens eram constituídos de esteiras para dormir e panelas de barro, onde eram cozidos os alimentos extraídos do roçado.

Andrade, (1998), baseando-se em Tollenare (1978) assim comenta:

As mulheres costumavam fazer renda, enquanto os homens plantavam alguma mandioca para prover a alimentação. A caça abundante nas matas, e a pesca, nos rios ou nos manguezais se localizavam próximo à praia, contribuía enormemente para a alimentação. Nos anos chuvosos em que a produção era maior, costumavam comercializar o excedente do consumo e com isto adquirir roupas e alguns utensílios. O foro que pagavam era, em geral, muito baixo, não necessitando por isso de realizar grandes explorações.

A vida dos moradores também era muito insegura. Isto porque, a qualquer momento, o senhor de engenho poderia expulsá-lo das terras, coisa que faziam com frequência pelos motivos mais banais e corriqueiros. Porém, o que de fato motivava a expulsão era a predileção

do senhor de engenho pela mulher de um morador, fato que chegava a provocar mortes no campo.

Diante desse quadro, Andrade (1998) ressalta:

Proprietários havia, que dificilmente saíam de suas propriedades sem guarda-costas, temendo a ação agressiva de moradores que haviam expulsados de suas terras. Constituindo boa parcela da população rural, eram esses moradores uma reserva de mão de obra que poderia ser utilizada pela agroindústria do açúcar, que não absorvia essa massa humana disponível por preferir o trabalho escravo ao assalariado. Formava-se, assim, lentamente, como que à espera da extinção do tráfico, uma reserva de mão de obra de que os proprietários dispunham na hora em que os escravos lhes faltassem.

Essa população, com a extinção da escravidão do país, passou a ser a principal mão de obra da lavoura canavieira. Porém, suas relações de trabalho ao longo do tempo foram sofrendo variações, simbolizando algumas conquistas sociais e algumas perdas fundamentais, dependendo da forma pela qual o trabalho se desenvolvia. Sobre essa condição oportunamente esse estudo pretende abordar de forma mais detalhada.

Nem só de escravos a lida do campo nos engenhos de cana-de-açúcar era constituída. Homens livres também exerciam funções relevantes na indústria açucareira. Assim, postos na administração e técnicos eram ocupados por homens que recebendo salário e ordens dos senhores de engenhos, detinham algum prestígio dentro das propriedades, uma vez que eram responsáveis pela supervisão do trabalho dos negros no campo e pelo fabrico e encaixe do açúcar a ser comercializado no mercado consumidor.

Andrade (1998), citando Antonil (1989), assim descreve:

Entre os assalariados, destacava-se, segundo Antonil, o capelão que no engenho tinha grandes atividades a exercer, e muitos engenhos dispunham de capelas paramentadas, conforme reza levantamento feito em 1774. Ao capelão cabia a assistência espiritual e o ensinamento da doutrina cristã tanto à família do senhor de engenho, como à dos agregados e aos escravos. Cabia a ele rezar missa todos os domingos, ouvir as queixas, dirimir as contendas, aconselhar aos descontentes e organizar as festas religiosas. Se o vigário não comparecia no dia do início da safra, da “cortada”, cabia ao capelão benzer as moendas, o que fazia também ao término da safra, no dia da “pejada”. Recebia um ordenado anual de quarenta a cinquenta mil-réis no início do século XVIII, equivalendo, portanto, à remuneração de um feitor de moenda, inferior, porém, à de um feitor-mor ou à de um mestre de açúcar.

Prosseguindo em sua descrição, agora se referindo ao feitor-mor tem a dizer:

O feitor-mor era a segunda autoridade, depois do proprietário, no engenho; dele recebia ordens às vezes por escrito e as transmitidas aos outros feitores, o da moenda e os dos partidos. Quando o senhor se ausentava, cabia a ele a administração do engenho; seu poder era limitado apenas pela vontade do proprietário, que lhe dava ordens e podia despedi-lo a qualquer momento. Geralmente cabia ao feitor-mor castigar os escravos, com cuidado para não torná-los incapazes ou ineficientes para o trabalho. Era também atribuição sua fiscalizar os escravos, contá-los todos os dias a fim de procurar os que fugissem, obrigá-los a assistir à missa aos domingos e a confessar-se todos os anos e providenciar medicamento para os que adoecessem. Cabia-lhe ainda evitar que os escravos brigassem entre si e que faltassem ao trabalho. A fim de que os negros se auto-abastecessem, o feitor-mor obrigava-os a trabalhar em suas roças nos dias santificados e durante o inverno, quando o engenho estava pelado, ao sábado. Com isto os senhores se livravam do ônus de alimentá-los às suas custas. Os afazeres e as responsabilidades do feitor-mor eram muito numerosos, devendo fiscalizar o estado das construções, cercar os canaviais, defender as matas, impedir que os vizinhos invadissem a propriedade, consertar os açudes, levadas e pontes, fiscalizar a olaria e a destilaria – casa em que se fabricava a aguardente –, limpar os pastos, repetir e encaixar o açúcar, etc. Por tanto serviço e tamanha responsabilidade o feitor-mor tinha a régia remuneração de cinquenta a sessenta mil-réis por ano.

Evidentemente que, diante de tantos afazeres, o feitor-mor contava com a ajuda de outros assalariados, sob suas ordens diretas. Assim, segundo o mesmo autor, são eles:

- *Feitor da moenda*: que percebia de quarenta a cinquenta mil-réis por ano, encarregava-se de pôr a trabalhar as negras que levavam as canas à moenda, atento para evitar acidentes, e providenciar a lavagem da moenda a fim de que o caldo não azedasse, prejudicando a fabricação do açúcar.
- *Feitores de partido*: ganhava menos, cerca de trinta mil-réis por ano, cuidavam destes, pondo os escravos a trabalhar no plantio, limpa e corte das canas, fiscalizando ainda as roças. Entre suas obrigações estava a de estar sempre atento “para que não se pegue o fogo nos canaviais por descuidos dos negros boçais, que às vezes deitam ao vento o tição de fogo, que levarão consigo para usarem no cachimbo”. Sempre o fantasma do fogo, do incêndio, a amedrontar os senhores de engenho que poderiam perder, em um dia, o resultado de um ano de trabalho.
- *Mestre de açúcar e o soto-mestre ou banqueiro*. Trabalhavam no cozinhamento do caldo da cana e na fabricação do açúcar. Permaneciam durante a safra na casa das caldeiras, o primeiro durante o dia e o segundo à noite, onde se localizavam as quatro ou cinco tachas destinadas ao cozinhamento do caldo de cana. Deste cozinhamento, da maior ou menor intensidade e duração do mesmo, que devia variar conforme o solo e a topografia do local onde fora a cana plantada, dependia a boa ou má qualidade do açúcar. Cabia a eles providenciar a colocação do mel açucarado em formas no tendal e daí transferi-lo para a casa de purgar, quando passaria à competência do mestre purgador. Os mestres de açúcar percebiam de cem a cento e vinte mil-réis por ano, ao passo que o soto-mestre percebia de trinta a quarenta mil-réis.

- *Purgador*: ao purgador de açúcar cabia administrar a casa de purgar e dirigir o processo de purgamento, isto é, de embranquecimento do açúcar, com barro colocado na parte superior da forma. Além da responsabilidade da obtenção de açúcar de boa qualidade completando a obra do mestre, cabia a ele zelar pelo mel que escorria para os tanques, o chamado “mel de furo” que seria a matéria-prima para a fabricação da aguardente. Seu salário era bem inferior ao do mestre-de-açúcar, uma vez que só nos grandes engenhos chegava a perceber quarenta mil-réis por ano.
- *Caixeiro*: cabia encaixar o açúcar após a purga, separando-o, conforme a qualidade, em branco, macho, batido e mascavo. Após o encaixamento, devia determinar o barreamento dos cantos das caixas, a retirada do Dízimo, a porção dos lavradores etc. Por este trabalho percebia de trinta a cinquenta mil-réis.
- *Escravos*: eram numerosos, atingindo nos grandes engenhos de 150 a 200 indivíduos. Eles eram encontrados por todos os lados, tanto nas fábricas, nos partidos de cana, nas roças, nas olarias, nas serrarias, como nas barcas. Todos os anos eram adquiridos vários deles para cada engenho, sendo originários de pontos diversos da costa africana. Uns eram fracos, como os oriundos de Cabo Verde e São Tomé. Os de Angola tinham mais capacidade para os ofícios mecânicos, enquanto os do Congo eram industriais e bons para o serviço da cana e da casa. Os mais espertos eram, às vezes, aproveitados para apreender ofícios, tornando-se caldeiros, carpinteiros, calafates, tacheiros, barqueiros, marinheiros etc.

Os escravos habitavam as senzalas - pequenas construções ligadas umas às outras -, onde viviam com suas famílias, ou sozinhos, sempre voltados ao trabalho. Tanto os homens quanto as mulheres eram ocupados nas tarefas do campo e nas da indústria. As mulheres em geral eram poupadas do trabalho com o machado. Os escravos trabalhavam do nascer até o pôr do sol, no plantio e na limpeza dos canaviais, quando então se recolhiam às senzalas.

Cada escravo, no período de colheita da cana, cortava em média por dia, cerca de trezentos e cinquenta feixes de 12 canas. Estes feixes eram amarrados pelas escravas, que acompanhavam cada escravo-cortador em sua lida diária. Tal quantidade de feixes era o suficiente para a fabricação de uma forma de açúcar. (Andrade, 1998).

A cana amarrada era transportada para a casa da moenda, sendo colocada no “picadeiro” – local onde eram depositadas as canas vindas dos canaviais -, que ocupava uma área junto à moenda, ou no outro lado em uma almanjarra, em engenho a tração animal ou no engenho d’água.

Andrade (1998) assim descreve o trabalho lá desenvolvido:

Aí trabalhavam várias escravas; uma levando a cana do “picadeiro” para junto da moenda, outras, com grande risco, uma vez que por um descuido podiam ser presas e espremidas entre os

tambores da moenda, punham a cana na mesma; uma terceira, ainda fazia passar o bagaço entre os tambores, uma quarta cuidava de consertar e acender as caldeiras; finalmente uma outra cuidava do “parol” – tacha em que se acumulava o caldo da cana que ia para o cozinhamento. Assim, como o engenho moía as 24 horas do dia, estas sete escravas necessitavam de outras setes que com elas se revezavam.

Agora se referindo ao trabalho desenvolvido pelos escravos na casa das fomalhas, assim o descreve:

Na casa das fomalhas, também chamada de assentamento, trabalhavam sempre escravos doentes, uma vez que acreditavam que o forte calor aí existente os curasse. Ao lado destes, os escravos rebeldes, criminosos, mal vistos e perseguidos pelo senhor de engenho ou pelo feitor, eram colocados presos em corrente para trabalhar como caldeireiros e tacheiros, a fim de purgar suas culpas. Além disso, uma escrava, a “calcanha”, limpava e acendia as candeias e tirava a espuma do “parol” a fim de tornar a colocá-la na caldeira.

Essas atividades consumiam muita lenha para alimentar as fomalhas. Assim, era grande o número de escravos que trabalhavam nas matas no corte de lenha, tendo como tarefa diária cortar uma pilha com sete palmos de altura e oito de largura, carga suficiente para encher um carro de boi.

Andrade (1998) acrescenta:

Eram os escravos negros que punham o mel no tendal e que, após três dias, transportavam as formas para a casa de purgar. Aí, além do purgador e do caixeiro, trabalhavam escravos; uns punham o barro sobre a forma de açúcar, outros assistiam ao balcão de mascavar, enquanto outros ainda traziam as formas, tirando delas os pães de açúcar, e amassavam o barro de purgar. Ainda trabalhavam escravos nos balcões de secar.

De fato, a vida dos escravos nos canaviais pernambucanos nada teve de fácil. Além da condição de escravos contribuindo para a sua degradação humana, o próprio trabalho desenvolvido em todas as suas etapas, quer no cultivo da cana, quer no fabrico dos produtos dela derivados, representava uma lida diária de muito suor, pois trabalhavam do nascer do sol a este se pôr. Trabalho extenuante, não remunerado, punido e castigado com açoite, simbolizou este período da história canvieira em solo pernambucano. Além do mais, o único dia em que poderiam descansar, o domingo, era dedicado à cultura da lavoura de subsistência, para prover o seu próprio alimento. A base da alimentação do escravo era constituída da farinha de mandioca – por ele plantada -, acrescida de um naco de carne seca, servido em uma

cuia como ração diária. Também como parte dessa ração, recebia o mel de furo, que também era serviço em grande escala aos animais.

Esse cenário de vida indigna e trabalho escravo perdurou, nos canaviais de Pernambuco, por mais de três séculos, como suporte para o desenvolvimento da economia local a partir da monocultura da cana-de-açúcar.

1.11. Trabalho escravo e assalariado no Século XIX

O século XIX traz consigo muitas transformações nos campos da política, da economia e, sobretudo, no social. Praticamente neste século, o avanço tecnológico foi o responsável por recuperar os três séculos anteriores de práticas laborais antiquadas e principalmente economicamente mais rentáveis. Assim, as inovações técnicas propiciaram o surgimento de novas ferramentas de trabalho bem como foram responsáveis também pelo aperfeiçoamento dos processos de fabricação e de transporte da matéria-prima e do produto acabado. Entretanto, um fato ocorreu que contribuiu para que a lavoura canavieira perdesse ainda que temporariamente, o *status* de principal produto de exportação no nordeste açucareiro. O surgimento da lavoura do algodão, também como produto de exportação, serviu para acirrar a concorrência local entre os grandes proprietários de terra, pela preferência no cultivo desse produto, coisa inédita até então, visto que a monocultura da cana sempre prevaleceu em solo pernambucano. Vale ressaltar que, embora o algodão tenha sido concorrente do açúcar em Pernambuco durante algum tempo, esta concorrência foi anulada na região úmida que, por suas características naturais, permaneceu fiel ao cultivo da cana.

Andrade (1998) comenta:

Entre os melhoramentos introduzidos na agroindústria do açúcar, salienta-se, nos primeiros anos do século, o uso do arado, introduzido no século XVIII, mas generalizado no século XIX, e a introdução de uma nova variedade de cana, a *caiana*, trazida da Guiana Francesa, durante o curto período de ocupação deste território por tropas portuguesas. Tomando conhecimento da existência de outras terras onde havia produção de açúcar, os senhores de engenho, sobretudo aqueles que frequentavam os grandes centros regionais, o Recife e Salvador, passaram a preocupar-se com a introdução de novas técnicas e de novas variedades de cana, ao notarem que, com o tempo, a *caiana*, como acontecera antes à *crioula*, também degenerava e decaía de produção. Por isso, ainda no século passado, passou-se a cultivar novas variedades surgidas espontâneas da cana caia a – a “imperial” e a “cristalina” – que só seriam suplantadas no período republicano, pela cana “manteiga” ou “Flor de Cuba”, obtida graças a seleções e cruzamentos no engenho Cachoeirinha, situado no município de

Vitória, em Pernambuco, pelo proprietário Manuel Cavalcanti de Albuquerque.

A partir das novas variedades de cana que resultaram no aumento da produtividade, os senhores de engenho chegaram à conclusão que necessitam aumentar a produção e melhorar a qualidade do produto para fazer frente à concorrência no mercado europeu, estabelecida entre os produtores de açúcar oriundos das Antilhas e dos próprios produtores europeus, que utilizavam a beterraba como matéria-prima para extração do açúcar.

Esse consenso levou a outro. A necessidade de substituir os engenhos movidos a animais por engenhos movidos a água. Isto porque além da necessidade de manter uma quantidade grande de animais (bois e éguas), também produziam menos. Enquanto os engenhos movidos a animais moíam de 25 a 30 tarefas diárias, os engenhos d'água, no mesmo período, moíam de 30 a 40. (Andrade, 1998).

Durante o período de safra, a alimentação dos animais não se constituía um problema, uma vez que contavam com a espuma e o sujo extraído do caldo da fabricação da cachaça, durante o cozinhamento. Também disponibilizavam olhos de cana, que nos meses de entressafra (abril a setembro) eram retirados para outras áreas.

Andrade (1998) explica:

Áreas como a região de Bom Jardim recebiam muito gado da freguesia de Tracunhaém durante o inverno, que ia pastar “no verde” aí existente, apascentado por vaqueiros, pessoas pobres e livres que deste trabalho retiravam os magros salários para o seu sustento. Outras propriedades situadas em freguesias próximas ao litoral costumavam reservar grandes áreas incultas para apascentar os equinos durante o inverno, enviando os bovinos para as praias, a fim de se alimentarem com o capim que se desenvolvia à sombra dos coqueiros. Daí ter sido para estes proprietários uma grande solução o aparecimento dos engenhos a vapor.

O autor chama a atenção para alguns inconvenientes, tais como:

Apesar das vantagens que apresentava, a dificuldade de obtenção de capitais e de créditos e o atraso dominante na mentalidade dos proprietários da época, impediram que este novo tipo de engenho se propagasse rapidamente. Daí ter o primeiro sido instalado em Pernambuco 1819, e em 1854, 35 anos depois, existirem apenas cinco engenhos a vapor contra 101 a água e 426 a tração animal. Em 1857, porém, este número ascendera para 18. Estas estatísticas não espantam porque em 1914, num total de 2.756 engenhos existentes em Pernambuco – incluindo as enghocas produtoras de rapadura do sertão -, os movidos a vapor eram apenas 785, contra 329 movidos a água, 1.182 a tração animal.

Ao que parece o setor açucareiro no estado de Pernambuco sempre esteve às voltas com a falta de capital e de crédito para desenvolver o cultivo e o beneficiamento da cana, além da falta de visão empresarial dos proprietários de engenhos à época, favorecendo ao retardamento da instalação do engenho a vapor.

Segundo Andrade (1998), “apenas 490 engenhos estavam de “fogo morto”, fornecendo suas canas para as usinas. Assim, apenas 28% dos engenhos eram do primeiro tipo, 19% do segundo, 42% do terceiro e 18% do quarto”.

Prosseguindo o autor em sua análise, acrescenta:

Estes melhoramentos eram feitos inicialmente nas áreas em que as condições de clima, solo e relevo eram mais favoráveis à cultura canavieira e só posteriormente é que atingiram as áreas periféricas. Assim, os engenhos a vapor só surgiram no vale do Ceará-Mirim depois de 1865, nos vales açucareiros da Paraíba nas últimas décadas do século passado, enquanto Alagoas, com condições mais favoráveis que os Estados mais setentrionais, possuía dois engenhos a vapor em 1851 e cinco em 1852.

Andrade (1998) pesquisando Peres (1933), assim comenta:

Ainda neste período, a cal passou a substituir a potassa na fabricação do açúcar, as moendas que tinham os seus tambores colocados em posição vertical passaram a tê-los em posição horizontal, foi feita a substituição das formas de barro por formas de madeira e metal e generalizou-se o uso do bagaço como combustível, mediante certas modificações nas fornalhas. Estes melhoramentos tiveram consideráveis conseqüências, uma vez que atenuaram a desenfreada destruição de nossas matas que iam gradativamente sendo transformada em lenha, a fim de atender à fome insaciável das casas de caldeiras, e ao mesmo tempo resolveu o senhor de engenho o problema da destruição do bagaço que se acumulava em torno da casa de moenda no fim da safra.

Embora na época não houvesse nenhuma preocupação ecológica, a substituição da matriz energética com o aproveitamento do bagaço da cana nas fornalhas ao invés da madeira, foi um grande avanço, que hoje se reconhece quando se diz que da cana nada se perde, tudo se aproveita, até o seu bagaço.

Os avanços tecnológicos permitiram na metade do século os engenhos utilizar aparelhos capazes de fabricar o açúcar branco, sem mais ter a necessidade de purgar o açúcar pelo processo que utilizava o barro colocado na parte superior da forma. Desde então, iniciou-se a instalação dos engenhos centrais.

A experiência dos engenhos centrais aconteceu em meio a uma expectativa muito grande de lucros formidáveis. Foram idealizados para moer canas de vários engenhos banguês, com a garantia da melhor qualidade na produção do açúcar, além do que, segundo os seus idealizadores, propiciariam a separação das atividades agrícola e industrial. Esses engenhos seriam montados com garantias fornecidas pelo Governo, para atrair capital estrangeiro para o seu financiamento. De fato isto aconteceu. As companhias estrangeiras impedidas legalmente de cultivar a cana e de utilizar a mão de obra escrava e por receberem a matéria-prima (a cana) de áreas que ultrapassavam as dimensões de um engenho banguês, foram de certa forma obrigadas a abrir estradas de ferro, para transportar a cana cortada nos partidos até a fábrica, em substituição aos carros de boi. Estes últimos se limitavam a levar as canas dos partidos que não estavam próximas à estrada de ferro, conduzindo-as aos desvios construídos à margem da estrada.

Essa mudança expressou a hora em que a modernidade adentrou ao campo, tornando a indústria açucareira, que durante três séculos permaneceu quase que estática, mais dinâmica, mais produtiva.

Andrade (1998) comenta as providências tomadas pelo Estado, para garantir essa modernidade:

Também tratou o Estado já que garantia o juro do capital empregado pelas companhias inglesas, francesas e holandesas, de determinar a localização dos engenhos centrais, a fim de que cada um tivesse a sua zona de influência, que não disputasse as canas dos outros. Apesar dos tropeços surgidos, ao ser decretada a Lei Áurea a 13 de Maio de 1888, já havia em funcionamento uma série de engenhos centrais: o Central São João, fundado neste ano na várzea do Paraíba, o Santo Inácio, Cuiambuca, Firmeza e Bom Gosto, instalados em 1884 em Pernambuco, enquanto em Alagoas datam da última década do século os engenhos Centrais de Brasileiro, no Vale do Paraíba do Meio, do Utinga Leão, no Mundaú, e o Sinimbu, no pequeno Vale de Jiquiá, e, em Sergipe, já em 1888, instalava-se no município de Riachuelo o primeiro engenho central.

A história registra o fracasso dessa experiência. Conforme alguns historiadores, dentre eles Gilberto Osório de Andrade (1997), estes engenhos, em sua maioria, não moeram mais de um ano. Entretanto, o fracasso propiciou o surgimento da usina, com a transformação de alguns engenhos centrais em usinas e voltando a unir as atividades agrícolas e industriais em um único empreendimento.

A partir desse evento, o governo passa a se preocupar com a construção de estradas para facilitar o processo de recebimento da cana nas usinas e seu posterior escoamento para os mercados, após se transformar em açúcar.

A esse respeito, Andrade (1998) comenta:

A esses aperfeiçoamentos também se juntaria a preocupação do governo com a construção de estradas, a princípio de rodagem e, posteriormente, de ferro, que, partindo do Recife, se dirigiam ao interior, para as zonas produtoras de cana e de algodão. As primeiras tiveram seu traçado planejado pelo famoso engenheiro francês L. Vauthier, que aqui esteve por vários anos a serviço da Província, e as segundas foram construídas a partir de 1858. Essas estradas iriam livrar os engenhos distantes do litoral dos tropeços de longas viagens até os pequenos portos de mar e do respectivo transbordo do açúcar para as barcas que demandariam o Recife. Iriam também provocar a decadência de cidades situadas nos fundos dos estuários, que, por serem portos, tinham uma desenvolvida função comercial, como Mamanguape, Goiana, Rio Formoso, Porto Calvo, Alagoas, Valença, Camamu etc.

Somados a esses inconvenientes, a concorrência do algodão também se apresentava como um grande problema para a cana-de-açúcar, até então considerada como a cultura imperial. Nesta condição tornara-se dona das terras, das várzeas ricas em massapé e das grotas de barro vermelho, destruiu matas, afugentou animais. Só permitiu o cultivo de outros tipos de lavoura em áreas em que na época, ela não podia se estabelecer. Até os coqueirais, restritos à faixa litorânea se curvaram ao imperialismo da cana.

Andrade (1998) acrescenta:

Os coqueirais, respeitando o imperialismo da cana, confinaram-se à estreita faixa litorânea, dando margem a que se desenvolvesse aí uma sociedade pobre, democrática, que nenhuma sombra fazia à aristocracia dos canaviais; pois, como testemunhou o arguto Koster (1942), numa época de divisão de classes bem acentuada, é singular quer houvesse povoações como a de Gamboa, em que a pessoa de maior consideração e prestígio da Comunidade fosse um homem pobre e de cor; e, saliente-se, um homem de cor que não dispunha, como outros, enriquecidos, de “cartas de brancura” em seu favor.

Essa carta de brancura era algo parecido como um certificado que dava acesso ao agraciado a frequentar certos lugares, escola, por exemplo, junto com os filhos dos poderosos senhores de engenho. Refletia um movimento que perdurou nessa época no Brasil, em prol do “embranquecimento” da população, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento cultural.

Conforme Kidder (1940), “esta paisagem característica localizava-se nas proximidades do Recife, nas freguesias de Maranguape e Itamaracá, e além das fronteiras pernambucanas, nas regiões litorâneas das Alagoas, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe”. O cultivo do coqueiro tinha lá as suas vantagens. Embora levasse em média de seis a sete anos para produzir os primeiros frutos, não carecia de maiores preocupações com a industrialização local, dispensando também os maquinários que custavam muito dinheiro. E, principalmente, permitia fracionar a propriedade para essa cultura, tendência que já se observava a partir da primeira metade do século XIX. Era uma cultura que dispensava maiores cuidados com a limpeza constante do solo e, por consequência, exigia pouca mão de obra se comparada com a cana-de-açúcar. Além do que, também produzia cinco safras anuais, o que significava renda para os proprietários quase que o ano inteiro. Também dos coqueirais se aproveitava além do fruto, as folhas e o tronco que serviam para construir as palhoças, onde os trabalhadores viviam. No período do inverno, os engenhos enviavam seu gado para as regiões dos coqueirais, rica em gramíneas que se desenvolviam no solo à sombra dos coqueirais.

Já a mandioca, o feijão e as culturas de frutas, nunca foram incompatíveis com a lavoura da cana-de-açúcar. Sendo culturas de subsistência, eram consumidas por todos, senhores de engenho e escravos, patrões e empregados, enfim, ricos e pobres. Entretanto, tal cultivo era feito em áreas que não eram utilizadas no plantio da cana-de-açúcar, que reinava absoluta.

Andrade (1998) descreve com precisão essa condição:

Constituíam a pequena lavoura feita por escravos e moradores para o auto-abastecimento e venda da sobra, e por senhores de engenho e lavradores, às vezes, apenas para o consumo de suas famílias e seus dependentes. Sintomático é que ainda hoje, na região da Mata e do litoral Oriental, a fabricação de farinha se faça pelos mesmos processos da época colonial; a descrição de uma “casa de farinha” feita por Nieuhof (1981, p. 284), em pleno domínio holandês, identifica-a como as casas de farinha existentes nas “grotas” e nas “chãs” dos nossos antigos engenhos. Enquanto a fabricação do açúcar evoluiu desde o engenho de bois até as grandes usinas que moem anualmente mais de 1.000.000 de sacos de açúcar, a casa de farinha continua muitas vezes a ser movida a força humana. Apesar de sua importância, foi uma cultura relegada a um plano secundário, sempre desprovida de proteção e sempre descuidada a ponto de sua falta ter sido frequentemente assinalada em toda a história nordestina, falta que estava a dificultar e a piorar cada vez mais o regime alimentar, por si já deficiente, de moradores e escravos.

O autor tece algumas considerações a respeito do papel do gado para preencher os vazios demográficos no nordeste brasileiro. Assim, comenta:

O gado foi sempre um servo da cana; ocupava áreas pioneiras à sua espera e cada vez se distanciava mais do litoral, tendo, conseqüentemente, que ir alongando cada vez mais as suas caminhadas para chegar aos centros de consumo. Foi ele que desbravou e ocupou os vales fluviais distantes de Olinda, fixando-se, ao sul, no Vale do São Francisco e nos campos de Sergipe, e, ao norte, nos tabuleiros da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Não fosse a pecuária, os tabuleiros ter-se-iam tornado verdadeiros vazios demográficos e econômicos entre as áreas úmidas e férteis das várzeas. A cana o expulsava sempre para o interior, tanto que a feira de Igarassu, ao norte do Recife, teve de ser transferida para Goiana, depois para Pedras de Fogo e, finalmente, para Itabaiana, já no Agreste, onde permanece até os nossos dias.

A convivência pacífica da pecuária com o cultivo da cana não se reproduziu com a cultura algodoeira na região historicamente utilizada para o cultivo da cana-de-açúcar. Durante os séculos XVII e XVIII, a cultura do algodão desenvolvida no Nordeste passou por um longo período de estagnação. Impulsionada pela necessidade de produzir matéria-prima para fazer vestimenta para os escravos aqui no Brasil e posteriormente, com a revolução industrial, quando a indústria têxtil se expande consideravelmente, principalmente na Inglaterra, Portugal como senhor de todas as riquezas em solo brasileiro, incentivou o cultivo do algodão para exportação.

Em 1751 foi criada uma estação de Inspeção do Algodão e, em seguida, uma Alfândega do Algodão (Costa, 1983). Essa cultura, dada as condições de preço, logo se expandiu para as regiões do Agreste e do Sertão, tendo em vista que se iniciara na região úmida. Mas, deixando livre a zona da Mata para o cultivo da cana, quando os preços estavam em queda, e, avançando seus limites litorais à dentro, quando a indústria canavieira sofria algum entreeiro.

A cultura do algodão não apresentava grandes dificuldades. Podia ser consorciada a outras culturas de subsistência o que era bastante interessante tendo em vista poder garantir sem maiores dificuldades os produtos para venda e os de subsistência.

Andrade (1998) explica essa associação da seguinte forma:

Cultura fácil, barata, democrática, deixava-se associar à fava, ao feijão e ao milho, fornecendo o roçado ao pequeno agricultor, a um só tempo, tanto para a venda como alimento. O seu ciclo vegetativo requeria apenas poucas limpas ou capinas; conseqüentemente, não ocupava braços durante todo o ano, como ocorria com o açúcar. Não havia assim, vantagem em adquirir

escravos a preços elevados para que eles trabalhassem apenas durante algum tempo, ficando inativos vários meses, sem produzir e consumindo alimentos. Daí a cultura algodoeira, na segunda metade do século XIX, quase não usar o trabalho escravo, sendo preferível pagar a moradores as fainas agrícolas, mesmo quando a procura de braços se tornou grande e a mão de obra, insuficiente, provocou a ascensão dos salários até mil-réis diários. Os salários altos, mas pagos todo dia, eram mais vantajosos que a aquisição de escravos, quando essa aquisição era difícil e representava grande inversão de capitais. Produto leve, o algodão era facilmente colhido por mulheres e crianças; daí uma série de vantagens para enfrentar a cana nas ocasiões em que o mercado europeu necessitava de algodão.

Ao que parece, o uso da mão de obra escrava era ditado pela conveniência do próprio negócio. Senhores de engenhos nessa época também destinavam partes de suas terras para o cultivo do algodão, o que os tornou conhecidos como engenhos empresas híbridas.

Koster (1942) testemunha essa associação ao relata que, nas primeiras décadas do século XIX, encontrou vários senhores de engenho, de famílias tradicionais do setor canavieiro pernambucano, que cultivavam em seus domínios a cana e o algodão também a desenvolviam a pecuária.

Andrade (1998) enfatiza:

Grande expansão teve a cultura algodoeira durante a guerra da Secessão, quando os EUA não podiam atender ao mercado europeu. Nessa ocasião, o algodão avançou pelo Vale do Paraíba, dividiu com a cana as terras drenadas pelo Mamanguape e possibilitou o devassamento dos interflúvios do Siriji com o Tracunhaém, ao norte de Pernambuco. Nessas regiões, ele não só disputou terras com a cana, como tornou os engenhos empresas híbridas, uma vez que mantinham juntas às suas “moitas” descaroçadores de algodão. Muitos moradores pobres – mulatos, caboclos, ou mesmo negros – enriqueceram cultivando algodão e ascenderam socialmente; foram os chamados “brancos do algodão”.

As pesquisas do historiador Andrade apontam também para o problema da mão de obra, ressaltando a batalha que se travou entre o trabalho escravo e o assalariado. Assim, comenta o autor:

Na primeira metade do século dominava ainda o trabalho escravo e o tráfico com a costa africana era feito com grande intensidade. Tollenare (1978, p. 22-23), que esteve em Recife em 1817, teve oportunidade de observar o mercado de escravos onde os negros de ambos os sexos, de todas as idades e vários tipos fisionômicos, eram vendidos apenas com uma tanga, expostos aos olhares de possíveis compradores ou de simples curiosos. O preço de um escravo era bastante elevado, pois custava cerca de 900 francos, enquanto um boi custava, geralmente, 200 francos e um cavalo, 70 francos. Assim, em média, um escravo valia cerca de 4 bois ou 13 cavalos. Nesses mercados ele era vendido aos senhores de engenho, que

o levavam para as suas propriedades. No sul de Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, apesar da existência de muitas terras inapropriadas, estavam localizados os engenhos mais ricos, era a área mais favorável à cultura canavieira. Os grandes engenhos dispunham, em geral, no começo do século, de mais de 100, às vezes, até de 150 a 200 escravos. Apesar da existência de grande número de moradores, os senhores não recorriam com frequência ao trabalho assalariado; limitavam-se a receber a pequena renda que arbitravam pela morada e cultura de cada morador (Andrade, 1998).

As pesquisas de Andrade dão conta do comportamento diferenciado dos senhores de engenho situados ao norte de Recife, quanto ao número de escravos sob seus domínios, como se percebe nos seus comentários:

Já no norte do Recife eram raros os senhores de engenho ricos que possuísem numerosa escravaria e sólidos sobrados; por isso, ao lado de algumas dezenas de escravos costumavam contratar trabalhadores assalariados – índios semicivilizados, mulatos e negros livres. O próprio Henry Koster, como senhor de engenho em Jaguaribe na época de maior trabalho, geralmente de plantio ou de colheita da cana, fez longas viagens a Goiana e Paraíba, com o fito de assalariar indígenas para as suas plantações. Era frequente nessa região os senhores de engenho, por não poderem adquirir escravos devido a seu alto custo, para suprir a necessidade de braços, facilitarem o estabelecimento de moradores em suas terras, com a obrigação de trabalharem para a fazenda. Esses trabalhadores tinham permissão para derrubar trechos de matas, levantar choupanas de barro ou palha, fazer pequeno roçado e dar dois ou três dias de trabalho semanal por baixo preço, ou gratuito, ao senhor de engenho (Andrade, 1998).

Foi assim que surgiu a categoria do atual trabalhador-morador, como bem explica Andrade (1998):

Surgiu assim, aquilo que se chamou “morador de condição”, constituindo grande parcela dos trabalhadores do campo na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX. Esses moradores procuravam colocar-se sob a tutela do senhor de engenho; naquela época, no interior nordestino, não se gozava de nenhuma garantia governamental. Os senhores de engenho, embora as doações de terra se fizessem, então, em porções bem menores que na época de Duarte Coelho quando as sesmarias podiam ter dimensões ilimitadas – passaram a ter a extensão máxima de quatro léguas de comprimento por uma de largura em 1695, reduzidas para três de comprimento por uma de largura em 1729, e passaram a ser de uma légua em quadro no século XIX -, detinham grandes latifundiários e em suas terras eram senhores absolutos.

A história do cultivo da cana-de-açúcar no estado de Pernambuco também pode ser contada pelo poder exacerbado que os senhores de engenho gozavam em suas cercanias. Não é

sem razão que, em época de insegurança da população devido aos arruaceiros e ladrões de gado que agiam na região canavieira, os moradores pobres buscaram viver sob a proteção dos senhores de engenho. Para estes, era uma questão de honra defender seus dependentes de toda sorte de ameaças, inclusive das autoridades policiais. A forma como esses senhores de engenho mantinham cativa uma mão de obra barata era emprestando dinheiro aos moradores, que não poderiam deixar a propriedade antes de saldar sua dívida. Como essa dívida era incentivada e renovada, a sua permanência na propriedade era prolongada indefinidamente.

Andrade (1998) relata fato que comprova essa dependência. Diz o autor:

O próprio Koster perseguiu um morador que tentou deixar o engenho Amparo, a ele arrendado, sem saldar os seus débitos. Este débito, de uso generalizado em grandes áreas nordestinas, apesar da nossa legislação coibir a prisão por dívidas, é em parte tolerado pelo art. 1230 do Código Civil, quando este dispõe que o locatário de serviços agrícolas é responsável pelo pagamento dos débitos do locador com o locatário anterior.

As condições de vida dos moradores eram bastante precárias. Habitavam choupanas feitas de barro e palha, dormiam em esteiras e comiam em panelas de barro. Como apetrecho indispensável portava a “peixeira”, espécie de faca que usavam na cintura e que era proibida pelas autoridades. Segundo Andrade (1998) “a povoação de Pasmado, localizada entre Igarauçu e Goiana, era famosa pela fabricação deste tipo de arma”. E acrescenta: “geralmente, eles vigiavam as matas, “almocrejavam”, isto é, transportavam o açúcar em cavalos para os portos ou para as estações de estrada de ferro e também participavam com os escravos do trabalho no eito”.

O autor esclarece:

Com as restrições ao tráfico e sua posterior abolição, A Lei do Ventre Livre e a venda de grande parte da população escrava para os cafezais do Sul, que estavam em franca fase expansiva, diminuíram o número de escravos e os trabalhadores assalariados iam aumentando a sua contribuição na produção açucareira. Certos ofícios como os de pedreiro, carpina, oleiro, tanoeiro etc., ao norte do Recife, eram exercidos por homens livres que muitas vezes residiam em vilas, cidades e povoações. (...) Em Pernambuco mesmo, sobretudo ao norte, na “mata seca”, o trabalho assalariado era, na segunda metade do século XIX, de uso generalizado. Henrique Millet (1876), profundamente preocupado com os nossos problemas, afirmou que a supressão do tráfico não nos trouxe prejuízo, uma vez que a produção aumentou depois de 1855. Salientou ainda que as lavouras de algodão eram feitas quase inteiramente por assalariados, assim como “mais da metade da lavoura da cana-de-açúcar, pela proporção cada vez mais importante que representava, na safra dos engenhos, o quinhão devido aos plantadores

livres, isto é, ao sistema de parceria”. Só certos trabalhos mais pesados, como o corte, transporte e manipulação das canas, continuavam a ser feitos quase unicamente por escravos.

O aspecto mais penoso do trabalho tradicionalmente ficava a cargo do escravo. Só após a extinção da escravidão no Brasil é que passou a ser desenvolvido por trabalhadores assalariados.

Andrade (1998) complementa:

O próprio Millet (1876), em torno de 1875, que, afastados os grandes engenhos que produziam mais de 5.000 pães de açúcar por ano – o pão de açúcar pesava em média 75kg – outros, num conjunto de perto de 2.000 engenhos de Pernambuco e capitanias vizinhas, cujo açúcar era comercializado no Recife, dispunham em média de 4 a 12 escravos em cada engenho, número bastante modesto, e que pagavam, então salários muito altos aos trabalhadores livres – de 800 a 1.000 réis diários – caso comparassem estes salários com o preço do açúcar que, entre 1872 a 1875, oscilou entre 1.600 a 2.200 réis a arroba (15 quilos). Achava ele, por isso, que o lucro líquido dado pelos engenhos não compensava o custo de produção do açúcar.

Os comentários do autor explicam de certa maneira o alto grau de endividamento em que permanentemente viviam os senhores de engenho, razão pela qual muitos faliram e outros até hoje vivem com dificuldade financeira no período de entressafra, na esperança de que a colheita venha a cobrir seus custos de produção. Quando isso não acontece, a dívida é rolada para o ano seguinte e assim sucessivamente, até poder saldá-la, na melhor das hipóteses, ou falir, em caso de não suportar mais os prejuízos.

O Nordeste, de uma maneira geral não sofreu muito com a perda da mão de obra escrava, nas lavouras da cana-de-açúcar e do algodão. Já há algum tempo os senhores de engenho trabalham com uma mão de obra escrava muito restrita, até porque venderam parte dos seus escravos aproveitando o bom momento da lavoura do café na região sul do país. Portanto, a economia local não sofreu com o advento da abolição da escravidão. Entretanto, algumas situações contribuíram para a ampliação da mão de obra assalariada, mas com drástica redução de salário, tanto na cultura da cana como na lavoura do algodão.

Vale salientar que a história da lavoura da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro, notadamente no estado de Pernambuco, cobre praticamente cinco séculos, iniciando-se no século XVI, chegando ao século XXI, com as mesmas características. O seu conservadorismo, somada às peculiaridades regionais que conferiam aos senhores de engenho um poder quase absoluto, contribuíram para manter praticamente inalteradas, as condições de vida e de

trabalho do homem do campo dedicado à lavoura da cana-de-açúcar. Sua condição, como ex-escravo passando à morador de condição, também não acrescentou muito a sua vida, uma vez que por falta de opção e capacitação para outras atividades, muito pouco podia fazer com a sua liberdade recém adquirida. Tornar-se um morador por condição, pouca coisa mudou além da possibilidade de poder trocar de patrão. Continuou, portanto, habitando choupanas rústicas, feitas de palhas ou até mesmo as senzalas, agora sem o peso dos grilhões, comendo o seu naco de carne seca com farinha de mandioca como antes, trabalhando de sol a sol como sempre, com a diferença de que passou a receber um salário que na época correspondia a 400 e 600 réis.

Andrade (1998) enfatiza dados importantes sobre o salário do trabalhador rural, ressaltando as razões pelas quais ele diminuiu consideravelmente.

O salário do trabalhador rural sofrera séria redução após o término da Guerra de Secessão, quando os Estados Unidos reconquistaram o mercado europeu, expulsando do mesmo o nosso algodão. Sem mercado, sem poder exportar, o preço do algodão caiu, sua cultura foi reduzindo-se cada vez mais e milhares de trabalhadores se viram sem ter o que fazer. Aumentando a mão de obra disponível, os proprietários rebaixaram os salários numa proporção de 40 a 60% dos pagos durante o *rush* algodoeiro. Acharmos mesmo que a crise do açúcar, posterior à abolição, resultou mais da falta de mercado externo, devido à concorrência do açúcar de beterraba europeu e do açúcar antilhano, do que da libertação dos escravos. Esta feita na hora em que as condições econômicas e sociais estavam a exigir tal medida, que não foi progressista, uma vez que ao escravo liberto não se deu qualquer perspectiva de boa colocação para seu trabalho. A liberdade de ir e vir, de não ser propriedade de um senhor, foi a única conquista que o escravo conseguiu com a Lei Áurea.

Da análise do historiador, duas questões relevantes merecem apreciação. A primeira delas é que as leis de mercado são determinantes para qualquer tipo de negócio. Mercados em alta promovem a riqueza e com ela o bem-estar do trabalhador, ou pelo menos a manutenção do emprego e do salário. Quando a situação se inverte, empresas falem, salários se reduzem e as condições de vida se deterioram. A segunda questão diz respeito à libertação dos escravos por um ato institucional, que não foi acompanhado das medidas adequadas para conferir na prática a liberdade tão sonhada, uma vez que não preparou aquela população para uma vida autônoma em que pudesse exercer escolhas para desempenhar outras atividades, sendo para tanto capacitados. Apenas o “certificado” de homem livre não o torna livre, quando sua cidadania não pode ser exercida plenamente, pela incapacidade de prover a sua sobrevivência e de seus familiares por meio do trabalho digno e produtivo. A ignorância, mais uma vez entra

nesse contexto como causa primária e determinante para manter em atraso o trabalho do campo. Não é sem razão que as pesquisas mais recentes dão conta de que 98% da população dos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar é constituída por analfabetos.

1.12. O surgimento das Usinas e a proletarização do trabalhador rural

Os engenhos centrais, que surgiram em fins do século XIX, simbolizando a tentativa de modernização do parque industrial açucareiro em terras nordestinas, foram um tremendo fracasso.

O desejo do Barão de Lucena de separar a atividade agrícola da industrial não foi concretizado. O que se percebe é que as companhias estrangeiras, responsáveis por montar os engenhos centrais, não se demonstraram competentes para vencer os desafios que representavam as condições naturais e econômicas do Nordeste, além da qualidade duvidosa do maquinário utilizado, aliada a constantes quebras de contratos dos fornecedores da matéria-prima, impedindo que a atividade atingisse os níveis desejáveis de produtividade (Diegues Junior, 1954).

Andrade (1998) comenta:

A melhoria da indústria açucareira era, porém, um imperativo econômico. O açúcar bruto, de inferior qualidade, produzidos pelos engenhos banguês, não podia competir no mercado internacional e muitos proprietários já vinham procurando, desde 1870, aperfeiçoar as suas instalações industriais a fim de produzir um açúcar de melhor qualidade.

Dessa evidência surgem as usinas, como uma resposta competente para essa necessidade. Elas surgem nas terras dos engenhos banguês com instalações próprias e modernas para fabricar o açúcar, cujo investimento era de inteira responsabilidade dos seus proprietários. Não resta dúvida que foram os mais ricos e empreendedores que iniciam esse movimento.

Segundo Carli (1942): “as duas últimas décadas do século XIX foram o período em que a usina sofreu o seu impulso inicial em Pernambuco. (...), uma vez que aí surgiram, entre 1885 e 1900, cerca de 49 usinas”.

Andrade (1998) acrescenta:

A instalação, porém, era feita sem o estudo prévio das condições existentes, sem a análise das áreas de influência que caberiam a cada usina e muitas vezes, frequentemente mesmo, eram instaladas por pessoas ou firmas que não dispunham de capital necessário à movimentação de uma grande indústria; tanto que muitas dessas usinas, então instaladas, estão hoje de

“fogo morto”, tendo encerrado as suas atividades industriais poucos anos após sua instalação. Também raros foram os fundadores de usinas que se mantiveram como proprietários das mesmas. A maioria, sem dispor de capital, endividou-se, e teve de se desfazer da usina, passando a indústria a terceiros. Daí, se examinarmos a relação das usinas fundadas nesse período, observaremos que muitas delas não existem mais, estão, como os velhos banguês, de “fogo morto”, tributárias de outras que tiveram melhor sorte.

Atribui-se ao grande incentivo dado pelo governo estadual, principalmente por Barbosa Lima, Governador de Pernambuco, o desenvolvimento das usinas, tendo em vista que, no seu governo, concedeu empréstimos para a nova indústria sob a condição da obrigação da ampliação das estradas de ferros, que deveriam ser de utilidade pública, não apenas restrita ao transporte da cana, além de outras cláusulas que privilegiavam a população como um todo, evitando assim, que o dinheiro público fosse aplicado apenas no setor canavieiro prioritariamente. Também o surto canavieiro fora motivado pela alta do preço do açúcar no período de 1890 a 1900. Tal alta elevou o preço do açúcar cristal a quase dez mil-réis a arroba (15 quilos). Esta bonança durou apenas um ano, tendo em vista que em 1901, houve uma crise no setor açucareiro puxando para baixo o preço da arroba que foi cotado em menos de quatro mil-réis (Carli, 1984).

Essa situação se manteve quase que inalterada até a primeira grande Guerra Mundial (1914-1918), tendo arrefecido em muito a fundação das usinas, muito embora sua atividade não se extinguisse. A crise iniciada em 1901, que afetou o mercado externo, foi superada pelo fato de que 70% da produção nacional foi absorvida pelo mercado interno, o que propiciou inclusive a instalação de novas usinas. Já em 1910, o nordeste contava com 130 usinas, sendo aquelas de pequena produção, instaladas no estado de Sergipe. Posteriormente, com a desorganização provocada pela Primeira Guerra Mundial de (1914-1918) no setor açucareiro a partir da beterraba no mercado externo, o açúcar nacional passou a alcançar alto preço no mercado externo. Essa contingência contribuiu também para aumentar o número de fundação de novas usinas, bem como a capacidade de produção instalada.

Andrade (1998), chama a atenção para o seguinte fato:

Deve-se, porém, salientar que a produção não era maior ou menor, conforme o número de usinas, uma vez que, apesar do menor número de fábricas, a produção pernambucana era oito vezes maior que a sergipana, ao mesmo tempo que Alagoas, com apenas 15 usinas, tinha uma produção 50% superior à sergipana com 70 usinas. É que em Sergipe se desenvolveu largamente a fundação de pequenas usinas, correspondentes, cada uma

delas, quase a um antigo banguê, enquanto nos outros Estados, as usinas aumentavam constantemente a sua capacidade de esmagamento de canas e iam, cada ano, absorvendo novos engenhos e até mesmo outras usinas.

O autor apresenta alguns dados que comprovam seus comentários, assim demonstrados:

A título de curiosidade chamamos a atenção para o fato de a produção das 36 usinas sergipanas, na safra de 1945-46, ter sido de 785.613 sacos e, na safra de 1955-56, ter sido de 716.765 sacos de 60 quilos, enquanto a Catende, então a maior usina de Pernambuco, teve nestes dois anos, respectivamente, as seguintes safras: 761.884 e 866.227 sacos. Também a Central Barreiros, em 1955-56, teve sozinha maior produção que as 36 usinas sergipanas reunidas – 824.390. Nos últimos anos começa a processar-se, no pequeno Estado do Nordeste, a concentração fundiária, uma vez que o número de usinas caiu de 1956 para 1961 – em cinco anos apenas – de 36 para 22. Em 1973 eram apenas seis e em 1985 eram três. O total de açúcar sergipano, porém, manteve-se relativamente estável desde que atingiu 635.900 sacos na safra 1959-60 e ascendeu a 790.979 sacos na de 1960-61 e de 1.520.000 sacos em 1983.

O IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), criado no governo Vargas por volta dos idos de 1930, com a finalidade de oferecer suporte técnico aos produtores de açúcar e álcool, estabeleceu em 1984 uma divisão de cotas de produção para cada Estado do Nordeste. Neste rateio, coube ao Estado de Pernambuco uma cota de 1.646.800 toneladas métricas (tm), seguido de Alagoas com 1.322.200 tm, e para os demais Estados, a divisão estabelecia uma pequena participação na produção, ficando 154.000 TM para a Paraíba, 129.000 tm para o Rio Grande do Norte, 83.000 tm para Sergipe e 74.000 tm para a Bahia. Entretanto, para a produção de álcool os números foram diferentes: cotas de 680,8 milhões de litros para Alagoas, para Pernambuco 443 milhões de litros, Paraíba com 216,6 milhões, Rio Grande do Norte com 98,16 milhões de litros, a Bahia com 74,3 milhões e finalmente Sergipe com 26,4 milhões. A contribuição do nordeste para a produção brasileira foi da ordem de 1,6 bilhões de litros de álcool, para um total de 9 bilhões de litros produzidos no país.

O número de usinas, em 1985, estava assim distribuído: Pernambuco com 35, Alagoas com 27, Paraíba com 7, Sergipe com 3 e Rio Grande do Norte e Bahia com 2 cada um. Com relação às destilarias, umas funcionavam em anexos às usinas, outras eram autônomas, obedecendo à seguinte divisão: Rio Grande do Norte eram 4, 10 na Paraíba, 33 em Pernambuco, 30 em Alagoas, 2 em Sergipe e 2 na Bahia. Estes dados se reportam até o ano de 1998, ocasião em que se observava a desativação de várias usinas (Andrade, 1998).

Andrade (1998), como pesquisador é considerado a maior autoridade na história da cultura canavieira do Estado de Pernambuco e demais Estados do Nordeste. Sendo assim, merece que seja reproduzido nesse estudo trechos de seu livro “A Terra e o Homem do Nordeste”, pela relevância dos comentários e principalmente, pela fidelidade à narrativa imprimida aos fatos reais, como se depreende de mais um dos seus comentários. Diz o autor:

A política governamental em fase de implantação, de estímulo à fusão de usinas e à transferência para melhores áreas provocará, naturalmente, redistribuição geográfica das mesmas. Na situação atual, dificilmente poderão manter-se as pequenas usinas que produzem menos de 500.000 sacos anuais. A usina era, um autêntico “D. João de terra” (Carli, 1942, p. 18), estando sempre disposta a estender seus trilhos, como verdadeiros tentáculos, pelas áreas onde pudesse obter cada vez mais canas. Esta fome de terras iria dar origem ao agravamento do problema do latifundiário que, desde a colonização, aflige o Nordeste.

Prosseguindo em seus esclarecimentos, acrescenta:

Na realidade, as antigas sesmarias, de dimensões descomunais, foram sendo desmembradas pelos primitivos proprietários à proporção que os filhos se tornavam adultos ou que as filhas se casavam, a fim de que novos engenhos fossem fundados para uns e outros. Daí se falar em engenhos “cabeças de sesmarias”, quando se quer referir a engenhos muito grandes e antigos, e haver muitos engenhos chamados “velhos” ao lado de outros denominados “novos”. Por isso, os grandes latifúndios primitivos foram-se dividindo até formar propriedades que, conforme a área em que se localizavam, tinham geralmente de 200 a 1.000 hectares. Com a usina, esse processo de divisão, de retalhamento de propriedades não só foi detido, como também se passou a formar um processo de concentração fundiária a ponto de haver usinas, hoje, que controlam áreas enormes, superiores a 35.000 hectares em cada uma delas, reunindo sob seu domínio mais de cinquenta antigos banguês. Vinte ou trinta engenhos estarem nas mãos de uma única usina é fato comum em Pernambuco. Há, assim, usinas que controlam dezenas de engenhos, concentrando em suas mãos vales inteiros.

Essa prática na atualidade vem sendo mantida e ampliada, de maneira que hoje, pode-se afirmar que a volta dos grandes latifúndios no Estado de Pernambuco é uma realidade, muito embora a Lei Federal 4870 estabeleça que as usinas só possam ser proprietárias de 40% das terras cultivadas, e os demais 60% deverão ser de propriedade dos fornecedores. Essa inversão de percentual na prática já existe, conforme depoimentos de alguns entrevistados na pesquisa de campo que embasa esse estudo.

Andrade (1998), conclui:

As usinas, ao serem instaladas, dispunham de máquinas com capacidade de esmagamento superior à capacidade de produção – dentro das condições

técnicas então dominantes – dos engenhos a elas vinculados, e tratavam de adquirir mais terras para atender à fome de canas de suas moendas. Adquiridas as terras sem certo planejamento, o desequilíbrio passava a proceder de forma contrária, ficando as máquinas com capacidade inferior à produção agrícola, e tratavam os usineiros de adquirir novas máquinas. Assim, ampliando as terras e as máquinas, eles iam acentuar cada vez mais a concentração fundiária.

O poder expansionista das usinas também foi ampliado devido à abertura das estradas de ferro, que levavam de pontos distantes as canas até as usinas. As estradas de ferro particulares das usinas também serviram para integrar a região canavieira, pois além das canas de suas terras, ainda recolhiam por concessão as de outros engenhos que moíam para a mesma usina. Este fato ocorreu devido ao grande fechamento de engenhos banguês com fabricação própria, que ao fecharem suas máquinas, passaram da condição de proprietários, para a condição de fornecedores. Portanto, não se pode negar o papel preponderante das estradas de ferro no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no Estado de Pernambuco e como consequência em todo o Nordeste brasileiro.

Andrade (1998), explica:

As estradas de ferro, irradiando-se em muitas direções, mas quase sempre subindo ou descendo um vale, demarcavam a extensão da área de influência de cada usina. Às vezes a conquista de uma zona onde havia bons engenhos era disputada entre várias usinas que queriam levar até lá os seus trilhos, e estes engenhos eram verdadeiramente leiloados pelos seus proprietários, vencendo a empresa industrial que desse maior preço. Também a passagem dos trilhos por engenhos particulares era comprada por altos preços. A crise, com a conseqüente queda do preço do açúcar que se iniciou em 1923 e atingiu o auge em 1930, teve suas conseqüências sobre a indústria estendida até 1940, fazendo com que muitas usinas e muitos engenhos banguês fechassem as suas portas, apagassem seus fogos, tornando-se tributários de outros mais poderosos.

O autor fala com entusiasmo sobre a resistência dos engenhos banguês no período de instalação dos engenhos centrais. Assim, ele se reporta:

Interessante, porém, é salientar a capacidade de resistência do banguê. Com menores capitais, técnicas mais atrasadas, baixa produtividade e pondo no comércio um produto de qualidade inferior, o banguê resistiu como pode ao surto usineiro, voltado que estava para o mercado consumidor regional. A reação do banguê fez-se com tal energia que, apesar de sua fraqueza econômica e das vantagens conseguidas pelos usineiros perante as instituições governamentais, só no fim da década de 1951-60 veio praticamente a extinguir-se. Assim, o banguê reagiu por mais de 70 anos à investida das usinas para só baquear realmente depois de 1950. Para citar

alguns exemplos, salientamos que em 1914, exatamente 30 anos após o estabelecimento dos primeiros engenhos centrais em Pernambuco, só 490 engenhos, isto é, 17,5% dos banguês do Estado estavam de “fogo morto”, dominados pelas 49 usinas então existentes. (Andrade, 1998, p. 106).

Também as usinas de pequeno porte, ao longo do tempo foram deixando de produzir, outras se transformaram em sítios e fazendas e grande parte delas foram compradas pelas usinas maiores.

Andrade (1998), apresenta os dados que comprovam esses fatos:

Hoje, o número de usinas também diminuiu; no Rio Grande do Norte, a mais importante – Estivas – mói mais de dois milhões de sacos de açúcar de 50 kg por ano; na Paraíba, cota superior a um milhão já era produzida pela Usina São João, em Alagoas. As principais usinas – Santo Antonio e Coruripe – ultrapassaram dois milhões de sacos, sendo poucas as que produzem menos de 400 mil sacos. Em Pernambuco, as maiores usinas estão com produção superior a 1.500.000 sacos cada uma. Das usinas em atividade no Estado, apenas 11 tem produção inferior a 600 mil sacos e elas só são consideradas médias quando produzem pelo menos um milhão de sacos de açúcar anuais. Aí, o processo de concentração industrial chegou a tal ponto que não só há usinas maiores absorvendo menores, como também as firmas proprietárias de grandes usinas estão adquirindo outras, organizando grupos econômicos que controlam não uma, mais várias usinas.

O autor cita nominalmente alguns grupos que representam famílias tradicionais do Nordeste açucareiro, que capitanearam este movimento. São eles:

Grupo Bezerra de Melo, que possuía até 1995 as usinas Santo André e Central Barreiros, em Pernambuco. E a Santana, em Alagoas, dispoñdo de uma área de mais de 70.000 hectares em terras contínuas com uma produção de perto de 3.000.000 de sacos de açúcar por ano. O Grupo Dias Lins possuía as usinas União e Indústria, em Pernambuco, e a Serra Grande em Alagoas, com uma produção anual de cerca de 3.000.000 de sacos. Ermírio de Moraes aplicou capitais em usinas de açúcar em Pernambuco, adquiriu as usinas São José e Tiúma, e já formava um pequeno império com cerca de 40.000 hectares e uma produção superior a dois milhões e meio de sacos, hoje transferida para o Grupo Petribú. Por sua vez, pequenas usinas, como Regalia, Santa Inês e Peri-Peri, encerraram suas atividades, absorvidas que foram, nos últimos anos, por usinas maiores. Vê-se assim, como a concentração vem-se fazendo com grande intensidade no parque industrial açucareiro pernambucano.

Pelo o que se pode perceber, o Nordeste canavieiro sofreu ao longo das últimas décadas um processo galopante de concentração de terras nas mãos das usinas. Esta situação tornou-se um sério problema para o setor sucroalcooleiro, sobretudo nas zonas da Mata e no

Agreste, de maior densidade demográfica, onde os conflitos se acirraram, entre proprietários e assalariados, levando a SUDENE, em seu primeiro Plano Diretor, abordar o problema agrário nordestino, estabelecendo como possível solução uma política que prioriza dois pontos:

1. estímulo a migração da população excedente da região para áreas pouco povoadas, com o Sul da Bahia e o Nordeste do Maranhão;
2. reestruturação do setor, pela revitalização da indústria açucareira, visando o aumento da produtividade agrícola e industrial por meio de práticas modernas, como adubação, irrigação, utilização de herbicidas e inseticidas, e de requerimento de usinas e liberação de terras, como pagamentos de empréstimos contraídos em bancos oficiais pelos usineiros, com a finalidade de instalar lotes familiares para cultura de alimentos (Andrade, 1998).

O Estatuto da Terra, promulgado em 1964, e a criação do IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – de abrangência nacional, serviam de instrumentos legais para promover a Reforma Agrária na região Nordeste. Por meio do cadastramento das propriedades rurais, realizado em 1964, ficou comprovado o domínio de latifúndios por exploração na região, com terras ociosas que poderiam ser desapropriadas para fins de reforma agrária. As zonas da Mata e do Agreste de Pernambuco e Paraíba, por apresentarem maior concentração de terras ociosas, foram as escolhidas para dar início à Reforma Agrária, e a usina Caxangá, por se encontrar na região, possuir mais de 20.000 hectares, foi desapropriada como plano piloto da reforma.

O programa do PROTERRA foi o responsável pela desapropriação dos excedentes das propriedades. Tal programa tinha como finalidade a redistribuição de terras porque, partindo do entendimento de que os grandes latifundiários, que possuísem mais de 1.000 hectares de terra, deveriam ceder parte delas para ser, pelo poder público, dividida entre agricultores que receberiam também financiamento e ajuda técnica do governo para iniciar suas atividades.

Segundo Andrade (1998), esta distribuição obedeceu aos seguintes critérios:

Esta porção correspondia a 20% para as propriedades de área equivalente a 1.000 há, a 30% nas propriedades com mais de 1.000 e menos de 3.000 ha, a 40% nas propriedades que tivessem de 3 e 5.000 há, e a 50% naquelas de mais de 5.000 ha. As parcelas resultantes das terras liberadas poderiam oscilar entre um e seis módulos (Instrução NR 08/72 do INCRA). Os preços por hectares de terras a serem desapropriadas foram estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, com base nas declarações dos proprietários ao responderem aos cadastros do INCRA, o que fez com que eles fossem

compensadores para os latifundiários desapropriados e, apesar de uma reação inicial pouco favorável de proprietários mais conservadores, houve ponderável adesão dos mesmos ao PROTERRA. Assim, ao se concluir o prazo de entrega dos projetos ao INCRA, a 26 de janeiro de 1973, este recebeu, em Pernambuco, a adesão de 119 proprietários de terras, entre os quais se encontravam vários usineiros. Foram oferecidos à liberação 77.000 há. De terras, dos 130.000 que deveriam ser liberados para o INCRA. (...) O processo de fusão de usinas e os programas de reflorestamento coexistem com este programa.

Com o surgimento das usinas, é introduzido no cenário canavieiro outro protagonista na saga da cultura da cana no Nordeste brasileiro. Em decorrência das usinas terem acumulado muitas terras, estas passaram a ser arrendadas a agricultores vocacionais, em geral, descendentes dos senhores de engenhos banguês, que tinham nas veias o amor pela agricultura e por consequência, pela lavoura de cana-de-açúcar.

As mudanças que ocorreram nas terras destinadas à lavoura da cana-de-açúcar, passando de mãos em mãos, quer por efeito de desmembramento dos engenhos banguês, quer por necessidade das usinas de transferirem a terceiros o cultivo da matéria-prima, é mais bem explicada por Andrade (1998) quando assim comenta:

A usina deu margem ao aparecimento de uma nova figura na paisagem açucareira do Nordeste, a do fornecedor de cana, sucessor do banguzeiro. O antigo senhor de engenho, ao desmontar seu velho banguê, de bueiro quadrado e baixo, sempre localizado na meia encosta, transformou-se em fornecedor-proprietário. Sua figura de produtor de matéria-prima para a fábrica de outrem lembra, guardadas as proporções, a figura do lavrador da era colonial, assemelhando-se o atual usineiro ao antigo senhor de engenho. Realmente, o fornecedor está na dependência do usineiro como o lavrador estava na do senhor de engenho, uma vez que até 1930 não tinha o usineiro a obrigação de moer a cana do fornecedor, ficando este com o fornecimento, mais cedo ou mais tarde, dependente do usineiro. Também as balanças das usinas não podiam ser fiscalizadas pelos fornecedores, que ficavam, assim, a mercê dos usineiros. As contendas eram frequentes, os atritos ocorriam a todo instante, mas a capacidade de luta dos fornecedores foi muito grande e, aos poucos, eles conseguiram o direito de possuir uma cota de fornecimento que participava da cota total da usina, sendo esta obrigada a moer as canas dos engenhos a ela vinculados. Conseguiram também facilidades de crédito e financiamento para a realização de suas safras, a juros módicos com desconto na época da moagem. Graças à capacidade de luta, os fornecedores conseguiram sobreviver até o início dos anos oitenta quando eram produtores de grande percentagem das canas moídas em todo o Nordeste. Assim, na safra de 1960-62, em Pernambuco, eles contribuíram com 49% das canas esmagadas, enquanto em Alagoas, na safra de 1958-59, a percentagem da cana dos fornecedores foi de quase 58%. Hoje, em 1998, sua importância é mínima, se constituindo uma classe em extinção.

A previsão pouco otimista do historiador acredita-se que não venha a se concretizar. O poder de articulação da categoria de fornecedores de cana no Estado de Pernambuco é grande, além do que, eles não são pessoas destituídas de instrução, como no caso dos lavradores e dos trabalhadores-moradores/safristas, cujo percentual de analfabetos chega a 98% da população. Mais preparados intelectualmente buscam o fortalecimento por meio de associações que representem os direitos da categoria. Por outro lado, essa categoria é constituída em parte pela nata da sociedade rural pernambucana, famílias tradicionais que, como senhores de engenhos banguês, atravessaram séculos de história, se dedicando ao cultivo da cana em terras nordestinas. Deve-se a eles, o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro muito mais do que aos usineiros, muito embora estes detenham o poder econômico. Sem eles, as paisagens verdes das lavouras, perdem muito do encanto e da mística que sempre envolveu as relações de produção social das comunidades rurais, tão ricas em significados. Hoje, não chegam a 500 os engenhos no Estado de Pernambuco, entre próprios e arrendados aos usineiros, sem contar que a grande maioria dos agricultores é de pequeno porte, cujas terras não passam de 10 a 15 hectares. Cabe às autoridades do governo, aplicar a lei para aplacar a fome de terras dos usineiros, de maneira a distribuir a terra entre aqueles que por opção querem viver dela.

Andrade (1998) explica com são estabelecidas as relações de compra e venda de cana, entre usineiros e fornecedores:

Nem todos os fornecedores, porém, cultivam terras próprias, pois muitas vezes eles alugam engenhos da usina para plantar; enquanto os fornecedores-proprietários tem, muitas vezes, cotas em várias usinas, não dependendo exclusivamente de uma, os fornecedores-rendeiros estão vinculados à usina proprietária da terra que lavram, só podendo fornecer a ela as canas que cultivam. Pagam uma renda equivalente a 15 ou 20% da sua produção ao usineiro. Havia ainda usinas que possuíam lavradores, isto é, pequenos plantadores de cana que dispunham de áreas onde cultivavam alguns hectares, lavrando pessoalmente a terra com seus familiares e empregados; a Santa Rita, por exemplo. No Vale do Paraíba, reservou, nos anos cinquenta, um dos seus engenhos – o Gargaú – para estes pequenos lavradores. Eram eles, quase sempre, funcionários da usina – maquinistas, mecânicos etc. – que trabalhavam na sua especialidade na safra e lavravam a terra na entressafra. A Monte Alegre, no Vale do Mamanguape, possuía mais de 60 lavradores instalados em um engenho vizinho, de propriedade do Estado. Outras usinas aí localizadas, como a São João, possuía cerca de 1.000 lavradores, enquanto a Santa Helena recebia lavradores e fornecedores cerca de 70% da cana que esmaga.

Segundo o historiador, também havia em Pernambuco algumas usinas que não se dedicavam ao cultivo da cana. Toda a cana moída era produzida por fornecedores, caso das usinas: Laranjeiras, Matari, Muçurepe e Central Nossa Senhora de Lourdes. Salienta o pesquisador, o fato de que os fornecedores até então não haviam se organizado em cooperativa, para se fortalecer junto aos usineiros, coisa que os mesmos fizeram, para instalarem suas usinas. Os exemplos mais representativos são os das usinas alagoanas, a Boa Sorte e Santa Clotilde, que se organizaram sob a forma de cooperativa, unindo as famílias ligadas por parentesco – Brandão Vilela e Oiticica, proprietárias de antigos engenhos banguês que se associaram para criar a cooperativa, que na visão do historiador, tinham vínculos de parentesco mais fortes do que ideais cooperativistas (Andrade, 1998).

Andrade (1998), comenta:

A tendência das grandes usinas, porém, é cultivar terras próprias, eliminando os fornecedores. Querem, além do lucro industrial, o agrícola; por isso, adquirem grande número de engenhos, ligam-nos por estradas de ferro e de rodagem à usina, dividem o total das terras em administrações que correspondem quase sempre a um primitivo engenho de 400 a 500 hectares. Tem, então, os fiscais de zona, os capitães de campo e os administradores a dirigirem cada uma destas circunscrições. E como um todo monolítico, a área é cultivada em moldes modernos, com mecanização, adubo e, aquelas localizadas em áreas mais secas, com irrigação. A seleção de variedades de cana mais resistentes e mais produtivas é hoje problema que preocupa os usineiros, sobretudo depois que a Co 333 dominou os canaviais nordestinos, fazendo cair o rendimento industrial das usinas. A vitória da Co 333 sobre as outras variedades da Coimbatore, da POJ, da CB etc. deveu-se, sobretudo, à sua rusticidade, à sua resistência às secas e ao seu razoável rendimento agrícola. Por ser uma cana de ciclo vegetativo longo – 18 meses – e de curto amadurecimento, é sempre moída verde ou seca, provocando como consequência a queda do rendimento industrial das usinas. Sua substituição parcial por outras variedades de cana de menor ciclo vegetativo, a fim de que as usinas moam sempre canas maduras, é um imperativo para a indústria açucareira do Nordeste. Serra Grande, por exemplo, inverteu grandes capitais em açudes a fim de irrigar canas situadas, em sua maior porção, em terras altas. Também foi em Catende, como agrônomo, irrigando canaviais, que Apolônio Sales se notabilizou a ponto de ser chamado à vida política, em 1937, por Agamenon Magalhães. Por isso, há quem afirme que a tendência é o banguzeiro tornar-se fornecedor-proprietário depois fornecedor-rendeiro e, finalmente, ter de deixar a terra que possui e lavrou durante quase toda a vida.

O fim da história não ocorreu, como profetizaram nos idos de 1937, e hoje, em pleno século XXI, apesar de se comprovar o avanço das usinas na compra por terras na região de Pernambuco, a resistência esboçada pelos fornecedores de cana, muito embora não tenha sido

capaz de deter a voracidade dos usineiros, tem-se mantido capaz de lutar pela sua sobrevivência de forma organizada, com representatividade e forte liderança nos foros nacionais e internacionais que discutem os destinos da cana-de-açúcar, até como fonte alternativa de energia sustentável para as gerações vindouras.

Uma vez agricultor, sempre agricultor. Essa máxima se percebe no Pernambuco da cana, quando se observa a trajetória dos senhores de engenho, desde a sua primeira formação até os dias atuais. As dificuldades encontradas no cultivo da cana, não foram suficientes para arrefecer os ânimos dos seus cultivadores. Famílias inteiras viveram da cana, passando de geração a geração a responsabilidade dos canaviais para seus descendentes. Um exemplo emblemático de família que viveu e se expandiu no campo é a dos tradicionais senhores de engenhos descendentes das famílias Carneiro Leão e Souza Leão. Unidas pelo matrimônio, sua prole numerosa habitou e habita agora já na quarta ou quinta geração, em engenhos de propriedades próprias ou arrendados. Desde a época da escravidão, como dão conta os registros oficiais das famílias, que os senhores de engenhos dessas famílias, dedicaram-se quase que exclusivamente ao cultivo da cana na região da Mata do Estado de Pernambuco. Sua liderança em meio aos fornecedores de cana é de fato efetiva e combativa, ampliada mais ainda pelos novos casamentos unindo essas tradicionais famílias a outras igualmente importantes, como a dos Pereira Lima e Petribu. Pelo compromisso que eles tem com o desenvolvimento do setor, acredita-se que não falte o entusiasmo para lutar pela permanência das terras em mãos daqueles cuja vocação maior é viver da sua produção.

Andrade (1998) acrescenta:

Na área açucareira ainda há um grupo econômico que a usina vem eliminando, mas que teve na primeira metade do século XX relativa importância e, em certas áreas, até grande importância – a dos *foreiros*. Estes surgiram ainda na época da escravidão e eram homens que viviam em áreas mais distantes dos engenhos, cultivando lavouras de subsistência e pagando ao proprietário pequeno aluguel anual. Nas épocas de maior trabalho nos engenhos – plantio e colheita – costumavam os foreiros dar ao proprietário alguns dias de trabalho por semana, às vezes gratuito, às vezes por ínfimos salários: era a “condição” ou o “cambão” que, segundo Lacerda de Melo assemelhava-se à corvêia medieval (terras do senhor feudal, pagas por quem nelas quisesse trabalhar). Por isso, são os foreiros, às vezes, chamados moradores de condição.

A importância dos foreiros se faz mais visível quando do desenvolvimento da cultura algodoeira, principalmente nas áreas onde esta atividade agrícola era mais propícia. Este fato

se explica por ser o algodão uma cultura essencialmente comercial de fácil colocação no mercado o que propiciava ao foreiro uma renda considerável. Diante dessa contingência, não foram poucos os senhores de engenhos que instalaram em suas propriedades descaroadores de algodão, tornando-se beneficiadores das suas produções bem como das dos pequenos proprietários da redondeza. Esse movimento teve origem na crise do açúcar, que aviltou seus preços de tal maneira a levar muitos senhores de engenhos a encerrar suas atividades industriais.

Andrade (1998), comenta os resultados desse movimento:

Quando próximo a estes banguês de “fogo morto” havia usinas, eles se tornavam fornecedores; quando, porém, não havia, eles costumavam dividir os engenhos em pequenos sítios e alugar a foreiros. Dizia-se, então, que o engenho estava “aforado” e que seu proprietário ia viver “de foros”. Este fato ocorreu, sobretudo, nas áreas que, além de distantes das usinas, ficavam também distantes das principais estradas. Dava-se também, de preferência, naqueles engenhos próximos à encosta da Borborema. Com terras férteis para a cultura de fruteiras e de lavouras de subsistência. Município como Vitória de Santo Antão, Amaraji e Bonito, em Pernambuco, prestaram-se muito a estes aforamentos. Estes engenhos, divididos em grande número de pequenos estabelecimentos, logo se tornaram famosos pelo abastecimento das cidades que, em crescimento contínuo, consumiam a produção dos mesmos e davam margem ao desenvolvimento de uma pequena classe média no campo.

O período de grande produtividade dos foreiros voltado para o plantio de culturas de subsistência e fruteiras, com o fim da Segunda Guerra Mundial de (1939-1945), sofreu um grande golpe com a revalorização do açúcar no mercado internacional. Tal fato levou os senhores de engenho a retomar as suas propriedades, desfazendo os acordos com os foreiros mediante indenizações das benfeitorias em alguns casos e, em outros, apenas permitindo a colheita de suas lavouras. No caso das usinas foi um pouco diferente. Isto porque permitiram a permanência dos foreiros em seus “sítios” com o compromisso de destruir as plantações existentes para em seu lugar planta a cana, que readquiriu o prestígio internacional, sinalizando excelentes lucros.

Esta situação mereceu de Andrade (1998) o seguinte comentário:

Assim, de várias maneiras e por vários processos, foram os foreiros atacados e batidos nos primeiros entreveros. Trataram, depois, de se organizar e se associar, usando o *slogan* de combate “à condição” ou “ao cambão”. Foi desta luta dos foreiros, dos pequenos rendeiros contra os proprietários que os queriam desalojar de sítios ocupados, muitas vezes, há dezenas de anos, que surgiu o caso do engenho Galiléia, em Vitória de

Santo Antônio; caso que deu origem às famosas Ligas Camponesas lideradas pelo então deputado Francisco Julião. As conseqüências das primeiras vitórias dos grandes proprietários sobre os foreiros foram sentidas pelos habitantes das cidades circunvizinhas que viram, repentinamente, diminuir as frutas que eram vendidas em suas feiras, ao mesmo tempo em que os preços subiam assustadoramente. As condições alimentares, que sempre foram precárias na região úmida nordestina, tornavam-se, assim, cada vez mais difíceis. Infelizmente não dispomos de dados estatísticos sobre o assunto, mas, da observação direta no campo, podemos afirmar que, entre 1945-1955, foi grande a área, outrora ocupada por foreiros, conquistada pela cana-de-açúcar e grande o número de foreiros que teve de afastar-se da atividade a que se dedicava.

De tudo isso, pode-se inferir que o trabalho no campo nunca foi tarefa fácil. Os conflitos de interesse sempre estiveram presentes entre os diversos atores que ao longo dos tempos animam a vida em terras onde prevalece a cultura dos canaviais.

Falando a respeito dos diversos atores que animam as paragens nordestinas canavieira, resta salientar que entre os trabalhadores rurais da área canavieira, estão aqueles denominados: “trabalhadores de oito”, “cassacos” e “eiteiros”, que, dependendo do seu grau de fixação nas terras e de dependência ao proprietário, podem ser categorizados da seguinte maneira: moradores na propriedade onde trabalham; trabalhadores “de fora”, vivendo em cidades, vilas e pequenos povoados nas redondezas e que perfazem a grande maioria dos trabalhadores rurais, e, por fim, os “corumbas” ou “catingueiros” que, residindo no Agreste e no Sertão pernambucano, se deslocam nos períodos de safra para as regiões canavieiras para participar das colheitas, retornando aos seus lugares de origem, tão logo caíam as primeiras chuvas (Andrade, 1998).

Os trabalhadores “de fora”, são os chamados “bóias-frias”, atuais. Cada categoria tem um tipo de contrato firmado com os proprietários da terra. Assim, os trabalhadores-moradores residem em engenhos com direito a uma casa para morar e um pedaço de terra em seu entorno para plantar seu roçado. Os tipos de habitação diferem de região para região. Em geral são casas simples, pequenas construções que podem ser de alvenaria como no caso de Pernambuco ou de taipa, construções em madeira, como descreve Andrade (1998): “é de taipa, formada por esteios de madeira interligados uns aos outros por entrançado de varas amarradas por cipós. De taipa, foram construídas no passado até casas-grandes dos engenhos como o de Teitanduba, no Vale do Siriji”. Ainda se encontra na zona canavieira alagoana, habitações cobertas de palha, como na época das habitações africanas - quilombos. Entretanto, ao

descrever as áreas internas das moradas, o dado comum que se ressalta é a precaríssima condição sanitária, tendo em vista a falta de banheiros, pois, para a higiene corporal eram utilizados os rios e as touceiras de mato, servindo como local apropriado para satisfazer as necessidades fisiológicas. Donde se deduz que as condições sanitárias sendo extremamente precárias em nada contribuíam para a melhoria das condições médico-higiênicas da região.

Ao morador fixado em sítio eram cobradas algumas obrigações para com o proprietário do engenho. A primeira e a mais importante era a concessão de dias da semana para o trabalho no cultivo da cana e os demais poderiam ser usados em suas lavouras de subsistência com a ressalva de que, lavouras permanentes como no caso das bananeiras e cafezais não eram permitidas, para evitar contendas judiciais em caso de desalojamento do sítio.

Sobre esta questão, Andrade (1998) ressalta um importante aspecto:

Geralmente a mais cultivada é a mandioca; em Alagoas cultivava-se muito milho e na Paraíba e no Rio Grande do Norte o algodão tem grande importância nestes roçados. Este sistema é ainda generalizado nas áreas em que o processo usineiro está em desenvolvimento e onde o proprietário exige apenas uma “sujeição” de três ou quatro dias por semana durante a estação das chuvas. À proporção que o processo usineiro evolui, a área cultivada com cana vai aumentando e os proprietários não só restringem os sítios dos moradores, tirando-lhes as áreas mais favoráveis, como exigem dos mesmos cinco ou seis dias de serviço por semana nos seus canaviais, o que impede os trabalhadores de cuidarem dos seus roçados. Vai então se processando gradativamente a proletarização da massa camponesa.

Pesquisas realizadas por volta de 1938, pelo economista Humberto Bastos e pelo agrônomo Gileno Dé Carli dão conta das condições de vida dos trabalhadores rurais nessa época. O economista em seus estudos apurou que nas Alagoas, entre 1936 a 1937, percebiam uma diária equivalente a três cruzeiros antigos, além do roçado cultivando o algodão. Alimentavam-se de gêneros como bacalhau, farinha de mandioca, café, feijão e carne-de-ceará. Em ocasiões mais especiais, como por exemplo, no Natal, até a carne de boi chegava a sua mesa (Bastos, 1938; Carli, 1942).

Os salários oscilavam conforme a necessidade de mão de obra nos engenhos e nas usinas. E que nessa época, em Pernambuco pagava-se ao trabalhador por volta de Cr\$ 2,00 a Cr\$ 3,00 por dia. Também os cambiteiros condutores de cavalos e mulas com cana no período da colheita recebiam em torno de Cr\$ 2,60 a Cr\$ 3,30 por dia. Já os carreiros, classe de trabalhadores bem prestigiada na época, recebiam apenas Cr\$ 3,30 por dia. (Carli, 1940).

Andrade (1998) esclarece:

As condições de vida eram difíceis, os salários baixos e os gêneros, para o valor da moeda de então, eram caros. Havia, porém, os roçados, os “sítios” onde, no inverno, se não havia ainda trabalho de plantio de cana, cultivavam roça, feijão e algodão. A mulher e os filhos menores também ajudavam a cuidar do sítio; às vezes criavam bodes, porcos, galinhas e até mesmo, excepcionalmente, possuíam uma vaca de leite ou um cavalo. O roçado e as criações complementavam a alimentação e forneciam algum dinheiro, empregado na aquisição de vestimentas. Na década 1956/65, esse sistema de vida vê-se completamente transformado; nas áreas de usinas menores, sobretudo na Paraíba e no norte de Pernambuco, os engenhos e usinas ainda dão direito de plantar, mas os sítios são pequenos e localizados em terras cansadas; além disso, exigem dos moradores sempre de cinco a seis dias de serviços por semana, o que impede os mesmos do trabalho em suas lavouras.

O autor complementa:

Nas zonas de grandes e de muitas usinas, no sul de Pernambuco e no norte de Alagoas, a proletarização dos trabalhadores já chegou ao auge. A maioria deles reside em casas localizadas nas sedes dos engenhos – lembrando antigas senzalas – e não tem direito de fazer lavouras. Mesmo aquelas usinas que, teoricamente, dão terras para esse fim na prática impedem o cultivo das mesmas, pois exigem dos trabalhadores seis dias de trabalho por semana. Dá-se, assim, a proletarização crescente do trabalhador do campo. À proporção que aumenta a produção do açúcar e que se usa a técnica agrícola e industrial mais avançada, o homem do campo fica mais pobre, mais necessitado, com menos direitos. Por isso, nessas áreas, os trabalhadores não se fixam mais; nada possuindo, vivem errantes, trabalhando hoje em um engenho, amanhã em outro. Uma trouxa, denominada geralmente “bomba”, é o único bem que transportam em suas sucessivas mudanças, ao contrário do que ainda ocorre nas zonas de menor proletarização, onde é comum o morador passar vários anos, às vezes até dezenas de anos em um mesmo engenho, até em um mesmo sítio. A proletarização, e conseqüentemente, o empobrecimento cada vez maior do trabalhador rural levam o mesmo ao descontentamento, à insatisfação. Os proprietários, compreendendo isto, realizam pequenos trabalhos de assistência que serve de meros paliativos, sem conseqüências positivas, ou exercem medidas drásticas, violentas, para conter os anseios populares.

Como era importante para os senhores de engenhos e usineiros manterem de alguma forma o trabalhador-morador próximo das suas propriedades, algumas ações assistenciais eram realizadas. Porém, dependendo do nível de consciência do patrão, elas eram mais ou menos abrangentes. Cuidar do físico e do espírito fazia parte das “obrigações”, desobrigadas dos patrões, que as exerciam conforme lhes aprouvessem.

Andrade (1998) explica melhor as relações de trabalho e de vida dos trabalhadores nesse período:

A preocupação com a manutenção do trabalhador residente nas proximidades leva os usineiros e senhores de engenho a concederem ao mesmo alguma assistência social, embora em 1941 houvesse em Pernambuco uma grande usina que lhe dava apenas assistência religiosa. Essa assistência social, porém, está muito aquém da concedida aos trabalhadores da indústria, que contribuem para os institutos de previdência, são sindicalizados e tem uma série de direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Aos trabalhadores rurais não eram concedido nem mesmo o direito a férias e à percepção do salário mínimo, apesar da referida Consolidação estender-lhes esses direitos em seus artigos 76 e 129, desde 1943. É frequente, porém, receberem dos proprietários assistência médica, farmacêutica, dentária – apenas para extração de dentes – e social. Essa assistência, feita com, o fito de prender o trabalhador à empresa, era feita com maior ou menor intensidade, conforme as condições econômicas e a maneira mais ou menos evoluída de pensar dos proprietários.

Andrade (1998, p. 118) evolui em suas considerações, acrescentando:

Mas não era só com assistência social que muitos costumavam prender o trabalhador; em algumas áreas dominava um costume bastante ofensivo à liberdade do mesmo e que era muito apropriadamente chamado “compra do trabalhador”. Consistia no seguinte: o proprietário facilitava ao trabalhador pequenos empréstimos; este, ganhando pouco, com família numerosa e abastecendo-se em barracão que cobrava sempre preços elevados, ia semanalmente fazendo novos empréstimos, novas dívidas. Quando o débito se elevava, o proprietário começava a negar novos empréstimos, alegando que a conta estava grande. Ameaçava de um desconto semanal no salário a fim de que fosse feita a amortização do débito. O trabalhador, desesperado, procurava sair para outra propriedade, mas o credor não consentia que ele se mudasse se não saldasse a conta. Então ele pedia um empréstimo equivalente ao débito ao proprietário do engenho onde ia morar e, se conseguia, pagava o débito anterior e se mudava; não era livre, porém, porque “se vendera ao novo proprietário” e só poderia sair de suas terras quando pagasse a importância devida. Incrível é que, quando o morador não encontrava quem o comprasse e saía à noite fugido – esta a expressão usada – da propriedade do credor, era comum que este conseguisse o apoio de uma autoridade que fosse prender o foragido onde estivesse a fim de que ele trabalhasse para o credor e saldasse o débito. Às vezes, o trabalhador que fugia ficava na propriedade do credor trabalhando durante o dia e permanecendo à noite preso em um quarto sob a guarda dos vigias em verdadeiros cárceres privados. Embora hoje esteja tornando-se esporádico, ainda ocorre a imposição de castigos corporais a trabalhadores.

Ao trabalhador-morador não sobrava muita opção de trabalho e vida. Ao que parece, até sua liberdade de ir e vir era cerceada, condicionada à solvência das suas dívidas. Se lhe era dada a escolha da troca de credor, assim mesmo quando encontrava alguém que se dispusesse

a conceder-lhe novo empréstimo, ficava sob esse novo “domínio” até que a dívida fosse liquidada. O poder econômico, reforçado pela autoridade policial, transformava o trabalhador em delinqüente, caçado pelas paragens até ser encontrado e obrigado a saldar seus compromissos, suportando, além das ofensas morais, castigos físicos que se doíam no corpo, muito mais na alma, ao constatar sua incapacidade de lutar contra os todos poderosos. Evidentemente que havia tanto senhores de engenhos como usineiros que não usavam da força física e muito menos moral para obrigar seus trabalhadores a cumprirem com os seus compromissos. Mas a história registra os abusos com maior ênfase, sem mencionar aqueles que tratavam com dignidade os seus trabalhadores.

À época, muitos dos trabalhadores rurais viviam nas cidades, vilas e povoados da zona canavieira. Segundo expressão usual entre eles, moravam na “rua”. Esses trabalhadores se sustentavam graças ao trabalho no campo. São por assim dizer, os precursores dos bóias-frias pois, vivendo em pequenos povoados, convivendo com as autoridades locais, pequenos comerciantes e artesãos, segundo eles, tinham a liberdade de trabalhar no dia que quisesse, de professar qualquer religião, de votar em seu candidato, libertando-se do chamado “voto de cabresto” – por imposição do proprietário – e até mesmo vendê-lo se assim lhe aprouvesse, além do que gozavam de uma vida social mais intensa, com arrasta-pés aos sábados e bebida a ser consumida na hora que quisessem e de preferência a cachaça. Além de tudo isso, ainda recebiam o salário um pouco mais elevado. Entretanto pagava um preço alto pela sua suposta “liberdade”, porque não tinham direito à assistência médico-dentária, farmacêutica nem social, e tampouco acesso a empréstimos de qualquer natureza.

Essa situação se modifica a partir de 1963, quando pelo Estatuto do Trabalhador Rural são conferidos aos mesmos o direito ao salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado e gratificação no Natal (equivalente ao 13º salário). Estas conquistas não foram conseguidas sem luta. A resistência dos proprietários foi intensa, porém, os trabalhadores agora organizados em sindicatos levaram a melhor, sob uma atmosfera de tensão social na região. A Lei passa a ser aplicada paulatinamente. Este fato deu origem a uma reação radical por parte dos proprietários.

Andrade (1998) explica esse rito de passagem da seguinte forma:

Com a aplicação da lei, os proprietários preferiram diminuir o número de moradores, de empregados permanentes, utilizando geralmente trabalhadores avulsos contratados por empreiteiros residentes nas cidades e

vilas. A assistência médica e social passou a ser dada aos associados pelos sindicatos rurais. Acentuou-se, assim, o processo de proletarização do trabalhador rural. A partir de 1971 – Lei Complementar nº 11 – a previdência social foi estendida aos trabalhadores rurais, que passaram a gozar do direito à aposentadoria por velhice e por invalidez, e as suas famílias, à pensão e ao auxílio funeral. Concedeu-se assim, portanto, ao trabalhador rural, os direitos de que gozam os trabalhadores urbanos desde a quinta década do século XX.

A saída quase que em massa dos trabalhadores rurais das propriedades para habitar nas cidades circunvizinhas, agora com todos os direitos trabalhistas consagrados, causou um impacto muito forte do ponto de vista social e das condições de trabalho que, ao longo dos anos, propiciou a precarização do trabalho e a deteriorização da qualidade de vida. Essa avaliação encontra-se na fala dos entrevistados, bem como nas pesquisas realizadas por outros pesquisadores, incorporadas a esse estudo.

Andrade (1998), faz referência a um tipo específico de trabalhador rural identificado nas paragens nordestinas. São eles:

Os “corumbas”, “caatingueiros” ou “curaus” são habitantes do Agreste e às vezes do Sertão, que passam o “inverno” – estação chuvosa na sua região. Aí, como proprietários de pequenos lotes ou como reдеiros, se não possuem terra, cultivam lavouras de subsistência ao caírem as primeiras chuvas, permanecendo, como veremos até o período da colheita. Chegado, porém, o estio, nos meses de setembro e outubro, quando as usinas começam a moer e a seca não permite a existência de trabalho agrícolas no Agreste, eles descem em grupos em direção à área canavieira, às vezes a pé, às vezes em caminhões, e vem oferecer seus trabalhos nas usinas e engenhos. Aí permanecem até as primeiras chuvas que, no Agreste, se precipitam em março ou abril, quando regressam aos seus lares a fim de instalar novos roçados.

O autor prossegue em seus comentários:

Os corumbas destacam-se pela grande capacidade de trabalho, pelo espírito gregário que os une e os mantém sempre afastados dos trabalhadores da região canavieira, e pelo apetite que demonstram ao chupar a cana ou a tomar um caldo de cana. É que utilizam o caldo e a cana como alimento para economizar os salários recebidos e voltar ao Agreste ou ao Sertão, no fim da safra, com alguma economia. Antigamente, quando havia dificuldade de transporte e eles se locomoviam a pé, costumavam visitar a família apenas na Festa – período que vai do Natal ao Ano Novo, isto é, de 24 de dezembro a 1º de janeiro. Hoje, com as constantes viagens de caminhões, vão de 15 em 15 dias ou de três em três semanas passar os sábados e domingos com a família. Sem esta mão de obra agrestina as usinas do Nordeste dificilmente conseguiriam realizar as suas moagens com as grandes safras dos dias atuais (Andrade, 1998).

O autor chama a atenção para como se dá a corrente migratória sazonal, em busca dos canaviais pernambucanos. Assim descreve:

Interessante é que estas migrações sazonais, devido à direção das estradas e caminhos, são feitas, em geral, na direção noroeste-sudeste, sobretudo em Pernambuco. Assim, os corumbas de Taquaritinga do Norte, Surubim e Vertentes deslocam-se quase sempre para Vicência, Aliança e Nazaré da Mata; os de Limoeiro e João Alfredo, para Vitória de Santo Antão e Moreno; os de Gravatá, Bezerros e Caruaru, para Amarají, Gameleira e Ribeirão; os de Cupira e Panelas, para Catende e São José da Lages, em Alagoas; enquanto os de Palmeira dos Índios e Arapiraca se dirigem para os vales do São Miguel do Jiquiá, do Coruripe etc. As usinas mais distantes do litoral, como Roçadinho, Pedrosa, Catende, Serra Grande etc, por se localizarem próximas ao Agreste, recebem corumbas mais facilmente e em maior número. Aquelas localizadas distantes necessitam, às vezes, enviar caminhões às cidades agrestinas em dias de feira para agenciar trabalhadores. As usinas Santa Terezinha, Santo André e Central Barreiros, localizadas muito a Leste, próximas ao litoral, tinham, frequentemente, que lançar mão deste recurso para conseguir os braços que necessitavam.

Para fixar o trabalhador oriundo do Agreste, a usina tem permitido que este se instale com sua família em suas terras, vendo nisto uma vantagem, uma vez que estão cada vez mais precisando de mão de obra para colher suas safras em pleno desenvolvimento.

Vale salientar que o processo de mecanização ainda não prevalece em terras nordestinas. Isto ocorre, tendo em vista os terrenos acidentados e as várzeas não se prestarem à mecanização, por passarem longos períodos encharcados, como no caso de Coruripe, ou ainda por se situarem em áreas por onde correm canais e valetas de drenagem, no caso do Ceará-Mirim. Segundo Andrade (1998) “daí o grande emprego que tem ainda hoje a enxada. No Vale do Coruripe a várzea encharca tanto que nem mesmo a enxada é empregada, sendo substituído pelo *furão*, instrumento de origem indígena”.

Com relação ao regime de trabalho, várias transformações ocorreram ao longo dos tempos, como se depreende dos comentários de Andrade (1998):

O regime de trabalho sofreu modificações nos últimos anos; até a década de 30 era paga sempre a diária, iniciando-se a faina agrícola com o nascer do sol e terminando com o pôr do sol. Os trabalhadores eram reunidos em turmas que trabalhavam juntas, enfileiradas, sob a vigilância do feitor. Era o eito. Às 10 e às 15, horas, os familiares levavam o almoço e o jantar, fazendo-se uma pausa a fim de que eles se alimentassem. Hoje, os trabalhos são feitos por empreitada, e pagos nas limpas à base da “quadra” ou da “tarefa”, que variam um pouco de uma para outra. Na Paraíba e no norte de Pernambuco uma “quadra” oscila entre um quadro com cerca de dez até treze metros de cada lado, conforme o mato esteja maior ou menor. No sul de Pernambuco, a unidade é a “tarefa”, que corresponde a um terço de

hectare, e a 625 braças em quadro, em Alagoas. O morador pela manhã vai para o serviço e é informado pelo “cabo medidor de conta” da área que lhe cabe limpar. Concluída a conta, a qualquer hora do dia o “cabo” a fiscaliza para ver se o trabalho foi executado como devia, e o trabalhador se retira, livre pelo resto do dia. Conforme o mato, ele trabalha geralmente desde o amanhecer até as 14 ou 16 horas, quando, então, conclui a conta.

O autor prossegue sua descrição, agora se referindo ao trabalho na época do plantio e da adubação, culminando com o período da moagem:

No plantio e na adubação da cana costumam pagar diária aos trabalhadores de serviço, sendo na adubação largamente empregado o trabalho das mulheres, mão de obra que é empregada com menor intensidade na limpa ou capina das canas. Na época da moagem uma atividade de grande importância é o corte de cana, que é a sua própria colheita. É um serviço pesado que só os melhores trabalhadores, os mais dispostos, executam: este trabalho é pago à razão de “cento de feixe” de cana cortada e amarrada. Cada feixe deve ter 12 canas e um trabalhador comum corta de 100 a 200 feixes por dia, podendo um, excepcionalmente, cortar uma média de até 300 feixes. O pagamento por “cento de feixes” varia um pouco de uma área para outra e até numa mesma área durante a safra, conforme o atraso ou adiantamento da moagem.

Segundo a mesma fonte, os salários oscilam um pouco, de acordo com a lei da oferta e da procura e com a especialização e capacidade do trabalhador. Mantêm-se, porém, em níveis próximos ao salário mínimo, em uma região em que a vida é muito cara.

Vale lembrar que na maioria dos casos, os trabalhadores adquiriam os gêneros alimentícios nos barracões das propriedades: usinas ou engenhos. Assim, os produtos, além de serem de pior qualidade, eram mais caros do que se adquiridos em outros centros de abastecimento. Também a moeda circulante era uma espécie de vale cujo poder de compra estava restrito ao barracão de cada propriedade, que por essas condições, impunham os preços que bem quisessem. As feiras livres, também funcionavam como pontos de abastecimento, mas, na Zona da Mata, eram comercializados tecidos, roupas em geral, sapatos, utensílio diversos mais do que cereais, carnes e outros gêneros mais comercializados no Agreste.

Andrade (1998) referindo-se aos resultados de sua pesquisa, conclui:

De modo geral, observa-se crescente empobrecimento do homem do campo, do trabalhador rural. Em entrevista e inquéritos que realizamos, tivemos a oportunidade de constatar que a sua alimentação é feita à base de farinha de mandioca e peixe seco ou salgado, oriundo das praias e do rio São Francisco; entre estes destacam-se a manjuba, a piranha, havendo verdadeiro comércio organizado que dispor de caminhões para o seu transporte. Também um minúsculo crustáceo pescado nas lagoas litorâneas a pitinguirra – é largamente vendido seco, em Alagoas, à população rural pobre. Às vezes ela adquire o que chama “lombinho”, pedaços de carne

seca de inferior qualidade. Feijão, macaxeira e jerimum (abóbora) só come quando planta. O charque e o bacalhau, comida cotidiana desde a época da escravidão, subiram tanto de preço que hoje figuram apenas nas mesas das casas ricas e remediadas. O estado sanitário é contristador e a esquistossomose é endêmica, contaminando em alguns municípios mais de 80% da população; a ela se juntam, conforme a área, outras moléstias. Como boubas, a doença de Chagas, vários tipos de verminoses e a anemia, conseqüente do nível de vida levado pela população da região açucareira.

As pesquisas do historiador Manoel Correia de Andrade cobrem o período do Brasil colonial até os idos de 1998, compilado na sua obra “A Terra e o Homem do Nordeste”. Perfaz, portanto, quase cinco séculos de história em que didaticamente descreve, com riqueza de detalhes, a vida do trabalhador rural do cultivo da cana de açúcar em terras nordestinas, com o foco maior em Pernambuco. Bem mais modesto, mas igualmente responsável esse estudo completa os anteriores, quando adentra o século XXI, chegando aos anos de 2009, contando as transformações, os anseios e as lutas travadas nesse período pelos trabalhadores rurais, doravante denominados bóias-frias.

1.13. O escravo do Brasil Colônia metamorfoseado em Bóia-Fria no Brasil contemporâneo

O negro escravo que serviu nos canaviais de Pernambuco é o ancestral do bóia-fria que atualmente trabalha nas lavouras de cana-de-açúcar da Zona da Mata de Pernambuco e em outros Estados da Federação. Do negro escravo ao bóia-fria também existe uma história de exclusão social, de luta pela terra, e pelo direito ao trabalho no campo. Essa trajetória do trabalhador rural quer na condição de mão de obra escrava, ou autônoma, já na versão atual, espelha as relações de dominação do homem pelo homem no meio rural e o papel do estado como mediador dos conflitos de interesses.

No século XX a luta do trabalhador rural se expressa pelo domínio do espaço físico e do poder social exercido pelos proprietários das grandes plantações voltadas para cultivos destinados aos mercados internacionais principalmente para a Europa e Estados Unidos. Junto com as lavouras de café, algodão, borracha, cacau e fumo, a cana-de-açúcar é responsável por mais de 85% das exportações brasileiras, sendo que esta posição é ocupada desde a metade do século XIX (Eisenberg, 1977).

Para fazer prosperar suas lavouras, os proprietários das plantações necessitavam de uma mão de obra cativa que, segundo Palmeira (1971 e 1976), era recrutada sob diversas

formas de *dominação pessoalizada*. Os senhores de engenho controlavam a apropriação do espaço físico, mantendo sua mão de obra fixa como moradores do engenho (Sigaud, 1980). Essa condição impedia a expansão do campesinato que só encontra espaço para se desenvolver em áreas periféricas às grandes plantações (Heredia, 1979; Garcia Jr., 1983).

O campesinato de fato só se expandiu intencionalmente, quando expressou o movimento migratório europeu para o Brasil, estimulado por políticas favoráveis que visavam além do fator econômico, promover o “branqueamento” da população, como no caso de Itajaí em Santa Catarina (Seyferth, 1974). Desta forma, as condições de trabalho no campo permitiram manter 70% a população rural em seu *habitat* até os idos de 1940. Entretanto, as dificuldades de transporte impediam uma maior comunicação e intercâmbio econômico entre as regiões do país. Suas dimensões continentais eram acessadas apenas pelo transporte da navegação por cabotagem. Essa contingência explica o processo de desenvolvimento em sua assimetria, tanto no que diz respeito ao poder econômico como ao cultivo de lavouras diferenciadas. Assim, o Rio de Janeiro e São Paulo cultivavam o café, a Bahia o Cacau e Pernambuco os canaviais. Este fracionamento do país em diferentes regiões voltadas para um porto de exportação, muito mais do que para uma malha de sistemas de transportes que favorecessem a integração nacional, também se verificou quando da implantação do parque industrial entre os anos de 1930 a 1980 (Théry, 2000).

O processo de migração para as grandes cidades só vem ocorrer a partir do final do século XX. A situação se inverte, porque em 1980, 70% da população já residiam nos centros urbanos, ficando retida no campo, apenas 22% da população rural, dados de 2000. O processo de industrialização que ocorre no país a partir da década de 30 até 1980, contribuiu para a intensificação da vida social, cultural e política deslocarem-se para as grandes metrópoles, promovendo no meio rural, mudanças significativas no que diz respeito à sua dinâmica social. Essa questão encontra-se na atualidade em debate, na busca de alternativas viáveis de desenvolvimento sustentável do meio rural e preservação dos valores e da identidade do homem do campo.

O processo de migração em massa da população rural para os grandes centros urbanos produziu sérios problemas sociais, dentre os quais, a favelização dessa população, que muito embora tenha saído do seu *habitat* em busca do progresso, por falta de qualificação e oportunidades de emprego, passaram a inchar as periferias das cidades, e a vivenciar em boa

parte, a miséria urbana. O grande desafio que se apresenta para o Estado brasileiro é promover a retenção do pequeno agricultor no meio rural por meio do incentivo à “agricultura familiar”, revitalizando seu espaço cultural e vocacional, coexistindo com os grandes empreendimentos do chamado agronegócio.

Até meados do século XX, as grandes plantações se constituíam em pólos econômicos, sociais, culturais e políticos. Eram, portanto, as animadoras da vida local. Assim, a economia e a organização do trabalho agrícola conjugavam esforços na produção de alimentos de subsistência e do cultivo das grandes lavouras para exportação, como é o caso da cana-de-açúcar em Pernambuco. Desta forma, o abastecimento da casa-grande e das famílias dos trabalhadores rurais moradores na propriedade era suprido pelo cultivo de lavouras como da mandioca, milho, feijão, além da criação de animais de pequeno porte, tais como aves, suínos, ovinos e caprinos. Em suma, a vida nas grandes propriedades, transcorria sob o patrocínio do senhor de engenho, que aparecia aos olhos dos trabalhadores, como seu benfeitor, mascarando a relação de dominação. A concessão de um espaço de terra ao redor da casa do trabalhador residente, para o cultivo de subsistência e a criação de animais, dava ao trabalhador rural a sensação de posse, muito embora fosse para consumo imediato. De qualquer forma, a sensação de estar abrigado, de ser capaz de prover o seu próprio sustento, produzia no trabalhador rural um sentimento de segurança. Isto só foi percebido quando se torna um bóia-fria, como trabalhador autônomo, quando foi obrigado a deixar a moradia na propriedade e se transferir para as periferias das agrovilas e cidadezinhas circunvizinhas às propriedades rurais.

A importância das grandes plantações é ressaltada em trecho de Casa-Grande & Senzala, quando Freyre (1961) assim cometa:

Mas a grande plantação é bem mais de que apenas a unidade de base de um processo agroindustrial; ela é, sobretudo, a matriz da sociabilidade no mundo rural da primeira metade do século: o grande domínio é a sede das residências dos grandes proprietários - “as casas-grandes” .

Na verdade toda vida social emanava da casa-grande. Nela se realizava, desde os ofícios religiosos nas capelas construídas em seu interior, até a cópula impura do senhor com a índia, escrava e mais recentemente com as filhas dos trabalhadores rurais, como conta a saga dos grandes coronéis nordestinos.

Bastide (1958), complementa Freyre:

É no interior do grande domínio que se exerce a vida familiar, onde se nasce, casa-se, procria-se, por vezes, onde se enterram os mortos. As

capelas no interior das “casas-grandes” mais abastadas, ou em suas vizinhanças quando mais imponentes, fazem lembrar que as práticas e cerimônias religiosas agrupam e reordenam os viventes dentro dos domínios ou, ainda, que as práticas religiosas dos subalternos, como no caso do candomblé e do xangô dos descendentes de africanos eram mantidas sob estrita vigilância, pelos senhores proprietários das casas-grandes.

A julgar pela movimentação das casas-grandes, mobilizando a vida social local, o poder dos senhores de engenho foi legitimado e perpetuado mesmo após o advento da abolição da escravatura. Corrobora com esse entendimento Freyre (1961) quando assim se expressa:

A sede dos domínios rurais era uma instituição que continuava a operar mesmo após a abolição da escravatura em 1888 e com a reunião de poderes econômicos, religiosos, culturais e políticos em uma só mão funcionava como princípio ordenador do mundo social, recriando, por uma lógica que supõe complementariedade, mas diferença irreduzível, o mundo dos descendentes dos senhores das casas-grandes e aqueles dos escravos das senzalas.

As amarras das senzalas foram rompidas junto com os grilhões da escravidão, porém, a divisão clássica de mando e obediência se mantém pela relação de dominação, metamorfoseada ao longo do tempo para conservar os privilégios consagrados, que impõe destinos diversos aos sujeitos históricos.

O Bóia-Fria na atualidade carrega o fardo dos seus ancestrais, recheado de luta por liberdade, por trabalho digno como forma de sobrevivência, por inclusão social, acrescido do medo do desemprego, da fome e da miséria, como mazelas características do mundo pós-moderno.

1.14. Construção da Identidade do Bóia-Fria: visão antropológica

Para se chegar à concepção do “Bóia-Fria”, enquanto categoria de análise, faz-se necessário recuar no tempo para recuperar os elementos constitutivos dessa população de trabalhadores rurais, a partir da sua gênese.

A constituição do povo brasileiro, tão belamente descrita pelo antropólogo Darcy Ribeiro em seu livro “O Povo Brasileiro”, retrata a construção da identidade nacional, a partir do processo de miscigenação racial, entre índios, negros e branco.

Pelas letras de Ribeiro (1995) busca-se reconstituir a formação do povo brasileiro, por meio da análise de fragmentos da sua obra, por ele assim justificada:

Meu livro mostra por que caminhos e como nós viemos, criando aquilo que eu chamo de Nova Roma com boa justificação... Roma por quê? A grande presença no futuro da romanidade, dos neolatinos é a nossa presença. Isso é o Brasil, uma Roma melhor porque mestiça, lavada em sangue negro, em sangue índio, sofrida e tropical. Com as vantagens imensas de um mundo enorme que não tem inverno e onde tudo é verde e lindo, e a vida é muito mais bela... E é uma gente que acompanha esse ambiente com uma alegria de viver que não se vê em outra parte. Esse país tropical, mestiço, orgulhoso de sua mestiçagem... Isso é que me levou muito tempo. Entender como isso se fez... Havia muita bibliografia sobre aspectos particulares, mas não uma visão de conjunto. Deixa eu contar para vocês como é que isso se fez?

Assim, descreve o autor:

Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos viveu por séculos sem consciência de si... Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros...”.

Muito embora não seja pecado a mestiçagem do povo brasileiro, como expressa o autor, observa-se certa resistência para admitir a mistura de genes, principalmente os de origem negra e indígena, sobretudo naqueles cujo tom de pele clara denuncia a preponderância da raça branca. As elites, que pretensamente se constituem na face artificialmente esbranquiçada do povo brasileiro, negam em suas origens raciais a presença do índio e do negro, quando não conseguem esconder o ranço do preconceito pela condição subalterna historicamente imposta a essas etnias em solo nacional. Entretanto, mesmo a contra gosto, esta se revela na formação do temperamento alegre e descontraído como uma característica marcante; nas formas exuberantes dos corpos das mulheres; no gingado do homem comum; na culinária nacional; no sincretismo religioso. Em fim, nos traços que definem a compleição física e o modelo mental do brasileiro comum.

Para Ribeiro (1995), tudo começa quando “os iberos se lançaram à aventura no além-mar... desembarcaram sempre desabusados, atentos aos mundos novos, querendo fruí-los, recriá-los, convertê-los e mesclar-se racialmente com eles...” (O Povo Brasileiro”).

A descoberta de novos mundos traz consigo a formação de novos povos. De um lado, os europeus que no primeiro contato com a população indígena, se defronta com uma realidade contraditória aos parâmetros de civilização a que estavam acostumados. A visão de uma comunidade silvícola, constituída por homens e mulheres seminus, que se encantavam

facilmente com as novidades trazidas do além-mar, na forma de pequenas quinquilharias, denotava o grau de ingenuidade e primarismo de vida. Visto os europeus pelo índio, a primeira impressão foi de estranheza pela representação de figuras grotescas encasacadas com vestes pesadas inapropriadas ao clima tropical tupiniquim. Porém, o assédio logo se faz sentir, de maneira a favorecer ao homem branco, que começa o processo de aculturação e miscigenação por meio da sedução e troca de favores. Visões de mundo tão diferentes confabulavam na calada da noite para a constituição do povo brasileiro. É que entre os favorecimentos, o maior deles, era a oferta da jovem índia ao senhor branco, que passavam a fazer parte daquela tribo como um aparentado. Essa dinâmica é assim descrita por Ribeiro (1995):

Onde tinha europeu instalado na costa em contato com as naus, e, portanto capaz de fornecer mercadorias, cada aldeia, e eram milhares de aldeias, levava uma moça para casar com ele. Se ele transasse com a moça, então ele se tornava cunhado. Ele passou a ter sogro, sogra, genros... ele passou a ser parente. Então o sabido do português, do europeu, conseguia desse modo pôr milhares de índios a serviço dele, para derrubar pau-brasil...

O autor comenta a forma como se deu o acesso do homem branco europeu à cultura indígena, por meio do “cunhadismo”. A relação de parentesco não apenas facilitou a inserção do branco no universo indígena, como favoreceu principalmente à arregimentação da força de trabalho para extração do pau-brasil. Para esse intento, o índio se apresentava como uma solução, porém, quando em momento posterior, com o incremento das lavouras de cana-de-açúcar, observou-se a sua inaptidão, obrigando os proprietários a optarem por outra solução. É quando se introduz o outro componente da mistura racial do povo brasileiro – o negro – que se apresenta na condição de escravo, como mão de obra gratuita.

Segundo Ribeiro (1995), até se chegar a esse momento, a relação promíscua, entre nativas e estrangeiros, que dá origem a formação do povo brasileiro, produz um “ninguém”:

No ventre das mulheres indígenas começavam a surgir seres que não eram indígenas, meninas prenhasdas pelos homens brancos – e meninos que sabiam que não eram índios... que não eram europeus. O europeu não aceitava como igual. O que era? Era uma gente “ninguém”, era uma gente vazia. O que significavam eles do ponto de vista étnico? Eles seriam a matéria com a qual se faria no futuro os brasileiros...

Consta em trecho de carta datada de 1553, comentário atribuído ao Padre Manoel de Nóbrega, sobre o comportamento do português João Ramalho, chefe de um dos primeiros povoados do planalto paulista, a quem se atribuída à paternidade de mais de oitenta filhos

mestiços, nascidos das suas relações com aproximadamente trinta índias. O padre assim se reporta:

É principal estorvo para a gentildade que temos, por ser ele muito conhecido e aparentado com os índios. Tem muitas mulheres. Eles e seus filhos andam com irmãs e têm filhos delas... suas festas são de índios e assim vivem andando nus como os mesmos índios (Ribeiro, 1995).

Ao comentário do padre, subjaz o tom de reprovação pelo comportamento libertino e incestuoso do português, que muito embora reprovável, foi de fato o responsável pelo tom de pele trigueiro plasmado no semblante do mestiço brasileiro. Essa mistura indefinida de ninguém, desbravou os rincões desse Brasil, como atesta Ribeiro (1995) em mais um trecho de sua obra “O Povo Brasileiro”:

A expansão do domínio português terra a dentro, na constituição do Brasil, é obra dos mamelucos... O mameluco abre seu mundo vasto andando descalço, em fila, por trilhas e estreitos sendeiros, carregando cargas no próprio ombro e no de índios e índias cativas...

O antropólogo tece comentário sobre a sabedoria dos “filhos das índias”, atribuindo a eles papel importante no desbravamento do solo nacional, quando assim se expressa:

Esses filhos das índias aprendem o nome das árvores, o nome dos bichos, dão nome a cada rio... Eles aprenderam, dominaram parcialmente uma sabedoria copiosa, que os índios tinham composto em dez mil anos. Em dez mil anos os índios aprenderam a viver na floresta tropical, identificaram 64 tipos de árvores frutíferas, domesticaram muitas plantas, essas que a gente usa: mandioca, milho, amendoim... quarenta e tantas que nós demos ao mundo...

A mandioca tanto quanto o milho fazem parte do cardápio do brasileiro. Seu preparo é feito seguindo a tradição indígena que chega aos dias atuais com as mesmas características do período da colonização. O bom da mandioca é que por ser uma raiz não precisa ser colhida nem estocada uma vez que resiste na terra por vários meses, sem perder seus nutrientes.

Referindo-se às contribuições advindas das misturas das raças, branca e vermelha, Ribeiro (1995) assim comenta:

Há duas contribuições fundamentais nesse encontro: uma mestiçagem do corpo e uma mestiçagem da cultura. Em nós vivem milhões de índios, índios que foram esmagados porque a brutalidade do branco com o índio foi terrível. Esmagados porque o europeu tinha muita doença. Os índios não tinham cárie dentária, nem gripe, nem tuberculose... Cada enfermidade dessas era uma espécie de guerra biológica, matou índios em quantidade.

Exatamente pela fragilidade física, os índios se demonstraram inaptos para o trabalho do cultivo da cana-de-açúcar. Os senhores proprietários das grandes lavouras, percebendo a inutilidade da mão de obra indígena para manter a produtividade no campo, resolveram importar os negros do continente africano, em regime de escravidão. Decorre desse fato, a inserção do negro no cenário agrícola nacional, como mão de obra cativa e não remunerada, configurando-se como o último elemento na composição da formação do povo brasileiro. A mistura agora passa a ter um tempero mais apimentado, bem ao gosto afro.

Assim, para sintetizar o pensamento do antropólogo Darcy Ribeiro (1995), utilizando suas próprias palavras em sua obra “O Povo Brasileiro”:

Todos nós, brasileiros, somos da carne daqueles pretos e índios supliciados. Como descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre marcados pelo exercício da brutalidade sobre aqueles homens, mulheres e crianças. Esta é a mais terrível de nossas heranças. Mas nossa crescente indignação contra esta herança maldita nos dará forças para, amanhã, conter os possesores e criar aqui, neste país, uma sociedade solidária.

A morte do antropólogo o impediu de continuar o seu trabalho em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Entretanto, espera-se que suas reflexões, sirvam de alerta, na esperança de que pelo menos, não se reproduzam as mazelas do passado, e que se exorte definitivamente o fantasma da escravidão, que simbolicamente, ainda está presente no cotidiano do povo brasileiro.

Comenta Ribeiro (1995): “A luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi – e ainda é – a conquista de um lugar e de um papel de participante na sociedade nacional”.

Como descendente direto dos negros das senzalas dos engenhos bangüês, surge o trabalhador rural autônomo, mais conhecido como “Bóia-Fria”, que na contemporaneidade ainda luta por reconhecimento social.

Ao compor o quadro da estratificação social brasileira o antropólogo situa entre a classe dos marginais, os trabalhadores rurais, identificando-os como trabalhadores estacionais ou volantes, categorias incluídas nas classes dos oprimidos, conforme quadro:

Quadro nº2: - ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

<i>Classes dominantes</i>				
PATRONATO		Estamento	PATRICIADO	
<i>Oligárquico</i>	<i>Moderno</i>	Gerencial	<i>Estatal</i>	<i>Civil</i>
Senhorial	Empresarial	Estrangeiro	Político	Eminências
Parasitário	Contratualista		Militar	Lideranças
			Tecnocrático	Celebridades
Setores intermediários				
AUTÔNOMOS			DEPENDENTES	
Profissionais Liberais			Funcionários	
Pequenos empresários			Empregados	
<i>Classes subalternas</i>				
CAMPESINATO			OPERARIADO	
Assalariados rurais			Fabril	
Minifundistas			Serviços	
Classes oprimidas		MARGINAIS		
		Trabalhadores estacionais		
		Recoletores – <u>Volantes</u>		
		Empregados domésticos		
		Biscateiros – Delinquentes		
		Prostitutas - Mendigos		

Fonte: Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Índias, 1995.

A considerar a posição que os trabalhadores-safristas (volantes ou Bóias-Frias) ocupam na escala social, segundo a classificação do autor, percebe-se a pouca importância da categoria, chegando ao ponto de nivelá-la com os marginais, no sentido clássico da palavra. Dá voz a essa população passa a ser fundamental para que seus reclamos ecoem junto aos formadores de opinião e das autoridades constituídas, responsáveis pela formulação de políticas públicas que visam à inserção social.

Ao ser considerado o trabalhador rural um assalariado, o seu reposicionamento passa a ser incontestável. Entretanto, ainda faz parte das classes subalternas, o que significa dizer que sua mobilidade social não permitiu efetiva ascensão, pois continua a ocupar posição inferior na hierarquia social brasileira.

Para Ianni (1976), o bóia-fria se configura na atualidade como um verdadeiro assalariado, um operário, muito embora se fale em parceria, que na sua visão é uma forma disfarçada de assalariado rural. O autor explica:

O bóia-fria é a forma mais desenvolvida em que se expressa o caráter das relações de produção na agroindústria açucareira. (...) o trabalhador da agroindústria transformou-se num operário sem nenhum dos meios de produção, salvo o podão. (...) O bóia-fria, pau-de-arara ou volante, nasce com o desenvolvimento do capital agroindustrial, sob o qual a força do trabalho adquire a sua forma mais acabada de força produtora de mais-valia.

A julgar pela citação do autor, não é sem razão que o bóia-fria, enquanto trabalhador rural autônomo apresente uma forte tendência de volta ao passado, como algo bom que ficou para trás, só identificado como tal, após sofrer comparação com as condições atuais de trabalho que o reduz a força produtora de mais-valia.

1.15. Tempo, Espaço e “Bóias-frias”

A noção de tempo ainda é para muitos, difusa, mas para os Bóias-Frias ela se apresenta permeada por um sentimento nostálgico de volta ao passado. O tempo para eles está ligado a um período de vida em que ocupavam um espaço próprio onde moravam e dele retiravam seus recursos de subsistência.

Como se refere Leach (1974), tempo e espaço são invenções culturais: “Falamos na medida do tempo, como se o tempo fosse uma coisa concreta a ser medida; mas de fato nós criamos o tempo através da criação de intervalos na vida social. Até que tivéssemos feito isso, não havia tempo para ser medido”.

A citação do autor explica de certa maneira o sentimento nostálgico de remissão ao passado como um período feliz que se comparado aos dias atuais poderia ser entendido numa única expressão: “Eu era feliz e não sabia”. Isto porque a sensação de insegurança gerada pelas circunstâncias de vida e de trabalho do Bóia-Fria na atualidade, quando comparável ao tempo de “proteção” vivenciado antes da institucionalização da CLT, provoca a impressão, ainda que equivocada, de que o passado foi muito melhor do que o presente. Isto decorre da análise das suas dificuldades no cotidiano que se intensificaram com as mudanças operadas nas suas condições de trabalho.

Complementando a noção de tempo, a concepção de espaço também se configura para os bóias-frias como algo perdido.

Essa concepção é mais bem explicada pela Durham (1978), quando se refere especificamente à concepção de espaço dos migrantes rurais:

Nenhuma migração pode ser compreendida exclusivamente como um deslocamento geográfico. As migrações representam também um movimento no universo social e é deste ponto de vista que elas nos interessam de modo particular. Mesmos porque, a própria definição de espaço e do ambiente geográfico é condicionada culturalmente. [...] O universo espacial do homem de campo é formado de lugares onde seus conhecidos estiveram, ou onde moram pessoas de sua relação. Espaço geográfico e espaço social se constituem como uma realidade única. [...] Uma família que se muda não vai apenas morar em outro lugar – vai morar com outras pessoas. Desse modo, a movimentação é definida freqüentemente antes pela alteração nas relações sociais que pela modificação do lugar geográfico de residência.

A riqueza cultural do trabalhador rural tradicionalmente reflete um relacionamento social calcado em relações de apadrinhamento. As pessoas se chamavam por compadres e comadres, a demonstrar um sentimento de afetividade pelos seus companheiros e também pelos senhores de engenho, que frequentemente eram convidados a batizar filhos de moradores. Essa relação de aproximação perde sentido quando do deslocamento geográfico para as periferias das cidades, onde pelas dificuldades de sobrevivência, nem sempre sobra tempo para a construção de novos relacionamentos. E para os bóias-frias que estão constantemente se deslocando em busca de trabalho, a perda do convívio social ainda é mais sentida.

1.16. “Tempo de Fartura” e “Tempo do Dinheiro”

À volta a um passado feliz também tem a ver com a questão da qualidade de vida. O sentimento reinante é de que a mudança não valeu à pena, tornar-se um trabalhador “livre” não garantiu uma sobrevivência digna. A condição anterior trazia maior tranquilidade do ponto de vista da sobrevivência, da segurança e principalmente do estreitamento das relações sociais, travadas dentro de um espaço cultural circunscrito a uma realidade vivenciada por determinado grupo de pessoas. O fato de se sentirem os provedores dos seus alimentos, passava a impressão de um “tempo de fartura”, porque a fome era algo não vivenciado por eles, uma vez que retiravam do campo os meios de sobrevivência.

Até a comida que era ingerida em meio ao canavial, tinha para eles um sabor diferente, como bem coloca Dawsey (1997):

Os alimentos (a bóia-fria) que ele consome no trabalho, sentado sobre a palha da cana cortada, não servem mais para fortalecer os seus vínculos com a terra, não falam mais das trocas recíprocas entre as pessoas, ou entre essas e a terra, seja a terra dos antepassados ou seja a terra das usinas, dos canaviais.

Servida nas mesmas condições, a bóia-fria (comida), passa a não ter o mesmo significado para o trabalhador. Nas circunstâncias anteriores ela era feita com os alimentos provindos do seu sítio, portanto simbolicamente estava cheia de significados. Agora, com o dinheiro minguado que pode comprar hoje e quem sabe, amanhã, a comida serve para “enganar” a fome, já que provêm da condição de trabalho instável e bastante precária.

Dawsey (1997) em seu estudo intitulado *“Caindo na cana com Marilyn Monroe: tempo, espaço e bóias-frias”*, realizou algumas entrevistas com trabalhadores rurais das quais extraiu algumas falas referentes aos seus sentimentos e expectativas. Assim comenta o autor:

Na favela em que realizei esta pesquisa, a fome e a morte eram ameaças constantes, capazes de irromper nos limiares da experiência cotidiana. Para quem depende do “ganho” para sobreviver e ganha por produção, seja por tonelada ou por metro de cana cortada, um dia em que não se vai à roça pode significar fome iminente.

E completa, com os comentários de alguns bóias-frias entrevistados:

“Os urubus lá em cima tão com fome e tão de olho em quem tá com fome aqui em baixo, rê, rê”;

“A gente vem pra cá por causa mesmo de dinheiro, porque a gente se mata demais”.

Dawsey (1997), reproduzindo um diálogo travado com um dos entrevistados narra:

Em todo caso, demonstrações de desprezo ao dinheiro não eram raras. As histórias de vida do “Seu José”, narradas por “Dona Maria dos Anjos”, teciam-se frequentemente em torno de alguns momentos dramáticos em que este homem “honesto e trabalhador” teria “perdido o juízo” jogando o dinheiro do pagamento no chão aos pés de patrões ou turneiros. “O Zé não é gente não”, dizia “Dona Maria dos Anjos” com uma pitada de humor. Por meio deste quase ritual, relações de trabalho estabelecidas a partir de acordos verbais eram rompidas ou, mediante reparos, reestabelecidas. Não se tratava simplesmente do desprezo ao dinheiro; a partir de um código de reciprocidade, desprezava-se uma contraprestação considerada insuficiente, ridícula.

Vale salientar que o pesquisador desenvolveu o estudo em Piracicaba, cidade do Estado de São Paulo. Entretanto, a similaridade das condições de vida e de trabalho do bóia-fria em todas as regiões de cultivo da cana-de-açúcar, permite a generalização, ressaltando,

entretanto, que as diferenças que se verificam nas diversas regiões, servem para, mais do que demonstrar as melhorias nas condições de trabalho, denotar a sua precariedade, pois em alguns casos chegam a se comparar com o trabalho escravo. Essa condição tem sido objeto de denúncias frequentes por parte da Pastoral dos Migrantes.

Uma pergunta que não quer calar é por que os bóias-frias não buscam alternativa de trabalho, já que vivendo nas periferias urbanas, de alguma forma deveriam se inserir nos *moldus vivendi* da população local? A resposta que de pronto se dá é a falta de qualificação para o trabalho em outras áreas, devido também ao baixo nível de escolaridade. Desta feita, torna-se importante investigar o papel da educação como possível saída para minorar as dificuldades dessa categoria de trabalhadores.

1.17. O Papel da Educação como elemento politizador do trabalhador rural – Bóia-fria – Visão Freireana.

A visão freireana se explica nesse estudo pela estreita ligação que o educador estabeleceu com os bóias-frias no estado de Pernambuco, no período que antecedeu à instalação do Regime Militar com o golpe de 1964. Sua pedagogia para a autonomia passava necessariamente pelo viés politizador, sem o qual, para ele, a emancipação do homem não seria possível.

Portanto, segundo Freire (1996):

Quando falo em educação como intervenção me refiro à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a História e manter a ordem injusta.

Seu ideal de educação evidentemente antagônico aos interesses da classe social dominante, consubstanciado numa prática pedagógica desenvolvida no meio rural entre os camponeses, lhe valeu entre outras consequências, o exílio obrigatório, durante o período da ditadura, e a proibição da utilização dos seus livros no meio acadêmico, frustrando toda uma geração de conhecer mais profundamente o pensamento do educador.

A grande crítica que se faz a Freire é o uso excessivo do viés politizador à sua prática pedagógica. A esse vetor, o autor assim responde:

Creio poder afirmar, na altura destas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência

de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, idéias. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não ser neutra. (Freire, 1996).

Exatamente pela prática pedagógica não ser neutra é que o seu elemento politizador se evidencia, até mesmo quando a ingenuidade de quem a desenvolve não permite perceber o caráter reprodutivista, contribuindo para a manutenção do *status quo* da sociedade, como o autor melhor explica:

Como professor, se minha opção é progressista e venho sendo coerente com ela, se não me posso permitir a ingenuidade de pensar-me igual ao educando, de desconhecer a especificidade da tarefa do professor, não posso, por outro lado, negar que o meu papel fundamental é contribuir positivamente para que o educando vá sendo o artífice de sua formação com a ajuda do educador. Se trabalho com crianças, devo estar atento à difícil passagem ou caminhada da heteronomia para a autonomia, atento à responsabilidade de minha presença que tanto pode ser auxiliadora como pode virar perturbadora da busca inquieta dos educandos; se trabalho com jovens ou adultos, não menos atento devo estar com relação a que o meu trabalho possa significar como estímulo ou não à ruptura necessária com algo defeituosamente assentado e à espera de superação. (Freire, 1996).

Nunca uma postura docente foi tão reveladora da práxis revolucionária quanto a do professor Paulo Freire. Assumindo todos os riscos advindos das ameaças do poder constituído, exerceu sua prática pedagógica junto aos trabalhadores rurais, utilizando em seu método de Alfabetização de Adultos, o viés politizador, por acreditar “ser um estímulo à ruptura necessária com algo defeituosamente assentado e à espera de superação”.

A postura de comprometimento e consciência da responsabilidade de um professor lhe valeu em certas ocasiões alguns embaraços como ele exemplifica quando relata o diálogo travado com um aluno recém-ingresso na universidade, que provocando o instigou:

“Não entendo como o senhor defende os sem-terra, no fundo uns baderneiros, criadores de problemas”?

“Pode haver baderneiros entre os sem-terra”, disse, “mas sua luta é legítima e ética”. “Baderneiros” é a resistência reacionária de quem se opõe a ferro e fogo à reforma agrária. A imoralidade e a desordem estão na manutenção de uma “ordem” injusta. (Freire, 1996).

Esse diálogo talvez explique o analfabetismo reinante entre os trabalhadores rurais. Proporcionar ao homem do campo uma formação mais elaborada que o permita atuar de forma transformadora significa de certa maneira, atentar contra os objetivos do capitalismo que precisa necessariamente de uma mão de obra produtiva e cativa para realizar o lucro. Portanto,

educar dentro dos pressupostos freireanos não seria a melhor forma de garantir a perpetuidade das relações de trabalho.

1.18. A Educação para Além do Capital – visão Mészárian

A essa ruptura que Freire se refere para superar o assentamento de uma ordem social injusta, Mészáros (2005) propõe uma solução radical, quando defende a idéia de que uma educação libertadora só seria possível com o rompimento definitivo com o sistema capitalista. Para o autor são irreconciliáveis os objetivos da Educação e do Capitalismo globalizado, tendo em vista o caráter de dominação de uma classe social (proletariado) por uma elite detentora do capital. Daí a sua proposta de ruptura com o capital.

Mészáros (2005) justifica sua tese argumentando:

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão interligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas, sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação.

O autor ressalta que sem a dissociação do capital à educação, tanto quanto em outras áreas, verificam-se apenas pequenas concessões em nome do ajuste social, porém, insuficientes para mudar a ordem social. O caráter reprodutivista estará sempre preservado por mecanismos que se metamorfoseiam ao longo do tempo para manter intactas as bases do capitalismo neoliberal.

O autor esclarece:

As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudgadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução. Podem-se ajustar as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se deve conformar com a *regra geral* preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma pode-se alterar a *própria regra geral*. (Mészáros, 2005).

Jinkings, prefaciando a obra de Mészáros, assim comenta:

Mészáros sustenta que a educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação. Defende a existência de práticas que permita aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele, uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico. (Mészáros, 2005).

Ao julgar as forças hegemônicas que dão sustentação ao modelo capitalista neoliberal, pode-se inferir que o seu esgotamento ainda está distante de ocorrer, portanto, a educação numa perspectiva libertária também se remete a uma utopia.

Um dos grandes pensadores contemporâneos, Robert Owen (1927) chama a atenção para a busca desenfreada pelo dinheiro e poder que caracteriza a sociedade atual. Em sua prática filosófica não se cansa de alertar: “o empregador vê o empregado como um mero instrumento de ganho”. Entretanto, para combater essa situação, sinaliza com a “superposição da razão e do esclarecimento aos que ainda não foram convertidos, ou seja, àqueles não conseguem enxergar o trabalho senão pela perspectiva de um “mecanismo de ganho”.

Owen (Owen, 1927) fundamenta sua tese com uma indagação: Devemos então continuar a obstar a instrução nacional dos nossos camaradas, que, como foi mostrado, podem facilmente ser treinados para serem diligentes, virtuosos e membros valiosos do Estado?

E o autor responde:

De fato, a verdade é que todas as medidas agora propostas são apenas uma transigência com os erros do sistema atual. Mas considerando que esses erros agora existem quase universalmente, e *tem de ser ultrapassados apenas por meio da força da razão; como a razão*, para produzir um efeito sobre os objetivos mais benéficos, faz avanços *passo a passo*, e consubstancia progressivamente verdades de alto significado, uma após outra, será evidente, para mentes abertas e acuradas, que *apenas com essas e outras similares transigências pode-se esperar, racionalmente, ter-se sucesso na prática*. Pois tais transigências apresentam a verdade e o erro ao público, e, sempre que esses são exibidos em conjunto de um modo razoável, no final das contas a *verdade tem de prevalecer*. [...] Espera-se, confiantemente, que esteja próximo o tempo em que o homem, por ignorância, não mais infligirá um sofrimento desnecessário sobre o homem; porque a *maioria da humanidade se tornará esclarecida*, e irá discernir claramente que ao agir inevitavelmente criará sofrimento a si própria.

A visão otimista do autor remete para um futuro determinístico e atemporal as transformações de ordem social que possibilitam corrigir as assimetrias sociais a partir da eliminação da ignorância e do poder, por meio do império da razão. Esse processo, pela sua fragilidade encontra acirradas críticas por parte de alguns pensadores. Por exemplo, Mészáros (2005) comenta:

O que torna esse discurso extremamente problemático, não obstante as melhores intenções do autor, é que ele tem de se conformar aos debilitantes limites do capital. É também por isso que a nobre experiência prática utópica de Owen em Lanark está condenada ao fracasso. Pois ela tenta conseguir o impossível: a reconciliação da concepção de uma utopia liberal/reformista com as regras implacáveis da ordem estruturalmente incorrigível do capital.

Fica evidente que, para Mézaros, a solução Oweniana não passa de solução paliativa diluída ao longo do tempo com a pretensão de resolver definitivamente os problemas humanos a partir da conscientização e superação da ignorância.

Mészáros (2005) complementando sua análise acrescenta:

O discurso de Owen revela a estreita inter-relação entre a utopia liberal, a defesa de procedimentos como o “passo a passo”, “apenas com transigências”, e o desejo de superar os problemas existentes “apenas por meio da força da razão”. Contudo, uma vez que os problemas em causa são *abrangentes*, correspondendo aos inalteráveis requisitos da dominação estrutural e da subordinação, a contradição entre o caráter *global* e abrangente dos fenômenos sociais criticados e a parcialidade e o gradualismo das soluções propostas – que em si são compatíveis com o ponto de vista do capital – tem de ser substituídos de modo fictício por uma excessiva generalização de alguns “deve ser” utópicos. Assim, vemos na caracterização de Owen de “o que tem de ser feito?” uma passagem dos fenômenos sociais específicos originalmente identificados com precisão – por exemplo, a deplorável condição em que “o empregador vê o empregado como um mero instrumento de ganho” – para a vaga e atemporal generalização do “erro” e da “ignorância”, para concluir, de forma circular, que o problema da “verdade versus erro e ignorância” (afirmado como uma questão de “razão e esclarecimento”) pode ser solucionado “apenas por meio da força da razão”.

E conclui:

E, claro, a garantia que recebemos do êxito da solução educacional proposta por Owen é, mais uma vez circular: a afirmação de que “no final das contas a verdade tem de prevalecer [...] porque a maioria da humanidade se tornará esclarecida”. Nas raízes da generalidade vaga da concepção corretiva de Owen, vemos que o seu gradualismo utópico é, claramente, motivado pelo medo da emergente alternativa hegemônica sócio-histórica do trabalho e pela angústia em relação a ela.

Evidentemente que as mudanças da ordem social operadas em ritmo lento, sofrem as mediações de interesses conflitantes que ora as estimula e ora as retarda, conforme a composição das forças hegemônicas predominantes. Ignorar tais interferências em nada ajuda na superação dos obstáculos propositadamente plantados, para evitar a concretização das mudanças. A educação nesse constructo não poderá se impor como instituição autônoma, trabalhando com o objetivo da formação integral do homem. Neste caso, estará sempre submissa ao capital, ainda que de forma disfarçada.

Contra essa concepção, Gramsci (1957, In: Mészáros, 2005), oferece uma abordagem mais democrática sobre a Educação e vida intelectual:

Não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o *Homo faber* não pode ser separado do *Homo sapiens*. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um “filósofo”, um artista, um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e portanto *contribui para manter ou mudar a concepção de mundo*, isto é, para estimular novas formas de pensamento.

Mészáros (2005) comenta o pensamento Gramsciano com muita fidelidade às idéias do autor, corroborando com a sua visão, quando assim se pronuncia:

A posição de Gramsci é profundamente democrática. É a única sustentável. A sua conclusão é bifacetada. Primeiro, ele insiste em que *todo* ser humano contribui, de uma forma ou de outra, para a formação de uma concepção de mundo predominante. Em segundo lugar, ela assinala que tal contribuição pode cair nas categorias contrastantes da “manutenção” e da “mudança”. Pode não ser apenas uma ou outra, mas ambas, simultaneamente. Qual das duas é mais acentuada, e em que grau, isso obviamente dependerá da forma como as forças sociais conflitantes se confrontam e defendem seus interesses alternativos importantes.

Ao longo da história percebe que as forças hegemônicas sempre refletiram o poder em mãos de uma minoria em detrimento da grande maioria da população. Entretanto, tais forças são construídas a partir de interesses de grupos sociais que estão sujeitos à alternância, na medida em que a dinâmica social se modifica. Nada impede que novas forças venham a se compor a partir de uma visão de mundo diferenciada, como um imperativo para instauração de uma nova ordem social.

1.19. A universalização da educação e a universalização do trabalho

Pensar em universalização da educação requer pensar simultaneamente na universalização do trabalho. Essa tese é defendida por Mészáros (2005) quando o autor argumenta:

A universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora. De fato, nenhuma das duas é viável sem a outra. Tampouco é possível pensar na sua estreita inter-relação como um problema para um futuro muito distante. Ele surge “aqui e agora”, e é relevante para todos os níveis e graus de desenvolvimento socioeconômico.

O exemplo mais eloquente da afirmativa do autor é Cuba que apesar dos embargos econômicos impostos pela comunidade internacional ao regime de Fidel Castro, mesmo sendo um país subdesenvolvido com sérias dificuldades econômicas, foi capaz de eliminar o analfabetismo e elevar a sua pesquisa científica a índices comparáveis aos das nações de primeiro mundo. Essa *performance* demonstra que é possível antecipar o futuro, quando existe consenso ou força hegemônica possível para realizar as mudanças.

Mészáros (2005) conclui: “não pode haver uma solução efetiva para a auto-alienação do trabalho sem que se promova, conscienciosamente, a universalização conjunta do trabalho e da educação”.

A essa afirmação do autor, Risk (2009) contra-argumenta, referindo-se especificamente ao modelo de educação adotado no Brasil:

Mais uma vez a educação enquanto aparelho de estado é responsabilizada pela falta de capacitação generalizada. Ela sozinha não faz milagre, (...). Entretanto, sem ela, tudo fica mais difícil. Um projeto nacional de educação mais realista, elaborado com os pressupostos da Era do Conhecimento, por certo corrigiria os erros históricos que levaram à perda de qualidade da educação nacional. Pensá-la em todos os níveis, é devolver a capacidade do cidadão brasileiro de inserção social, de auto-realização e de sonhar com uma carreira de sucesso, podendo projetar-se no meio corporativo com condição de competir em qualquer área que deseje atuar.

Para Risk (2009), a grande armadilha da Era do Conhecimento é que ela pode se tornar a era da maior exclusão social, a perdurar o modelo nacional de educação e a falta de compromisso das autoridades para com os problemas crônicos da sociedade brasileira, dentre os quais, o analfabetismo, que dentre todos é o mais perverso, tendo em vista remeter a quem dele padece o destino irremediável de viver à margem da sociedade.

A autora enfatiza:

Nesse contexto, torna-se necessário atentar para as armadilhas que o próprio conhecimento apresenta. Por exemplo, os países periféricos que estão inseridos no mercado global, apresentam índices de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano –, baixos, se comparados aos países centrais. Questões como o analfabetismo ainda estão por se resolver, e no Brasil, como um problema recorrente, entra governo e sai governo sem que se apresente uma solução definitiva. Afinal, são quatorze milhões de brasileiros compondo a população de analfabetos, segundo dados oficiais. Tal situação é preocupante porque a pergunta que se faz é a seguinte: como incorporar os analfabetos à população economicamente ativa, quando as exigências para o preenchimento das vagas no mercado de trabalho, inicia-se pelo grau de escolaridade? Dependendo da função as exigências se tornam cada vez maiores. E mais ainda: como manter os empregos daqueles que são considerados analfabetos funcionais, juntando-se a essa categoria, a dos info-analfabetos, e num exercício futurologista próximo, a dos analfabetos profissionais? A crise que decorre desta circunstância é anunciada e as respostas tímidas com que os governos respondem a esse desafio, são insuficientes para manter a sustentabilidade do trabalho no Brasil (Risk, 2009).

Quando analisada essa situação enfocando a categoria dos bóias-frias, que na sua maioria é composta por analfabeto – 98% dados da pesquisa –, percebe-se a magnitude do problema e o quando é emergencial a busca por solução definitiva.

Risk (2009), esclarece:

Não se defende neste artigo aprisionar a educação apenas pelo seu viés utilitarista, em que hoje se encontra. Porém, para superar essa perspectiva menor, também é preciso que a inclua num projeto educacional revolucionário. Preparar o cidadão para intervir nos destinos da nação também passa pela necessidade de prepará-lo para atuar no mercado de trabalho, cada vez mais exigente e competitivo. Portanto, uma perspectiva, não exclui a outra. Harmonizá-las é perfeitamente possível, até porque o homem visto na sua totalidade atua como cidadão no âmbito da sociedade e como profissional no âmbito da corporação com as mesmas ferramentas pessoais, que englobam os aspectos, cognitivo, psicológico e físico que compõem o seu modelo mental sem dissociá-los, para atender às diferentes necessidades. Portanto, precisa do conhecimento para elaborar melhor sua capacitação profissional na medida em que ampliam também seus horizontes de percepção, para proceder suas escolhas de maneira assertiva, tanto no campo pessoal como profissional; precisa da inteligência emocional para conhecer as interferências psicológicas que fazem parte do seu modelo mental, mantendo-as sob controle, de maneira que possa estabelecer relações interpessoais saudáveis, até como forma de construir o seu *network*, (rede de relacionamento profissional), tão importante para quem deseja empreender uma carreira de sucesso; e por fim do físico, tão cultuado na atualidade, mas que neste caso, é aplicado apenas na perspectiva de condições físicas adequadas para o exercício profissional dentro de um quadro de atividades que requerem condicionamento físico

específico para o seu desempenho. Como se percebe, não dá para dissociar no homem a tríade que compõem o seu modelo mental. Ele age sob sua inspiração.

Mas, dá para elaborar melhor o seu modelo mental, definido pela Angeloni (2003) como:

São imagens, pressupostos e histórias que trazemos em nossas mentes acerca de nós mesmos, de outras pessoas, das instituições e de diversos outros aspectos do mundo e da vida. Eles constituem verdadeiros “mapas mentais” cognitivos com os quais navegamos por meio de ambientes complexos da vida.

Risk (2009, p. 14) conclui:

Portanto, quanto melhor forem às oportunidades de construção de um modelo mental saudável, que inclua experiências de vida ricas em significados, conhecimentos técnicos e formação ética e moral embasada em valores humanos essenciais, tanto melhor será o instrumental que comporá o modelo mental do indivíduo, e a sua resposta aos desafios que a vida lhe impuser, será mais efetiva. Esse é o papel da educação enquanto responsabilidade de Estado. Propiciar ao cidadão as condições ideais para viver a contemporaneidade, interferir nos destinos do seu povo, contribuir para o progresso da nação e realizar-se como profissional e como pessoa.

A universalização da educação e do trabalho passa então a ser na sociedade contemporânea o grande desafio, principalmente quando se relaciona ambos ao conceito de sustentabilidade, tão utilizado na atualidade.

A esse desafio o Bóia-Fria também se incorpora na busca por soluções viáveis e sustentáveis para o seu exercício laboral e qualidade de vida social.

1.20. O Arquétipo do Bóia-fria

O Bóia-Fria é o descendente direto dos negros escravos do Brasil Colônia, cuja herança é feita de luta pela liberdade: antes, liberdade de ir e vir; hoje, liberdade de escolha, de opção de vida, de exercício de cidadania. Outrora, enquanto povo brasileiro, também sofreu o preconceito por ser uma gente “ninguém”. Hoje, o espectro do passado continua a atormentá-lo, quando no processo de desterritorialização e reterritorialização, em momentos se reconhece, noutros busca a identidade perdida. Vivendo uma vida urbano-rural, passou a não ser, nem urbano nem rural. Essa simbiose produziu uma perda de qualidade de vida, nas suas relações sociais e condições de trabalho. A procura pelo trabalho onde quer que ele se encontre, não o permite estabelecer vínculos afetivos duradouros, apenas uma relação superficial de troca, baseada em sua força de trabalho e no dinheiro que a remunera. Isto

quando pode exercer o seu ofício de artesão do campo, agora destituído inclusive dos seus meios de produção. A cada dia, o dinheiro fica mais mingado, enquanto o trabalho também vai diminuindo.

O reconhecimento social dessa categoria como trabalhador rural autônomo tem sido um árduo fardo historicamente carregado desde seus ancestrais até os dias atuais, quando paradoxalmente, ao abrigo da lei, se tornou uma gente “ninguém”. A perda da referência social é acompanhada pelo sentimento nostálgico esboçado com o fim da relação de proteção com os senhores de engenho, antes da aplicação das leis trabalhistas ao meio rural. Tornou-se assalariado, porém sem direitos trabalhistas mais efetivos pela condição de diarista-volante, que trabalha hoje aqui, e amanhã ali, algumas vezes até sem vínculos empregatícios. O sonho de fazer dinheiro para proporcionar uma vida digna para si e sua família o impulsiona a ir em busca do trabalho, submetendo-se a condições precárias de moradia e alimentação, quando passa temporariamente a viver em alojamentos instalados dentro dos canaviais.

Não bastassem essas contingências, o trabalho que executa também sofre a competição com a máquina. Aliás, a tecnologia, que deveria ser uma aliada para contribuir na eliminação dos focos de constrangimento e penosidade da tarefa, tem contribuído para a perda de postos de trabalho. Como resolver essa questão, passa a ser o grande desafio dos responsáveis pela produção da cana-de-açúcar e seus derivados. Deter a evolução tecnológica é para qualquer pessoa de bom senso uma incongruência. Portanto, resta saber quais as alternativas que sobram ao Bóia-Fria, cujo perfil passa-se a descrever: *Bóia-Fria* – trabalhador rural autônomo, descendente dos escravos das lavouras de cana-de-açúcar, habituado a labuta penosa do campo, exercida a céu aberto, sob sol escaldante, sob o chicote do feitor, na época de seus ancestrais; hoje, sob a tutela de um administrador que percorre os canaviais supervisionando o trabalho sempre em busca da maior produtividade. Outrora, viveu um passado de “fartura”, posto que não faltava a comida provida pelo cultivo de algumas lavouras e da criação de animais de pequeno porte. O seu modelo mental revela uma cultura de volta ao passado como um tempo bom, de fartura e segurança. Revela ainda as contradições das relações: de domínio disfarçado em proteção; de abandono a sua própria sorte, quando se vê obrigado a se transferir para as periferias das cidades, passando a vivenciar a miséria urbana, a partir do momento em que o Estado lhe confere os direitos trabalhistas como qualquer cidadão. A falta de capacitação e educação mais elaborada não o permite vislumbrar ascensão

social, muito menos aspirar a outros trabalhos que não seja o do campo, onde pode ser considerado como um intelectual orgânico do seu ofício, apesar da pouca instrução que possui. Sua práxis de vida e de trabalho é reveladora das contradições vivenciadas, mas carece ainda de maior entendimento. É em busca dessa percepção que esse estudo se justifica.

Portanto, o capítulo seguinte versa sobre o trabalho e inicia-se com uma reflexão sobre a construção do conceito de trabalho sustentável, categoria que carece de teorização, uma vez que tal perspectiva nunca foi explorada.

CAPÍTULO II

“O TRABALHO: CONCEITO E PRÁTICA”

2.1. Considerações iniciais

A respeito de trabalho humano muito se tem falado, escrito e debatido sob diferentes enfoques e perspectivas, que vão desde o trabalho escravo até o trabalho remunerado, passando pelos aspectos de punição, prazer, reconhecimento, negação, valorização etc. Entretanto, nada se pensou em termos do trabalho sustentável, até porque, essa preocupação é recente. Parte da premissa da sustentabilidade, que se aplica a diversos campos da vida humana e que se constitui num debate acalorado sobre as formas de preservação da qualidade de vida do ecossistema para as gerações vindouras.

A palavra sustentável tem sua primeira interpretação ligada ao enfoque político vinculado ao tipo de desenvolvimento que uma nação pretende adotar. Entretanto, nem sempre o modelo adotado promove de fato a sustentabilidade do desenvolvimento, como explica Bunge (1980):

Existem diversas concepções de desenvolvimento, quase todas erradas, não tanto pelo que sustentam, mas pelo que deixam de dizer. Com efeito, há cinco concepções principais de desenvolvimento de uma sociedade humana: a biológica, a econômica, a política, a cultural e a integral. Cada uma delas se baseia em uma concepção particular da sociedade humana. Se essa concepção é errada, a correspondente concepção de desenvolvimento também o será. Quem não quiser contribuir para a supressão do desenvolvimento terá que começar por adotar uma concepção correta da sociedade.

O autor ao analisar cada uma das concepções de *per si* enfatiza a fragilidade de cada modelo quando adotado isoladamente. Assim, quando a concepção biológica de desenvolvimento prevalece, trabalha com o objetivo de promover o bem-estar social por meio da manutenção de um sistema que visa prioritariamente à melhoria da saúde, da nutrição, da moradia, da vestimenta, do exercício físico e mental, e dos hábitos de convivência social. Entretanto, nada disso se alcança sem o concurso de fatores fundamentais tais como o econômico, da própria liberdade, da cultura e do aparato burocrático do governo para implementação de políticas públicas. Em cada perspectiva de desenvolvimento existe uma correlação necessária e interdependente entre elas para que na prática possa acontecer de fato. Não há saúde, sem dinheiro para financiá-la, sem educação para promovê-la, sem cultura para aprimorá-la e sem políticas públicas para disseminá-la. Igual raciocínio serve para as demais

concepções. Por exemplo, de que adianta o crescimento econômico se este não for direcionado para o bem-estar do povo, melhorando o nível de vida? De que adianta a liberdade política se

esta não se concretiza na prática pelo exercício pleno da cidadania? De que adianta o fortalecimento da cultura e com ela o da educação, se for direcionada para uma população subnutrida física e intelectualmente, que não tem ânimo nem para estudar tampouco para frequentar salas de eventos culturais.

Como se percebe, o desenvolvimento concebido isoladamente, por cada uma das concepções elencadas por Bunge (1980), realmente demonstra fragilidade. Só há um caminho pelo o qual o desenvolvimento pode acontecer de forma harmônica produzindo os efeitos que dele se espera. A receita é dada pelo próprio autor quando assim se expressa:

Cada uma dessas concepções do desenvolvimento tem uma ponta de verdade: não há desenvolvimento sem progresso biológico, econômico, político e cultural. A indústria e o comércio modernos demandam mão de obra saudável e competente, e a educação – que é tanto um meio quanto um fim – exige apoio econômico e liberdade. Por sua vez, esta última não se usufrui como um bem cultural: não é uma coisa, e sim um estado de coisas; não substitui a abundância ou a cultura, e sim é o meio para se usufruir de uma e de outra. E a cultura não pode se desenvolver vigorosamente e com continuidade onde não existe um mínimo de folga econômica e de liberdade de criação e divulgação. O desenvolvimento autêntico e constante é, pois, integral: biológico, econômico, político e cultural. Esta é, em resumo, a concepção integral do desenvolvimento (Bunge, 1980).

Parafraseando o autor, pode se dizer que o desenvolvimento sustentável se alicerça na concepção integral de desenvolvimento. Portanto, desenvolvimento sustentável é aquele que promove harmonicamente os fatores indispensáveis à preservação da vida com qualidade para a humanidade no *aqui e agora* e no *devenir*.

Essa ambiciosa construção ainda está longe de se consubstanciar na prática. Quando se olha para as nações do primeiro mundo, percebem-se conquistas, embora permaneçam assimetrias. Agora, quando o foco volta-se para os países em desenvolvimento as assimetrias se intensificam, demonstrando ainda muito *trabalho* a ser feito em busca da sustentabilidade.

Igual dificuldade observa-se quando se desloca o foco do desenvolvimento sustentável para o *trabalho sustentável*, como categoria de estudo a ser definido conceitualmente. O caminho a ser percorrido neste sentido, inicia-se necessariamente com as diversas definições do *trabalho*.

2.2. O conceito de Trabalho – definições

Ao longo da história o conceito de trabalho sofre alterações denotando entendimentos diferenciados sobre sua apropriação e valorização. Assim, do Egito à Grécia e ao Império Romano, perpassando toda a Idade Média e o Renascimento, o trabalho era visto como sinônimo de desprezo e de inferioridade, isto porque era exercido por escravos e servos conforme o estatuto jurídico e político dos trabalhadores daquelas sociedades. Com a evolução, este conceito sofre uma inflexão, quando deixa de associar-se à tortura e maldição para assumir a perspectiva de fonte de realização pessoal, como algo que dignifica o homem.

Para se definir o trabalho, torna-se necessário conhecer os diversos significados que a palavra sugere. Assim, pode ele ser entendido como: exercício de alguma atividade seja física ou intelectual. Também pode sugerir uma ação produtiva, um serviço executado, ou a lida rotineira de qualquer atividade, etc. Numa perspectiva ampliada ainda pode ser entendido como o exercício de uma profissão; o desempenho de determinadas funções e tarefas etc. Exatamente pela prodigalidade de aplicações que a palavra permite, sua conceitualização fica de certa maneira, condicionada ao contexto histórico em que se aplica e suas alterações observadas segundo a evolução de cada sociedade.

A origem etimológica da palavra trabalho provém do latim: “*tripallium*” – instrumento de tortura composto de três paus ou varas cruzadas, ao qual se prendia o réu” (Cabral, 1883). Neste sentido o trabalho está intimamente ligado à noção de punição e dor que perdurou durante séculos, principalmente no período da escravidão, muito embora ainda hoje, em pleno século XXI, se observe formas de trabalho escravo aplicada aos trabalhadores rurais, dentre eles os bóias-frias.

A palavra trabalho só passa a ser conhecida após o século XI. O seu emprego na perspectiva de “obra a fazer, ou execução de uma obra”, surgiu no final do século XV, e a palavra “trabalhador” só foi aplicada no final do século XVII (Correia, 1999).

Correia (1999) enfatiza que no século XVIII, o trabalho passa a ter a conotação de esforço penoso. Para o autor a noção está “relacionada com significados que nos referenciam o exercício de atividades penosas”. Essa perspectiva está presente na atualidade em algumas

atividades que exigem esforço físico extremo, pressão psicológica exacerbada ou ainda carência de reconhecimento social para os profissionais a as executam.

Moura (1980) reproduzindo o entendimento de Avelãs Nunes, define o trabalho como a atividade inteligente do Homem em sociedade, preordenada ao objetivo de transformar e adaptar as forças da natureza com vistas à satisfação de necessidades.

Ainda pode-se compreender a aplicação da palavra trabalho em outros sentidos como, por exemplo:

- a) *aplicação de esforço* para obtenção de alguma coisa. Ato de realizar ou transformar a natureza ou a forma de algo.

A palavra aplicação no meio organizacional tem a conotação de “emprego”. Pode ser entendida como o ato de preenchimento de uma vaga por um funcionário para exercer tal ou qual função dentro do contexto empresarial. O trabalho traduzido como sinônimo de emprego tem sofrido ao longo dos tempos várias mudanças que ocorreram em função da dinâmica organizacional, da própria evolução do sistema gerencial e do uso da tecnologia que provocou uma mudança estrutural de grande repercussão. A tecnologia trouxe com ela a possibilidade de melhorar as condições de trabalho, substituindo por robôs algumas tarefas que exigem extremo esforço humano. Entretanto, essa mudança traz consigo outro problema: o desemprego. A falta de “trabalho” é um dado comum nas sociedades contemporâneas.

Antunes (2001) comenta essas mudanças, enfatizando a ascensão do “trabalhador hifenizado” como expressão que traduz a dinâmica organizacional dos novos tempos. Diz o autor:

Se tentarmos relacionar essas alterações com as mudanças nas relações de trabalho e emprego, um sem-número de processos complexos ficará evidente. Está claro que a antiquada força de trabalho característica dos anos 50 foi severamente atingida. A dos anos 90 é composta de diferentes tipos de empregados: trabalhadores em tempo parcial (*part-time-workers*), temporários (*temporary-workers*), emprego casual (*casual-workers*), ou mesmo por conta própria (*self-employed-worker*). Ao adentrarmos no século XXI, esses trabalhadores *hifenizados* estarão se tornando parte cada vez mais significativa da economia.

Essas mudanças a que o autor se refere trouxeram para o trabalhador, vários incômodos, nas suas relações de trabalho. A perda do emprego tradicional, aquele com carteira assinada estar a cada dia mais escasso. As formas hifenizadas ressaltadas por Antunes demonstram esse movimento que, se deslocado para o campo, ainda está acrescido de uma

mazela maior – a precarização, tendo em vista as difíceis condições no desempenho das atividades.

- b) *Produto*: quando se faz a entrega de algum trabalho realizado. Como produto pode-se entender todo o trabalho desenvolvido por um profissional e entregue a outros ou outros. Afinal, vive-se a era de Serviços. Nessa categoria inclui-se principalmente os trabalhos com bens intangíveis, que são aqueles intensivos em conhecimento, como é o caso das consultorias e dos projetos.
- c) *Coletivo*: que implica numa relação de produção mais comumente definida pelo binômio capital-trabalho. Nesse contingente se inclui todas as atividades desenvolvidas em grupo, quer sejam eles, pequenos ou de grande formação. Em geral são trabalhadores assalariados, contratados para desenvolver atividades específicas em todos os níveis hierárquicos de uma empresa.
- d) *Atividade manual ou intelectual* direcionada para diversos fins, como os úteis, de prazer, de jogo, de caridade, busca de prestígio (*status* social), ufanista e religiosa.

O trabalho utilitário pode ser entendido de várias formas, entre elas a mais comum é a conotação de trabalho-remunerado. Este, na atualidade sofre alterações radicais em função da mudança da base tecnológica, que na Era do Conhecimento, ocorre de forma acelerada. Assim, a forma de se preservar o trabalho remunerado é a busca constante pela atualização. Ao profissional dos novos tempos, não resta outra alternativa do que a de se entender como um eterno aprendiz, vivenciando novos postulados de gestão e a utilização cada vez mais sofisticada da tecnologia, que se apresenta na contemporaneidade como o diferencial competitivo quando empregada de forma inovadora.

Risk (2009) comenta:

Na Sociedade do Conhecimento o aprendizado é algo que deve ser feito continuamente. Com a rapidez com que a base tecnológica se renova, a postura do aprendizado contínuo passa a ser uma necessidade para o profissional que deseja se manter empregável. Na atualidade, a rápida obsolescência dos produtos é uma realidade inquestionável, tendo em vista que as próprias indústrias projetam um tempo máximo de uso para cada produto, em função das novas tecnologias, que propiciam alterar um mesmo produto, agregando um diferencial, que o torna mais competitivo diante da concorrência. Igual raciocínio serve para o profissional, que também pode se tornar obsoleto caso não se preocupe em se manter sempre atualizado. Seu grau de empregabilidade dependerá essencialmente do quanto possa agregar de valor ao seu perfil em termos de novos conhecimentos. Sua inclusão no mercado de trabalho passa pela compreensão desse novo

paradigma, caso contrário dele será expulso sem muitas chances de retorno. E quanto mais tempo ficar fora do mercado, mais esse tempo lhe será cobrado, porque o tempo médio de retorno que é de seis a oito meses, poderá se ampliar consideravelmente. E a perda salarial será a consequência penalizadora que contribuirá para a redução do seu padrão de vida.

A autora evoluindo em sua análise sobre o mercado de trabalho brasileiro ressalta:

Ao profissional resta apenas se colocar na posição de eterno aprendiz, reconhecendo a necessidade de atualização como uma obrigação imposta por um mundo de mudanças aceleradas. Essa postura propiciará a manutenção da empregabilidade e com ela, a possibilidade do trabalho sustentável.

O Brasil anualmente injeta no mercado de trabalho 1 (um) milhão e meio de novos profissionais, egressos das faculdades. Esse expressivo contingente vem se juntar ao um número significativo daqueles que já estão em busca de oportunidades de trabalho remunerado. Muito embora, o país ainda não apresente taxas de pleno emprego, observa-se que muitas vagas ofertadas no mercado de trabalho não são preenchidas, exatamente por falta de capacitação profissional. Esse é o grande gargalo nacional que impede o país de crescer como precisa, para dar respostas concretas aos anseios da sociedade brasileira (Risk, 2009).

O trabalho remunerado pode ainda ser ao mesmo tempo, prazeroso, lúdico, voluntário, ativista, lotado em instituições militares e, por fim, voltado ao culto de Deus. Em todas essas conotações ele está associado a atividades de cunho manual e intelectual.

Pela ótica da Ergonomia enquanto campo de estudo o trabalho é assim definido pelos seus principais teóricos:

Por Teiger (1992):

(...) é uma *atividade* finalística, realizada de modo individual ou coletivo numa temporalidade dada, por um homem ou uma mulher singular, situada num contexto particular que estabelece as exigências imediatas da situação. Esta atividade não é neutra, ela engaja e transforma, em contrapartida, aquele ou aquela que a executa.

Para Dejours & Molinier (1994): “o trabalho é uma *atividade* coordenada de homens e mulheres para responder ao que não está posto, desde o início, pela organização prescrita do trabalho”.

Terresac (1995) define:

O trabalho é uma ação coletiva finalística. É uma ação ‘organizada’ porque ela se situa num contexto estruturado por regras, convenções, culturas. É

também uma ação ‘organizadora’ porque ela visa, não somente preencher as lacunas provenientes das imprecisões da prescrição, mas produzir um acordo, um espaço de ações pertinentes. É pela ação que se define, de forma imperativa, o problema e a solução. É na ação que se operam as trocas de informações e que se constroem as formas de agir.

Na visão de Schwartz (1992):

(...) o trabalho humano é lugar onde se opera uma dialética, portanto, um uso problemático de si mesmo e pode se definir talvez do seguinte modo: num primeiro registro, ele diz respeito aos antecedentes normatizantes e antecipando a atividade. (...) num segundo registro, ele comporta a insubstituível gestão das dimensões singulares da situação que marca na atividade cotidiana de trabalho os elementos variáveis, históricos de toda situação, sua não repetição integral.

Evidentemente que todas essas definições e conotações não esgotam a possibilidade da percepção do trabalho e o esforço de teorização. No plano jurídico ele é concebido modernamente como um direito como reza a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, em seu artigo 23:

“Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.

1. Todos tem direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.

2. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e a sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.

3. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos, e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses” (ONU, 2006).

Observados os princípios consagrados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem percebe-se o quanto a humanidade embora seja capaz de produzir intelectualmente tal construção não foi capaz de na prática, consolidar de forma cabal esses direitos. No plano teórico simboliza um direito fundamental, que para a maioria da população do mundo ocidental, é o único meio digno de prover sua sobrevivência e de suas famílias. Vale ressaltar que tal declaração reflete a perspectiva do trabalho remunerado que só existe numa sociedade de classes, em que as figuras do empregado e empregador estão bem definidas.

No âmbito do Brasil, com a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, as relações entre empregado e empregador passam a ser normatizadas por dispositivos legais regulamentadores. A Constituição nacional em seu artigo 5º dispõe:

Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (Constituição Brasileira, 2005).

Coelho (2008) comentando o texto da Constituição, levanta algumas contradições dignas de referência, quando assim se expressa:

Ora, os direitos pertencem, aparentemente, ao mundo da liberdade, tomando o trabalho como “relação criadora do homem com a natureza” e atendo-se a este aspecto dele. Mas este exemplo mostra, como o sistema que o gerou, alguns sinais que se afastam desta idéia. Nota-se acima, por exemplo, que o mesmo artigo que declara o direito ao trabalho, logo abaixo, declara, também, ao emprego e à remuneração justa, ligando necessariamente uma coisa à outra, e aprisionando o trabalho, transformando numa abstração reducionista.

Nessa medida, para o autor, o trabalho revela sua face eminentemente utilitarista, que implica numa relação de troca entre empregado e empregador. E mais ainda, na noção do dever de quem se dispõe a desempenhar um trabalho pelo o qual será remunerado.

Coelho (2008) retoma a questão por outro prisma, com o comentário:

Cabe retomar a questão de outra maneira. Deveres existem em diversos graus e formas, mas sempre para com alguma outra pessoa ou entidade. Se o trabalho é um dever, ele é quem para com quem? Dentro da forma como o trabalho é entendido pelo “senso comum” da comunidade internacional sob as relações sociais capitalistas, a resposta possível será apenas uma: do empregado para com seu empregador.

O autor complementa sua análise:

Assim, a imperatividade do trabalho, sua especificidade, assume caráter contratual, e sua capacidade de realizar a subsistência só pode ser efetivada por meio do dinheiro, fazendo dele necessidade econômica. Nossa investigação da natureza do trabalho como direito e dever, portanto, não pode abster-se desta especificidade histórica, e deverá versar sobre o trabalho como direito e dever dentro do capitalismo contemporâneo (também chamado flexível, financeiro, pós-moderno etc.)

Nesse contexto, pensar na formulação do conceito de trabalho sustentável passaria necessariamente pelo o entendimento da sua configuração dentro do mercado de trabalho, ou seja, delimitado a um campo específico de atuação, em que balizadores externos de direitos e

deveres deverão especificar os termos contratuais que implicam na relação empregado-empregador.

2.3. Trabalho sustentável: desenvolvimento do conceito

Uma visão reducionista, entretanto, não contribui para a construção do conceito de trabalho sustentável livre de amarras e de condicionantes que o impeça de atingir a perspectiva libertadora.

O trabalho que liberta, e não o que aprisiona, não pode ser concebido sem o suporte de alguns conceitos. Por exemplo, o próprio conceito de liberdade, que para o senso comum se apresenta como uma possibilidade ilimitada do ser humano, de satisfazer a sua vontade plena.

Essa conotação de liberdade absoluta não passa de ingenuidade como bem expressa Coelho (2008):

É necessário antes de tudo partir dos pressupostos de que: não há liberdade absoluta; a liberdade deve, como a necessidade, ter um objeto; ela só é possível para um ser determinado e, portanto, limitado; e finalmente, deixar de lado qualquer tipo de liberdade transcendental no sentido metafísico, compreendendo que a transcendência que fala Marx é específica.

O autor complementa sua análise recorrendo à Mészáros (1981):

... a verdadeira questão é a liberdade humana, não um princípio abstrato chamado “liberdade”. E como o caráter específico de tudo é ao mesmo tempo tanto a ‘essência’ (poder, potencial, função) daquela determinada coisa como o seu limite, assim se verá que a liberdade humana não é a transcendência das limitações (caráter específico) da natureza humana, mas uma coincidência com elas.

Aprofundando as considerações de Mészáros (1981), sobre a questão da liberdade humana, chega-se às indagações do autor sobre a influência das formas de propriedade da liberdade que para ele, se resumem em três perguntas essenciais: 1ª. o quanto o homem está livre da necessidade natural; 2ª. o quanto está livre da poderosa interferência de outros homens; 3ª. e o quanto pode exercer os seus próprios poderes”.

Responder a essas indagações do autor não é tarefa fácil. Primeiro porque não se pode pensar na liberdade do homem fora da natureza, uma vez que ele próprio é parte indissociável dela. Por outro lado, como ser social, também está condicionado às interferências de outros seres, na mesma medida em que ele é também um agente influenciador, ou seja, sofre as mediações do meio social enquanto media também suas relações. Por fim, fornecer uma

resposta para a questão do exercício do próprio poder, implica antes de tudo estabelecer o entendimento a respeito do que seja “liberdade para exercer seus próprios poderes”. Esta resposta não pode ser dada sem o concurso de alguns pensadores:

Para Locke (1991) a relação é “mediada pela propriedade do homem sobre si”. Para Mészáros (1981) diz respeito ao poder de objetivar-se por meio do trabalho, exercido como atividade livre, e tornar-se um ser universal, livre. E Marx (2004) complementa argumentando que isto só se torna possível, quando o homem relaciona-se consigo mesmo entendendo-se como “um ser universal, e por isso livre”. Para tanto tem que se considerar necessariamente com parte do gênero humano e este gênero como uma categoria de seres livres.

Estabelecidas essas considerações como premissas indispensáveis para a formulação do conceito de trabalho sustentável, retomam-se um dos itens já contemplados nesse estudo sobre o papel da educação na formação do ser humano e sua determinante influência na sua qualidade de vida.

A confluência dos temas educação e trabalho se explicam nesse estudo, como os pilares essenciais para a construção do conceito de trabalho sustentável. Nesse constructo, Mészáros (2005), referindo-se à concepção marxista da ‘efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho’ como uma tarefa inevitavelmente educacional, esclarece:

A esse respeito, dois conceitos principais devem ser postos em primeiro plano: *a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora*. De fato, nenhuma das duas é viável sem a outra. Tampouco é possível pensar na sua estreita inter-relação como um problema para um futuro muito distante. Ele surge “aqui e agora”, e é relevante para todos os níveis e graus de desenvolvimento socioeconômico.

O autor encontra ressonância para a tese da universalização da educação e do trabalho, em alguns pensadores, dentre eles, Paracelso, quando em um modelo para o Fausto de Goethe, tentou universalizar o trabalho e a aprendizagem da seguinte forma:

Embora, no que tange a seu corpo, o homem tenha sido criado por inteiro, ele não foi criado assim no que se refere à sua “arte”. Todas as artes lhe foram dadas, mas não numa forma imediatamente reconhecível; ele deve descobri-las pela aprendizagem. [...] A maneira adequada reside no trabalho e na ação, em fazer e produzir; o homem perverso nada faz, mas fala muito. Não devemos julgar um homem pelas suas palavras, mas pelo seu coração. O coração fala através de palavras apenas quando são confirmadas pelas ações. [...] Ninguém vê o que está nele escondido, mas somente o que o seu trabalho revela. Portanto, o homem deveria trabalhar continuamente para descobrir o que Deus lhe deu. (In: Mészáros, 2005).

Mészáros (2005) complementa:

De fato, Paracelso afirmava que o trabalho devia ser o princípio geral ordenador da sociedade. Ele chegou mesmo ao ponto de defender a expropriação da fortuna dos ricos ociosos, de forma a compeli-los a ter uma vida produtiva. Como podemos ver, a idéia de universalizar o trabalho e a educação, em sua indissociabilidade, é muito antiga em nossa história. É portanto, muito significativo que essa idéia tenha sobrevivido apenas como uma idéia bastante frustrada, dado que sua realização pressupõe necessariamente a igualdade substancial de todos os seres.

Pensar nessa construção como uma realidade dentro do contexto social vigente aparentemente pode ser algo utópico, considerando os postulados que alicerçam a ideologia neoliberal de economia de mercado que necessita de uma sociedade dividida em classes para realizar o seu desiderato. Porém, não se pode pensar em trabalho sustentável sem que a perspectiva da sua universalização seja evocada.

A sustentabilidade do trabalho está condicionada a uma visão ampliada do próprio conceito de trabalho que implique em algo maior do que a simples condição de manutenção da sobrevivência, mas que o eleve à condição de auto-realização do ser humano, ao mesmo tempo em que também possa contemplar a satisfação das suas necessidades naturais e de inserção social, mantendo sua integridade física, mental e psicológica.

A profunda ligação entre trabalho e educação propicia a dimensão libertadora tão ansiada pelo homem, que o permite assumir de fato as rédeas do seu destino e valorizar a sua produção não apenas como algo passível de troca e remuneração, mas como uma contribuição para o progresso da humanidade.

Diante do exposto faz-se necessário abordar o trabalho sob os enfoques das disciplinas da Administração e da Ergonomia para, num primeiro momento, perceber em que pressupostos ele se alicerça nas duas visões, e posteriormente, em um estudo comparativo, identificar as diferenças dos enfoques e estabelecer suas convergências como fundamentação teórica para a pesquisa de campo a ser realizada. Assim tudo se inicia com a visão taylorista da organização do trabalho.

2.4. A Visão Taylorista da Organização do Trabalho

Surge em início do século XX a Abordagem Clássica da Administração apresentada em duas orientações que se complementam. A primeira delas, a Administração Científica

desenvolvida por Taylor, nos Estados Unidos, tem como principal preocupação aumentar a eficiência operacional, no nível do operário. Assim, para manter a unidade fundamental da organização, centra-se nas tarefas do cargo e seu ocupante, quando procede a análise das funções na divisão do trabalho do operário. A abordagem da Administração Científica segue a seguinte postura: vai da base da pirâmide para cima, ou seja, do operário para o gerente; passando pelas partes, (quando analisa os operários e seus cargos) para o todo, quando atinge a organização da fábrica. Como método de trabalho, prioriza o estudo dos movimentos necessários para a execução eficiente de uma tarefa, determinando o tempo padrão para sua execução. O cuidado com o estudo analítico das tarefas permitiu a especialização do operário com o alinhamento das operações, tarefas, cargos etc., originando a organização racional do trabalho (ORT), que seria uma engenharia industrial dentro de uma concepção pragmática. Portanto, a ênfase na divisão de tarefas é a principal característica da Administração Científica.

Por outro lado, o movimento liderado por Fayol na França, simboliza a corrente dos anatomistas (estrutura) e fisiologistas (funcionamento) da organização (Taylor, 1903). Esse movimento ficou notabilizado como a “Teoria Clássica”, cuja principal preocupação era aumentar a eficiência da empresa, por meio da divisão de departamentos e de suas inter-relações estruturais dentro da organização. Assim, a Teoria Clássica difere da Administração Científica quando privilegia o estudo das partes constitutivas da organização e não das tarefas desenvolvidas pelos operários. Seu objeto de estudo passa a ser a estrutura organizacional, e os elementos da Administração, enfocando os princípios gerais da Administração. A Teoria Clássica se preocupava com a visão global da organização, pois acreditava ser essa a melhor maneira de subdividir a empresa, sob a centralização de um chefe principal. Portanto, representa uma corrente teórica administrativa orientada, cuja principal característica, é a estrutura da organização (George Jr., 1968).

2.5. Origens da Abordagem Clássica

A Revolução Industrial deu origem a Abordagem Clássica da Administração, propiciando condições para sua teorização por meio de dois aspectos:

1. *O crescimento acelerado e desorganizado das empresas*: exigindo uma abordagem científica para administrar as organizações cada vez mais complexas, que tendo aumentado suas

dimensões, não comportava mais improvisações, sendo necessário o planejamento da produção, de maneira a garantir a eficiência da organização.

2. *A necessidade de aumentar a eficiência e a competência das organizações:* para garantir o maior rendimento dos recursos e enfrentar a concorrência. Em substituição ao capitalismo liberal surgem os grandes monopólios entre 1880 a 1890, nos Estados Unidos, com a produção em massa, exigindo o aumento do número de assalariados nas empresas, mas, principalmente a necessidade de evitar o desperdício e economizar a mão de obra. Essa necessidade gerou também a divisão de trabalho entre os que pensam e executam. Aos que pensam, são atribuídas as responsabilidades de definir os padrões de produção, desenhar os cargos e funções de cada operário, bem como definir métodos e normas para a execução do trabalho. Dessas condições econômicas e técnicas, criam-se às bases para o surgimento do Taylorismo nos Estados Unidos e o Fayolismo na Europa (Chiavenato, 2001).

Importante ressaltar que o cenário industrial no início do século XX era o ideal para o surgimento de uma Ciência da Administração, dado à variedade de empresas que apresentavam diferenciação quanto ao tamanho, problemas com o rendimento de maquinários, desperdício, insatisfação da força de trabalho, concorrência acirrada, perda de eficiência e eficácia por decisões gerenciais mal elaboradas. Esta surge, com o objetivo de imprimir conceitos gerais, cientificamente formulados, para a resolução dos problemas organizacionais (Taylor, 1970).

Também no campo, o taylorismo se faz presente, desde os primórdios da indústria sucroalcooleira. O trabalhador rural também está inserido na lógica da Administração Científica, uma vez que sua atividade compreende a divisão de tarefas, sob a supervisão de um administrador que os instiga a aumentar a produtividade.

No início, ainda no período do Brasil Colônia, desenvolvendo um trabalho escravo, a lida no campo também era supervisionada por um feitor, que com o açoite, exigia do trabalhador maior produtividade no corte da cana, sob condições de trabalho das mais penosas. Hoje, embora o açoite tenha sido abolido junto com a escravidão, de uma forma simbólica ainda existe no imaginário do bóia-fria, porque a baixa produtividade é punida com a remuneração insuficiente, uma vez que seus ganhos estão a ela condicionados.

Do fayolismo o bóia-fria herdou a divisão do trabalho, entre quem manda e quem executa, bem como a definição de normas técnicas para orientar os padrões de produção, que compreende todo o processo, desde o plantio até a colheita da cana-de-açúcar.

2.6. Administração Científica

Entende-se como abordagem da *Escola da Administração Científica* aquela que prioriza as atividades cotidianas do operário, cujo foco principal volta-se para as suas tarefas. A denominação Administração Científica prende-se ao fato de que essa abordagem busca na aplicação dos métodos da ciência, a fonte para a resolução dos problemas administrativos, visando alcançar a maior eficiência industrial. Assim, utiliza-se dos métodos científicos da observação e da mensuração para tentar resolver os problemas no campo da Administração. Essa abordagem tem na figura do engenheiro *Frederick W. Taylor* seu pioneiro no início do século XX, seguido por *Gantt*, *Gilbreth*, *Emerson*, *Ford* e *Barth*, provocando uma transformação radical no pensamento administrativo da sua época. Tinha como preocupação primeira à eliminação do desperdício e a elevação dos índices de produtividade e, para tanto preconizava a utilização de métodos e técnicas da engenharia industrial (Chiavenato, 2001).

Tem-se como principais representantes do pensamento da Escola da Administração Científica, os seguintes teóricos:

- *FREDERICK WINSLOW TAYLOR*: 1856 – 1915.
- *CARL BARTH*: 1860 – 1939.
- *HENRY LAWRENCE GANTT*: 1861 – 1919.
- *HARRINGTON EMERSON*: 1853 – 1931.
- *FRANK GILBRETH*: 1868 – 1924.
- *LILIAN GILBRETH*: 1878 – 1961.

A prioridade desse trabalho é estudar a Administração Científica pelo seu principal teórico. Portanto, o período Taylorista doravante será mais bem apreciado.

Frederick Winslow Taylor (1856-1915), pai da Administração Científica, é norte-americano da cidade da Filadélfia. Foi criado dentro de princípios rígidos, em que a disciplina, a devoção ao trabalho e a poupança foram os sustentáculos da sua educação. Sua influência no pensamento administrativo da época caracteriza-se por dois momentos distintos, demarcados pelas suas obras: *Shop Management* (Administração de Oficinas) em 1903 e *Princípios de Administração Científica* em 1911 (Chiavenato, 2001). Pela importância que suas obras tiveram no pensamento administrativo da época, faz-se necessário abordá-las separadamente.

O primeiro período de Taylor inicia-se com a publicação do seu livro *Shop Management (Administração de Oficinas)* em 1903, que enfatiza as técnicas de racionalização do trabalho, por meio do Estudo de Tempos e Movimentos (*Motion-time Study*). Taylor inicia seu estudo priorizando a análise das tarefas de cada operário, num processo de decomposição de maneira a identificar seus movimentos e processos de trabalho, visando o aperfeiçoamento e a racionalização.

Segundo George Jr. (1968), Taylor em sua obra defende os seguintes objetivos:

1. O objetivo da Administração é pagar bons salários e reduzir os custos de produção.
2. Para obter tais objetivos, a Administração deve aplicar métodos científicos, que possibilitem elaborar processos padronizados favorecendo o controle das operações.
3. Os empregados devem sofrer uma seleção criteriosa que permita colocá-los nas funções para as quais estão mais habilitados de maneira a que possam render ao máximo cumprindo com as normas pré-estabelecidas.
4. O treinamento deve ser oferecido como forma de aperfeiçoar as aptidões naturais dos empregados para a execução das tarefas, garantindo a produção dentro de um quadro de normalidade.
5. Deve-se buscar estabelecer um clima de cooperação entre administração e trabalhadores, de maneira a garantir um ambiente psicológico adequado ao bom desempenho das tarefas.

Muito embora os objetivos descritos possam levar ao entendimento de que foram cumpridos, o que se observou à época foi justamente o contrário. A preferência era pelo trabalho infantil e da mulher, exatamente por se tratar de uma mão de obra mais barata. O treinamento era feito mecanicamente, para produzir efeitos repetitivos sem exigir nenhuma ação cognitiva do operário. Aliás, comenta-se que o trabalhador taylorista, não precisava levar a cabeça para o ambiente de trabalho, pois dela não precisaria. Daí a denominação mão de obra, porque de fato o que interessava era a sua força de trabalho disciplinada para o trabalho repetitivo.

Quanto à questão do aperfeiçoamento das aptidões, é preciso considerar que o operário ao tempo de Taylor tem origem no meio rural, que por falta de condições de sobrevivência no campo, migraram maciçamente para o meio urbano. Foram atraídos pelos postos de trabalho oferecidos pelo processo de industrialização em expansão. Assim, suas aptidões estavam voltadas para o uso de ferramentas agrícolas, das quais o manejo além de familiar era

inteligente. Sua adaptação ao processo industrial demandaria maior tempo do que o desejável para absorver a compreensão do novo ofício. Entretanto, desde aquela época, a produtividade era a maior preocupação da organização. Garanti-la a qualquer custo, era a obrigação dos gestores. E, na época de Taylor, as circunstâncias levaram ao entendimento da necessidade da simplificação da tarefa, facilitando o desempenho do trabalho, que ficava restrito a uma atividade repetitiva e desconectada com as demais. Dessa forma, suas aptidões não eram consideradas, até porque a abundância de mão de obra disponível, favorecia à troca, sem muitas dificuldades. Portanto, as orientações objetivadas por Taylor, ficaram muito mais no plano conceitual como um legado histórico, pelo qual ele se notabilizou, tendo em vista sua prática contraditória, que se consolidou no entendimento do trabalhador ávido por dinheiro, indolente, descompromissado e nada inteligente. Dessa forma, a simplificação da tarefa se apresenta como a mais indicada para garantir a produtividade, uma vez que a mão de obra disponível era desqualificada para o processo produtivo industrial.

Essa visão distorcida do trabalhador rural que se transforma em proletariado para sobreviver a uma nova ordem social, permanece até hoje como uma herança cultural, uma vez que a pouca instrução aliada ao trabalho repetitivo, eminentemente manual e pouco agregador de valor, é responsável pela estagnação do trabalhador rural, cuja falta de qualificação, tanto quanto à época do início do processo de industrialização, ainda hoje, é recorrente.

O segundo movimento Taylorista inicia-se com a publicação do seu livro *Princípios de Administração Científica* em 1911, em que preconiza que a racionalização do trabalho operário deve ser acompanhada de uma estruturação geral da empresa, para garantir a aplicação coerente dos seus princípios. Nessa época Taylor também desenvolve seus estudos sobre *Administração Geral*, por ele denominado *Administração Científica*, sem, contudo, abandonar suas preocupações quanto às tarefas dos operários.

Segundo Taylor (1970), as indústrias de sua época padeciam de três males:

1. Vadiagens sistemáticas dos operários, que reduziam a produção para manter seus salários. Para eles há três causas determinantes da vadiagem no trabalho:
 - O engano, que vem da época memorial e está disseminado entre os trabalhadores, de que um rendimento maior do homem e da máquina terá como resultante o desemprego de grande número de operários;
 - O sistema defeituoso de Administração, comumente em uso, que força os operários à ociosidade no trabalho, a fim de melhor proteger seus interesses;

- Os métodos empíricos ineficientes, utilizados nas empresas, que fazem o operário desperdiçar grande parte do seu esforço e tempo.
- 2. Desconhecimento pela gerência, das rotinas de trabalho e do tempo necessários para sua realização.
- 3. Falta de uniformidade das técnicas e métodos de trabalho.

Diante desse quadro de dificuldade Taylor criou o que chamou de *Scientific Management*, também difundido pelas denominações: Administração Científica, Sistema de Taylor, Gerência Científica, Organização Científica do Trabalho e Organização Racional do Trabalho. Segundo o autor, o *Scientific Management*, caracteriza-se muito mais como um processo em evolução do que propriamente como uma teoria, uma vez que a sua implantação necessitava de cuidados, principalmente com a sua gradual implementação, para evitar descontentamentos, tanto por parte dos operários quando das empresas, que poderiam amargar prejuízos. Portanto, na concepção do autor, os fatores determinantes para a boa aceitação do *Scientific Management*, proporcionalmente representariam 75% de análise e 25% de bom senso (Taylor, 1911).

O que caracteriza o pensamento taylorista quanto à estruturação da Administração Científica é a sua compreensão da natureza humana, quando atribui ao operário, predicados negativos, que o identificam como: irresponsável, vadio e negligente. Portanto, a contribuição de Taylor expressa um sistema educativo desenvolvido com base na intensificação do ritmo de trabalho visando a eficiência empresarial, na medida em que procura reduzir a perda que o país vinha sofrendo com a vadiagem e ineficiência dos operários.

O modelo Taylorista segundo Chiavenato (2001) toma como referência a termodinâmica de N. Carnot, quando extrai a idéia da maximização da eficiência industrial com base na maximização da eficiência de cada uma das tarefas elementares: desta feita, a melhoria da eficiência de cada operário poderia contribuir para a melhoria em toda a empresa. Dessas considerações nasce a Administração como Ciência.

2.7. Administração como Ciência e seus pressupostos teóricos

Taylor entendia que a organização do trabalho deveria ser tratada de forma científica e não empiricamente como até então ocorria. Segundo ele, a improvisação deveria ceder lugar ao planejamento, bem como o empirismo à ciência. Com esses pressupostos fundamentou a *Ciência da Administração*. O mérito maior de Taylor foi apresentar uma abordagem sistematizada do estudo da organização do trabalho, até então pouco considerada no meio

empresarial. Sua teoria passa a ser revolucionária quando propõe fazer a análise completa do trabalho, dos tempos e movimentos, para estabelecer padrões de execução, treinamento de operários, especialização de pessoal, inclusive em nível gerencial, criar um espaço diferenciado para o desenvolvimento do planejamento da organização (sala para pensar). Desta forma acreditava poder assumir uma atitude metódica para analisar e organizar a estrutura empresarial, adotando um critério que se estende da base até o topo da organização (Wahrlich, 1971).

Taylor (1970) explica que a Administração Científica constitui uma combinação dos seguintes ingredientes:

- Ciência, em lugar de empirismo.
- Harmonia, em vez de discórdia.
- Cooperação, não individualismo.
- Rendimento máximo, em lugar de produção reduzida.
- Desenvolvimento de cada homem, no intuito de alcançar maior eficiência e prosperidade.

Para o autor, as bases de aplicação da Administração Científica são:

1. Estudo de tempo e definição de padrões de produção.
2. Supervisão funcional.
3. Padronização de ferramentas e instrumentos.
4. Planejamento das tarefas e dos cargos.
5. Princípio da execução.
6. Utilização da régua de cálculo e de instrumentos para economizar tempo.
7. Fichas de instrução de serviço.
8. Prêmios de produção pela execução eficiente das tarefas.
9. Definição da rotina de trabalho.

Wahrlich (1971) ressalta que a preocupação maior de Taylor era com a filosofia – ciência da idéia – que exige uma revolução mental tanto da parte da direção como da parte dos operários. Entretanto, em seus seguidores a preocupação maior concentra-se no mecanismo e nas técnicas do que no aspecto filosófico da Administração Científica.

A Administração Científica objetiva, portanto, propiciar o máximo de prosperidade para o empregador e para o empregado. Em última análise o objetivo da Administração é colimar os interesses do patrão com os dos empregados, que segundo Taylor não precisam ser antagônicos, como o senso comum propaga. Na verdade diz ele, existe uma interdependência entre empregador e empregado sem a qual o objetivo organizacional não se realiza. Torna-se necessário para manter a prosperidade do empreendimento, que esta seja garantida pelos

baixos custos de produção e acompanhada da prosperidade do empregado, praticando bons salários.

2.8. Organização Racional do Trabalho

Para Taylor os operários aprendiam a executar uma tarefa imitando seus companheiros. Tal procedimento levava a diferentes métodos de atuação que eram executados também com uma grande variedade de instrumentos e ferramentas em cada operação. Sua conclusão é que o operário comum não tem capacidade, tampouco formação técnica para analisar cientificamente o seu trabalho, muito menos de estabelecer racionalmente o método mais eficaz para a execução das tarefas. Dessa constatação, defende o autor, deve existir um método mais rápido e um instrumento mais adequado para a execução do trabalho (*the one best way*) que possa ser aperfeiçoado por meio da análise científica bem como um estudo aprofundado de tempos e movimentos que possa ser utilizado, para evitar que o processo fique a critério de cada operário. Portanto, a Administração Científica impõe certas responsabilidades assim definidas: à *gerência* corresponde o planejamento (análise do trabalho e definição do método a ser adotado); à *supervisão* (suporte contínuo ao trabalhador durante a produção), e ao *trabalhador* cabe apenas a execução do trabalho. Portanto, a gerência pensa e o operário executa. A essa tentativa de substituir os procedimentos empíricos por métodos científicos recebeu o nome de Organização Racional do Trabalho (ORT), que se baseia em:

1. Análise do trabalho e estudo dos tempos e movimentos.
2. Estudo da fadiga humana.
3. Divisão do trabalho e especialização do operário.
4. Desenhos de cargos e de tarefas.
5. Incentivos salariais e prêmios de produção (dentro do conceito de “*homo economicus*”).
6. Condições ambientais de trabalho, como iluminação, temperatura, conforto, etc.
7. Padronização de métodos e de máquinas.
8. Supervisão funcional (Chiavenato, 2001).

Pela importância dos princípios da ORT, faz-se necessário abordar cada um deles separadamente.

Análise do Trabalho: Estudo dos Tempos e Movimentos: o trabalho racionalizado dos operários tem como instrumento básico o estudo de tempos e movimentos (*motion-time study*). Já a sua execução para ser mais eficaz economicamente, necessita da análise do trabalho, pela

qual se procede à divisão e subdivisão de todos os movimentos desenvolvidos em cada operação de uma tarefa.

Segundo Chiavenato (2001), para se proceder ao processo de análise do trabalho e o estudo de tempos e movimentos, deve-se seguir as seguintes etapas:

1. Partir da análise de um pequeno grupo de trabalhadores qualificados para executar uma determinada tarefa.
2. Estudar acuradamente a sequência exata das operações e dos movimentos praticados pelos operários de forma repetitiva quando da execução de uma tarefa.
3. Cronometrar o tempo despendido em cada tarefa, considerando todos os movimentos praticados, e selecionar a forma mais rápida para executar cada tarefa. Importante também, considerar o tempo morto (esperas, tempos de saída do operário da linha para descanso etc), para determinar o tempo médio de execução de uma tarefa, estabelecendo o “tempo padrão”.
4. Eliminar as incorreções dos movimentos, por sua lentidão ou porque são inúteis.
5. Compilar de forma ordenada os movimentos melhores e mais rápidos, bem com as melhores ferramentas para definir o novo método de execução do trabalho.

Todo esse esforço visava tão somente à padronização das operações e o tempo de realização, por meio da definição de um único método para execução das tarefas. Assim, considerando que método pode ser entendido como a maneira de executar algo para se obter um resultado estipulado, o Estudo dos Tempos e Movimentos foi desenvolvido de maneira a permitir a racionalização dos métodos de trabalho do operário, fixando os tempos padrões para execução de suas tarefas.

Segundo Haynes & Massie (1968), os objetivos do estudo de tempos e movimentos são:

1. Eliminação de todo o desperdício de esforço humano.
2. Adaptação dos operários à tarefa.
3. Treinamento dos operários.
4. Especialização do operário.
5. Estabelecimento de normas de execução do trabalho.

Deve-se a *Frank B. Gilbreth* (1868-1924) engenheiro norte-americano a introdução do estudo de Tempos e Movimentos dos operários, como técnica administrativa para a racionalização do trabalho. Sendo contemporâneo de Taylor, acompanhou seu esforço para aumentar a produtividade. *Gilbreth*, concluiu que todo trabalho manual pode ser reduzido a movimentos elementares (aos quais deu o nome de *therblig*, anagrama de *Gilbreth*)

necessários à execução de qualquer tarefa (Gilbreth & Gilbreth, 1917), conforme quadro abaixo:

Quadro nº 3: - Os Movimentos Elementares (THERBLIGS) de Gilbreth

1. Procurar	10. Utilizar
2. Escolher	11. Soltar a carga
3. Pegar	12. Inspeccionar
4. Transportar vazio	13. Segurar
5. Transportar cheio	14. Esperar inevitavelmente
6. Posicionar (colocar em posição)	15. Esperar quando evitável
7. Preposicionar (preparar para colocar em posição)	16. Repousar
8. Unir (ligar ou anotar)	17. Planejar
9. Separar	

Fonte: Frank B. Gilbreth e Lillian M. Gilbreth, Applied Motion. Nova York: Sturgis & Walton, 1917.

Com o estudo dos movimentos elementares (*therbligs*) torna-se possível decompor e analisar qualquer tarefa. Portanto, o *therbligs* constitui a unidade fundamental de trabalho.

Quando se enfoca a análise do trabalho e o estudo de tempos e movimentos, um conceito de grande relevância deve ser considerado. Trata-se do conceito de eficiência, tendo em vista que todo o esforço despendido no sentido da racionalização do trabalho visa tão somente obter a maior eficiência do operário. Dessa forma é de fundamental importância para a Administração Científica.

Assim, a análise do trabalho e o estudo dos tempos e movimentos visam definir a melhor maneira (*the one best way*) de se executar uma tarefa elevando a eficiência do operário. A Eficiência, portanto, significa a correta utilização dos meios de produção disponíveis. Pode ser definida pela equação:

$$E = P/R - P \text{ são os produtos resultantes e } R \text{ os recursos utilizados.}$$

Chiavenato (2001), explica a equação supra:

A organização racional do trabalho busca a melhor maneira, isto é, o melhor método de trabalho, para se realizar uma tarefa. O método define o padrão de desempenho, que é equivalente a 100% do tempo padrão. A *eficiência* do operário significa a relação entre o desempenho real e o desempenho previamente estabelecido como *eficiência* igual a 100%. Daí, a expressão percentagem de *eficiência* para representar o resultado da equação. (...) A consequência direta da *eficiência* é a *produtividade*. A *produtividade* pode ser definida como a produção de uma unidade produtora por uma unidade de tempo, isto é, o resultado da produção de alguém por um determinado período de tempo. Quanto maior a *eficiência*, tanto maior a *produtividade*.

Fadiga Humana: o estudo dos movimentos baseia-se na anatomia e fisiologia humanas. Gilbreth desenvolveu estudos estatísticos sobre os efeitos da fadiga na produtividade do operário, comprovando que a fadiga compromete o desempenho do operário reduzindo os índices de produtividade e qualidade do trabalho; provoca perda de tempo; aumenta o *turnover* (rotatividade de pessoal) e o número de doenças e acidentes, diminuindo também a capacidade de esforço. Para Gilbreth (1917), o estudo dos movimentos tem três finalidades: a primeira é eliminar movimentos inúteis na execução de uma tarefa; a segunda é executar – do ponto de vista fisiológico – os movimentos úteis com a maior economia de esforço e tempo; a terceira é dar aos movimentos uma seriação apropriada e economia de movimentos.

Portanto, a fadiga pode ser considerada como um vetor da *eficiência*. Para reduzi-la propõe Gilbreth alguns *princípios de economia de movimentos*, relacionados ao uso do corpo humano, ao arranjo do material do local de trabalho e às ferramentas e equipamentos.

Especialização do Operário – Divisão do Trabalho: a divisão do trabalho e a especialização do operário decorrem da análise do trabalho e do estudo dos tempos e movimentos, objetivando o aumento da sua produtividade. Cada operário passou a ser um especialista na execução da sua tarefa única e ou tarefas simples e elementares, ajustando-se aos padrões descritos e às normas de desempenho estabelecidas pelo método de trabalho. É na linha de montagem que o operário executa sua tarefa ou tarefas de maneira repetitiva e contínua. O conceito de linha de montagem teve grande progresso na indústria americana, logo se estendendo para os demais países, bem como para todos os campos de atividade. Essa sistemática retirou do operário a liberdade e a iniciativa para buscar a sua maneira de executar suas tarefas, passando a ser obrigado a desenvolvê-las de forma repetitiva e automática, ao longo da jornada de trabalho. Essa instrução tinha como pressuposto que a *eficiência* aumentava com a especialização: portanto, quanto mais especializado fosse o operário, maior seria a sua *eficiência*, e conseqüentemente a sua produtividade.

Desenhos de Cargos e Tarefas: A definição racional de cargos e tarefas dentro da organização foi desenvolvida com a Administração Científica por Taylor. Pelo seu pioneirismo, Taylor sofre as críticas e o reconhecimento dos seus pares.

Tem-se por definição que tarefa é toda e qualquer atividade executada por uma pessoa dentro do seu recinto de trabalho. A tarefa se constitui na menor unidade possível dentro da organização do trabalho em uma empresa. Em compensação, cargo poderia ser definido como

um conjunto de tarefas, seria pois, a unidade ampliada de tarefas executadas de forma repetitiva. Assim, desenhar um cargo, nada mais é do que especificar seu conteúdo, ou seja, as tarefas, os métodos de executá-las e as relações que estabelece com os demais cargos da organização. Portanto, desenho de cargos é a maneira pela qual um cargo é criado, projetado e combinado com outros cargos para a execução das tarefas (Chiavenato, 2001).

Dentro dos critérios da Administração Científica tendo como principal preocupação à racionalização do trabalho, o desenho dos cargos passa a ter muita importância. Isso porque, os engenheiros americanos tendo em vista a ênfase dada às tarefas, buscaram simplificar ao máximo os cargos, objetivando obter maior grau de especialização de cada trabalhador. Dessa forma cada trabalhador ficaria restrito à execução de uma tarefa específica devendo executá-la repetitivamente de forma cíclica, para aumentar sua eficiência.

Segundo Chiavenato (2001) a simplificação no desenho dos cargos permite as seguintes vantagens:

- a) Seleção e admissão de empregados com qualificações mínimas e salários menores, reduzindo os custos de produção.
- b) Minimização dos custos de treinamento.
- c) Redução de erros na execução, diminuindo os refugos e rejeições.
- d) Facilidade de supervisão, pois cada supervisor pode controlar um número maior de subordinados.
- e) Aumento da eficiência do trabalhador, permitindo maior produtividade.

Não resta dúvida que a simplificação no desenho dos cargos leva a uma maior produtividade, até porque o engessamento do trabalhador na execução das suas tarefas é de tal ordem, que o erro passa a ser minimizado pela forma restrita, repetitiva e controlada com que as tarefas são desempenhadas.

Prêmios de Produção: Incentivos Salariais: para obtenção do empenho do trabalhador, maior produtividade e eficiência, Taylor e seus seguidores, criaram o *Plano de Incentivos Salariais* e de *Prêmios de Produção*. Por esse plano defendiam a idéia de que a remuneração praticada com base no tempo, como salário mensal ou diário ou por hora, não seria suficiente para estimular o trabalhador a aumentar sua produtividade e que, portanto, a remuneração sobre a produção de cada operário, era mais conveniente: salário por peça ou por produção. Assim, o operário seria remunerado segundo seu esforço: o operário que produz pouco ganha na proporção da sua produção, e aquele que produz mais é recompensado pelo seu esforço. Essa metodologia remunerativa implica em estabelecer de início o tempo padrão, isto é, o

tempo médio gasto na execução da tarefa racionalizada, de maneira a permitir comparar seus desempenhos, para mais ou para menos da unidade de medida – tempo padrão.

Assim, tem-se segundo Chiavenato (2001):

O nível de eficiência equivale a 100%. A produção individual até o nível de 100% de eficiência é remunerada pelo número de peças produzidas. Acima do nível de 100% de eficiência, a remuneração por peça passa a ser acrescida de um prêmio de produção ou incentivo salarial adicional que aumenta na medida em que se eleva a eficiência do operário.

O objetivo do *Plano de Incentivo Salarial* é conciliar os interesses da empresa em diminuir custos e elevar a produtividade e dos operários em serem mais bem remunerados.

Segundo Taylor, a convergência de interesses entre patrões e empregados, preconizada pela Administração Científica, permite concluir que o que era bom para a empresa (eficiência = mais lucro) era também bom para os operários (maior produção = maior salário) (Chiavenato, 2001).

De fato, a Administração Científica, proporcionou aos operários americanos um excelente ganho salarial, tornando-os os mais bem pagos do mundo industrializado, elevando seus padrões de qualidade de vida. Entretanto, nem tudo era agradável ao operário, porque embora tivesse um ganho salarial considerável, continuava a desempenhar tarefas repetitivas, monótonas, executando um trabalho padronizado e por isso mesmo pouco estimulante. Dessa constatação chega-se à conclusão de que a Administração Científica partiu de um entendimento incorreto a respeito da natureza do homem, pois não considerou as dimensões psicológicas e sociais que o trabalho representa.

Homo Economicus: a Administração Científica toma como base o conceito do homem econômico (*Homo Economicus*). Em tal conceito subjaz a idéia de que o homem é movido exclusivamente por recompensas salariais, econômicas e materiais. Assim, trabalha apenas para suprir suas necessidades de sobrevivência, porém, não gosta do que faz. Dois elementos são para ele fundamentais: o medo da fome e a necessidade do dinheiro para sobreviver. Dessa maneira as recompensas salariais e os prêmios por produtividade, estimulam o trabalhador a superar seus esforços físicos no sentido de obter o máximo de remuneração que for possível (Chiavenato, 2001).

Essa forma reducionista de enxergar o homem vai além da perspectiva do homem mercenário, uma vez que à época, era também considerado limitado, mesquinho, preguiçoso e

responsável pela vadiagem e desperdício das empresas, razões pelas quais deveria ser controlado por meio do trabalho racionalizado e do tempo padrão.

Condições de Trabalho: a Administração Científica, por Taylor e seus seguidores, concordava que a eficiência do trabalho não se restringia apenas ao método adotado e a bons salários, era necessário também se considerar as condições ambientais em que o trabalhador se exercia. Assim, o seu bem-estar físico também contribuía para diminuir a fadiga e aumentar a produção.

Segundo Chiavenato (2001), para Taylor as condições de trabalho idéias seriam:

- a) Adequação de instrumentos e ferramentas de trabalho para minimizar o esforço do operador e a perda de tempo na execução da tarefa.
- b) Arranjo físico das máquinas e equipamentos para racionalizar o fluxo da produção.
- c) Melhoria do ambiente físico de trabalho de maneira que o ruído, a ventilação, a iluminação e o conforto no trabalho aumentem a eficiência do trabalhador.
- d) Projeto de instrumentos e equipamentos especiais, como transportadores, seguidores, contadores e utensílios para reduzir fadiga e movimentos desnecessários.

A Administração Científica preconiza a necessidade de se prover às condições ideais para o exercício profissional, quando considera o conforto dos operários e a melhoria das condições ambientais do ponto de vista da iluminação, da ventilação, do ruído etc. Entretanto, deve-se ressaltar que em momento algum essas considerações foram apreciadas pela ótica do operário, visando efetivamente o seu bem-estar, mas tão somente levando em conta as condições ideais para o aumento da sua eficiência, e conseqüentemente o aumento da produtividade.

Racionalização do Trabalho: somando-se a Taylor, outros autores deram suas contribuições para o aperfeiçoamento da Ciência da Administração. Henry Lawrence Gantt (1816-1919), foi um deles. Sendo engenheiro, trabalhou com Taylor de 1887 a 1902, após o que passou a atuar como autônomo, prestando engenharia consultiva sobre a racionalização do trabalho. Nesse sentido foi pioneiro, tendo montado o primeiro escritório de racionalização aplicada, atuando de forma independente a Taylor, na aplicação dos princípios da Administração Científica. A ênfase do estudo de Gantt (1910) voltava-se para as pessoas que executavam o trabalho, diferindo, portanto, de Taylor que, ao analisar os problemas da eficiência e produtividade, buscava as soluções na organização do trabalho. Pode-se então observar que os teóricos apresentam abordagens diferenciadas para a resolução dos problemas do trabalho. Enquanto

Taylor priorizava os aspectos tecnológicos e metodológicos da organização do trabalho, Gantt realçava os aspectos psicológicos e humanos, como determinantes para a produtividade (Chiavenato, 2001). Pela sua abordagem humanística, Gantt, segundo Urwick (1956), foi chamado o apóstolo da paz industrial, podendo também ser reconhecido como o precursor do movimento behaviorista, que resultou na Escola das Relações Humanas. Gantt, enfatiza dois aspectos importantes para a administração, são eles: o elemento humano e a eliminação da crença de que o fator financeiro era fundamental para a produtividade, quando demonstra que outros intervenientes também interferem no comportamento do funcionário.

Segundo Chiavenato (2001) as principais contribuições de Gantt (1910) para a Administração, são:

1. Sistema de salários: apresentou um sistema de salários denominado plano de tarefa e bonificação (ou Sistema de Salário Gantt) que apresenta a vantagem de um salário mínimo diário acrescido de uma gratificação ou prêmio que depende de uma produção predeterminada a ser atingida pelo operário. Em vez do pagamento diferencial por peça proposto por Taylor, o plano de Gantt garante um salário diário para uma produção inferior à normal, para proteger o operário contra possíveis paralizações da máquina ou outras ocorrências imprevistas, além de uma bonificação adicional pela execução da tarefa normal e um prêmio pela produção acima dessa normal. O plano serve também como instrumento racionalizador do processo de remuneração.

2. Gráfico de Gantt. É um cronograma muito complicado usado atualmente na metodologia administrativa como instrumento de planejamento e controle. É uma tabela de dupla entrada que retrata e mede a atividade e o tempo, necessários para seu desempenho, permitindo a comparação entre o desempenho real e o desempenho planejado.

3. Política de instrução e treinamento: para Gantt, a administração tem forte responsabilidade pela educação e adestramento dos operários, para que se tornem mais especializados, adquiram melhores hábitos de trabalho, percam menos tempo e se tornem mais idôneos. Gantt estava adiantado no seu tempo e somente muito depois da Primeira Guerra Mundial é que foi aceito a idéia de que o treinamento é uma responsabilidade administrativa.

4. Responsabilidade Industrial: para Gantt, a atividade fundamental do sistema empresarial é o serviço. Colocava mais ênfase no serviço do que nos lucros. Sua preocupação era introduzir o conceito de responsabilidade industrial muito considerado na época.

É necessário ressaltar a importância da obra de Gantt (1910), que muito embora para alguns teóricos não apresentasse um tratamento mais aprofundado sobre os conceitos fundamentais da administração, pela ênfase dada às pessoas envolvidas na organização do trabalho, nem assim, deixou de representar à época, relevante contribuição para a Administração Científica. Pelas críticas formuladas ao estudo de Gantt, exatamente pela abordagem antropológica, percebe-se que à época, o consenso se firmava em torno do entendimento de que o homem para a organização era considerado como um insumo, um apêndice da máquina e, nessa perspectiva, qualquer abordagem que priorizasse um olhar mais contemplativo sobre ele, era de pronto rejeitada.

Padronização: a questão da padronização também foi objeto de estudo da organização racional do trabalho. Assim, a padronização dos métodos e processos de trabalho, das máquinas e equipamentos, ferramentas de trabalho, matéria-prima e componentes passaram a ser uma preocupação, como forma de reduzir a variabilidade e a diversidade no processo produtivo, o desperdício e aumento da eficiência.

Segundo Chiavenato (2001):

Padrão é uma unidade de medida adotada e aceita comumente como critério. A padronização é a aplicação de normas em uma organização para obter a uniformidade e, conseqüentemente, redução de custos. A padronização conduz à simplificação na medida em que a uniformidade reduz a variabilidade e as exceções que complicam as coisas. A padronização passa a ser vital para a Administração Científica na melhoria da eficiência.

A Administração Científica visando à eficiência e a produtividade, não dispensa também a supervisão do trabalho. Taylor (1970) defende que para cada funcionário especializado deve haver seu correspondente em nível de supervisão. Assim, Taylor criou a Supervisão Funcional, ou seja, para cada funcionário especializado deve existir um supervisor, especialista naquela função, com autoridade funcional, isto é, relativa aos seus subordinados. O autor defende um tipo de organização funcional em que cada empregado execute o menor número de funções, e de preferência execute uma única função.

Segundo Taylor (1970):

A característica mais marcante da administração funcional consiste no fato de que cada operário, em lugar de se pôr em contato direto com a administração num único ponto, isto é, por intermédio de seu chefe de turno, recebe orientação e ordens diárias de oito encarregados diferentes, cada um dos quais desempenhando sua própria função particular.

Portanto, a supervisão funcional se aplica à divisão do trabalho e da especialização, em níveis de supervisores e chefias. Sofreu grandes críticas à época, principalmente pela argumentação da inconveniência de um operário responder a várias chefias. Entretanto, também concorreu para a previsão de futuros problemas, administrativo e empresarial, em decorrência ao crescimento e à complexidade das empresas.

2.9. Princípios Consagrados da Administração Científica

Os engenheiros da Administração Científica, imbuídos da necessidade de racionalizar, padronizar e prescrever normas de conduta ao administrador criaram princípios fundamentais a serem aplicados às empresas, em todas as situações. Evidentemente, que tais princípios de autor para autor difere um pouco, tendo em vista que cada um deles tratou de imprimir a sua visão sobre o que seria fundamental para a Administração Científica.

Segundo Chiavenato (2001) “um princípio é uma afirmação válida para uma determinada situação; é uma previsão antecipada do que deverá ser feito quando ocorrer essa situação”.

Dentre os vários princípios editados pelos autores, cita-se em primeiro lugar aqueles elaborados por Taylor como orientações para a gerência, que segundo Chiavenato (2001) são quatro:

1. Princípio de planejamento: substituir o critério individual do operário e a improvisação do tipo empírico-prático por métodos baseados em procedimentos científicos. Substituir a improvisação pela ciência, por meio do planejamento do método.

2. Princípio do preparo: selecionar cientificamente os trabalhadores de acordo com suas aptidões e prepará-los e treiná-los para produzirem mais e melhor, de acordo com o método planejado. Preparar também máquinas e equipamentos por meio do arranjo físico e da disposição racional das ferramentas e materiais.

3 .Princípio do controle: controlar o trabalho para se certificar de que está sendo executado de acordo com os métodos estabelecidos e segundo o plano previsto.

4. Princípio da execução: distribuir as atribuições e responsabilidades, para que a execução do trabalho seja feita pelos operários.

Ainda pela apreciação de Chiavenato (2001), pode-se encontrar na obra taylorista, outros princípios da Administração, igualmente importantes para a Administração Científica. São eles:

1. Estudar o trabalho dos operários, decompô-lo em seus movimentos elementares e cronometrará-lo para, após uma análise cuidadosa, eliminar ou reduzir os movimentos inúteis e aperfeiçoar e racionalizar os movimentos úteis.
2. Estudar cada tarefa antes de fixar o modo como deverá ser executada.
3. Selecionar cientificamente os trabalhadores de acordo com as tarefas que lhes são atribuídas.
4. Dar instruções técnicas sobre o modo de trabalhar, ou seja, treiná-los adequadamente.
5. Separar as funções de preparação e as de execução, dando-lhes atribuições precisas e delimitadas.
6. Especializar e treinar os trabalhadores na execução das tarefas.
7. Produção, ou seja, planejá-la e estabelecer prêmios e incentivos para quando forem atingidos os padrões estabelecidos, bem como outros prêmios e incentivos maiores para quando os padrões forem ultrapassados.
8. Padronizar os utensílios, os materiais, o maquinário, o equipamento e os métodos e processos de trabalho a serem utilizados.
9. Dividir proporcionalmente (entre a empresa, os acionistas, os trabalhadores e os consumidores) as vantagens resultantes do aumento da produção proporcionado pela racionalização.
10. Controlar a execução do trabalho, para mantê-lo nos níveis desejados, aperfeiçoá-lo, corrigi-lo e premiá-lo.
11. Classificar de forma prática e simples os equipamentos, os processos e os materiais a serem empregados ou produzidos, de forma a tornar fácil o seu trato e o seu uso.

De uma maneira ou de outra, os princípios taylorista podem ser identificado no trabalho do campo. Muito embora não se tenha observado a preocupação com a melhoria da formação da mão de obra a divisão clássica de quem manda e quem executa estar presente na lida diária. A supervisão, a divisão de tarefas simples e seriadas, a preocupação com o trabalho bem feito e com a produtividade, sempre estiveram presentes no desenvolvimento das tarefas ligadas à produção da cana-de-açúcar, sem falar no seu beneficiamento, porque este de fato, insere-se completamente nos termos da indústria clássica.

2.10. Apreciação Crítica à Administração Científica

Muito embora se reconheçam os méritos da Administração Científica, seus críticos não pouparam argumentos acusatórios para essa teoria. Entretanto, não deixaram de reconhecer também a sua importância pelo pioneirismo da iniciativa, quando busca transformar a ação administrativa improvisada em algo construído cientificamente, privilegiando o método de trabalho.

Um fator de extrema importância que passou despercebido aos críticos do Taylorismo foi quanto à contextualização histórica em que ele se desenvolveu. É bom lembrar que a teoria da Administração Científica apresenta como pressuposto, a necessidade de controlar as tarefas do homem – vadio, indolente, preguiçoso e propenso a trabalhar apenas por dinheiro. Essa construção merece um olhar sociológico, tendo em vista que esse homem cheio de predicados negativos foi obrigado pelo processo de industrialização, a migrar do seu *habitat* natural, o meio rural, para os centros urbanos ainda em formação, em busca de trabalho para sua sobrevivência. Essa realidade é estudada pela sociologia que se preocupa com os fatos sociais gerados a partir do processo de industrialização provocado pelo avanço do capitalismo, que produz um homem social inadaptado às novas circunstâncias da vida urbana, concentrado num espaço social também inadequado para recebê-lo, sem a infra-estrutura necessária para a sua sobrevivência digna. Seu comportamento indisciplinado e anti-social é, pois, decorrência dessa circunstância e não como pretensamente Taylor supunha uma característica da sua personalidade.

Portanto, o estudo do homem social no início do processo de industrialização objeto da sociologia, também é o estudo do homem-operário, objeto da Administração Científica. Ambos os olhares levam à constatação de que ele reage às circunstâncias de vida adversa, com um natural despreparo para a vida urbana e mais ainda para o trabalho fabril. Isto porque, tendo sido desapropriado dos seus meios de produção, vê-se na obrigação de adaptar-se às novas formas de trabalho rapidamente, em que a disciplina, a repetição de tarefas e o controle rígido das mesmas em ambiente fechado, são novidades para as quais não fora preparado, tendo em vista que sua vida no meio rural era desenvolvida ao ar livre. Por esse erro essencial de avaliação, Taylor desenvolve sua teoria subestimando o operário, mas, sem dúvida alguma,

realçando o processo produtivo em todas as suas etapas, pela divisão de tarefas, especialização e divisão do trabalho.

Chiavenato (2001) assim comenta:

Na época, a mentalidade e os preconceitos – tanto dos dirigentes, como dos empregados – a falta de conhecimentos sobre assuntos administrativos, a precária experiência industrial e empresarial não permitiam condições para formulação de hipóteses válidas para a solução de problemas, nem o suporte adequado para a definição de conceitos, mais rigorosos e melhor fundamentados. Na verdade, o termo Administração Científica deveria ser substituído por *estudo científico do trabalho*.

Como consequência direta da Administração Científica a que se apresenta como revolucionária foi à redução drástica no custo dos bens manufaturados, beneficiando a população em geral, quando tornou acessíveis automóveis e aparelhos domésticos às massas, eliminando o caráter elitista da produção artesanal que só beneficiava aos ricos. Também propiciou um aumento substancial aos salários, na medida em que diminuía o custo dos produtos. Até então, o baixo custo de um produto acabado correspondia a salários mais baixos para o trabalhador.

Essa lógica foi invertida na Administração Científica, como ressalta Drucker (1973).

A Administração científica proclamava o contrário: o menor custo disso, incrementou a composição da força de trabalho e modificou sua estrutura. O operário não-especializado que trabalhava com baixíssimo salário e que constituía o maior contingente da força de trabalho do século XIX tornou-se obsoleto. Em seu lugar surgiu um novo grupo, os operadores de máquinas como homens das linhas de montagem do automóvel. Entre 1910 e 1940, os operadores de máquinas tornaram-se o maior grupo ocupacional em todos os países industrializados, ultrapassando os trabalhadores do campo e os operários em quantidade.

Portanto, a Administração Científica contribuiu para modificar completamente o cenário empresarial da época. Resumidamente, pode-se compilar suas críticas nos seguintes tópicos:

1. O aspecto Mecanicista: privilegiou o aspecto formal do trabalho, pela ênfase nas tarefas, no cargo e na função do operário. O elemento humano foi relegado ao segundo plano, como se fora um apêndice da máquina. Daí ter-se celebrizado com a denominação “Teoria da Máquina”.

2. A Superespecialização do Operário: visando a eficiência a Administração Científica sugere a especialização do operário, por meio da divisão e subdivisão das tarefas, como forma

de obter a perícia do operário. Entretanto, como advertem Katz & Kahn (1970), “alcança-se uma respeitável padronização no desempenho dos operários, pois, na medida em que as tarefas vão se fracionando, a maneira de executá-las passa a ser padronizada”. Scott (1962) completa: “essa forma de organização de tarefas priva o operário da satisfação no trabalho e, no que é pior, viola a dignidade humana”. Do ponto de da qualificação profissional a fragmentação do trabalho especializado é perversa porque contribui para a facilitação da tarefa banalizando o trabalho do operário que pode ser trocado ao sabor da conveniência da empresa, pois facilita também os processos de seleção e treinamento, além da supervisão do pessoal. Incorpora ao mercado de trabalho uma força de trabalho de baixo nível de qualificação pela qual, pagam baixos salários, o que contribui para gerar tensões sociais e sindicais. Segundo Simon (1974), a crença taylorista de que a eficiência administrativa tende a aumentar segundo o grau de especialização dos operários, não encontrou respaldo nas pesquisas desenvolvidas posteriormente. Daí resulta a forte crítica ao taylorismo e ao fordismo, como formas de organização mecânica do trabalho, que leva o operário à completa alienação das tarefas executadas, uma vez que, é pago para executar, e não para pensar na ação que está executando.

3. Visão Microscópica das Pessoas: exatamente pela visão reducionista do potencial humano, é que despreza a sua condição de ser humano e social em suas mediações. A visão preconceituosa do homem indolente e ineficiente motivou Taylor (1970) a pregar o papel monocrático do administrador quando assim comenta:

A aceleração do trabalho é obtida por meio da padronização obrigatória dos métodos, adoção obrigatória de instrumentos e condições de trabalho e cooperação obrigatórias. E essa atribuição de impor padrões e forçar a cooperação compete exclusivamente à gerência.

Tragtenberg (1980) conclui: “o esquema de Taylor impõe o trabalho desqualificado que coexiste com a estrutura administrativa *monocrática e alienante*, na qual a principal virtude é a obediência a ordens”. Na verdade o operário para Taylor era um complemento da máquina, e nessa condição precisava ser “vistoriado” frequentemente, para manter a produtividade.

4. Ausência de Comprovação Científica: a crítica que se faz é que pretensamente a Administração Científica buscava afirmar-se como Ciência, sem, contudo, conseguir apresentar comprovação científica dos seus pressupostos teóricos. O método utilizado era empírico e concreto, sendo o conhecimento extraído pela evidência e não pela abstração: os

dados observados eram compilados pelo analista de tempos e movimentos, refletindo muito mais a preocupação com a forma como se desenvolvia a ação do operário do que propriamente explicar o *porque*, acontecia dessa ou daquela maneira. A verdade é que objetivava responder cientificamente aos problemas da organização do trabalho e, estranhamente, embora tenha adotado um método de divisão de tarefas, não conseguiu atingir o rigor científico exigido e reconhecido no meio acadêmico para se transformar em ciência.

5. Abordagem Incompleta da Organização: a Administração Científica peca por desconsiderar os aspectos da organização que se referem às interações humanas. Por isso é considerada incompleta, parcial e inacabada. Preocupando-se apenas com os problemas gerados no interior das fábricas, ignorava completamente as demais áreas constitutivas da organização, além de considerar os indivíduos isoladamente, aplicando-os em seus postos de trabalho segundo suas habilidades para o desempenho das tarefas a serem executadas.

6. Limitação do Campo de Aplicação: Taylor e seus seguidores demonstraram uma excessiva preocupação com a organização do trabalho no chão de fábrica, restringindo-se apenas à área de produção. Entretanto, sabe-se que uma organização por menor que seja, não comporta somente a produção, necessita de outras áreas até para se configurar como empresa. Portanto, a concepção da Administração Científica apresenta uma abordagem limitada, quando não contempla uma visão ampliada da organização e por consequência, não estabelece nenhuma providência para as demais partes constitutivas da organização, até porque seus estudos não atingiram tal espectro. Por outro lado, os desenhos de cargos e tarefas são definidos visando uma estrutura organizacional imutável, não prevê qualquer tipo de alteração ao longo do tempo, ignorando inclusive o papel da tecnologia que contribui para alterar determinados procedimentos. A Administração Científica enfoca o homem econômico e nessa direção constrói uma expectativa de estabilidade e previsibilidade das operações da organização, que permite à empresa compensar seus investimentos de tempo, capital financeiro e o esforço aplicado à análise e ao estudo do trabalho.

Nesse sentido Chiavenato (2001) comenta:

A estabilidade do produto e do processo é que serve de restrição ao desenho dos cargos e tarefas: a não-ocorrência de mudanças é essencial para que o pensar seja separado do fazer, o que permite que os empregados sejam selecionados e treinados para executar em longo prazo tarefas simples, repetitivas e estreitamente definidas. No mutável mundo moderno, essa

permanência e continuidade funcionam como limitadores e bloqueadores da inovação e mudança.

A lógica taylorista não permite a empresa enxergar além dos seus limites fronteiriços, desenvolvendo uma visão entrópica que em nada favorece as interações com o mundo corporativo.

7. Abordagem Prescritiva e Normativa: baseia-se prioritariamente na prescrição de normas e procedimentos qual médico que prescreve um receituário para cada doença. No caso da organização, as receitas já foram pré-concebidas, portanto, os problemas estão categorizados dentro de uma linha prescritiva e normativa de possíveis situações a serem administradas. Chiavenato (2001) sintetiza essa abordagem quando assim se expressa:

É uma abordagem voltada para receitas antecipadas, para soluções enlatadas e para princípios normativos que devem reger o *como fazer* as coisas dentro das organizações. Essa perspectiva visualiza a organização como ela deveria funcionar, em vez de explicar o seu funcionamento.

O comentário do autor reforça a tese de que a Administração Científica carece de comprovação científica das suas proposições e princípios. É, portanto, uma abordagem restritiva, na medida em que prevê todas as situações problemáticas dentro da organização, estabelecendo soluções *à priori*.

8. Abordagem de Sistema Fechado: Para a Administração Científica a empresa se apresenta como uma entidade isolada, autônoma, independente e blindada a qualquer influência externa. Essa visão entrópica faz com que ela desenvolva um comportamento individualista, voltado inteiramente para o ambiente interno. O que acontece fora dos seus muros, aparentemente nada tem a ver com as suas decisões. Essa postura é no mínimo inconveniente uma vez que não considera os intervenientes externos que embora sejam ignorados, interferem sobremaneira na sua *performance*.

Ainda pela óptica de Chiavenato (2001) tem-se a definição:

O comportamento de um *sistema fechado* é mecânico, previsível e determinístico: suas partes funcionam dentro de uma lógica irrepreensível, porém, as organizações nunca se comportam como sistemas fechados nem podem ser reduzidas a algumas poucas variáveis ou a alguns poucos aspectos importantes.

Por fim resta mencionar que a postura entrópica não permite à empresa fazer uma leitura correta do seu ambiente de negócio e desta forma, por mais aplicada que seja aos

fundamentos taylorista de organização do trabalho, nem assim, deixará de correr o risco de fechar suas portas.

2.11. A lógica da Administração Científica aplicado ao meio rural

A teoria da Administração Científica surge com a necessidade de se analisar e estruturar o trabalho desenvolvido no meio industrial. Ela é fruto da Revolução Industrial que promove também uma revolução social, quando desloca o homem do campo para viver nas grandes cidades. Esse fenômeno gerou consequências irreparáveis do ponto de vista social, quando se observa as condições de vida e de trabalho oferecidas ao trabalhador rural metamorfoseado em operário, para garantir a sua subsistência.

A evidente inabilidade do operário das indústrias tem origem no processo de migração obrigatória a que foi submetido o trabalhador rural à época da industrialização. Tal constatação demandou uma série de preocupações com a racionalização do trabalho no chão de fábrica, daí todo o esforço de Taylor e seus seguidores para analisar em bases científicas o trabalho desenvolvido no ambiente industrial. Essa excessiva preocupação com o desenvolvimento do trabalho também se explica pela mudança na fonte geradora de riqueza para a economia, que se desloca com a mão de obra do campo para a cidade onde passa a se concentrar as indústrias manufatureiras.

Com o esvaziamento da população economicamente ativa do campo em direção às cidades, observa-se também o relaxamento de qualquer iniciativa de reestruturação do trabalho do campo, razão pela qual algumas culturas permanecem com o manejo inalterado ao longo dos tempos. Entretanto, isso não significa dizer que as teorias desenvolvidas sobre a administração do trabalho não tenham se estendido ao meio rural. Tanto é assim, que ao se analisar o trabalho desenvolvido pelo bóia-fria na lavoura da cana-de-açúcar, pode-se identificar alguns dos princípios preconizados pelo taylorismo muito presentes em suas rotinas de trabalho. A divisão de tarefas simples, o controle exercido sobre eles pelo administrador de campo, a cota de produtividade exigida, a remuneração baseada em produtividade etc, são alguns dos pontos de convergência entre o trabalho desenvolvido no campo e o desenvolvido na cidade. A falta de valorização pela tarefa manual também é fruto da visão distorcida do operário ao tempo de Taylor, quando se apregoava que não era preciso levar a cabeça para o trabalho, pois dela pouco ou nada se precisaria para desenvolver as tarefas repetitivas e simplificadas. Também esse estigma foi absorvido pelo trabalhador rural,

cujo grau de instrução mínimo é justificado pela ausência de exigência cognitiva na tarefa que executa.

A essa visão distorcida da Administração e pouco valorativa do trabalho, desenvolvido quer seja no campo, ou na cidade, contrapõe-se agora a visão da ergonomia, enquanto ciência que busca conhecer e transformar o trabalho humano.

2.12. Perspectiva ergonômica

Sabe-se que a Administração Científica Taylorista, com a sua organização clássica do trabalho, focada no estudo de tempos e movimentos da tarefa em chão de fábrica, ainda se constitui no maior referencial para o mundo do trabalho quer nos centros urbanos, quer no meio rural. A leitura taylorista sobrevive ao longo da história como uma ferramenta de análise da organização do trabalho, a partir da sua descrição pela observação. Nessa contemplação, o trabalhador como ator principal pouco é ouvido, de maneira que a sua interpretação da atividade que desenvolve, é ignorada na formulação de políticas de gestão e no desenvolvimento de equipamentos para uso exclusivo em situações de trabalho.

Corroborando com esta visão a ergonomista Leda Leal Ferreira quando na apresentação do livro “Por dentro do Trabalho” (Wisner, 1987), assim comenta:

As poucas e louváveis iniciativas de se estudarem as condições de trabalho sofre na sua maioria de dois grandes males: a falta de uma análise da atividade real dos trabalhadores e a falta de uma abordagem global da situação de trabalho. Apesar de se falar em enfoque multidisciplinar, o que em geral se vê é apenas uma compilação de estudos isolados, feitos a partir de um critério de riscos (químicos, físicos, antropométricos etc) ou de competências profissionais (relatório do engenheiro, do médico, do psicólogo etc). A participação dos trabalhadores – quando se dá – ainda é bastante passiva. É como se a questão das condições de trabalho pudesse ser entendida como um problema puramente técnico, perfeitamente solucionável, sem a participação e interesse dos trabalhadores.

Pelos comentários da ergonomista, percebem-se claramente as limitações dos estudos sobre a matéria e o quanto se faz necessário ampliar a visão sobre o campo de trabalho e suas implicações para aqueles que o desenvolvem. Como ergonomista, refletindo o pensamento de Wisner, apresenta como solução “a análise do trabalho, isto é, a descrição do trabalho tal como acontece realmente e uma abordagem dos mecanismos e das causas que conduzem a trabalhar

segundo tal ou qual modalidade”. E acrescenta: “não se pode fazer ergonomia sem ir para a fábrica, escritório ou campo e analisar *in loco* o que os trabalhadores fazem”.

Muito embora a proposta ergonômica ainda não esgote a temática, visto também apresentar limitações, é inegavelmente mais abrangente do que a visão da Administração Científica, como defende Wisner (1987): “o princípio da análise ergonômica, do trabalho de campo é em si revolucionário, pois faz pensar que os intelectuais e cientistas tem algo a aprender a partir do comportamento e do discurso dos trabalhadores”.

Na verdade, o que se busca é entender a *praxis* do trabalho, a forma como ele é pensado e realizado, de maneira a se estabelecer o *gap* (*Gap Analysis* – técnica para identificar lacunas) entre a teoria e a prática, ou seja, como de fato a atividade laboral se desenvolve, desde a descrição da tarefa, das atividades que ela requer até como é sentida e refletida na concretização da ação. Portanto, a proposta ergonômica da análise do trabalho, se apresenta como a ferramenta mais adequada para adentrar intrinsecamente no mundo do trabalhador bóia-fria, superando a superficialidade da pura descrição do trabalho para perceber as repercussões cognitivas e psíquicas que ocorrem em seu trabalho real.

Laerte Idal Sznelwar, médico e Doutor em Ergonomia da USP, ao prefaciar a edição brasileira do livro de Guérin et al (2001) “Compreender o Trabalho para Transformá-lo” assim comenta:

A ergonomia propõe uma abordagem diferenciada, baseada numa perspectiva antropocêntrica. O trabalho e a produção são importantes para o desenvolvimento das sociedades humanas e dos indivíduos. A importância dos outros fatores não deveria sobrepujar o humano na produção, uma vez que se pode banalizar a própria existência das pessoas trabalhando. Se esse trabalhador “não serve”, troca-se.

O autor chama a atenção para a necessidade de enxergar com lentes de aumento a participação do homem no trabalho, sem a qual a atividade não acontece. Os interesses que permeiam as relações entre empregado-empregador são determinantes para o estabelecimento do papel que representa o trabalhador na produção. A relação de poder que se observa no binômio mencionado pode levar à banalização da representatividade do trabalhador na produção, considerando o excesso de mão de obra, que permite a troca sem maiores problemas. Nessa perspectiva, o trabalhador torna-se um número. Trocar seis por meia dúzia não implica em maiores dificuldades, a não ser para quem é trocado, porém, essa circunstância não é considerada, quando também não é considerada a dimensão humana do trabalhador.

E conclui:

Muito há que se fazer, em nosso meio, para ultrapassarmos uma realidade ainda cruel com relação ao trabalhador. Na categoria “trabalhador” se enquadra muita, muita gente, e não é apenas operário de fábrica, o operário agrícola, o operário urbano. Todos aqueles que trabalham, que executam tarefas como assalariados ou não, merecem ter no seu trabalho não apenas um meio de ganhar a vida, mas um meio de desenvolvimento pessoal e social.

A julgar pelo comentário de Sznelwar (Guerin et al, 1987) a dimensão do trabalho prazeroso ainda estar por se conquistar, como ademais a própria dimensão do trabalho humano também carece de redefinição, colocando no devido lugar o seu protagonista – o trabalhador -, na medida em que se reconheça, priorize e identifique suas necessidades enquanto trabalhador. Com esse entendimento, o autor suscita uma série de indagações:

Será que, ao pensar numa ferramenta, o projetista coloca em lugar de evidência o usuário desta? Será que, ao organizar a produção numa linha de montagem, uma empresa pensa nas necessidades de pausa, nas necessidades das pessoas para obter retorno sobre o que realizam? Será que, ao pensar na aplicação de venenos contra insetos no campo, os projetistas pensam no peso do equipamento, nas condições do solo, no calor? Será que, ao se desenvolver um programa de computador pensa-se no uso real do sistema, nas limitações e propriedades da memória humana? Será que alguém que tem um papel de gestão, em determinado sistema de produção, tem de fato tempo e condições de fazê-lo? Será que o evidenciar que há riscos de acidente de trabalho e que eles só não ocorrem mais amiúde por causa da prudência das pessoas, as empresas seriam instadas a transformar a situação de trabalho?

Será?... Será?... Para tantas indagações é possível se responder de forma muito simples. A não observância dos *serás*, é responsável pela grande maioria das demandas trabalhistas que ocorrem no meio empresarial. Ignorar a perspectiva de quem desenvolve o trabalho na organização, não favorece em nada a sua equalização, pela adequação do trabalho às características humanas. Esse descaso que reduz a participação do homem na concepção da organização do trabalho, além de preconceituoso, também é responsável pelos grandes problemas vivenciados nas empresas no que se refere a acidentes, doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho, bem como às questões relativas à produtividade e qualidade. Na maioria das vezes, é imputado aos trabalhadores o ônus da culpa por esses problemas. Exatamente para dirimir dúvidas e pontuar com exatidão as origens dos problemas organizacionais, é que a ergonomia oferece uma nova abordagem, como um novo olhar para analisar velhos problemas.

Sznelwar ainda sintetiza assim a contribuição da ergonomia:

Aí entra a ergonomia, aí entra principalmente a análise ergonômica do trabalho, para colocar essa questão no seu devido lugar e colocar em xeque esse tipo de preconceito, tão nefasto que dificulta a introdução de mudanças efetivas. As principais causas dos problemas estão na inadequação do trabalho às características humanas. Os projetos dos sistemas de produção, processo, da organização do trabalho e das tarefas são feitos, muitas vezes, a partir de estereótipos simplificados do que seria a população de trabalhadores. Em geral, o lugar que o trabalho ocupa dentro de um projeto de produção é irrisório, frente à importância dada aos custos das máquinas e a outros componentes da produção. O resultado é que a questão do trabalho, do ser humano na produção, fica relegada para segundo ou último plano – na realidade, o ser humano “é encaixado” na produção. (Guérin et al, 1987).

Não é sem razão que por muito tempo os trabalhadores de maneira geral são tratados nas organizações como “recursos humanos”. Nessa perspectiva são considerados insumos, tanto quanto os recursos financeiros e materiais. Muito embora já se fale em Gestão de Pessoas, Gestão de Talentos ou de Capital Intelectual percebe-se que a mudança se deu muito mais no plano semântico e da rubrica do departamento, do que na atitude dos que nele atuam, posto que em nada alterou o comportamento dos gestores com relação ao entendimento de que o trabalhador é de fato o principal ativo de qualquer tipo de empresa.

As mudanças ocorridas refletem as discussões nos meios acadêmicos, longe estão ainda de se consubstanciarem na prática no meio empresarial. As nuances que se percebem, estão identificadas naquelas empresas que lidam com profissionais de extrema qualificação profissional, o que não é o caso do trabalhador rural, notadamente do bóia-fria, cujo nível de escolaridade é baixíssimo, até porque para o trabalho que executa, segundo o entendimento torpe de alguns interessados, não necessita de maiores conhecimentos.

Esse entendimento reducionista e perverso, a pesquisa busca desmistificar, quando sugere uma abordagem ampliada da situação de trabalho pela análise ergonômica. Evidentemente que, nesse estudo não será objeto de análise o trabalho sob a perspectiva do materialismo histórico, em que a questão ideológica sobre a natureza e finalidade do trabalho é priorizada. Dada a importância do tema, essa abordagem se remete para nova pesquisa, em outra oportunidade. No momento, a pesquisa se restringe a análise das condições reais de trabalho sem entrar no mérito sobre a questão da mais-valia, embora que de passagem essa condição seja denunciada.

O enfoque ergonômico enfatiza a necessidade de conhecer o trabalho para modificá-lo, visando essencialmente sua adequação ao homem, de maneira a que este possa desenvolvê-lo de forma mais confortável. Para se chegar ao enfoque ergonômico, faz-se necessário resgatar alguns conceitos sobre a organização do trabalho, para melhor identificar ao longo da linha do tempo como este foi entendido e desenvolvido.

2.13. A análise do Trabalho – ação ergonômica

A maior preocupação da ergonomia é compreender o trabalho para transformá-lo. Essa preocupação se explica na medida em que seus estudiosos trabalham com objetivos que na visão de Guérin et al (2001) visam:

- A concepção de situações de trabalho que não alterem a saúde dos operadores, e nas quais estes possam exercer suas competências ao mesmo tempo num plano individual e coletivo e encontrar possibilidades de valorização de suas capacidades.
- Alcançar os objetivos econômicos determinados pela empresa, em função dos investimentos realizados ou futuros.

Ao que parece, a ergonomia prioriza seu foco no homem-operário, entendendo como operário toda e qualquer pessoa que exerça uma atividade dentro do contexto organizacional. Para tanto, os autores propõem a utilização de mecanismos que favoreçam as interações do binômio social-produção.

Em geral, o que na prática se observa, é que tal binômio fica submetido às condicionantes financeiras, técnicas e organizacionais, ofuscando a percepção do lugar que ocupa o homem no sistema de produção. Essa contingência, na visão de Guérin et al (2001) acontece porque:

- O orçamento do investimento está decidido.
- Os objetivos quantitativos e qualitativos de produção estão esboçados.
- As principais escolhas tecnológicas já foram feitas.
- Opções para a compra das máquinas foram definidas com base em memoriais descritivos e especificações muitas vezes sumárias.
- O grupo de projeto elabora hipótese sobre os fluxos de produção, realiza o estudo de implementação das máquinas e de distribuição de espaço.
- As principais escolhas em matéria de organização (número de níveis hierárquicos, organização do tempo de trabalho, etc) são decididos para atingir o conjunto de objetivos.

Não resta dúvida que a lógica privilegiada tem como base a Organização do Trabalho segundo os postulados da Administração Científica. Desta forma, considerar em último lugar o

trabalho exercido pelos assalariados não é apenas um detalhe, mas, fruto da visão predominante de organização. Assim, o planejamento é feito considerando os fatores que incidiram sobre o modo como o trabalho será executado para depois se voltar para as questões relativas a quem vai executá-lo. Perguntas tais como: de quais trabalhadores, quantos, sua idade, estado de saúde, onde se encontram (dentro ou fora da organização) e principalmente, quais são suas habilidades e competências para suprir as necessidades organizacionais, passarão a ser respostas fornecidas pelos responsáveis pelos recursos humanos. Esses profissionais terão a incumbência de alocar nas funções descritas as peças humanas mais adequadas. Para tanto deverão atuar nos processos de recrutamento, seleção, contratação e treinamento de maneira a conformar o elemento humano à estrutura organizacional previamente concebida na qual o homem é visto como um insumo.

Esse modelo sofre por meio dos teóricos da ergonomia forte crítica, como bem expressam Guérin et al (2001):

Essa lógica de concepção tende a ignorar a especificidade do funcionamento humano. Por isso, ela conduz a frequentes desilusões no início das operações numa indústria, às vezes com consequências graves, manifestas ou ocultas. É mais fácil responsabilizar por elas os trabalhadores do que os métodos de gestão, de concepção ou de escolha. Essa lógica se expressa em noções como a de erro humano, atribuindo precipitadamente a responsabilidade de um incidente de produção ou de um acidente material aos próprios trabalhadores. Ela minimiza, de fato, a influência dos meios de trabalho cuja concepção não leva suficientemente em conta as especificidades de funcionamento do operador humano e sua variabilidade:

- Deixa pouco lugar à variabilidade da produção: duração das séries de produção, não-cumprimento do planejamento de produção, mudanças de um componente em uma linha de montagem, evolução de um formulário administrativo, variações na qualidade da matéria-prima.
- Subestima a influência da rigidez da organização do trabalho ou dos constrangimentos de tempo, as consequências de certos tipos de organização do tempo sobre a saúde, como por exemplo o trabalho noturno.
- Ignora as contradições entre estruturas organizacionais rígidas e a necessidade de uma cooperação eficaz entre os trabalhadores; isso se verifica particularmente em situações degradadas de produção, onde sua importância sem sempre é claramente percebida.
- Enfim, tal lógica não dá a devida atenção ao conteúdo de formações às vezes mal adaptadas às situações com as quais os trabalhadores serão confrontados.

Portanto, o desconhecimento efetivo do trabalho, pode gerar sérias consequências para quem o executa principalmente relativa à sua saúde, quando não se entende corretamente como se desenvolve a atividade de trabalho.

Guérin et al (2001), chamam a atenção para alguns aspectos comumente negligenciados no meio organizacional, que podem contribuir para evitar problemas operacionais e de saúde dos operadores, ressaltando:

Muitas disfunções constatadas na produção de uma empresa, ou de um serviço, e numerosas consequências para a saúde dos trabalhadores, tem sua origem no desconhecimento do trabalho, ou, mais precisamente, no que chamamos atividade de trabalho dos operadores. Com muita frequência, são negligenciadas:

- As informações que eles procuram ou que detectam em seu ambiente.
- A maneira como eles tratam essas informações, em função de sua formação e experiência profissional.
- Os raciocínios que fazem para decidir ações.
- Os gestos que fazem, os esforços que exercem, as posturas que adotam e graças aos quais agem sobre as ferramentas, objetos e o ambiente de trabalho.

Na visão dos autores essa atividade é fundamental para o bom desempenho do serviço, da oficina e da empresa. Os resultados produzidos pela análise da atividade podem contribuir decisivamente na provisão dos meios materiais e organizacionais mais compatíveis com as necessidades dos trabalhadores e podem ajudá-los a alcançar os objetivos preconizados, sem, contudo, prejudicá-lo no que tange a sua saúde, física e psicológica bem como sua vida social.

A representação errônea do trabalho real pode gerar distorções na concepção de projetos voltados para o meio organizacional. Essa contingência merece comentários e argumentações de ordem prática de Guérin et al (2001) quando assim se expressam:

A representação que os responsáveis pelo projeto tem do trabalho e de sua realização, leva-os frequentemente a minimizar a variabilidade dos sistemas técnicos, a diversidade e a complexidade dos serviços a prestar, ou a dar a impressão de que essa variabilidade é totalmente previsível, e portanto, controlável. Ora, a máquina quebra, a ferramenta se desgasta, o dossiê está incompleto, o programa de computador apresenta um erro inesperado, o preço do objeto não está na embalagem no momento da passagem do cliente pelo caixa. São momentos em que só o trabalho do operador permite a “regulação” desses incidentes. E não é simples:

- Ele dispõe, no momento adequado, das informações necessárias ao tratamento e à resolução desses problemas?
- Essas informações são compreensíveis?
- Ele tem a sua disposição as ferramentas para o conserto?
- Ele precisa se colocar numa postura totalmente desequilibrada para ter acesso ao local onde deve agir?

A essas perguntas os autores respondem que os trabalhadores são *a priori* considerados “meios de trabalho” e, nessa condição, deverão se adaptar aos constrangimentos oriundos das definições técnicas e organizacionais das operações por eles executadas. Portanto, refletem alguns pressupostos: o primeiro deles é que o operador independentemente da sua idade ou sexo, deverá ser capaz de se adaptar às circunstâncias geradas no meio organizacional já que elas ocorrem constantemente, e o segundo, é que obedecendo às normas prescritas de segurança e ordens de trabalho não correm riscos. Esse consenso implica no reconhecimento de que o operador está instrumentalizado de tal maneira que não se possa admitir que venha a cometer erros.

Presume-se que eles posam:

- Ler uma informação manuscrita e pouco legível.
- Trabalhar tanto de dia quanto de noite da mesma maneira, sem que isso tenha consequência para sua saúde e vida social.
- Digitar dados ao computador em ritmo constante, sem cometer erros.
- Seguir procedimentos bastante restritos “quando tudo vai bem” ou, ao contrário, transgredi-los para acelerar uma cadência, fazer um conserto rápido, ou fazer andar uma fila de espera num guichê.
- Aprender novas tarefas muito rapidamente, sem ajuda.

Como se percebe no meio organizacional persiste a construção falaciosa da infalibilidade humana diante dos meios que são oferecidos para a realização do trabalho. Ignorar os intervenientes que ocorrem no desempenho humano na atividade real é fruto das representações redutoras do homem e só a análise do trabalho permitirá corrigir essas distorções.

Guérin et al (2001) ponderam:

Só procedendo dessa forma é que a ação poderá ter uma boa probabilidade de eficácia, embora a análise ergonômica por si só não permita definir os novos meios de trabalho pois:

- Por um lado, ela se inscreve num projeto ou numa situação existente, submetida aos seus próprios constrangimentos econômicos, técnicos, sociais.
- Por outro lado, ela está no centro de um conjunto de pontos de vista sobre o trabalho, muitas vezes divergentes. São eles:

- O da direção, que pressionada pela concorrência, deseja desenvolver a atividade da empresa investindo num procedimento novo;
- O dos trabalhadores preocupados em fazer valer seus interesses próprios, em fazer reconhecer seus conhecimentos do trabalho e em influir nas escolhas determinantes para sua própria situação de trabalho;
- O das instituições representativas dos trabalhadores, exprimindo seu ponto de vista sobre o emprego, as políticas de formação, de remuneração, de melhoria nas condições de trabalho, etc.;
- O do serviço médico, que tem por prioridade a saúde dos trabalhadores;
- O do departamento de recursos humanos, encarregado de gerenciar o emprego, os salários, as qualificações, a formação e os conflitos sociais;
- O do departamento de métodos, que organiza o trabalho, concebe as situações de trabalho em função dos objetivos de desempenho da empresa;
- O da supervisão, que se incumbe da gestão cotidiana da produção, as consequências no dia a dia do absenteísmo, de esgotamentos de estoque, etc.

Os desafios são proporcionais ao grande número dos intervenientes supra que a área da ergonomia deverá superar para oferecer sua contribuição para a melhoria das condições de trabalho no meio produtivo. Em síntese, a missão ergonômica implica necessariamente em oferecer um modelo de organização do trabalho com foco no desempenho humano, em contraposição ao modelo de organização do trabalho com base nos pressupostos da administração científica, que ao longo dos anos se consolidou, metamorfoseando-se para atender às exigências dos novos tempos.

2.14. A atividade de trabalho: uma expressão da atividade humana

Antes de qualquer análise que se venha desenvolver sobre a atividade de trabalho, faz-se necessário pontuar como primeira apreciação o que se entende por atividade. Grosso modo se poderia dizer que a atividade é o antônimo da inércia. Portanto, é movimento que se traduz numa objetivação para realizar algo.

Guérin et al (2001) definem como:

O conjunto de fenômenos (fisiológicos, psicológicos, psíquicos...) que caracterizam o ser vivo cumprindo atos. Estes resultam de um movimento do conjunto do homem (corpo, pensamento, desejos, representações, história) adaptado a esse objetivo. No caso do trabalho, esse objetivo é socialmente determinado. Sem atividade humana não há trabalho, mas pode haver uma produção. Um automatismo, por exemplo, materializa de certo modo o trabalho necessário a sua concepção, fabricação e manutenção e transmite a cada unidade produzida uma parte do valor desse trabalho.

Reza entre o senso comum a percepção ainda que errada da distinção da atividade humana como um todo com a atividade do trabalho. Essa contingência é facilmente identificada quando, por exemplo, alguém vai preencher um formulário e, por não exercer nenhuma atividade remunerada, se declara sem profissão, como no caso das mulheres “do lar”. Por outro lado, aquele que não consegue trabalho, neste caso confundido com “emprego”, é considerado desempregado. E mais ainda, do estudante se diz que ele nunca trabalhou; do aposentado que deixou de trabalhar. Isto sem considerar o trabalho manual exercido por pessoas comuns, considerados como *hobby* ou distração. Enfim, sobram rótulos para definir o não-trabalho, quando não se considera a atividade.

A esse respeito, Guérin et al (2001) tem a dizer:

... não é a atividade em si, mas sua finalidade, que caracteriza o trabalho. É exterior ao homem considerado como indivíduo isolado, ou seja, social numa acepção bem particular da palavra: o homem não tem domínio sobre as condições nem sobre os resultados de sua atividade profissional. É nesse sentido que alguns autores definiram o trabalho como atividade imposta. O regime assalariado é a forma atual dessa imposição.

E complementam...

Alguns, é bem verdade, aprenderam o ofício que queriam. Tem a sorte de exercê-lo. Tem motivos pessoais para desenvolver uma atividade profissional, motivos que se somam àquele, normalmente mencionado, de ganhar a vida. Mas trata-se de uma pequena minoria e mesmo estes, habitualmente, não tem controle sobre as condições de exercício de seu ofício: a maneira de se organizar é mais ou menos definida, o tempo de realização geralmente imposto. Tem muito pouca influência sobre a escolha da matéria-prima e das ferramentas. Os critérios de qualidade do resultado a obter são socialmente definidos, e assim por diante.

Desta forma, pode-se dizer que a escolha do ofício (entendido como atividade) pode ser pessoal, mas, das atividades que nele incidem não. Estas são definidas externamente e o que diferencia essas atividades a primeira vista idênticas, é a finalidade social a qual se destina. Assim, o trabalho, como resultante da atividade, suas condições e resultados, deve ser entendido em sua dualidade, que se apresenta pelos aspectos, pessoal e sócio-econômico, em conformidade com o enfoque dado, ou seja, o da pessoa ou da organização.

Sobre essa questão Guérin et al (2001) tem a dizer:

O analista do trabalho se confronta com a singularidade de uma pessoa que, no ato profissional, põe em jogo toda a sua vida pessoal (história, experiência profissional e vida extraprofissional) e social (experiência na empresa, identidade e reconhecimento profissional). Mas, ao mesmo tempo,

defronta-se com o modo como essa singularidade fundamental é objeto de uma gestão sócio-econômica por parte da empresa: política social e gestão dos recursos humanos tendo por “objeto” os trabalhadores, a escolha das condições e objetivos de produção determinando o uso social dessa população.

Nesse jogo de interesses, em geral, ganha aquele que tiver maior poder de barganha. E, no contexto organizacional inegavelmente os interesses sociais prevalecem sobre os pessoais, salvo exceções raríssimas, em que as especificidades do profissional são elevadas à categoria de indispensável e desta forma, sua singularidade é respeitada e aceita.

2.15. A dimensão pessoal do trabalho

A dimensão pessoal do trabalho pode ser traduzida como o caminho tácito desenvolvido por um trabalhador na execução de determinada tarefa. É exatamente essa perspectiva que interessa a ergonomia com objeto de estudo. Conhecer o caminho percorrido pelo operador, suas sensações e cognição a respeito da tarefa executada, sem dúvida permite a melhor compreensão da situação de trabalho.

Guérin et al (2001) comentam:

A dimensão pessoal do trabalho se expressa concretamente nas estratégias usadas pelos operadores para realizar sua tarefa. Estas são o objeto real da análise ergonômica da atividade, cuja questão inicial é sempre a mesma: como esse operador, tendo características pessoais particulares, faz para atingir os objetivos que ele (a) se fixa em função da tarefa que lhe foi confiada, e isso em condições que, mesmo sendo determinadas, não deixam de ser objeto de uma gestão e de uma apropriação pessoal. Não considerar essa dimensão leva a uma abordagem mutilada da situação de trabalho.

Essa contingência é considerada no contexto empresarial conforme os interesses da empresa. O chamado conhecimento tácito é adquirido pelo operador ao longo dos anos de exercício da tarefa. O encurtar caminho é fruto da labuta diária que permite ao operador interferir na operação de uma maneira particular, sempre visando a obtenção de resultados satisfatórios. Esse conhecimento é valorizado no mercado de trabalho conforme a necessidade das empresas do ponto de vista da qualidade e da otimização dos resultados, e o reconhecimento se faz por meio de uma remuneração adequada. Entretanto, não se chega ao conhecimento tácito do dia para a noite. Ele é uma conquista construída na rotina diária de um operador ao longo de anos de exercício da atividade. Portanto, em geral é o operador maduro, sênior, que possui de maneira mais efetiva esse conhecimento. Assim, se em momentos de necessidade ele é reconhecido e ressaltado pela remuneração ao seu detentor, em outros, é

negado, exatamente para não remunerá-lo a altura. Porém, em nenhuma das situações apontadas estar em jogo a análise do trabalho do ponto de vista ergonômico, ou seja, com a preocupação primeira de conhecer intrinsecamente o desenvolvimento de uma tarefa. Portanto, o encaminhamento dessa questão seria outro, como bem explicam Guérin et al (2001):

O resultado da atividade de um trabalhador é sempre singular, seja ele um objeto, parte de um objeto, ou um serviço cujas características concretas dependem inteiramente da atividade desenvolvida para executá-lo. Mesmo na produção em massa, os objetos padronizados que se fabricam só são idênticos na aparência. Pelo trabalho humano neles investido, trazem o traço pessoal, mesmo ínfimo, daquele que os realizou. Esse traço pode ter mesmo a ver com um conjunto de conhecimentos específicos, modos particulares de utilização das máquinas ou ferramentas, etc. Em análise do trabalho, esses traços tem uma função informativa extremamente importante. A “matéria-prima” do trabalho não é, para o operador, uma “página em branco”: habitualmente ele lê o traço da atividade de seus colegas no “objeto” que recebe, e deixa nele a marca de seu próprio trabalho. Nesse sentido, o resultado da atividade é sempre uma “obra” (ergon) pessoal”, sinal da habilidade, personalidade, etc., daquele que a produziu.

Numa apreciação filosófica se poderia dizer que o resultado da atividade para o homem estar rico em significados, muito embora, nem sempre sejam percebidos. É o que Marx (1983) define como alienação do trabalho.

Para Guérin et al (2001) a importância dessa dimensão é considerável para o indivíduo:

O significado de sua atividade, ao concretizar-se no resultado, impregna de sentido sua relação com o mundo, fator determinante da construção de sua personalidade e de sua socialização. Trabalhar não somente ganhar a vida: é também e, sobretudo, ter um lugar, desempenhar um papel. Desse ponto de vista, não ter trabalho é um drama, mas ter um trabalho no qual as possibilidades de investimento pessoal são exíguas não deixa de ter consequências graves. Interessar-se pela atividade de trabalho é saber discernir, no seu resultado, esse esforço permanente do trabalhador para dar sentido a sua tarefa, para além do sistema psicossociológico de reconhecimento psicossocial.

Os autores vão além, em seus comentários acrescentando:

Ocorre o mesmo com as condições de trabalho. São sempre as condições da atividade pessoal. A linguagem dos trabalhadores fornece múltiplos exemplos, a começar pelo emprego quase sistemático do possessivo, pois dizem “sua” fábrica, “seu” posto, “suas” ferramentas, “sua” máquina, “sua” equipe, e assim por diante. Existe aí um fenômeno de apropriação impossível de ser reduzido a uma facilidade de linguagem ou a um sentimento exacerbado de propriedade. Na realidade trata-se de uma atividade: para trabalhar é necessário estruturar seu “espaço sensorial e motor”, é preciso conhecer o barulho da máquina, pegar o jeito da

ferramenta, poder contar com os membros da equipe. Os trabalhadores arrumam seu espaço de trabalho, não só para personalizá-lo (fotos, flores, decoração, etc.), mas também em função de sua atividade (escritório com mobília idêntica não são organizados da mesma maneira em sua orientação em relação ao exterior, circulação interna, disposição do que se precisa, etc.), ou ainda em relação a certas características da situação de trabalho (numa empresa que fabrica explosivos, encontram-se imagens sagradas em certos postos).

O toque pessoal nas condições de trabalho demonstra claramente como o operador se relaciona com o seu campo de atividade. Permite identificar a sequência da sua rotina de trabalho, sua experiência nos âmbitos: da empresa, do ofício que escolheu, da função que ocupa dentro do setor que atua. Portanto, a relação pessoal da atividade com os resultados almejados, sofre necessariamente a mediação de determinantes tais como: espaciais, temporais, inter-relacionais, organizacionais e técnicas, etc, sob as quais a atividade real se desenvolve. Mas, o trabalho também pode ser analisado pelo seu aspecto sócio-econômico.

2.16. O caráter sócio-econômico do trabalho

O caráter sócio-econômico é inerente ao trabalho desenvolvido numa organização social que visa pela sua produção, fins econômicos. Desta feita, a análise do trabalho não pode necessariamente dispensar essa perspectiva, posto que, é por meio dela que a atividade humana se transforma em atividade de trabalho. De outro modo, não seria possível captar as reais características das situações de trabalho, para proceder as transformações cabíveis.

Importante ressaltar também que o resultado da atividade é social tendo em vista que o que é produzido, sejam objetos ou serviços, é fruto do esforço e da atividade coletiva dos operadores. Esta afirmativa fica mais evidenciada no contexto industrial, principalmente entre as grandes empresas, porém, em menor escala também se configura na atividade do trabalhador tomado isoladamente, uma vez que a atividade profissional condiciona-se direta ou indiretamente a uma rede de cooperações.

Guérin et al (2001) explicam melhor essa situação assim exemplificando:

A linha de montagem é o sistema de organização que mostra claramente isso, pois a cooperação entre os operadores é imediata. Uma linha de montagem é um sistema de coleta de trabalho humano que se objetiva no produto que passa de posto em posto. É o que ocorre com um televisor, um automóvel, uma calça. Mas um serviço prestado numa prefeitura não depende somente do funcionário municipal. A organização da recepção, a gestão do estoque de formulários, o trabalho do técnico em informática, a

atividade da faxineira ocorrem, em tempos diferentes, para a obtenção de um resultado socialmente aceitável.

A socialização do trabalho historicamente se explica com o parcelamento das tarefas. A tendência é a ampliação cada vez maior da cooperação na execução do trabalho. À medida que os processos técnicos se sofisticam, resultando em objetos produzidos de forma mais complexa e as demandas se intensificam dia a dia, cresce também o número de operadores envolvidos no processo de trabalho e com eles a cooperação, que pode ser mediada pelos dispositivos técnicos que ampliam continuamente os sistemas de informação.

Guérin et al (2001) concluem:

As condições de trabalho são sempre as condições sociais de produção. A fábrica, o serviço, a organização, o sistema de informação, o dispositivo técnico são concebidos, implantados, organizados e mantidos tendo em vista assegurar essas condições. O caráter social do trabalho é inseparável de sua dimensão econômica. Os objetos e serviços são reconhecidos como o resultado de um trabalho somente se podem ser vendidos no mercado. Há aí uma verdadeira transformação do resultado concreto em, um valor econômico.

Assim, o ferramental utilizado na gestão das empresas é escolhido com base nessa transformação. Devem, portanto, ser capazes de quantificar o trabalho necessário implícito a um conjunto de meios de produção, bem como a outros fatores tais como às relações com a concorrência direta que sofre a empresa no mercado.

A dimensão de valor de mercadoria atribuída às aptidões do operador no desempenho da sua atividade de trabalho, merece por parte dos teóricos Guérin et al (2001) o seguinte comentário:

As aptidões mobilizadas pelo operador para sua atividade de trabalho são, elas próprias transformadas em valor de mercadoria. Tornam-se um recurso a utilizar que tem um custo (o custo da mão de obra). No século XIX, falava-se em força de trabalho porque as empresas procuravam mobilizar essencialmente força física (“um trabalhador de alto-forno é como um boi” escreveu Taylor). Hoje em dia se fala em recursos humanos como uma grande destreza, capacidade de resistência a certos constrangimentos, uma boa acuidade visual, cortesia no trato com as pessoas, o gosto e a habilidade em se comunicar... (basta ver os termos empregados nos classificados e os conselhos de redação para os *curriculum vitae*). Existe portanto – e as palavras são significativas da realidade econômica que indicam – um mercado de emprego, no qual se encontram:

- Empresas que demandam trabalhadores com características particulares porque farão uso delas.
- Trabalhadores que oferecem o que as empresas precisam em troca de um salário.

Tradicionalmente, esse ato econômico complexo abstrai as especificidades individuais. As qualidades requeridas são de fato consideradas externas às pessoas que as possuem. Da mesma maneira, o uso que será feito dessas qualidades (intensidade e duração de utilização) não leva em conta essas especificidades. Faz-se uma distinção entre as características pessoais que são mobilizadas para o trabalho e a pessoa em si.

A separação entre o homem e suas capacidades tende a diminuir na medida em que evoluem as formas de gestão organizacional. A maneira com o homem é tratado no contexto organizacional, seja para reconhecer e valorizar suas aptidões, ou para rejeitá-las, ainda enfatiza essa separação quando se evoca o trabalho enquanto processo econômico. Essa evidência fica demonstrada incontestavelmente em uma linha de montagem, quando os critérios de admissão dos operadores nem sempre são compatíveis com suas especificidades pessoais.

Todo trabalho deve ser entendido na sua ambiguidade, visto que, ao mesmo tempo em que é pessoal é também uma dimensão sócio-econômica. O problema estar na dificuldade para lidar com essas dimensões dentro do contexto organizacional, cujo *locus* onde elas colimam é a situação de trabalho.

Guérin et al (2001), chamam a atenção para esse aspecto, quando comentam:

Não se trata, evidentemente, de duas realidades diferentes, mas as duas dimensões de uma mesma realidade: por exemplo, o homem obtém, através de sua atividade de trabalho, um resultado que é ao mesmo tempo:

- Uma obra pessoal, que poderá ou não dar-lhe satisfação, orgulho, etc.
- Um bem ou um serviço cuja utilidade será objeto de um reconhecimento social no momento do ato de troca, qualquer que seja sua forma histórica (escambo ou troca por intermédio de um equivalente monetário, etc.).

A análise do trabalho não pode, pois, ser conduzida abordando essas duas dimensões uma após a outra, e menos ainda uma independente da outra. Sua originalidade reside justamente na articulação imediata das dimensões pessoais e sócio-econômicas, e na maneira como dá conta disso.

Evoluindo em seus comentários, os autores complementam:

Com efeito, o trabalho prescrito é sempre relativo a um tempo médio socialmente necessário, e esse tempo é definido tendo como referência uma intensidade média da atividade e uma qualificação média dos trabalhadores, quaisquer que sejam as diferenças inter e intra-individuais da população no trabalho. A distância, sempre constatada entre o trabalho prescrito e o trabalho real, revela ao mesmo tempo essa dominação e seus limites.

O trabalho prescrito implica necessariamente na definição da tarefa ou do conjunto de tarefas que incidem na atividade real. A tarefa estar submetida tanto a prescrições quanto representações.

2.17. A Tarefa: um conjunto de prescrições e de representações

Por definição pode-se dizer que a tarefa corresponde a uma maneira correta de se realizar um trabalho, otimizando o trabalho produtivo na medida em que reduz também a possibilidade das formas do trabalho improdutivo dentro do meio organizacional.

Guérin et al (2001) assim definem a tarefa:

A tarefa corresponde a um modo concreto de apreensão do trabalho que tem por objetivo reduzir ao máximo o trabalho improdutivo (a partir dos indicadores de gestão usados na empresa) e otimizar ao máximo o trabalho produtivo. A eliminação das “más” maneiras de trabalhar e a busca dos métodos mais eficientes permitem atingir esses objetivos.

Por ser também o parcelamento da atividade, corresponde a um conjunto de dados fornecidos aos operadores para que estes possam atingir os objetivos organizacionais. O conjunto de dados se refere às prescrições definidas para que os objetivos possam ser alcançados. Elas, por sua vez, exprimem orientações acerca das instruções e normas de segurança e do *modus operandi*, especificando também, as características dos dispositivos técnicos, bem como do produto a ser fabricado ou do serviço a ser prestado. Diz respeito, portanto, a todos os elementos envolvidos nas operações que visam atingir os objetivos preconizados.

Para Guérin et al (2001), numa segunda apreciação:

A tarefa é um princípio que impõe um modo de definição do trabalho em relação ao tempo. Supõe-se que essa definição produz vantagens para os dois protagonistas, sob o controle da direção à qual pertence o tempo de trabalho. O conceito de tarefa está ligado à necessidade de estabelecer métodos de gestão que permitam definir e medir a produtividade decorrente da relação entre os gestos dos operadores e as ferramentas mecânicas de produção.

Os autores advertem:

A característica principal desse processo de elaboração é a sua exteriorização em relação ao trabalhador envolvido. Por conseguinte: a tarefa frequentemente não leva em conta as particularidades dos operadores, e muito menos o que eles pensam sobre as escolhas feitas e impostas. Elaborada dessa forma, ela é exterior ao operador, separada dele, e é imposta. Todavia, na quase totalidade das situações de trabalho, esses

constrangimentos são administrados ativamente pelos operadores, e sua própria natureza pode acabar sendo parcialmente remodelada ao longo do tempo.

Entregar um *script* ao operador de como proceder na realização da tarefa faz parte dos postulados da Administração Científica que ignora por completo os saberes de quem executa uma tarefa, privilegiando um receituário que na maioria das vezes é desenvolvido por meio de uma observação superficial da situação de trabalho. Essa contingência além de desrespeitosa com o trabalhador, também favorece a erros na execução do trabalho, bem como favorece também, ao desenvolvimento de caminhos alternativos para sua execução, daí os autores se referirem que os “constrangimentos são administrados pelos operadores, e sua própria natureza pode acabar sendo parcialmente remodelada ao longo do tempo” (Guérin et al, 2001).

Essa maneira de se definir *a priori* a execução do trabalho em toda a sua extensão sem o concurso daquele que o executa, sugere a Guérin et al (2001) indagações:

Uma questão se coloca então. Em que medida os constrangimentos que o trabalhador tem de enfrentar podem ser “lidos”, discernidos *a priori* nos objetivos fixados, nas propriedades das máquinas ou dos materiais? Em que medida podem ser discernidos só *a posteriori*, revelados pela atividade realizada pelo trabalhador para lidar com eles?

A esses questionamentos o ergonomista é o profissional indicado para indicar a solução, ou pelo menos, o caminho mais adequado para se identificar as características da situação de trabalho que orientam o trabalhador para realizar a sua tarefa. A ele compete, dentro de um dado contexto organizacional de realização de atividade oferecer algumas hipóteses sobre como melhor descrevê-las e compreendê-las.

Corroboram com esse entendimento Guérin et al (2001) quando assim se expressam:

O papel do ergonomista é identificar e estruturar, partindo da análise da atividade atual dos trabalhadores, ou realizando simulações da atividade futura, o conjunto de seus prováveis determinantes, e discernir as incoerências e os riscos reais e potenciais:

- De prejuízo à saúde dos trabalhadores.
- De disfunção das instalações.

Entretanto, mesmo com esse tratamento não se pode eliminar inteiramente a possibilidade de erro de análise. É preciso levar em conta, o que o senso comum consagrou: a teoria na prática é outra. A essa consideração, também Guérin et al (2001) ressaltam: “é preciso, portanto, prestar muita atenção à origem das informações sobre os determinantes da atividade. Muitas delas na verdade são bastante dependentes das diversas representações

existentes na empresa”. Os autores completam seus argumentos com o comentário: “as hierarquias, que informam com mais frequência sobre os critérios de apreciação e de sanção do que sobre a objetividade dos constrangimentos”. E concluem: “as dos operadores envolvidos, não necessariamente as mais objetivas, mais do que essenciais, já que intervêm diretamente na organização de sua atividade”.

Em síntese, a análise da tarefa da atividade, não é missão fácil. O profissional que se dispõe a desenvolvê-la tem que, antes de tudo, atentar para os mínimos detalhes que a compõe, bem como respeitar a opinião de quem a executa para apreender aquilo que intrinsecamente faz parte da sua composição.

A atividade de trabalho pode ser entendida como o fator fundamental que possibilita a organização e estruturação dos demais fatores que incidem sobre a situação de trabalho. Sendo uma resposta aos constrangimentos provocados ao trabalhador é capaz de transformá-los, estabelecendo uma dinâmica própria para sua realização, promovendo a interdependência e a interação entre esses fatores, unificando a situação. De fato, quem ativa e organiza as dimensões técnicas, sociais e econômicas do trabalho é a atividade.

Segundo Guérin et al (2001) as determinantes da atividade de trabalho são:

- De um lado, o trabalhador com suas características específicas.
- Do outro, a empresa, suas regras de funcionamento, o contexto de realização do trabalho.
- No centro, o que contribui para a organização desses dois conjuntos:
- O estatuto do trabalhador e o salário, objetos de negociação;
- A tarefa, conjunto de objetivos e prescrições definidos exteriormente ao trabalhador;
- A atividade de trabalho, ou seja, a maneira como um trabalhador alcança os objetivos que lhe foram designados.

É só observar o conteúdo das determinantes para identificar como peça-chave o homem para realização do trabalho e atingimento de todas as suas dimensões. Na categoria de trabalhador, é ele quem dinamiza o ambiente organizacional, colocando a roda da produção para girar objetivando alcançar os objetivos propostos. É ele que ao longo da realização de sua atividade de trabalho estabelece compromisso, que na visão de Guérin et al (2001) colocam-se entre:

- A definição dos objetivos de produção.
- Suas características próprias, e sua capacidade de atingir esses objetivos, levando-se em conta as condições de realização de sua atividade, postas a sua disposição pela empresa.

- O reconhecimento social de uma qualificação e sua negociação na forma de um contrato de trabalho.

Entre os determinantes da atividade, distinguem-se:

Os fatores *internos* próprios de cada trabalhador, entre eles: sexo; idade; tempo de serviço; estado de saúde; estado no momento, determinado pelos ritmos biológicos, o cansaço; a formação inicial; a formação continuada e os itinerários profissionais.

Os fatores *externos*, que descrevem a situação na qual se exerce a atividade, sendo que esta permite ao mesmo tempo articulá-los, organizá-los e até mesmo transformá-los. Esses fatores externos podem ser: objetivos a alcançar; meios técnicos; uma organização do trabalho; regras e normas; meios humanos; normas quantitativas e qualitativas de segurança; um espaço de trabalho; um contrato que define o tempo de trabalho, a qualificação, o salário, os benefícios sociais, o respeito ao regulamento interno, as sanções etc.

Os condicionantes que funcionam como balizadores da atividade de trabalho no meio organizacional demonstram que a necessidade de aplicação de um trabalhador em um posto de trabalho não é algo aleatório. Obedece a critérios técnicos e representações das habilidades e aptidões exigidas ao ocupante, o que não impede que a realização da atividade propriamente dita, possa gerar processos de seleção com base no reconhecimento e preferência para este ou aquele trabalhador em função de interesses diversos.

Essa forma de aplicação de trabalhadores aos postos de trabalho é a tradicionalmente utilizada nas situações de trabalho. Sofre, porém, algumas alterações de acordo com o setor de produção a ser considerado, bem como às características da organização do trabalho. Mas, o princípio balizador dessa construção está no Taylorismo, na Administração Científica.

Situar a abordagem ergonômica no meio organizacional é uma tarefa das mais importantes, conquanto das mais difíceis. Primeiro porque ela adentra em território dominado ao longo da história, pelos pressupostos taylorista da organização do trabalho. Muito embora ao longo da linha do tempo, as relações de trabalho tenham sofrido inflexões, estas não foram suficientes para mudar radicalmente a visão do homem enquanto trabalhador no contexto organizacional. De homem “boi” desvalorizado, a “colaborador”: reconhecido, disputado, valorizado etc, já se vão dois séculos de história, sem que o olhar privilegiado recaia preferencialmente sobre aquele que dinamiza efetivamente o meio organizacional, com a sua mão diligente e sua inteligência aguçada.

Diante dessa constatação, como a abordagem ergonômica pode contribuir para melhorar as condições de trabalho? Essa é a pergunta que Guérin et al (2001) formulam e procuram responder:

O que torna específica a abordagem ergonômica? Em microeconomia, a necessidade de abordar a empresa considerando que a atividade é cada vez mais frequentemente lembrada pelos economistas. O movimento de gestão de recursos humanos tem se desenvolvido de maneira considerável. Não deveria a ergonomia se colocar modestamente a seu serviço? Nessa perspectiva, não seria a análise do trabalho apenas uma das ferramentas da gestão de recursos humanos? Por que nossa insistência em querer distinguir a análise da atividade de trabalho da análise do trabalho? Compreender corretamente a natureza dessa distinção é decisivo para situar o estatuto, a natureza e a contribuição da ergonomia ao conhecimento e às transformações das situações de trabalho.

Os autores evoluem em seus comentários sinalizando algumas dificuldades:

A linguagem empregada no cotidiano por si só revela a pertinência do problema levantado por essas questões. Quando alguém fala de seu trabalho refere-se antes de mais nada a uma categoria sócio-profissional e frequentemente a um setor econômico: ele é comerciante, dono de armazém de secos e molhados, pesquisador em eletrônica, operário mecânico, empreiteiro, agricultor, médico do trabalho, bancário, executivo, etc. A atividade profissional no sentido usual do termo tem uma relação evidente com a atividade efetiva de trabalho. Mas, na realidade, as palavras se referem a conteúdos muito diferentes.

O imbróglgio que se verifica a partir da linguagem empregada para denominar a atividade de trabalho se explica pelas diversas conotações que a palavra trabalho sugere, e que nesse estudo já foi objeto de exaustiva análise. Em função disso, torna-se necessário que se promova a separação entre a função organizadora e a atividade de trabalho, na tentativa de delimitar seus campos, até para facilitar o melhor entendimento sobre a atividade de trabalho.

Para que se proceda à separação entre a função organizadora e a atividade de trabalho, faz-se necessário recuar no tempo, para na companhia de Guérin et al (2001), analisar os pressupostos nos quais foi ela alicerçada.

Comentam os autores:

A representação da atividade de trabalho que ainda prevalece amplamente hoje em dia foi formalizada no início do século XX pelo taylorismo, graças a um esforço de conhecimento da atividade exigida pelo desenvolvimento industrial da época. Taylor foi um observador atento e perspicaz do conteúdo do trabalho. É útil sublinhar os pressupostos de toda ordem (científicos, sócio-econômicos e ideológicos) que determinaram a produção desse conhecimento e a utilização social que dele foi feito. É também útil lembrar que essa formalização é a conclusão de um movimento empírico: as tendências à padronização, à aceleração da divisão do trabalho não datam da época de Taylor.

Um dos efeitos desse movimento, a partir do momento em que foi formalizado num corpo de doutrina, é a separação entre o trabalho prescrito

e o trabalho efetivo. A função organizadora torna-se autônoma de tal forma na empresa (estruturas, atores) que não há mais correspondência entre a atividade definida e organizada pelo departamento de métodos e as características do emprego geridas por outros atores na empresa.

Em relação ao sistema homem/tarefa, produz-se então uma divisão fundamental:

- A organização do trabalho reduz o conhecimento da atividade de trabalho ao necessário para a organização dessa atividade.
- A gestão de pessoal não mais se ocupa do que se faz no posto de trabalho (é papel da organização); o departamento de pessoal se encarrega da seleção e da administração do conjunto dos problemas formalizados pelo contrato de trabalho.

Esse quadro conceitual manteve-se relativamente estável até o início da década de 70 e serviu de referência às evoluções do trabalho e às modificações importantes de sua organização. A ergonomia nasceu dentro desse quadro. Utiliza noções como tarefa, posto de trabalho, etc. O desenvolvimento de suas ferramentas e a formulação de recomendações quando às condições de trabalho se davam a partir do quadro conceitual definido pelo taylorismo. O conteúdo da atividade não era ainda preocupação da maioria dos ergonomistas.

Esta preocupação, portanto, é mais recente. Provém das mudanças ocorridas no campo do trabalho e por consequência na atividade que incide sobre ele.

O mundo do trabalho vem ao longo dos tempos sofrendo alterações significativas. Nos últimos anos, porém em função das evoluções sociais e econômica e principalmente pelos avanços tecnológicos essas mudanças tem ocorrido numa velocidade muito maior, provocando alterações no meio organizacional que implicam em mudanças radicais na maneira de organizar e gerenciar o trabalho. Palavras de ordem surgem no vocabulário organizacional que dão o tom dessas mudanças. Assim, as palavras: controle, vigilância, informação, comunicação, flexibilidade, reatividade, mobilidade, iniciativa, motivação, responsabilidade, inteligência, empreendedorismo e criatividade, sinalizam as transformações sofridas no contexto organizacional que não foram enfocadas à época de Taylor. Com essas palavras introduzidas no campo do trabalho também foram acrescentadas novas exigências e constrangimentos para a atividade de trabalho.

Sobre essa questão, Guérin et al (2001), tem a dizer:

Hoje, a atividade concreta de uma vendedora varia conforme as técnicas de venda e o modo de remuneração adotados por quem a emprega. A mesma coisa acontece com um desenhista, uma escriturária, um torneiro mecânico, um caixa, etc. Mas a atividade nessas profissões continua podendo ser identificada pelo resultado obtido, mesmo se seu conteúdo e suas condições se diversificam de maneira crescente. No entanto, como identificar *a priori* as atividades de uma assistente, de um técnico de solo, de um técnico em comércio, de um técnico em qualidade, ou ainda... de um ergonomista? É

sintomático ter de perguntar cada vez com mais frequência em que consiste o trabalho das pessoas. Estas têm uma dificuldade cada vez maior para descrever o que fazem concretamente.

É verdade que os setores industriais, assim como as empresas de um mesmo ramo de atividade, não evoluem no mesmo ritmo. Estão submetidas a desigualdades de desenvolvimento tecnológico, a pressões comerciais, a evoluções económicas particulares, etc. Essas desigualdades podem afetar de modo diferente um mesmo processo de produção. Assim, na confecção, o corte sofreu evoluções infinitamente mais profundas que as operações de costura e montagem. É comum encontrar, a montante e a jusante de um processo muito sofisticado, o trabalho de operárias sem qualificação formal no sentido mais taylorista do termo.

Em alguns casos, apenas o nome da atividade mudou, tendo seu conteúdo se mantido idêntico (as operárias sem qualificação formal tornaram-se, a partir de 1970, agentes de fabricação, as secretárias tornaram-se assistentes, etc.), mas tal fenómeno não deve ocultar a ausência de um modelo adaptado à descrição das novas profissões e da evolução das antigas.

De fato, a alteração da nomenclatura de atividades consagradas nos primórdios da organização do trabalho, nem sempre vem acompanhada de mudança substancial na atividade concreta a ser desenvolvida. Faz parte de um receituário que se impregnou no meio organizacional para dar ares de modernidade, sinalizando um distanciamento dos pressupostos tayloristas que na prática ainda não se consubstanciou. É bem verdade, que a organização do trabalho nos últimos vinte anos tem demonstrado uma tendência para o enriquecimento e ampliação das tarefas, bem como para a adoção de novas práticas de gestão e da relação de trabalho, na direção da composição de grupos semi-autônomos, etc. Porém, ainda não conseguiu expurgar definitivamente os princípios taylorista de organização do trabalho em suas práticas de gestão, motivo pelo qual o surgimento de conflitos torna-se inevitável.

Sobre essa contingência Guérin et al (2001) assim se pronunciam:

Na prática, a evolução da atividade dos trabalhadores continua a entrar frequentemente em conflito com a aplicação dos princípios tayloristas de organização do trabalho. Nas situações de trabalho, é preciso saber então:

- Identificar concretamente a existência de arranjos não-desprezíveis na organização do trabalho.
- Constatar que eles são repetidamente questionados face às menores dificuldades da empresa.
- Discernir, por trás dessas evoluções contraditórias, a permanência de uma abordagem taylorista da atividade.

Os autores complementam:

O divórcio taylorista entre as funções de organização e de gestão de pessoal resulta em impasses cada vez mais dispendiosos tanto para os trabalhadores quanto para a produção. Falta um elo unificador. Onde a emergência,

embora tímida e ainda pouco audaciosa, de uma função de gestão de recursos humanos instada a reconhecer de fato o ponto de vista da atividade efetiva de trabalho.

Este elo unificador que os autores se referem não é outro senão a abordagem ergonômica da atividade de trabalho. Esse movimento já se iniciou mais percebido no discurso do que na prática, mesma assim, se vislumbra uma disposição maior por parte das empresas em ouvir o que seus trabalhadores tem a dizer sobre a atividade que executam, bem como recorrer a profissionais da área da ergonomia para apreciar seu ponto de vista sobre a análise do trabalho.

Guérin et al (2001) ressaltam:

A experiência acumulada em meio século de prática ergonômica mostra que a exigência de constituir esse ponto de vista na empresa é o que prioritariamente está em jogo na análise do trabalho:

- Primeiro, para compreender os determinantes da atividade de trabalho dos homens e das mulheres nas situações profissionais.
- Em seguida, para agir sobre elas.
- E enfim, para assegurar uma certa perenidade a essa ação.

Os objetivos com os quais a ergonomia trabalha sinalizam de maneira clara o papel que deseja desempenhar no meio organizacional e sua importância no que se refere a proporcionar maiores elementos para a análise do trabalho real.

Quando se enfoca a atividade de trabalho à luz dos pressupostos taylorista, percebem-se claramente o engessamento em que se colocam os determinantes da atividade dentro do contexto organizacional, visto como um sistema fechado. A grande diferença de enfoque pela visão ergonômica é exatamente porque esta contempla o entendimento das condições de trabalho dentro de uma perspectiva de sistema aberto, sujeito a constantes interações resultando em efeitos nem sempre passíveis de prévio conhecimento.

A esse respeito Guérin et al (2001), ponderam:

As questões relativas ao trabalho continuam frequentemente a ser colocadas no quadro de um modelo que impede seu tratamento eficaz. Em geral, os efeitos que a empresa pede ao ergonomista para analisar, se referem a uma ou mais causas que independem da globalidade das situações de trabalho. Esse modelo leva a definir o objeto “condições de trabalho” como um sistema fechado cujo funcionamento pode ser explicado pela soma dos efeitos dos diferentes fatores que o compõem. As interações desse sistema com as outras dimensões do trabalho e da empresa são consideradas tão tênues que podem ser negligenciadas quando se abordam as questões. As planilhas de análise das condições de trabalho foram elaboradas a partir de um modelo desse tipo. Funcionam através do somatório de fatores que tem

– cada um – efeitos identificáveis. A planilha preenchida, imagina-se, dá conta das condições de trabalho.

Este tipo de modelo, determinista, é posto em xeque quando o “objeto” a construir pertence a sistemas tais como o homem ou a empresa. Esses sistemas vivos são capazes de extrair por si só energia ou informação do seu ambiente. Seu funcionamento é, pois, governado por leis diferentes daquelas que, segundo se julgava, se aplicavam aos objetos do mundo físico-químico (cuja abordagem, aliás, tem demonstrado cada vez mais claramente os limites dos modelos deterministas).

Vale lembrar ainda que os sistemas vivos podem facilmente extrapolar a somas dos elementos que o compõem, quando submetidos a fenômenos sinérgicos. Dessa forma, torna-se praticamente impossível prever o efeito de um fator independentemente de outro. E mais ainda, como sistema vivo, estão em constantes mediações com o seu ambiente, o que o torna capaz de transformar e transforma-se constantemente.

No campo do trabalho, toda essa dinâmica é ignorada quando se trabalha com respostas prontas, formuladas para atender um quadro determinístico. Portanto, devem ser reformuladas para atender às características de um sistema vivo. Sem essa condição os problemas tendem a se perpetuar e aqueles encontrados pelos operadores ficam obscurecidos de modo que as possibilidades de ação tornam-se limitadas.

Nessa medida, o confronto de pontos de vista torna-se inevitável. As condições de trabalho vista pelo prisma taylorista assume caráter determinístico posto que se desenvolve em ambiente fechado. Já pelo enfoque ergonômico a leitura parte da visão de um sistema aberto em que as condições de trabalho estão sujeitas a alterações e interações constantes.

2.18. Pontos de vista diferentes

As diferenças de pontos de vista das situações de trabalho são inegáveis e, portanto, devem ser mais bem explicitadas.

Guérin et al (2001) comentam:

Existem de fato pontos de vista diferentes sobre as situações de trabalho. Como uma paisagem que, sendo sempre a mesma, se mostra cada vez de um jeito ao ser contemplada de diferentes belvederes, uma mesma situação de trabalho também revela seus aspectos de forma diferenciada ao ser abordada de diferentes pontos de vista.

A partir de uma demanda de ação ergonômica, há três tipos principais de pontos de vista que se pode adotar, que correspondem a três leituras do funcionamento da empresa. Cada ponto de vista reflete,

com maior ou menor intensidade, as funções que os membros da empresa desempenham. São orientados:

- Pelos resultados da empresa.
- Pelas condições da produção.
- Pela atividade de trabalho em si.

Guiados pelos tópicos, chega-se, quando da sua análise isolada, à constatação de consideráveis diferenças, dependendo da leitura que se proceda.

O ponto de vista dos resultados: já se teve oportunidade nesse estudo de comprovar que a estruturação de uma empresa com base na departamentalização não permite uma leitura linear e idêntica dos resultados produzidos por cada departamento, e por consequência, sua contribuição geral para a empresa. Para cada departamento instituído – administrativo, financeiro, comercial, produção, qualidade, recursos humanos etc; tem-se uma leitura particular dos resultados produzidos por cada unidade departamental. Essas leituras são passíveis de interpretações diferenciadas, na medida em que não são homogêneas.

Guérin et al (2001), explicam melhor essa circunstância exemplificando da seguinte forma:

O departamento comercial de uma empresa de agroquímica diversifica continuamente as características de acondicionamento dos produtos praguicidas (agrotóxico). O ganho ou a perda de mercado é determinado pela embalagem, uma vez que os produtos do seu principal concorrente são praticamente idênticos. As modificações se fazem no formato dos frascos, no tipo de tampas, e nos rótulos. Além disso, objetivando limitar os estoques, o departamento financeiro fez com que se adotasse o modo de produção em “Just in time”. Nessas condições, o gerente do setor de embalagem tem dificuldades para alcançar seus objetivos e questiona as escolhas.

Essa situação implica frequentes modificações na fabricação, que a rigidez do sistema técnico, recentemente automatizado, não permite assegurar a forma adequada. As séries são cada vez mais curtas. A duração média de sua realização é em torno de 15 horas. Segundo os cálculos da direção, as séries deveriam ter uma duração de realização cinco vezes maior para assegurar a rentabilidade do investimento. De fato, as modificações muito frequentes na fabricação implicam em operações dispendiosas (drenagem, limpeza, adaptação aos novos produtos ou novos formatos). A frequência das modificações pode ser atribuída não só a pouca duração das séries, mas também ao esgotamento do estoque. Além disso, a porcentagem de rejeitos pode atingir 30% nas séries curtas contra os 5% previstos regularmente.

Não é sem razão que as modernas formas de gestão quando preconizam modelos sistêmicos e integrados, se apresentam como uma tentativa de minimizar os efeitos negativos da atuação departamentalizada, em que as unidades de trabalho não dialogam entre si,

comprometendo os resultados finais da empresa, ainda que, individualmente sejam considerados positivos.

O ponto de vista das condições de produção: a produção passa a ser o foco da análise, que se inicia a partir do emprego dos meios de produção. Nesse caso, o ponto de vista dos outros departamentos, como o de manutenção, de organização (administrativo) e técnicos não compartilham do mesmo ponto de vista. Desta feita, essa contingência provoca em cada um deles uma leitura particularizada das condições de trabalho não isenta de contradições. Está submetido diretamente a produção de resultados e demonstra um grau de estruturação que vai desde a improvisação, no caso das pequenas indústrias, onde os meios de produção são muito precários, até a uma estruturação sofisticada, como no caso das grandes corporações.

Guérin et al (2001), aproveitando o exemplo anterior, comentam o ponto de da produção da seguinte forma:

Nessa mesma empresa, a implantação das linhas automáticas de embalagem causa problemas com os frascos. Suas dimensões podiam variar alguns milímetros quando eram enchidos e empilhados manualmente. Nos sistemas automáticos, essas variações, bem como a leveza dos frascos, produzem incidentes na esteira transportadora ou no posicionamento sob os bicos de enchimento. “O ajuste é uma missão impossível”, dizem os mecânicos ajustadores. Os fornecedores da empresa, num primeiro momento, não conseguiram satisfazer às exigências de precisão, uma vez que as máquinas injetoras eram velhas demais. Tiveram de investir para não perder o mercado. O custo unitário dos frascos aumentou consideravelmente. Dois anos após a automação, esses problemas ainda não estavam resolvidos de forma satisfatória, e a taxa de utilização das máquinas ainda é medíocre, devido à multiplicação dos incidentes. A carga de trabalho dos operadores e mecânicos ajustadores, consequentemente, aumentou. Os departamentos de organização e manutenção haviam previsto, até certo ponto, que esses problemas ocorreriam, mas não obtiveram a atenção devida quando a decisão de automatizar foi tomada.

Esta situação só demonstra a necessidade de se ouvir o trabalhador sobre sua condição de trabalho, explicando em detalhe como a atividade real acontece. Decisões de gabinete, tomadas a partir de informações extraídas de várias fontes, que ignore as considerações de quem efetivamente opera na área, não apenas produz problemas de difícil solução, mas principalmente amargam prejuízos que poderiam ser evitados, caso houvesse a disposição de ouvir a fonte privilegiada para oferecer a informação pertinente. A intenção de reduzir os custos, com a substituição de meios de produção, quando não é bem discutida, gera maiores custos, perdendo toda a sua objetividade, e por consequência gerando perda de produtividade.

O ponto de vista da atividade de trabalho: o ponto de vista da atividade talvez seja a condição mais improvisada dentro do contexto organizacional. Isto porque, quase sempre estar alicerçada no âmbito da negociação social, colocando em situação de bipolaridade trabalhadores e o departamento de pessoal da empresa.

Essa condição fica evidente nos comentários de Guérin et al (2001):

Historicamente, esta se organizou em torno das preocupações relativas ao contrato de trabalho (modalidade de emprego, duração de jornada, salário, qualificação, etc). O conteúdo do emprego era considerado principalmente sob a forma das condições de trabalho, na medida em que estas se apresentavam como negociáveis. Mas a atividade compreendida no conteúdo do trabalho (ou seja, a utilização concreta dos homens e mulheres no ato de trabalho e a maneira como o realizam) nunca esteve efetivamente em jogo nas relações sociais. O taylorismo impediu durante muito tempo a emergência dessa questão. Na prática, os problemas referentes à atividade concreta se resolviam habitualmente no nível da oficina, entre organizador e supervisão e, no melhor dos casos com o representante dos trabalhadores, o médico do trabalho e o responsável pela segurança. O questionamento do modelo dominante de organização do trabalho iniciado 20 anos atrás, e a inadequação entre os novos empregos oferecidos e a qualificação da população de trabalhadores disponíveis, faz do conteúdo do trabalho uma questão central, embora a situação atual continue bastante marcada pelo taylorismo.

De fato Taylor não morreu. Trabalha-se principalmente em chão de fábrica com as suas orientações devido ao fato da representação do trabalhador ser a mesma desde os primórdios do processo de industrialização. A negação dos saberes de quem produz continua valendo dentro do meio organizacional. A mudança de olhar sobre a atividade de trabalho começa a se esboçar por meio da atuação do Departamento de Recursos Humanos, (uma evolução do Departamento de Pessoal). Entretanto, sua atuação embora voltada para o homem dentro do contexto organizacional, ainda permanece sob a inspiração taylorista apesar da influência da Escola de Relações Humanas (movimento behaviorista). Porém, bastante contaminada pelas conservas culturais que a impedem de enxergar e valorizar o homem como o principal ator da atividade real dentro de uma situação de trabalho.

Também sobre essas considerações Guérin et al (2001) tem a acrescentar:

A situação descrita no exemplo precedente pode ser lida, sem dúvida, do ponto de vista da atividade dos trabalhadores confrontados com uma considerável evolução ao mesmo tempo comercial, técnica e organizacional de sua situação de trabalho.

Quem são elas? Em sua maioria, imigrantes sem qualificações, “enchedores de frascos”. Essa expressão usada na empresa manifesta claramente a representação, taylorista, estritamente operatória da atividade dessa

população. Esta apresenta características problemáticas para a evolução da empresa. Em 1986, a proporção de maiores de 40 é de 55%, e chegará a 74% no prazo de 5 anos, caso não se adote uma política de contratar pessoas com menos de 35 anos. Além disso, o tempo de serviço médio dessa população se aproxima a 20 anos. Mesmo tendo a empresa destinado mais de 5% da folha de pagamento à formação, essa população encontra grandes dificuldades para se “adaptar às novas exigências, mas é imperativo se virar com eles mesmos”, segundo o diretor. O responsável pela formação estimava que de 350 pessoas, 120 não se adaptavam a seu posto de trabalho ou davam problemas. Uma simples visita bastou para constatar essa situação, observando a atividade concreta (multiplicação dos incidentes, maior rigidez no constrangimento de tempo, sérias exigência de vigilância, etc.).

Como se pode depreender do exemplo acima, a superficialidade da observação da atividade real leva a erros de avaliação muito graves, gerando sérias injustiças como consequência da atitude meramente observativa. Muitas questões evidentemente estão envolvidas nessa situação. Porém, o que salta em primeiro plano é exatamente o total desprezo pela apreciação do próprio trabalhador da situação de trabalho, cujas informações poderiam dirimir dúvidas e inspirar soluções mais definitivas e compatíveis com os interesses da empresa e dos trabalhadores, já que estes não se veriam com frequência ameaçados em seus empregos.

A confrontação necessária entre os pontos de vista: o constante confronto entre trabalhadores e a estrutura de trabalho devem evoluir para a melhoria das situações de trabalho. Entretanto, para que isto ocorra torna-se necessário que as partes envolvidas tenham igualdade de condições para negociar as condições de trabalho. Quando isto não ocorre, os prejuízos são visíveis para ambos os lados.

Mais uma vez, recorre-se a Guérin et al (2001) para apreciar seus comentários sobre a questão. Os autores evoluem seus comentários tomando por base o exemplo que forneceram desde então, como fio condutor das suas pertinentes análises sobre os pontos de vista e suas confrontações. Seguem, pois, suas conclusões:

Nesse nosso exemplo, as decisões referentes ao plano de reestruturação industrial e sobretudo à automatização foram tomadas a partir de uma confrontação incompleta dos diferentes pontos de vista aqui apresentados. Tanto o departamento de pessoal quando a comissão de fábrica não dispõem de informação sobre as características do pessoal que permita antecipar os problemas. As referências à formação limitam-se às escolares. O resultado é um sistema que funciona mal em vários níveis:

- **No nível técnico.** Observamos uma taxa de utilização de máquinas de 65% para uma das instalações. No decorrer de um dia considerado normal, ela

ficou parada em média 21 segundos a cada 40 segundos por causa de múltiplos incidentes. Dois problemas graves de concepção podem ser levantados. De um lado, é um sistema rígido inadequado à variabilidade crescente da produção. De outro, foi concebido a partir do modelo errôneo do “enchedor de frascos”. Assim, por exemplo, os operadores usavam estratégias de enchimento adaptadas à situação de “fim de barril” para certos produtos espumantes.

- **No nível econômico.** Os objetivos não são atingidos. A instalação anterior devia ser conduzida por um operador e um mecânico-ajustador responsável por duas máquinas, ou seja, por “por uma pessoa e meia”. Para atingir uma taxa de utilização das máquinas de 65%, o mecânico-ajustador precisou ficar em tempo integral num único sistema. Pode-se então questionar a validade do cálculo econômico que serviu de base à definição do número de pessoas a demitir no quadro do plano de reestruturação.
- **No nível das condições de trabalho.** Estas pioraram. Certas tarefas, fisicamente penosas, foram suprimidas. Mas os operadores se queixam agora de uma maior fadiga, de uma perda de controle sobre o ritmo de trabalho, e de dificuldades para administrar os problemas apresentados pela máquina, a qual aliás apelidaram de “TGV” (trem de alta velocidade).
- **No nível social.** Verifica-se a constituição de duas populações: de um lado, os jovens mecânicos-ajustadores (idade média 35 anos), de outro os operadores de máquinas de envasamento e embaladores, cerca de 10 anos mais velhos. Essa diferenciação se agrava pelo próprio processo de formação, já que nas funções ocupadas preponderantemente pelos trabalhadores mais velhos que se registra a menor participação nas formações de longa duração na área técnica.

Assim, a ausência do ponto de vista da atividade no momento da elaboração do plano de reestruturação e das escolhas industriais traduziu-se em decisões discutíveis e na criação de uma situação espinhosa em todos os planos que caracterizam o funcionamento da empresa. Foram os parceiros sociais, ainda que de maneira contraditória, que contribuíram, através da Comissão de Fábrica, para constituir uma visão global, a qual claramente ficara faltando no plano de reestruturação.

Diante de tudo quando foi analisado sobre os pontos de vista das condições de trabalho e seus determinantes, fica clara a ausência do olhar dedicado à atividade dos trabalhadores, ou seja, da efetiva contribuição do ponto de vista dos trabalhadores para a compreensão da atividade desenvolvida no contexto organizacional. Assim, nada mais importante de que completar-se essa discussão, colocando a leitura do funcionamento sob a ótica privilegiada da atividade.

2.19. A atividade no funcionamento da empresa

Para o ergonomista o objeto de estudo não é pura e simplesmente o entendimento da atividade de trabalho em si. Essa visão reducionista em nada contribui para esse profissional,

se não for ampliada pela perspectiva da sua interferência. Sendo assim, para ele interessa compreender a atividade de trabalho para transformá-la. Isso só se torna possível na medida em que possa melhor conhecer o funcionamento da empresa. Seu ponto de partida é compreender a maneira como efetivamente o trabalho dos operadores se realiza e o ponto de chegada a compreensão e transformação da atividade do trabalho visando o melhor desempenho de quem a executa dentro de uma situação de trabalho. Para tanto, não dispensa o conhecimento do funcionamento da empresa como um todo, pois, a visão sistêmica permitirá identificar todos os determinantes da atividade de trabalho, tornando assim, a sua interferência mais efetiva.

Dizem Guérin et al (2001):

Aceitar essa abordagem é não somente lançar as bases de uma nova maneira de gerir os recursos humanos e de conhecer os meios de trabalho, como também permitir uma melhor articulação entre o social e o econômico. Ler o funcionamento da empresa a partir da atividade supõe uma atitude constante: jamais julgar os elementos desse funcionamento como, *a priori*, intangíveis. Deve-se poder analisá-los, questioná-los, justificá-los na medida em que for necessário para a compreensão da atividade. Trata-se pois, de um processo que põe em relação os componentes da atividade com aquilo que a condiciona e determina no funcionamento da empresa. É a atividade de trabalho que orienta essa articulação. Em termos de método, trata-se de uma abordagem teórica e prática que permite um contínuo ir e vir entre a atividade de trabalho e o conjunto de seus determinantes. Só assim se revela progressivamente o funcionamento da empresa em tudo que é útil a sua compreensão do ponto de vista da atividade de trabalho.

A visão sistêmica e integrada que hoje prevalece no meio organizacional como modelo de gestão, aliada ao entendimento epistemológico pós-moderno de um mundo probabilístico e não mais determinístico como rezava o paradigma moderno, dentro da concepção da empresa como um sistema aberto tem-se as condições propícias para prosperar os argumentos dos ergonomistas dentro do contexto organizacional. Para uma atuação mais efetiva da compreensão da atividade de trabalho e suas determinantes nas situações de trabalho, as articulações necessárias tornam-se possíveis dentro de um ambiente integrado, em que se perceba que tudo se relaciona com tudo, e que, portanto, a visão holística permite a tomada de decisão mais assertiva. Nesse constructo, a ergonomia como campo de trabalho pode oferecer às empresas uma importante contribuição, quando se apresenta como a responsável pelo reposicionamento do homem dentro do contexto empresarial a partir do melhor entendimento

da sua atividade real, para promover os ajustes necessários visando o bom funcionamento das relações travadas dentro desse contexto e dos resultados que interessam ser alcançados por todos que atuam no meio corporativo.

2.20. As ciências do homem e a engenharia: organização do trabalho, psicossociologia e ergonomia

Esse capítulo não poderia ser finalizado sem que se fizesse menção à contribuição de Alan Wisner, considerado junto com Guérin, os dois maiores pensadores da atualidade na área da Ergonomia. Assim, é de vital importância que se aborde, ainda que sumariamente a visão crítica de Wisner sobre a Organização Científica do Trabalho, a Psicossociologia do Trabalho e a Ergonomia, como se segue.

Numa revisão histórica Wisner (1987) assim comenta:

A tendência a introduzir dados sobre o homem na concepção do dispositivo técnico data do fim do século 19, com TAYLOR, embora tentativas anteriores já tivessem existido (regulamentação de VAUBAN sobre o transporte da terra nos trabalhos de fortificação).

Infelizmente, vários inconvenientes graves marcaram, e ainda marcam, os trabalhos de Frederick W. TAYLOR e seus sucessores na Organização Científica do Trabalho – OCT.

Apesar do nome OCT, as bases das recomendações não são científicas: desconhecimento da população de trabalhadores, incoerências inelutáveis da organização do trabalho, efeitos do trabalho a longo prazo. Enfim, o trabalho estudado é apenas a atividade motora, sendo negligenciada a atividade perceptiva e a mental. É verdade que naquela época o trabalho não interessa aos meios científicos. Se esse interesse existia, estava limitado ao esforço físico (J. AMAR).

Supõe-se que a técnica é definida e que o trabalhador só aparece como um complemento que deve tolerar seus inconvenientes. No máximo, se escolherão os instrumentos mais apropriados (uso de pás no carregamento de carvão e minerais de ferro nos pátios da U. S. STEEL – estudo de TAYLOR) eventualmente melhorar-se-á o ambiente físico (ruídos, calor, iluminação, etc).

O critério único dos estudos da OCT é a melhoria da produção e não da vida dos trabalhadores. Os critérios aumentarão eventualmente (?) de acordo com o aumento dos lucros da empresa.

Os conceitos de base da organização assim desenvolvidos são: a divisão do trabalho (alguns organizam – a direção e o corpo técnico – e os outros obedecem, sem discutir, em todos os detalhes): a divisão das tarefas (parcelamento das atividades, ciclos extremamente curtos, repetição).

Efetivamente, a organização clássica do trabalho não prioriza a participação do trabalhador na definição das orientações sobre as condições de trabalho, muito menos na prescrição das atividades e tarefas a serem por eles executadas. Pode-se dizer que o regime

Taylorista marca a ditadura de quem pensa sobre quem executa a ordem de comando das atividades de trabalho.

Sobre a psicossociologia do trabalho, Wisner (1987) tem a comentar:

O descontentamento dos trabalhadores submetidos a esse tipo de organização se expressa de vários modos. Por volta de 1930, alguns defendem a posição de que a solução não está na mudança ou rearranjo material do trabalho, mas na modificação do estilo das relações entre trabalhadores e chefias. O estudo de Elton MAYO e de Rothlis BERGER na *Western Electric* dá origem ao movimento de relações humanas que pretende enfrentar não apenas os problemas de produção, mas também os acidentes, a fadiga industrial, a psicopatologia do trabalho, a criatividade, etc. Rapidamente os membros desse movimento se apercebem de que a mudança nas relações interpessoais é limitada pela própria natureza da atividade e realizam, em 1947, o enriquecimento das tarefas na fábrica da IBM de *Poughkeepsie*. Conhecemos o considerável desenvolvimento desse modo de organização nos dez últimos anos. Porém, esse desenvolvimento é menor do que fazem parecer as entusiásticas descrições lidas nos jornais. De fato, essa orientação tem dois aspectos importantes, que as empresas logo percebem como perigosos:

1. a redução da divisão de tarefas, devido à ampliação e ao enriquecimento das tarefas. Infelizmente a divisão extrema do trabalho se explica pela efetiva rapidez de aprendizado das tarefas parceladas. Os trabalhadores sofrem uma sobrecarga maior do que anteriormente, se as tarefas são reagrupadas e as exigências de produção permanecem elevadas, mesmo no caso em que as mudanças nos métodos de fabricação são muito frequentes;

2. a redução da divisão do trabalho. Dá-se aos trabalhadores uma parte da responsabilidade de organizar seu trabalho. Alguns chamaram essa tentativa de democracia industrial, o que é um bom exemplo de inflação verbal. Percebem-se logo neste caso: limitações na liberdade de organizar, ligadas às exigências de volume, regularidade da produção e das técnicas de instalação; perturbações consideráveis na organização geral da empresa, particularmente em relação ao papel da chefia: pressão dos trabalhadores para ganhar mais espaço na organização de seu trabalho e sua profunda decepção no caso de recusa.

De fato, por mais apregoada que tenha sido a democracia industrial como uma conquista dos trabalhadores, pouco ou nada contribuiu para mudanças substanciais na situação de trabalho. O reconhecimento advindo dos estudos desenvolvidos por MAYO, de que fatores psicossociais interferem na situação de trabalho provocando mudanças de comportamento em quem o produz, revolucionou de certa maneira as relações de trabalho em chão de fábrica. Porém, não foi forte o suficiente para ensejar um tratamento diferenciado ao trabalhador, que passa necessariamente pelo entendimento de ser ele o ator de produção mais apto a falar sobre as atividades de trabalho. Este enfoque em momento algum lhe foi dado, de maneira que, as aparentes mudanças ocorreram muito mais no plano das idéias, ou seja, no plano teórico do

que no prático. Essa constatação explica a fala de Wisner quando este se refere à profunda decepção do trabalhador pela recusa de maior espaço para organizar o seu próprio trabalho.

Ainda pela ótica de Wisner (1987), vale ressaltar seus comentários a respeito do sistema homem-máquina e seus limites. Diz o autor:

Um sistema é, na linguagem da Informática, um conjunto “que gera todas as transferências de Informação, estabelece comunicações com o exterior etc. O programa se comunica com o sistema através de uma linguagem de controle e de comando etc”. (LAROUSSE, 1975). Na linguagem mais geral da engenharia, “o sistema é o conjunto das unidades que compõem um tipo determinado de material e de métodos de tratamento associado”. “Um sistema é também o conjunto formado por várias máquinas concebidas originalmente para funções diferentes ou interdependentes”. (LAROUSSE, 1975).

Nas grandes empresas, existem engenheiros de sistemas cujo papel é tornar compatíveis os diversos elementos de um sistema e levá-los a produzir de modo confiável e abundante. O ergonomista não seria nada mais do que um engenheiro de sistemas especializado, como deixa entender o título do livro de D. MEISTER: *Behavioral foudation of systems development* (Fundamentos comportamentais do desenvolvimento de sistemas).

Para ser eficaz no estudo do sistema homem-máquina, é preciso considerar, exclusivamente, as trocas de informação (as comunicações) entre o homem e a máquina e tomar como critérios as entradas e saídas desse sistema.

Assim, se permanece na linguagem comum ao engenheiro e ao psicólogo behaviorista, Neste caso, se negligencia o que é próprio do homem: o caráter penoso do trabalho (carga física, mental, tédio) e eventualmente os riscos de acidentes, na medida em que eles influenciam o comportamento durante o período considerado. (...) o rendimento de um operador na produção de grandes séries pode permanecer elevado em qualidade e quantidade até o momento em que uma crise nervosa, um acidente ou a decisão de largar o trabalho irrompem na situação. Porém, numerosos índices fisiológicos poderiam ter mostrado, antes do incidente, a sobrecarga à qual o operador estava sujeito. Assim, a simples assimilação do homem a um elemento se um sistema conduz a graves erros de apreciação da realidade do trabalho.

Wisner (1987), conclui seus comentários, afirmando:

Essas considerações críticas não devem mascarar o interesse considerável da nova abordagem das condições de trabalho em que não mais se considera o homem de um lado e o dispositivo de trabalho do outro, mas sim sua interrelação, e onde não se esquece de que o homem e sua máquina estão ligados, de um modo determinante, a conjunto mais vastos, em diversos níveis.

Esta condição se torna viável quando com o concurso da ergonomia, enquanto ciência que busca compreender o trabalho para transformá-lo em seus aspectos de penosidade e constrangimento, considerando para tanto, não apenas todos os intervenientes que incidem

sobre as condições de trabalho, mas, sobretudo, ouvindo o seu principal ator que também é o principal interessado nesse debate.

Wisner (1986) apresenta sua visão sobre a Ergonomia com o seguinte comentário:

O movimento ergonômico é extremamente complexo devido a sua múltipla origem científica e sua extensão mundial.

Os contornos da prática ergonômica variam de um país a outro e, às vezes, de um grupo a outro. Porém quatro de seus aspectos são originais:

1. a utilização de dados científicos sobre o homem;
2. a origem multidisciplinar desses dados;
3. a aplicação sobre o dispositivo técnico e, de modo secundário, sobre a organização do trabalho e a formação;
4. a perspectiva de uso desse dispositivo pela população normal de trabalhadores disponíveis, sem uma severa seleção.

A grande questão que percorre a ergonomia é a de seus critérios. Trata-se apenas de assegurar sem grandes problemas o funcionamento do sistema produtivo, ou de obter primeiramente, ou pelo menos simultaneamente, a saúde plena dos trabalhadores?

Nos EUA e na Inglaterra, os higienistas industriais tem uma prática antiga sobre a saúde física, e a ergonomia se desenvolveu separadamente, durante a Segunda Guerra Mundial, a partir de um diálogo entre engenheiros e psicólogos behavioristas, que tem em comum a linguagem do desempenho que compara a entrada e saída do dispositivo industrial. Essa atitude contribui para a ergonomia como um prosseguimento da OCT. Se considerarmos os limites da OCT, tal assimilação é, no mínimo, audaciosa.

Na Europa Continental e particularmente na França, a influência é traduzida por uma tentativa de fazer convergir as correntes da higiene industrial e da ergonomia do tradicional dos médicos e dos fisiologistas do trabalho e seu interesse pela ergonomia do tipo americano. Certos ergonomistas franceses tentam também incluir aí sua contribuição à engenharia, o que pode resultar na corrente psicossociológica.

A verdade é que a contribuição da ergonomia enquanto ciência aplicada ao homem dentro da situação de trabalho é de real importância para dirimir conflitos dentro do meio organizacional. Os diversos enfoques aqui discutidos como pontos de vista, quando observados isoladamente resultam quase sempre em erros de avaliação e prejuízos de toda sorte. Portanto, a proposta ergonômica quando adotada como uma ferramenta pela área de Recursos Humanos poderá se tornar cada dia mais útil na compreensão e transformação da atividade de trabalho.

2.21. Educação X Trabalho: a conciliação necessária

A tese da universalização da Educação e do Trabalho defendida por Mészáros (2005) reflete sua perfeita consonância com os novos paradigmas da Educação e do Trabalho,

enquanto campos de ciência, cujos novos postulados apontam para uma perspectiva emancipatória do homem.

Mészáros (2005) assim comenta:

A idéia que pretendo destacar é a de que durante um período de quase cinco séculos, enfatizam a urgência de se instituir – tornando-a ao mesmo tempo irreversível – uma radical mudança estrutural. Uma mudança que nos leve *para além do capital*, no sentido genuíno e educacionalmente viável do termo.

A proposta do autor para se viabilizar requer necessariamente uma mudança paradigmática que atinja a lógica epistemológica de conceber o mundo. Esse novo olhar aos poucos vai se impregnando no cotidiano das pessoas e das instituições, notadamente nas áreas da Educação e do Trabalho, onde se observa os esforços no sentido de superar a visão fragmentada defendida pelo paradigma conservador.

Nesse sentido, Noronha (2002) propõe:

O modo como se organizam a produção e a sociedade no atual contexto histórico demanda e propõe uma educação de novo tipo, uma outra pedagogia, um outro tipo de formação docente e outras formas de avaliar. A avaliação adquire novas funções, mas continua exercendo seu papel de controle social e de distribuição das contingências.

A educadora se refere especificamente às políticas educacionais nacionais que embasam os objetivos da Educação sistematizada no país, cujo modelo está centrado na Teoria do Capital Humano de Theodore Schultz (1973) que preconiza:

[...] a educação é uma das fontes principais do crescimento econômico depois de ajustar-se as diferenças nas capacidades inatas e características associadas que afetam os rendimentos, independentemente da educação. [...] Educar é revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente, significa aperfeiçoar uma pessoa, moral e mentalmente, de maneira a torná-la suscetível de escolhas individuais e sociais, e capaz de agir em consonância; significa prepará-la para uma profissão, por meio de instrução sistemática.

A esse viés utilitarista em que se coloca a Educação nacional quando propõe preparar para o exercício profissional, os novos paradigmas buscam responder, quando propõem uma Educação emancipadora, capaz de preparar o homem para responder aos desafios da contemporaneidade que, não se confirmam apenas no mundo do trabalho, embora também, dele não se exclua. Sobretudo, os novos postulados estão direcionados para a criação de uma sociedade pluralista inserida numa perspectiva sistêmica e globalizante.

O mundo da fragmentação do conhecimento, das certezas absolutas e do determinismo que caracteriza o paradigma embasado nos postulados de Newton e Descartes, vigente na Era Moderna, vai se desmoronando. Num movimento de superposição ainda por se completar, aos poucos, vai sendo substituído pela visão do todo, das incertezas e das verdades provisórias, enfim, pela visão de mundo probabilística e não mais determinística.

Essa mudança paradigmática surge como uma nova episteme que, no entender de Regis de Moraes (2002), ainda não se pode considerar como tal, uma vez que está em plena construção. Desse movimento surge a Teoria da Complexidade e com ela, o paradigma da complexidade, tão ao gosto de Capra (2002) e Morin (2000).

Para Capra (2002), os pressupostos para a instauração de um novo paradigma exigem uma revisão na visão de mundo, de sociedade e de homem. Isso implica na concretização de uma nova episteme, simbolizando uma nova cultura para vivenciar e resolver os problemas contemporâneos. O filósofo Capra (2002) em sua obra “O Ponto de Mutação”, escrita em 1983, preconizava:

O paradigma da física tinha que ser substituído por uma estrutura conceitual mais ampla, uma visão da realidade cujo centro fosse ocupado pela própria vida. [...]. A nova visão da realidade que haveria enfim de substituir em diversas disciplinas a visão de mundo mecanicista e cartesiana que ainda não estava de maneira alguma plenamente desenvolvida e estruturada.

O movimento iniciado por Capra, nos anos 80, se intensificou de tal forma que nas últimas décadas do século XX, profissionais de todas as áreas do conhecimento passaram a defender seus postulados com especial destaque para os físicos e os matemáticos, como bem exprime o próprio Capra (2002):

Depois disso, cientistas e matemáticos deram um passo gigantesco rumo à formulação de uma teoria dos sistemas vivos: desenvolveram uma nova teoria matemática – um conjunto de técnicas matemáticas - para escrever e analisar a complexidade dos sistemas vivos. Isso tem sido chamado de “teoria da complexidade” ou “ciência da complexidade” nos escritos de divulgação científica. Os cientistas e matemáticos, por sua vez, preferem chamá-la pelo nome mais prosaico de “dinâmica não-linear”.

O autor ressalta o papel relevante dos físicos quânticos nesse constructo, reconhecendo as dificuldades que tiveram ao longo do tempo para superar o paradigma conservador, avançando de forma exitosa na ciência. Em reconhecimento, Capra (2002) tece comentário: “do esforço intelectual e emocional deles nasceram profundas intuições sobre a natureza do

espaço, do tempo e da matéria, e, com elas, as linhas mestras de todo um novo paradigma científico”.

Esse novo paradigma implica numa desconstrução do modo como a sociedade moderna vive, faz ciência e se conecta com o mundo, ou melhor, com os mundos.

Na visão de Moraes (2002):

É hora de retomarmos a reflexão empenhada sobre o sentido da vida; no entanto, tal reflexão só se faz inteiramente na medida em que cada um de nós chega à conciliação entre razão e mística, ciência e transcendência. Nada pode ser mais central aos interesses da educação do que o resgate do sentido de viver, muito embora numerosos especialistas se agradem muitíssimo em perderem-se nos labirintos tecnicistas da complexa temática educacional, ao que parece, por duas razões: ao fazer pose para o meio erudito em revistas de radical cientificidade; ao fugir dos temas centrais à vida humana, por despreparo reflexivo.

O autor em sua apreciação sobre os novos caminhos da educação apresenta o corolário de perspectivas que ela deve contemplar e, adverte para a tendência natural dos especialistas para sublevar os reais objetivos da educação, submetendo-os às questões menores, perdendo-se em “labirintos tecnicistas” que em nada contribui para a promoção de uma educação emancipadora. Alerta também para as dificuldades de reflexão diante da complexidade dos problemas a serem resolvidos sob a égide da Educação.

Behrens (2006) sugere então: “uma estrutura conceitual que integra as dimensões biológica, cognitiva e social da vida, da mente e da sociedade e inclui o desenvolvimento de uma maneira coerente e sistêmica de encarar algumas questões mais críticas da nossa época”.

Com base nesse novo olhar, Morin (2000) propõe: “a leitura do universo com a visão do todo e a reaproximação das partes fragmentadas pelo paradigma conservador”. Em sua obra “Os sete saberes necessários à educação do futuro”, Morin (2000) define os tais saberes, como pilares essenciais nos quais deverão se apoiar a ação pedagógica com vista à formação do novo homem. Assim os descreve:

1. **Primeiro saber** – “As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão”. Aponta para a necessidade de desenvolver uma educação que priorize o estudo das características cerebrais, mentais e culturais dos conhecimentos, das modalidades e dos processos concebidos e das conseqüentes disposições culturais e psíquicas que o conduzem ao erro ou à ilusão. Propõe a promoção do “conhecimento capaz de apreender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais”.

2. ***Segundo saber*** – “Os princípios do conhecimento pertinente”. Com este princípio busca denunciar a dificuldade de superação da visão mecanicista do universo quando assim comenta: “a supremacia do conhecimento fragmentado, de acordo com as disciplinas, impede frequentemente de operar o vínculo entre as partes e a totalidade, e deve ser substituído por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto”. E conclui: “os seres humanos precisam retomar a visão de contexto, de conjunto e o significado das relações entre as partes e o todo”.
3. ***Terceiro saber*** – “Ensinar a condição humana”. Este princípio procura restaurar a unidade complexa da natureza humana, quando reconhece que o ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Desta forma, a educação que preconiza a fragmentação do conhecimento por meio de disciplinas estanques, só dificulta a compreensão da verdadeira dimensão do ser humano. Morin (2000) conclui: “o maior desafio será restaurar a consciência da humanidade no sentido de agregar a identidade individual e a identidade complexa dos seres humanos”. E acrescenta: “a visão enganosa que os fenômenos ocorrem isoladamente levou parte da população a agir de maneira irresponsável frente aos seus semelhantes, aos animais e à natureza”.
4. ***Quarto saber*** – “Ensinar a identidade terrena”. Para o autor a educação tem ignorado o destino planetário da humanidade. “O conhecimento dos desenvolvimentos da era planetária, que tendem a crescer no século XXI, e o reconhecimento da identidade terrena, que se tornará cada vez mais indispensável a cada um e a todos, devem converter-se em um dos principais objetos da educação”. Nesse constructo a Educação é chamada para desenvolver papel de suma importância. Terá que superar o paradigma conservador vigente, expurgando todos os males que dele decorre, como as injustiças sociais advindas de um modelo de educação que prioriza a visão individualista, a competição desenfreada, a violência que tomou conta dos organismos sociais e o desrespeito aos direitos humanos. É preciso que se tenha a consciência de que todos os atos emanados pelo homem, sejam eles positivos ou negativos, geram consequências que afetam o meio ambiente e comprometem a convivência pacífica, fraterna, solidária e responsável no universo.

5. ***Quinto saber*** – “Enfrentar as incertezas”. Quebrar os pilares que se constituíram ao longo dos últimos séculos, no paradigma newtoniano-cartesiano que preconiza os princípios reducionistas e verdades incontestes, impondo uma nova lógica epistemológica. Para tanto, Morin (2000) propõe um ensino voltado à resolução dos problemas que envolvem as incertezas do mundo pós-moderno. Nesse sentido, a Educação deveria se preocupar em “ensinar princípios de estratégia que permitiriam enfrentar os imprevistos, o inesperado e a incerteza, e modificar seu desenvolvimento, em virtude das informações adquiridas ao longo do tempo”. E acrescenta: “É preciso navegar em um oceano de incertezas em meio a arquipélagos de certezas”. Em síntese, o que se propõe é a extinção completa da visão determinista da história e com ela, a concepção das verdades absolutas.
6. ***Sexto saber*** – “Ensinar a compreensão”. Para o autor dessa aprendizagem depende o futuro da humanidade. “A compreensão é a um só tempo meio e fim da comunicação humana. Entretanto, a educação para a compreensão está ausente do ensino. O planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensão mútua” (Morin, 2001). É preciso urgentemente desconstruir a formação defeituosa que levou o homem a assumir uma postura maniqueísta de indiferença e incompreensão, aprisionado a uma visão individualista do mundo que o torna incapaz de se sensibilizar diante das demandas sociais e ambientais. A recuperação de valores essenciais para a saudável convivência humana, como confiança, fraternidade, solidariedade, precisam ser internalizados como emblemáticos da consciência social do novo homem.
7. ***Sétimo saber*** – “A Ética do gênero humano”. Para Morin (2001) “A ética não poderia ser ensinada por meio de lições de moral. Deve formar mentes com base na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie. Carregamos em nós esta tríplice realidade”. Portanto, as dimensões individual, grupal e comunitária do homem, expressam o contraditório e, em respeito a elas, o seu posicionamento deve ser pautado pelo respeito ao seu semelhante e aos outros seres do universo que uma vez partilhado, não permite ações predatórias de qualquer natureza.

Na visão do sociólogo francês Edgar Morin, é na escola que se observa a maior fragmentação do conhecimento, em função do parcelamento do tempo em disciplinas

estanques, que obedecem a uma estrutura tradicional com base no paradigma newtoniano-cartesiano. Em contrapartida, a diversidade de sujeitos e objetos que exigem conexões transforma a sala de aula num fenômeno complexo e por isto mesmo, o campo ideal para se iniciar o processo de mudança no sentido da instauração de uma nova mentalidade. A meta defendida por Morin é a transdisciplinaridade. Diz ele: “Só convencido de que tudo se liga a tudo e de que é urgente aprender a aprender, o educador adquirirá uma nova postura diante da realidade, necessária para uma prática pedagógica libertadora”. (Morin, 2001).

Com os pressupostos Moriniano busca-se agora estabelecer o nexos entre educação e trabalho que, na perspectiva do paradigma da complexidade, devem colimar para a formação integral do homem, para além de quaisquer condicionamentos.

Frigoto (2002) ressalta:

Percebe-se que o modo dominante de apreender e de orientar na prática a relação trabalho e educação, mesmo em quadros progressistas, passa pelas seguintes dimensões: a) uma dimensão moralizante, tão ao gosto da moral burguesa, onde o trabalho manual e intelectual aparecem igualmente dignos, formadores de caráter e da cidadania; b) uma dimensão pedagógica, onde o trabalho aparece como uma espécie de laboratório de experimentação – aprender fazendo; c) e, finalmente, uma dimensão social e econômica, onde os filhos dos trabalhadores podem autofinanciar sua educação (escolas de produção). Essas perspectivas, enquanto não se subverter radicalmente a relação que as orienta, situam-se no limite imposto por ela.

A superação das dimensões referidas pelo autor dá mostra do caráter utilitarista em que estão fincados os pilares da Educação sistemática. O desmonte desse modelo não é uma tarefa fácil, até porque, remonta a quase três séculos de história. Entretanto, é emergencial para todos aqueles que estão comprometidos com a consolidação do paradigma emergente (da complexidade), buscar saídas para desarticular do eixo educação-trabalho a visão reducionista que o modelo atual confere. Afinal vive-se a Era do Conhecimento e, com ela, o próprio conhecimento é erguido à categoria de motor de economia - promotor das riquezas -, substituindo a tríade: terra, capital e trabalho. Neste sentido, o acesso ao conhecimento passa a ser uma necessidade da sociedade pós-moderna. Portanto, a relação educação-trabalho, enquanto campo do saber deve transcender a qualquer interesse menor que impeça o homem de desenvolver-se integral e convenientemente, para responder aos desafios impostos por um mundo cada vez mais marcado pelas incertezas e complexidade.

Assim, como bem ressalta Manacorda (1966):

Em Marx, o trabalho transcende, primeiramente, de um modo necessário a toda a caracterização pedagógico-didática, para se identificar com a própria essência do homem. Trata-se de uma concepção que exclui toda a possível identificação ou redução à tese pedagógica marxiana de união do ensino e do trabalho produtivo no âmbito das atuais hipóteses de um trabalho, seja com o objetivo meramente profissional, seja como função didática, como instrumento de aquisição e comprovação das noções teóricas, seja com fins morais de educação do caráter e de formação de atitude de respeito para com o trabalho e para quem trabalha. Compreende, assim, todos esses momentos, mas os transcende.

Frigoto (2002) salienta a dificuldade de transcender as dimensões citadas, que no seu entendimento, advém da não-superação da visão do trabalho como coisa, como objeto. Explicando melhor sua reflexão, apropria-se da visão materialista com a qual Marx criticara na I Tese sobre Feuerbach:

A insuficiência de todo o materialismo até os nossos dias (o de Feuerbach incluído) é de a coisa (Gegenstand), a realidade, o mundo sensível, serem tomadas sob a forma de objeto (objekten) ou contemplação (anschauung), mas não como atividade humana, sensível, práxis, não subjetivamente. (Marx & Engels, 1984).

Portanto, tem razão Kuenzer (2009), quando se referindo à democratização do ensino médio, ao tecer algumas considerações sobre a sua universalização, desenvolve raciocínio absolutamente pertinente à análise do binômio educação-trabalho, quando comenta:

Do ponto de vista da nova concepção, tem-se clareza de que ela só será plenamente possível em uma sociedade em que todos desfrutem igualmente das mesmas condições de acesso aos bens materiais e culturais socialmente produzidos. Ou seja, em uma sociedade na qual os jovens possam exercer o direito à diferença, sem que isso se constitua desigualdades de tal modo que as escolhas por determinada trajetória educacional e profissional não seja socialmente determinada pela origem de classe.

Mais uma vez Morin (2000) deve ser evocado, pois, em sua obra “Os sete saberes necessários à educação do futuro”, aponta os caminhos a ser percorrido pela Educação na direção de uma sociedade mais justa, fraterna e socialmente responsável. Essa construção vem de encontro às aspirações da Kuenzer, pois implica em profundas transformações do organismo social, em prol de maior justiça social. Obriga também a todas as instituições, inclusive as educacionais a se reestruturarem para se adequar às mudanças que celeremente ocorrem no mundo, na sociedade, enfim, em todos os seres que habitam o planeta terra.

O paradigma inovador, em particular, afeta a Educação geral, porém em especial a Educação Superior. As universidades e as escolas precisam superar o paradigma conservador tão impregnado em suas práticas pedagógicas, principalmente no que se refere ao ensino passivo, calcado na prática da transmissão e repetição do conhecimento.

Behrens (2006) comenta que:

O paradigma da complexidade conduz à superação da visão linear e disciplinar na escola e leva a buscar a interconexão das diversas áreas do conhecimento. Com vistas a consolidar essa interconexão e a unificação, aponta para processos de aprendizagens que envolvam a produção do conhecimento crítica, reflexiva e transformador. Com esse desafio posto, acredita-se que na entrada do século XXI, a mudança de paradigma seja a principal função da educação e, especialmente, da escola.

O desafio se inicia quando se propõe a organização dos currículos não mais pelo desenho de disciplinas estanques, mas que propicie uma visão holística, sistêmica e integradora dos conteúdos programáticos. Propõe, portanto, como sugere Zaballa (2002) “processos de aprendizagem que levem a atitudes como: multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar”. O autor vai além, quando acrescenta a perspectiva metadisciplinar, quando as disciplinas deixam de ser objeto de estudo para se transformar em instrumentos ou em meios para alcançar os objetivos pretendidos.

Zaballa (2002) enfatiza que, neste sentido acrescenta-se que, na universidade deve ser entendida a metadisciplina como “a ação de se aproximar dos objetos de estudo a partir de uma ótica global que tenta reconhecer sua essência e na qual as disciplinas não são o ponto de partida, mas sim o meio que dispomos para conhecer uma realidade que é global e holística”. Desta forma, busca-se o conhecimento com uma visão mais complexa, desprezando a visão linear prevalecente.

As transformações preconizadas no paradigma da complexidade visam prioritariamente à ruptura com a visão fragmentada dos saberes, quando se propõe a produzir o conhecimento crítico, transformador, significativo e relevante utilizando como ferramenta a visão globalizadora. Toda esta discussão vem confirmar a possibilidade de produzir o conhecimento a partir de uma ótica humanizadora, que ao invés de se utilizar de fragmentos para compor quadros idealizados da produção social, busca na compreensão do todo, apreender a realidade na sua complexidade para oferecer soluções aos problemas do mundo contemporâneo.

Portanto, considerando que nesse estudo, abriu-se um espaço maior para contemplar a Administração Taylorista e a Ergonomia tendo em vista os objetivos da pesquisa, entende-se que o ideal seria promover o olhar interdisciplinar, para extrair de cada uma delas o melhor entendimento das relações de trabalho e produção que se processam no interior de cada unidade operativa, até na perspectiva da sustentabilidade.

Diante do exaustivo esforço teórico para compreender as várias vertentes e concepções que comportam o trabalho humano, sua organização e representações, acredita-se que já se tenham acumulado o conhecimento necessário para servir de instrumental teórico para a pesquisa de campo que se descreve mais detalhadamente no próximo capítulo.

III CAPÍTULO

A PESQUISA DE CAMPO

3.1. Dados introdutórios à pesquisa de campo

A cana de açúcar cultivada em terras pernambucanas concentra-se na zona da mata há aproximadamente V séculos. A área cultivada perfaz cerca de 12 mil hm^2 , situada nas proximidades do Oceano Atlântico, onde o solo rico favorece a agricultura, seus rios são perenes e não sofre as constantes ameaças de secas, como em outras regiões do estado.

Desde os idos de 1871, a indústria açucareira sediada no estado de Pernambuco vem sofrendo mudanças constantes. Esse processo se inicia com os antigos engenhos banguês em estado de decadência cedendo lugar aos engenhos centrais e as usinas. Foram poucos os engenhos banguês que conseguiram sobreviver até a segunda metade do século XX.

A zona canavieira pernambucana contou com uma malha ferroviária de responsabilidade da *Great Western*, e com alguns poucos ramais construídos pelas usinas para transportar a cana. A partir de 1965, as ferrovias foram substituídas pelas rodovias, mantendo-se até hoje, como o principal meio de escoamento da cana-de-açúcar.

A primeira usina que se tem notícia no estado de Pernambuco foi à de São Francisco da Várzea, cuja primeira moagem data de 1875. O estado já registrou mais de 100 usinas ao longo da história do cultivo e beneficiamento da cana de açúcar. Entretanto, na atualidade, restam apenas 38, sendo que algumas se encontram paralizadas ou desativadas. (Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation>. Acesso em 31 jan. 2007).

Por ordem alfabética, tem-se a relação das usinas instaladas em Pernambuco:

Água Branca *	Brasil *	Central Olho D'Água
Aliança *	Brejo *	Coelhas *
Aripibú *	Bulhões	Colégio *
Bamburral *	Cabeça de Negro *	Conceição dos Milagres*
Bananal *	Cachoeira Lisa *	Condado *
Barão de Suassuna	Camurim Grande (Santa Inês) *	Crauatá *
Barra *	Capibaribe *	Cruangi (antes Genipapo)
Betrão *	Carassú (depois Central Barreiros)	Cucaú
Bom Destino *	Catende	Cursay *
Bom Dia	Caxangá	Cuyambuca –(MoçaBonita)
Bom Jesus	Central Barreiros	Desespero *
Bosque *	Central Nossa Senhora de Lourdes*	Matary
Moreno *	Goiana	
Muribeca *	Gravatá *	
Mussú *	Ipojuca	
Mussumbú *	Jaboatão *	

Mussepe *	Jaguaré *
Mussurepe *	Javunda *
Nossa Senhora Auxiliadora *	José da Costa *
Nossa Senhora da Vitória *	José Ranufo*
Nossa Senhora das Maravilhas	Laranjeiras
Nossa Senhora do Carmo (antes	Liberato Marques *
Sta. Pânfila)	Limoeirinho *
Nossa Senhora do Desterro	Lustosa *
Nova Conceição *	Mameluco *
Pedroza	Manoel Borba *
Penderama *	Maria das Mercês *
Peri-Peri *	Massauassu *
Perseverança *	Santa Terezinha
Petribú	Santa Terezinha de Jesus *
Pitajá *	Santo André
Pirangi *	Santo Inácio *
Pocinho *	São Félix *
Progresso Colonial (depois Jaboatão) *	São Francisco da Várzea *
Pumaty (antes Central Bom Gosto)	São João da Várzea *
Regalia *	São José (antiga Coelho)
Ribeirão *	São Salvador *
Rio Uma *	Serra-Azul *
Roçadinho *	Serro-Azul *
Salgado	Sibéria *
Sant'Anna d'Aguiar *	Sibiró Grande *
Santa Filonila *	Timbó *
Santa Flora *	Timbó-Assú *
Santa Rita *	Tinoco *
Santa Tereza	Tiuma *
Desterro	Trapiche
Dois Irmãos *	Trapiche do Cabo *
Engenho do Meio *	Três Marias *
Espírito Santo *	Treze de Maio *
Estreliana *	Trincheira *
Firmeza *	Ubaquinha *
Floresta (Usina Pinto) *	União e Indústria
Frei Canaca	Uruaé *
Freixeiras *	Vicente Campelo
Gigantes *	

* Usina desativada, paralizada ou incorporada. (Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation>. Acesso em 31 jan. 2007).

As usinas que estão na ativa sofrem permanente vigilância para comprovar se os acordos firmados entre elas e o poder público estão sendo rigorosamente cumpridos, conforme

reza a Lei 5.889, de 18-06-73, regulamentada pelo decreto 73626/74, que estabelece normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências, conforme consta do anexo 1.

A leitura dos artigos e textos constitucionais e legais sobre o trabalho rural, constantes na carta magna do país – CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988, fez-se necessária nesse estudo porque possibilitou a análise comparativa dos avanços das conquistas efetivas que ocorreram desde a sua instituição, bem como permite comprovar na prática, como a legislação é cumprida: se em parte, na sua totalidade, ou ao arrepio da lei.

No estado de Pernambuco as convenções coletivas de trabalho tem conquistados ao longo dos anos ganhos efetivos que contemplam os direitos do trabalhador rural com base no texto constitucional, devido a efetiva participação dos órgãos de classe e representantes das diversas categorias que compõem o setor sucroalcooleiro da região.

Assim, as obrigações convencionais de empregadores e trabalhadores rurais em Pernambuco, previstas na CCT – Convenção Coletiva de Trabalho -, de 2005/2006 (08/10/2005 a 07-10-2006), conforme anexo 2. O texto dispõe sobre o pagamento do salário mínimo unificado, estabelece tabela com o preço a ser pago nas diversas tarefas executadas no campo, além do uso dos equipamentos de segurança, dentre outras providências.

Para atender a esse dispositivo da CCT, o SINDICAPE – Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar no Estado de Pernambuco, em parceria com o SINDAÇÚCAR, lançou uma cartilha educativa contendo as instruções para o uso correto dos equipamentos de proteção individual na lavoura canavieira. Essa iniciativa teve como motivação educar os seus associados para o uso correto dos equipamentos, evitando acidentes de trabalho pelo mau uso das ferramentas. Segundo informação do presidente do sindicato, 98% dos associados são pequenos produtores rurais, que possuem entre 15 a 20 hectares de terra. Tal população é constituída de lavradores que se beneficiaram dos programas de reforma agrária e outros com a finalidade de distribuir a terra para quem dela quisesse viver. Portanto, a cartilha educativa tem endereço certo porque visa prioritariamente instruir esses agricultores para utilizar os equipamentos de proteção e as ferramentas de trabalho, já que muitos deles também executam o trabalho do campo.

A apresentação da cartilha subscrita pelos dois sindicatos está assim redigida:

A presente cartilha constitui iniciativa comum das diretorias do SINDICAPE e do SINDAÇÚCAR e objetiva a conscientização

dos produtores rurais canavieiros acerca da necessidade de resguardar-se a segurança e saúde no trabalho de campo.

Destina-se, assim, especialmente aos empregadores e trabalhadores que se dedicam ao cultivo da cana-de-açúcar, apontando os deveres de ambos quanto ao fornecimento, uso, conservação e devolução dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's).

Esses equipamentos de segurança correspondem às atividades de preparo do solo, plantio, limpa e colheita da cana-de-açúcar e devem ser fornecidos pelos empregadores e para uso de seus respectivos empregados.

A obrigatoriedade do fornecimento e do uso dos EPI's decorre de lei, mas o cumprimento da obrigação depende necessariamente dos agentes responsáveis pela segurança e saúde no trabalho.

Aos empregadores e empregados e respectivos Sindicatos incumbe concretizar as ações que se voltam para a realização do programa, que com esta cartilha se inicia.

O conteúdo desta é formado por instruções específicas com origem na Norma Reguladora – NR – 31, além de instruções que representam momentos próprios da execução da atividade canavieira.

Esperam assim o SINDICAPE e o SINDAÇÚCAR que a presente Cartilha contribua decisivamente para a conscientização da obrigatoriedade do fornecimento e uso dos Equipamentos de Proteção Individual na lavoura canavieira de Pernambuco.

Recife, Dezembro, 2006
SINDICAPE e SINDAÇÚCAR

Essa cartilha demonstra o compromisso em divulgar a forma correta para o uso e manutenção dos equipamentos e ferramentas de trabalho, quando de forma didática representa com ilustrações a maneira correta de utilização dos equipamentos. Para os trabalhadores rurais analfabetos, ela possui um poder de comunicação efetivo, porque as ilustrações reproduzem as situações de trabalho no campo de forma clara, de modo que a mensagem pode ser apreendida, mesmo sem a possibilidade de leitura.

A lista dos equipamentos de proteção individual é longa, conforme descrição abaixo:

- **Proteção para a Cabeça:** capacete, boné árabe, chapéu de palha de aba larga, óculos escuros; óculos de proteção, protetor auricular, máscara (respirador purificador), máscara contra poeiras.
- **Proteção para os membros superiores:** camisas de manga compridas, luvas, aventais com manga única, braçadeiras e creme protetor.
- **Proteção para o tronco:** aventais impermeáveis, coletes normais ou impermeáveis, capas para chuva, jalecos hidrorrepelentes.

- **Proteção para os membros inferiores:** botas de couro hidrofugado, perneiras, calças hidrorrepelentes.
- **Proteção para o corpo inteiro:** calça, macacão, conjunto de segurança – formado por calça e blusão ou jaqueta ou paletó.

O uso adequado de cada equipamento está diretamente ligado à atividade que o trabalhador rural executa. Portanto, para cada função recomenda-se o uso da EPI específico. Assim, para:

- **Administrador:** recomenda-se o uso do chape de palha, do paletó e da bota. Esse trabalhador tem como atividades: administrar, gerenciar, controlar e organizar todos os trabalhos nas áreas de campo, patrimônio, materiais, informações, financeira, moagem, dentre outras.
- **Cabo de Turma:** recomenda-se o uso do chapéu de palha, do paletó e de botas. Tem as seguintes atividades: realizar a medição da área (cubagem da terra) e distribuição das tarefas no solo (terra) onde serão desenvolvidas as tarefas. Avaliar trabalhos realizados por meio de medições de campo para posterior pagamento.
- **Roço de mato:** utiliza como equipamentos de proteção: o chapéu de palha, óculos escuros, luvas, perneiras, paletó e botas. Tem como atividades: roçar o mato das áreas previamente medidas e designadas para o plantio da cana de açúcar.
- **Encoivarar o mato:** utiliza como EPIs: óculos escuros, chapéu de palha, botas e paletó. Suas atividades compreendem: embolar o mato roçado utilizando varas de madeira ou ancinhos acumulando-os em local destinado fora da área de plantio.
- **Tratorista:** para o preparo do solo mecanizado. Utiliza como equipamentos de proteção: protetor auricular, capacete, luvas, óculos escuros, máscara contra poeiras e botas. Tem como atividades: operar máquinas e equipamentos agrícolas. (roçar, arar, subsolar, gradear, sulcar, aplicar calcário, fertilizantes, herbicidas e defensivos, operar colheitadeira mecânica e outros equipamentos agrícolas).
- **Preparo do solo manual:** EPIs: óculos escuros, chapéu de palha, luvas, paletó e botas. Suas atividades compreendem: realizar roço de mato, limpa, encoivaramento, abertura (cavagem) de sulcos fazendo uso de implementos agrícolas manuais como foice, estrovengas, enxadas.

- **Preparo do solo (tração animal):** EPIs: paletó, luvas, botas e chapéu de palha. Quanto às atividades desenvolvidas são: conduzir juntas de boi no revolvimento do solo, utilizando arado de aiveca. Gradear e sulcar.
- **Corte de Semente:** EPIs: chapéu árabe, luvas, perneira, avental com manga única, paletó e botas. As atividades são: corte de cana crua (sem queimar a cana) para semente.
- **Transporte de cana semente (tração animal):** carreiro – EPIs: paletó, luvas, botas e chapéu de palha. As atividades são: transportar cana semente por meio de carroças ou zorras puxadas por animais (bois) conduzidas pelo trabalhador.
- **Transporte de cana mecanizado:** tratorista – EPIs: capacete, óculos escuros, máscara contra poeiras, protetor auricular, luvas e botas. Sua atividade é: operar trator com carroças transportando cana semente.
- **Aplicação de calcário:** EPIs: chapéu de palha, máscara contra poeiras, óculos escuros, luvas, botas e camisa de mangas compridas. Atividades executadas: distribuir homogeneamente o calcário, previamente calculado, sobre o solo utilizando medidas manuais.
- **Adubação de cana planta (fertilização o solo para plantio):** trabalhadeira rural (adubadeiras). EPIs: chapéu de palha, camisa de mangas compridas, luvas, óculos escuros, máscara contra poeiras e botas.
- **Aplicador de herbicidas, Inseticidas e Cupinícidas:** EPIs: chapéu árabe, luvas, óculos de proteção, macacão, máscara (respirador purificador), avental impermeável e botas.
- **Limpa de mato:** EPIs: chapéu de palha, óculos escuro, luvas, perneiras, botas e camisa de mangas compridas.
- **Queima de cana para o corte:** capacete, óculos escuros, botas e luvas. Atividade: preparar previamente os aceitos de acordo com a tonelagem a ser cortada. Colocar fogo na cana em pontos estratégicos.
- **Corte de cana moagem:** EPIs: chapéu árabe, óculos escuros, camisa de mangas compridas, luvas, perneiras, avental com manga única e botas.
- **Transporte da cana moagem:** EPIs: chapéu árabe, camisa de mangas compridas, óculos escuros, avental com manga única, luvas e botas. Atividade correspondente: realizar o corte da cana queimada utilizando facões.

- **Transporte da cana moagem:** EPIs: chapéu árabe, camisa de mangas compridas, óculos escuros, luvas, avental com manga única e botas. Atividades: transportar a cana amarrada (por meio de tração animal – burros) e transportar por meio de tração animal (zorras) até o ponto de carregamento dos caminhões.
- **Embolação de cana moagem:** EPIs: chapéu de palha, óculos escuros, luvas, botas e camisa de mangas compridas. As atividades desenvolvidas são: embolar utilizando varas de madeiras a cana solta até o ponto de enchimento dos caminhões por meio de carregadeiras.
- **Carregamento dos caminhões com cana solta:** operador de carregadeiras - EPIs: luvas, botas, óculos escuros, máscara contra poeiras, capacete e protetor auricular. Atividade exercida: operar a carregadeira realizando manobras de forma a completar a carga do caminhão (carroceria).
- **Tratador de animais:** EPIs: capacete, óculos escuros, máscara contra poeiras e botas. Atividades: realizar manejo dos burros e bois no sentido de alimentar, tratar, vermifugar, realizar higiene e assepsia dos animais, controle de vacinas e outros tratamentos dispensados aos animais (Cartilha Educativa, 2006).

No campo o uso de ferramentas, máquinas e instrumentos agrícolas podem ser assim relacionados:

▪ **Ferramentas:**

Facão

Foice

Estrovenga

Enxada

Ancinho

▪ **Máquinas e Equipamentos Agrícolas:**

Tratores (pneu e esteiras)

Motoniveladoras

Retroescavadeiras

Pá carregadeira

Carregadeira de cana

Caminhões (com carroçarias dupla e tripla)

Caminhões com caçamba basculante
Colhedeira mecânica
Caminhões com carroçaria basculante para cana
Roçadeira
Arado de Aiveca
Arado de Disco
Subsoladeiras
Grade de disco (liso e dentado)
Sulcadores
Adubadeira (Distribuição mecanizada de fertilizantes)
Aplicação Macanizada de Herbicida
Cultivadores (Mecanizados e Tração Animal)
Colheitadeiras Mecânicas
Zorras (Transporte de cana por Tração Animal)

A cartilha passou a ser veiculada no ano de 2006 com o objetivo de esclarecer e inibir práticas abusivas no campo. Entretanto, malgrado todo o esforço, ainda se tem notícia do trabalho escravo em terras pernambucanas.

Sob o título de “Trabalho escravo: prefeito eleito de Palmares (PE) mantém 284 cortadores de cana”, a matéria publicada em 21/11/2008 pelo jornal “Tribuna Popular - Virtual Paper, reproduzindo matéria veiculada no Jornal do Comércio – PE., dá conta de que o Ministério do Trabalho encontrou 284 cortadores de cana em situação degradante em 2 áreas pertencentes ao prefeito eleito de Palmares, na Mata Sul.

Diz o texto:

Grupo especial do Ministério do Trabalho e Emprego realizou o maior flagrante este ano em Pernambuco de trabalhadores rurais em condições degradantes, termo utilizado pelo Código Penal e equiparado a trabalho análogo ao de escravo. Um total de 284 cortadores de cana estava trabalhando em situação irregular, as terras dos Engenhos Poço e Barra D'ouro, que fazem parte da Usina Vitória, na zona rural do município de Palmares, na Zona da Mata Sul, distante 125 quilômetros do Recife. A propriedade pertence ao prefeito da cidade, José Bartolomeu de Almeida Melo, conhecido como Beto da Usina. Ele negou a existência de trabalho escravo e disse que a denúncia do Ministério do Trabalho é motivada por questões política.

Muito embora o proprietário da usina tenha negado as denúncias do Ministério Público, alegando perseguição política, o fato é que a usina foi multada em R\$ 850 mil. Além da multa, as autoridades exigiram o afastamento imediato dos trabalhadores do local de trabalho até que as exigências legais fossem cumpridas.

Denúncias como esta ainda ocorrem no estado de Pernambuco com uma frequência maior do que a desejável. Entretanto, providências foram tomadas para inibir práticas abusivas. Assim, foi assinado em 03 de Julho de 2009, o termo de compromisso e ajustamento de conduta nº 37/2009, constante no anexo 3, que estabelece parâmetro para o trabalho rural desenvolvido no setor sucroalcooleiro, obrigando os seus signatários a cumprir com os seus dispositivos.

O Termo foi assinado por todos os representantes legais das usinas nele nominadas, bem como autoridades das instâncias, Estadual e Federal e ainda os representantes de Sindicatos além das entidades ligadas ao trabalho rural.

Este documento torna-se importante pela abordagem ergonômica que a pesquisa propõe cujo teor contribui sobremaneira para a análise das condições de trabalho atuais, podendo ainda, fornecer elementos comparativos dos dispositivos legais constantes da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, com os avanços conquistados nas convenções coletivas de trabalho.

Vale salientar que, a usina Vitória, objeto de denúncia por permitir o trabalho escravo em suas propriedades, também subscreve o termo de compromisso e ajuste de conduta acima transcrito, o que demonstra na prática, que o trabalhador rural do setor canavieiro, no estado de Pernambuco, está sob o abrigo da Lei. E para os casos de descumprimento dos termos acordados, as multas são altas, para inibir qualquer ação transgressora.

Em documento datado de 13 de setembro de 2009, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiana, encaminhou ao Sindicato dos Cultivadores de Cana de Açúcar do Estado de Pernambuco, cópia da Assembléia Geral Extraordinária, convocada nos termos do Estatuto Social e Legislação vigente, realizada nessa mesma data, às 10:00 horas, em segunda convocação, aprovando as reivindicações constantes em documento específico. Os termos do documento constam no anexo 4.

A décima cláusula constante do documento de reivindicações dos trabalhadores rurais da lavoura canavieira comprova a assertividade da hipótese levantada neste estudo. As condições de vida dos trabalhadores bóias-frias, denominados na região canavieira do Estado de Pernambuco, como safristas, se deterioraram quando da sua saída da propriedade para habitar nas periferias das cidades. Isto se comprova, pelo fato de que a solução que eles mesmos sugerem, é a concessão de um pedaço de terra para cultivar lavouras de subsistência e desta forma poder sobreviver até o período de nova safra. Comprova-se também que o seu universo de vida e de trabalho circunscreve-se ao campo, de maneira que só enxergam a sobrevivência por meio da agricultura. Habitar na cidade é uma contingência infeliz para quem por vocação se enxerga “bicho do mato”, sem nenhuma conotação pejorativa ao adjetivo. Apenas, como uma alusão ao natural convívio com a terra, dela extraindo não apenas a sua condição de subsistência, mas, também produzindo relações sociais significativas, que confirmam sua identidade social.

Uma vez analisado os documentos legais que estabelecem as normas de operação e relações contratuais entre empregados e empregadores, ressaltando os aspectos mais relevantes do ponto de vista dos objetivos desse estudo, passa-se então a descrever a pesquisa de campo que permitiu comprovar as conquistas trabalhistas indiscutíveis, melhorando as condições de trabalho do trabalhador rural, no que diz respeito a sua remuneração, preservação da saúde e proteção pelo uso de equipamentos de segurança obrigatórios. Entretanto, malgrado os evidentes avanços, o sentimento de frustração de uma população de trabalhadores rurais, os chamados bóias-frias também ficou evidente, como pode se comprovar pela pesquisa abaixo descrita.

3.2. Objetivo da Pesquisa

A passagem do antigo sistema de relações calcado no *proteccionismo patronal* (relação de dependência do morador ao senhor-de-engenho) para a relação de interdependência sem vínculos formais impõe uma “autodisciplina” aos trabalhadores, que doravante, passam a ser responsáveis pelo seu próprio sustento. Essa condição pela tensão gerada e principalmente pelos poucos recursos de que dispõem os trabalhadores rurais para suprir suas necessidades básicas, leva a uma situação nostálgica de volta ao passado em busca da proteção perdida.

Portanto, investigar até que ponto a mudança provocada pela implementação da CLT interferiu nas condições de trabalho do Bóia-Fria, passa a ser o objetivo da pesquisa desse estudo. Como objetivos específicos pretendem-se:

4. Por meio da literatura, buscar referência sobre sua condição de trabalho antes da implantação da CLT.
5. Analisar a atividade do ponto de vista físico, cognitivo e psicológico, sob uma perspectiva Ergonômica do Trabalho.
6. Identificar as perspectivas de futuro do bóia-fria quanto à manutenção do seu trabalho, das mudanças no *modus-operandi* (atividade real) e da sua qualidade de vida.

3.3. Método aplicado

Os métodos aplicados à pesquisa de campo foram os: quantitativo e qualitativo, seguindo as tradições, positivista e fenomenológica, de fazer ciência.

A pesquisa de campo foi aplicada aos trabalhadores rurais (moradores e safristas) dos Engenhos: Bom Jardim, Coimbra e Tobé, situados no município do Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco.

A escolha da região deu-se pelo fato de haver receptividade por parte dos proprietários de Engenhos, usineiros e outras autoridades, para acolher a pesquisa, franqueando as informações e espaços físicos para sua realização, sem a imposição de qualquer tipo de cerceamento à ação do pesquisador.

Ao questionário responderam 178 trabalhadores rurais, dos quais 38 eram trabalhadores-moradores nas propriedades e 140 trabalhadores-safristas, algo em torno de 20% da categoria na região pesquisada, comparando ao contingente de trabalhadores rurais contratados pela Usina Bom Jesus, a mesma para a qual os engenhos citados fornecem suas canas. Foram também entrevistados, informalmente, três (3) senhores de engenhos locais, uma senhora de engenho, um (1) usineiro, o presidente do sindicato dos fornecedores de cana-de-açúcar do estado de Pernambuco, trinta e oito (38) trabalhadores-moradores e (cinquenta) 50 safristas, um (1) administrador de uma das propriedades e em (1) empreiteiro, responsável pelo recrutamento de trabalhadores-safristas.

Foram desenvolvidas *entrevistas informais* com os diversos atores do universo canavieiro, bem como questionário com perguntas fechadas aplicado a grupos de trabalhadores-moradores e trabalhadores-safristas. As entrevistas, pelo seu caráter informal propiciaram conhecer por diversos ângulos como se processa a atividade do trabalhador rural, e os vários olhares que são dirigidos para a atividade do cultivo e corte da cana, sob aspectos diferentes, ora convergentes, ora divergentes, quando enfocados os aspectos: físico, cognitivo e psicológico (afetivo) que incidem sobre a atividade laboral do trabalhador rural do cultivo da cana-de-açúcar. Essa tríade foi de fato a orientadora do todo o trabalho de investigação, possibilitando adentrar tanto quanto possível, ao universo dessa categoria para conhecer sua práxis. Muito embora as entrevistas fossem de caráter informal, também obedeceram a um roteiro semi-estruturado uma vez que para cada grupo específico havia o interesse de levantar as informações necessárias para se compor um quadro real das condições de trabalho e vida dos trabalhadores rurais e, em especial, dos bóias-frias.

As entrevistas com os senhores de engenho, usineiro e sindicalista foram orientadas no sentido de obter as informações sobre: as condições de trabalho no campo – uso de equipamentos – fornecimento de alojamento e alimentação – cumprimento da legislação – dificuldades do cultivo da cana-de-açúcar e perspectiva de futuro para os trabalhadores rurais, principalmente para os bóias-frias.

A Entrevista com a senhora de engenho objetivou conhecer o universo rural a partir da casa-grande, uma vez que ao longo da história do setor canavieiro, a vida social emanava da casa-grande. Portanto, a entrevista buscou conhecer, os hábitos alimentares, as relações com os empregados da casa, os preparativos para a festa do santo padroeiro, bem como o olhar da senhora de engenho para a vida rural.

Já com o Administrador do Engenho o objetivo foi cruzar informações sobre o trabalho no campo desenvolvido por ele: atuação como administrador, seu conhecimento da lida dos canaviais e relação com o patrão e empregados do engenho, expectativa de vida, escolaridade, vida familiar e principalmente sua opinião sobre o trabalho dos safristas e as dificuldades impostas a essa categoria.

Com o trabalhador rural safrista também responsável pelo recrutamento dos trabalhadores-safristas, a entrevista teve como objetivo levantar dados sobre a forma de recrutamento, local de origem dos trabalhadores, condições do alojamento, relacionamento

entre os trabalhadores no alojamento, fornecimento de alimentação, condições sanitárias e a falta do convívio familiar como repercutia nele e nos demais trabalhadores-safristas (bóias-frias).

As entrevistas com os trabalhadores-moradores e safristas, foram desenvolvidas em grupos de dez pessoas, com o objetivo de conhecer e cruzar as informações entre as duas categorias de trabalhadores, sobre os mesmos assuntos. Assim, seguindo o critério de uma abordagem preponderante sobre os aspectos físico, psíquico e cognitivo do trabalho, foi perguntado sobre: condições reais de trabalho, relação com o patrão e demais pessoas, grau de escolaridade, jornada de trabalho, execução das tarefas, esforço físico, uso de equipamentos de segurança, metas de produtividade, sentimentos com relação ao trabalho, qualidade de vida, lazer, vida social, perspectiva de futuro, possibilidade de mudança de emprego, importância do cultivo da cana-de-açúcar em suas vidas, conhecimento das tarefas e possibilidades de exercer outras atividades dentro do universo rural, se gostam do que fazem, se incentivariam seus filhos a exercer a mesma atividade e se as condições de trabalho hoje são melhores ou piores do que na época dos seus avós.

As respostas oferecidas pelos grupos de trabalhadores, das duas categorias, somadas às entrevistas aplicadas aos demais atores que compõem o universo pesquisado, permitiram apurar dados relevantes que contribuíram para tecer um quadro aproximado do trabalho desenvolvido pelos bóias-frias (safristas) da região da Mata do Estado de Pernambuco entendendo suas circunstâncias atuais para, a partir delas, projetar o futuro dessa categoria. Os resultados da pesquisa estão descritos no próximo capítulo.

IV CAPÍTULO

RESULTADOS APRESENTADOS

4.1. Informações necessárias

Para melhor entendimento dos resultados alcançados por esse estudo, passa-se a relatar na íntegra todas as entrevistas realizadas. Vale ressaltar, a inteira liberdade propiciada à pesquisadora para desenvolver o seu trabalho, além da disponibilização de documentos atuais que expressam os acordos sobre as condições de trabalho e de vida das categorias dos trabalhadores rurais em terras pernambucanas. Apenas para preservar o caráter científico da pesquisa, os nomes dos entrevistados foram omitidos, muito embora, tenham todos, permitido a sua divulgação, não demonstrando nenhum tipo de constrangimento pela possível publicação de seus nomes. A transcrição das entrevistas na íntegra é uma forma de agradecer a disponibilidade de todos os entrevistados, que abrindo mão das suas rotinas de trabalho, se dispuseram a responder com espontaneidade às indagações da pesquisadora, demonstrando inclusive satisfação por participar da pesquisa. Portanto, diante de tanta generosidade, tendo em vista as dificuldades que os pesquisadores tem para conhecer o universo das atividades voltada ao cultivo da cana-de-açúcar, o mínimo que poderia ser feito em retribuição, seria dá voz a todos eles, na forma e na letra com que se expressaram.

4.2. Dados obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas

Seguem abaixo, os relatos de cada um dos entrevistados:

1ª Entrevista: Senhor de Engenho
Categoria: Ex-Proprietário de Engenho
Propriedade: Engenho Barra de Caraúpe
Município: Palmares – PE.
Em, 09 de setembro de 2009.

O entrevistado descende de uma família tradicional de Senhores de Engenho, desde o período da Escravidão até os dias atuais, como agricultores do cultivo da cana-de-açúcar no estado de Pernambuco.

Quando se tornou proprietário do Engenho Barra, a propriedade contava com 47 sítios – extensão de terra cedida aos trabalhadores-moradores para cultivo de subsistência e criação de animais de pequeno porte -. Na ocasião, os órgãos oficiais estabeleceram a dotação de 2 hectares por família. Entretanto, essa dimensão nunca foi respeitada, tendo em vista ser considerada excessiva para a finalidade, resultando num espaço ocioso para o trabalhador rural

que não se preocupava em ampliar seus cultivares. Por outro lado, diminuía a área destinada ao plantio da cana-de-açúcar. O que vingou na prática foi à concessão de um pequeno sítio no entorno de cada moradia dos trabalhadores-moradores da propriedade.

Comentando sobre as relações entre proprietário e trabalhadores, o entrevistado ressaltou a cordialidade, o respeito e a amizade como valores presentes no trato diário entre o “patrão e os empregados”. A preocupação com a saúde e o bem-estar da comunidade estava consolidada nas relações sociais, a ponto de, o entrevistado pessoalmente se ocupar da prestação de curativos em filhos de moradores adoentados. A ignorância da população e a falta de cuidados com a higiene pessoal eram as principais responsáveis pelas ocorrências dessa natureza. Tais relações passaram a se deteriorar no período que antecedeu ao golpe de 64, quando ativistas políticos de esquerda, passaram a insuflar à massa de trabalhadores, acirrando o conflito social que resultou em mortes, na maioria dos trabalhadores, evidentemente a classe menos favorecida.

Prosseguindo em seu relato explica o entrevistado: a lavoura da cana-de-açúcar era feita à época, utilizando intensa mão de obra. Para o plantio, a terra cultivada era retalhada e, em cada retalho, conforme a sua geografia era dividida em ruas, onde os trabalhadores com suas enxadas faziam sulcos na terra que eram preenchidos com as sementes – toletes de cana. O período de florescência da folha da cana demandava intensa mão de obra para retirar o mato e as ervas daninhas que cresciam rapidamente, junto à planta. Esta atividade era demasiadamente dispendiosa, exigia a presença constante de trabalhadores nos canaviais. Para a execução do trabalho necessitavam como meios de produção a enxada e o facão, que mais tarde se tornaram símbolos da luta no campo. Com a disseminação do uso de pesticidas e herbicidas nas lavouras, a atividade de carpir os canaviais diminuiu drasticamente e com ela a mão de obra demandante. A cana plantada obedecia ao seguinte ciclo: 1ª Folha – Soca – Resoca e Folhadas. Isto quer dizer que um único plantio de semente produz anualmente várias folhadas e, dependendo do trato que recebe a terra, este ciclo pode se estender por vários anos, sem que haja a necessidade de replantio.

Toda a atividade no campo era feita no período da manhã. A jornada de trabalho matinal diária é até hoje mantida pelos trabalhadores rurais moradores nas propriedades. Embora sejam remunerados por produção, no período da colheita cada trabalhador corta em

média 3 a 4 toneladas de cana, apenas no período matinal. Esta quantidade lhes garante o salário mínimo da categoria, que para muitos é o suficiente.

O esforço despendido era grande e as atividades eram interrompidas várias vezes para recompor as energias dos trabalhadores, que trabalhavam com roupas pesadas para se proteger da fuligem da palha da cana, além do sol escaldante que recebia durante toda a manhã. Hoje a legislação obriga ao proprietário fornecer os equipamentos de segurança para todos os trabalhadores.

Até a instauração da CLT no campo, a remuneração era feita na modalidade cambão. Cada proprietário instituíam um tipo de vale como moeda circulante que poderia ser trocado no barracão da propriedade por utensílios, objetos pessoais e outros artigos. O pagamento era feito por produtividade como hoje, porém com a diferença de que os trabalhadores só precisavam dar ao patrão três dias ou três manhãs de trabalho para cumprir a sua cota.

O conceito que o entrevistado tem sobre o trabalhador-morador é de pessoa acomodada, sem perspectiva de vida e com pouca ambição, tanto que, mesmo podendo ampliar a sua cota de produtividade, estendendo sua atividade para o período da tarde, não o faz, sob o argumento de que não “vai trabalhar para o patrão”, uma alusão, ressalta o entrevistado, ainda que inconsciente, ao conceito marxista de “mais valia”. Aliás, tudo isto começou nos idos de 64, quando no seio dos trabalhadores foi plantada esta idéia por ativistas políticos que comandavam os movimentos sociais no campo. Figuras exponenciais dessa época estão representadas nas pessoas de Francisco Julião, Gregório Bezerra e Julio Santana, citados como os principais articuladores do movimento das “Ligas Camponesas” que capitaneavam a luta no campo pelas reformas sociais e pelos direitos trabalhistas.

O entrevistado na atualidade não é mais proprietário de Engenho, porém, como industrial, mantém estreita ligação com o setor sucroalcooleiro, tendo em vista que produz calcário para a correção do solo das lavouras de cana-de-açúcar. Seu depoimento torna-se importante na medida em que refletem as relações de trabalho antes e no período da instauração da CLT no campo, o que permite estabelecer as comparações entre o antes e o depois da vigência da lei, tendo em vista que atuou como proprietário de 1960 até 1990, em plena vigência da CLT.

O entrevistado também assumiu papel relevante nos destinos políticos e econômicos da categoria dos Fornecedores de Cana, tendo ocupado vários cargos na Associação dos

Fornecedores de Cana do Estado de Pernambuco, entidade de classe criada para oferecer suporte técnico e financeiro aos fornecedores de cana. Nesta entidade liderou por longo período os encaminhamentos das questões relativas à liberação de créditos junto aos bancos oficiais e privados para suprir as necessidades financeiras dos associados durante o período de entressafra. Aliás, acrescenta o entrevistado, é histórica a dificuldade dos fornecedores de cana por financiamento para atravessar o período de entressafra, quando investe recursos que serão recuperados no período da colheita. Dependendo do grau de endividamento nesse período, alguns não conseguem saldar seus compromissos o que resulta na perda das suas propriedades para os órgãos financiadores ou para os usineiros, estes últimos, como credores preferenciais, uma vez que de certa forma, antecipam o dinheiro antes da colheita aos pequenos produtores de cana.

Preocupado com a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, o entrevistado desenvolveu projeto na Associação dos Fornecedores de Cana que visava levar assistência psicológica, social e linha de crédito para compra de eletrodomésticos e bens de consumo. O projeto, ambicioso para a época (anos 70/80) pelo forte apelo social teve repercussões favoráveis, mas também grande oposição. Foram as divergências internas, entretanto, que não permitiram concretizá-lo. Segundo o entrevistado, a consciência social da categoria, ainda não de todo desenvolvida, fez com que interesses sectários prevalecessem, em detrimento da melhoria nas condições de vida da população dos trabalhadores rurais.

Muito embora a liderança política do entrevistado fosse incontestável, até porque, sendo membro de uma família numerosa de agricultores, ampliada pelos casamentos entre famílias de agricultores, sua ascendência familiar se estendia à entidade, tendo em vista que grande parte dos associados era constituída por parentes próximos ou contraparentes. Tendo um sobrenome emblemático que se constituía numa forte referência de classe, sua atuação junto à entidade foi durante o período de vigência de muitas conquistas para a categoria, refletindo também as melhorias nas relações de trabalho e nas condições de vida dos trabalhadores após o período de instauração da ditadura.

Quando vendeu a propriedade em suas terras já não mais existiam os 47 sítios, que ao longo dos anos foram desfeitos à medida que seus moradores os desocupavam. Essa medida reflete a passagem da condição de trabalhadores-moradores para trabalhadores-safristas, os chamados Bóias-Frias, em seu caminhar rumo às periferias das cidades da região.

Em sua avaliação final, o entrevistado considerou que, para os trabalhadores-moradores as condições de vida e de trabalho melhoraram, tendo em vista que, mantiveram suas moradias e benfeitorias e mais o salário da categoria que pode ser ampliado segundo os esforços de cada um. Porém, para aqueles trabalhadores que saíram das propriedades e foram habitar as periferias das cidades, a mudança trouxe mais prejuízo do que vantagem, já que coloca em permanente risco a manutenção da sua própria sobrevivência e dos seus familiares.

2ª Entrevista: Senhor de Engenho

Categoria: Arrendatário de Engenho

Propriedade: Engenho Bom Jardim

Município: Cabo de Santo Agostinho - PE.

Área Cultivada: 152 hectares

Extensão da Propriedade: área total – 266,4 hectares

Área de rede de alta tensão: 21 hec.

Área de Várzea: 20,2 hec.

Em, 15 de setembro de 2009.

O Engenho Bom Jardim foi fundado em 09 de Setembro de 1922 por Manoel do Nascimento Souza Leão, sendo após alguns anos administrado pelo seu filho Antonio de Paula Souza Leão e, a partir de 1963, pelo seu neto por parte de mãe, José Geraldo Carneiro Leão.

Na condição de arrendatário, o entrevistado inicia sua fala comentando a tradição da sua família no cultivo da cana-de-açúcar. O engenho Bom Jardim não é uma propriedade secular, como outras pertencentes à família em que ele também trabalhou como é o caso do engenho Coimbra, pertencente à família Carneiro Leão desde os tempos da escravidão, tendo sido sempre administrado por familiares, por seu avô paterno, seguido do seu pai, dele próprio e atualmente pelo seu irmão caçula. Provém de uma família de oito irmãos, a maioria trabalhando no cultivo da cana ou em atividades ligadas ao setor, inclusive uma irmã, casada com proprietário de engenho.

Na região do Cabo de Santo Agostinho a concentração de propriedades próprias e arrendadas pela família é expressiva, embora que pelas ramificações provenientes dos casamentos, os Souza Leão e Carneiro Leão se expandiram para outras localidades, ajudando a construir a história recente da saga canavieira no estado de Pernambuco.

Sua propriedade, considerada pequena, com 152 hec de área plantada, apresenta um volume de produção da ordem de 9.886 toneladas com produtividade de 70.61 % por hec.

O engenho conta com 15 trabalhadores-moradores em regime de CLT e 28 contratados

como trabalhadores-safristas para o corte da cana. A organização do trabalho é por ele assim descrita: o ciclo da cana-de-açúcar se compõe de: soca, resoca também chamada 2ª folha e a partir daí, folhadas que, em conformidade com o tratamento dispensado ao solo para a correção de acidez poderá produzir várias colheitas, sem a necessidade do novo plantio. Ele comenta com satisfação que possui em seus canaviais uma área que este ano completa 30 folhadas. O entrevistado comentou que o tratamento que dispensa a terra é feito apenas com o uso de calcário e gesso para corrigir o solo e que não é o ideal, pois também seria necessária a adubação correta. Porém, a falta de recursos para financiar a época do plantio e da florada que é muito dispendiosa, o impede de oferecer o tratamento adequado ao solo. Diz ele que para um arrendatário os custos são maiores porque dependemos de financiamento com juros altos o que implica em endividamento. Mesmo assim, sua produtividade é uma das mais altas da região e isto se deve não apenas ao tratamento corretivo do solo, como também ao acompanhamento adequado da fase de crescimento da folha com o uso de pesticidas e herbicidas para evitar a proliferação de matos e das ervas daninhas.

A tarefa no campo inicia-se com a **fundação** – nesta fase é procedida a análise do solo para identificar o PH – nível de acidez (o ideal é 6, mas na região gira em torno de 2.5 a 3). Em seguida a terra é revolvida com o uso de trator com grade picotadeira. São abertos sulcos com o sulcador - um implemento agrícola - acoplado ao trator. Para esta tarefa utiliza-se apenas um trabalhador – o tratorista.

Já nas áreas acidentadas, com enxadas são abertos sulcos de 150 cubos, o equivalente a 150 metros lineares. Também nesta atividade é utilizado apenas um trabalhador-morador. Para o cultivo da cana-de-açúcar na propriedade a mão de obra demandada no período de plantio é de 30% e o restante é mecanizado. Nessa fase o trabalho é todo desenvolvido pelos trabalhadores-moradores. Em seguida vem à fase da **semeação** – colocação do rebo - tolete de cana nos sulcos feitos na terra. Esta etapa conta com 16 trabalhadores por hectare, pois o serviço é todo feito manualmente. As fases subsequentes também demandam o mesmo número de mão de obra. Após a semeação é feita a **colocação** de adubo – mistura de calcário e gesso; em seguida a **aplicação** de reagente – produto para eliminar o cupim que come o rebo da cana semente, e por fim, a **coberta do solo**, atividade manual, executada com enxada com 16 trabalhadores-moradores cobrindo em médio 150 cubos, ou seja, 150 metros lineares.

A primeira colheita se dá após 12 meses do plantio, dependendo da variedade da cana, que na propriedade é utilizada as dos tipos: 4764 – CB e 579 – RB (1992). Até chegar o momento da colheita, após uma semana e meia de plantio, a área cultivada recebe o tratamento de um produto para não germinar o mato – Galigan – que inibe a proliferação da erva daninha durante os três primeiros meses, período necessário para a planta atingir um metro de comprimento e fortalecer as folhagens que cobrem as ruas de cana, evitando assim o crescimento das ervas. Essa atividade é executada pelo “bombeiro”, para a aplicação de herbicida, que cobre uma área de 10 cotas em média. Cada cota mede em média 3.53 metros lineares. Essa atividade reduz a mão de obra intensiva e com ela os custos de produção. Após 9 meses, repete-se a operação para evitar o crescimento da erva daninha, prejudicando a qualidade da cana – teor de açúcar – ATR (Açúcares Teores Reduzidos), mantendo a mesma proporção na utilização de mão de obra.

A cana pronta para o corte atinge em média de dois e meio a três metros. O corte manual é feito por mão de obra contratada – trabalhador-safrista, cujos direitos trabalhistas são aditados pelo contrato safrista arbitrado pelo Sindicato dos Cultivadores de Cana. A remuneração é feita por produtividade. A medição é feita pelos sucos-linhas trabalhados (ruas). O pagamento é efetuado sobre a quantidade de tonelada de cana cortada, em média 3 toneladas que dá um salário diário de R\$ 15,83 por dia, pagos quinzenalmente. Essa quantidade é atingida pelos trabalhadores-moradores, que trabalham apenas o período matinal para compor o salário mínimo da categoria, que é de R\$ 474,90. Já os trabalhadores-safristas, que no engenho são trazidos da Paraíba e alojados na propriedade durante o período da colheita, a produtividade sobe para, em média, 5 a 6 toneladas por dia, o que eleva seus salários quase o dobro. Segundo o entrevistado, a preferência pelos trabalhadores da Paraíba se explica pela maior disposição para o trabalho do que a mão de obra local, que está dispersa e pouco produtiva, vivendo nas periferias das cidades circunvizinhas, contaminados por maus hábitos que em nada favorecem à lida do campo.

O trabalhador-morador tem seu contrato de trabalho permanente, regido pela CLT, com carteira assinada e todas as garantias trabalhistas previstas em lei e pelos acordos firmados entre os órgãos de classe e o poder público. Acresce a isto, o sítio que mantém no entorno das moradias, podendo plantar culturas de subsistência e criar animais de pequenos portes, sem nenhum desconto por essas concessões. Além disso, o Engenho já há mais de 35

anos vem fornecendo o almoço a todos os trabalhadores, antes mesmo da legislação exigir esta prática. A comida antes oferecida em recinto social nos arredores da casa-grande era servida quente, com um cardápio alimentar que incluía arroz, feijão, farinha de mandioca e charque. Atualmente é servida no alojamento situado em meio ao canavial, em refeitório onde fazem a refeição do almoço, cedido gratuitamente pelo Engenho, com um cardápio acrescido de carne de ave, peixe e carne de gado, além de verduras e macarrão.

O trabalhador-safrista é contratado pelo período da safra, com carteira assinada e os direitos trabalhistas consagrados ao período trabalhado. Nessa condição, são contratados em média de 20 a 28 safristas, dependendo do volume da safra a ser colhida.

Para todos os trabalhadores, sejam moradores ou safristas em atividades exercidas dentro dos canaviais, é fornecido pelos proprietários dos engenhos todo o equipamento de segurança para o trabalho no campo, sem o qual o trabalhador não pode trabalhar, sob pena do empregador ser multado em valores pesados, inibidores do afrouxamento do controle por parte dos supervisores do trabalho no campo – Cabos – responsáveis pelo controle da lida diária e da contagem das cotas trabalhadas para efeito de remuneração.

Após a contagem das cotas trabalhadas por metro linear para efeito de pagamento, os caminhões entram na área dos canaviais para fazer a coleta da cana. Um trator com uma carregadeira faz o enchimento dos caminhões. Este serviço é complementado por um trabalhador auxiliado por mais 3 que recolhem a cana e fazem sua limpeza, para evitar a perda da qualidade do teor de sacarose.

As atividades no campo se iniciam às 7:00h e vão até às 11:00h quando retornam para o alojamento para o almoço, retornando ao campo às 13:00h indo até às 16:00h quando as atividades são finalizadas.

O pagamento da cana-de-açúcar ao proprietário do Engenho é feito mediante pesagem na usina e análise da ATR – Açúcares Teores Reduzidos -. Esta operação pode levar ao prejuízo o Senhor de Engenho que não controlar a última fase da colheita no campo, ou seja, quando estão recolhendo e limpando a cana para o preenchimento dos caminhões. Se houver diferença na pesagem da cana cortada no campo que serve como base para o pagamento do trabalhador com a feita no interior das usinas, o deságio é computado como prejuízo do proprietário, caso a análise da sacarose seja inferior à expectativa do proprietário, que neste

caso atribui à perda da qualidade do seu produto pelo manejo inadequado quando da limpeza da cana, que deve seguir para a usina sem quaisquer resquícios de palha.

O preço da tonelada paga ao produtor é estabelecido pelo mercado e pode oscilar de safra para safra. Essa circunstância penaliza em muito a atividade do fornecedor de cana, que durante o período da entressafra se endivida com os custos de produção, esperando obter lucro após a colheita e nem sempre esta condição é satisfeita. É por esta razão que existe muita inadimplência no meio rural, principalmente entre os agricultores da cana-de-açúcar.

A inadimplência também motivou o fracasso da Reforma Agrária na Região. Segundo a avaliação do entrevistado, o processo de desapropriação de terras para a reforma agrária, empreendido na década de 50, pelo então governador de Pernambuco, Cid Feijó Sampaio, foi muito bem articulado, porém falhou quando financiou os pequenos agricultores para culturas de subsistência e de alimentos para o abastecimento do mercado local. Esse foi o grande erro, porque os produtos eram levados para as cidades circunvizinhas e não eram vendidos na sua totalidade, obrigando os produtores a retornar às suas bases com grande parte da colheita encalhada, representando um custo operacional alto com retorno muito pequeno. O grau de endividamento foi tamanho que muitos deles, após cumprir o período mínimo de posse da terra, venderam para terceiros suas terras.

O entrevistado enfatiza que esse fato não teria acontecido, caso a escolha do cultivo tivesse privilegiado a cana-de-açúcar, já que esta tem comprador certo para toda a produção. Tanto é assim que, hoje, observa-se na região o processo de volta aos latifundiários, uma vez que essas pequenas propriedades em torno de 10 a 15 hectares passaram para as mãos dos usineiros que, aos poucos, foram comprando as propriedades próximas das usinas. Este fato é inclusive proibido por lei, que estabelece que 60 por cento das terras cultivadas devam pertencer a fornecedores e apenas 40 por cento aos usineiros. Esta proporção está aos poucos sendo invertida sem que as autoridades tomem providências a respeito.

O entrevistado termina suas considerações ressaltando que à época em que o IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool – órgão do governo federal criado em 1930, no governo Vargas, para oferecer suporte técnico e financeiro aos fornecedores de cana, a situação de endividamento do setor era bem menor, porque sua atuação era efetiva na defesa do preço e na comercialização internacional do produto. Com o fechamento do Instituto no Governo Collor,

a situação se agravou, malgrado todos os esforços feitos pelos órgãos de classe para defender os interesses da categoria.

Finalizando a entrevista, ressalta que o momento é de otimismo para a valorização da cana no país, devido à expectativa do etanol como fonte de energia alternativa, além da comercialização dos subprodutos da cana, que segundo ele, dela nada se perde, pois até o seu bagaço, tem alto valor comercial para geração de energia. Esta perspectiva já se faz sentir pelo aumento do preço da tonelada da cana paga nas usinas, que embora pequeno, sinaliza uma trajetória ascendente. Como agricultor vocacional, cuja vida foi dedicada ao campo, espera colher em vida os frutos da sua dedicação integral ao setor sucroalcooleiro, como também todos os outros parceiros que dele participam.

3ª Entrevista: Trabalhador-rural
Engenho Bom Jardim
Função: Administrador da propriedade
Em, 15 de setembro de 2009.

O entrevistado iniciou sua fala contando estar no cargo de Administrador nessa propriedade há 4 anos e que sente-se muito bem em trabalhar com o patrão, pois este é uma pessoa educada, que trata a todos com consideração e respeito. Quanto ao seu trabalho, ele informa que é de supervisionar todas as tarefas do campo, principalmente com relação ao desempenho dos trabalhadores moradores e safristas. Em época de colheita sua responsabilidade maior é a da medição das contas para efeito de pagamento. Essa atividade é feita com a ajuda do “Cabo”, um trabalhador que atua como seu auxiliar direto, procedendo à contagem da área cortada para efeito de pagamento. Também cabe a este auxiliar supervisionar o trabalho de limpeza da cana antes de medição para evitar perda da qualidade no produto, que pode redundar em prejuízo quando da segunda medição já na usina.

O entrevistado reside na propriedade com a sua família – mulher e três filhos -. Suas filhas já estão casadas e o filho é orientado para a lida no campo. Com grau de escolaridade baixo, consegue apenas ler e escrever e efetuar as quatro operações fundamentais de matemática. Iniciou sua vida no campo ainda muito jovem seguindo o exemplo do seu pai que era lavrador da cultura da cana-de-açúcar. Já sua mãe era professora na propriedade em que viveu sua infância e juventude. Desenvolveu uma trajetória no campo iniciada como trabalhador-morador aos 7 anos de idade, assumindo mais tarde já adulto, a função de cabo.

Atualmente, aos 43 anos de idade, é Administrador da propriedade, cargo máximo que pode atingir dentro da estrutura de trabalho que o setor oferece.

Segundo ele, tudo o que aprendeu foi com os proprietários dos Engenhos em que viveu. Deve a eles o seu ofício e o senso de responsabilidade para desenvolver um trabalho bem feito. Disse que sua pouca escolaridade não o impediu de progredir dentro do Engenho, porém não é suficiente para se aventurar em outras atividades que não estejam relacionadas com o trato da terra. Esta conhece bem, tanto que comentou sobre as diferenças no tratamento dispensado ao solo para receber o plantio, e o quanto a falta de insumos prejudica a lavoura e posteriormente a colheita. Segundo informou, esta situação difere de engenho para engenho, de conformidade com o interesse que o dono tem em trabalhar a terra para melhorar a sua produção. Esta é a grande diferença que encontra na produção da cana-de-açúcar. O manejo é igual em todos os engenhos, já que se trata de uma lavoura sazonal, que cumpre ciclos específicos até a colheita do produto, porém, a produtividade depende essencialmente do tratamento aplicado ao solo para corrigir sua acidez, como é feito nessa propriedade que apresenta uma produtividade de 70%, considerado um nível muito alto para a região.

Terminou sua entrevista agradecendo a oportunidade de falar sobre sua vida e seu trabalho, do qual muito se orgulha.

4ª Entrevista: Trabalhador rural

Propriedade: Engenho Bom Jardim

Função: Empreiteiro / Assistente / trabalhador-safrista

Escolaridade: Analfabeto

52 anos de idade.

Em, 15 de setembro de 2009.

O entrevistado inicia sua fala comentando que estar nessa função no engenho Bom Jardim há exatos 7 anos. Sua atividade junto ao engenho é regulamentada pela CLT, com todas as garantias trabalhistas. Seu trabalho consiste em arregimentar na Paraíba trabalhadores-safristas para o corte da cana nesse engenho, sendo ele, também um deles. Diz ele que essa relação de trabalho já dura 7 anos porque o empregador é uma pessoa distinta que respeita os trabalhadores e oferece condições dignas de trabalho. Vivo no alojamento com os demais trabalhadores, todos vindos da Paraíba. Tem como responsabilidade no período em que estão alojados, supervisionar o trabalho deles no campo e oferecer assistência às necessidades que apresentem, buscando soluções junto ao patrão. As instalações do alojamento são boas,

porque tem cama com colchão e lençóis, em quarto dividido com acomodações amplas para 6 pessoas dormir em beliches de alvenaria. O alojamento possui banheiros azulejados com privadas e chuveiro. Possui também área social e refeitório, onde é servida a comida quente na hora do almoço. Essa comida, enfatiza, é dada de graça pelo patrão, coisa que os trabalhadores apreciam, porque em outras propriedades ela é descontada em 25% no salário. E como eles são safristas, toda a economia é bem-vinda porque significa mais dinheiro para levar para casa.

Quanto ao trabalho que executa, o considera cansativo, visto que é desenvolvido em céu aberto, sujeito ao calor do sol escaldante. Quando chove não há tarefa a ser cumprida no campo. O horário de trabalho é das 6:00h da manhã saída para o campo até as 11:00h quando retorna ao alojamento para o almoço com descanso só retornando ao campo às 13:00h para concluir o trabalho que se finaliza às 16:00h. Faz o acompanhamento no campo dos trabalhadores recrutados por ele. Aliás, o recrutamento no estado de Pernambuco é mais difícil do que na Paraíba, talvez porque lá as frentes de trabalho são menores, e o excesso de mão de obra facilita o recrutamento. E também porque são mais produtivos, chegam a cortar em média de 5 a 6 toneladas de cana por dia, o que agrada mais o patrão.

Sua atividade é típica do Bóia-Fria, agora ressignificado, porque passou a ser Bóia-Quente. Porém, o fato de trabalhar longe da família é algo com que não se acostuma jamais. Tem filhos pequenos e sente muito não poder estar com eles mais tempo. A saudade da família é um sentimento constante nutrido por todos aqueles que trabalham como safristas. Este sentimento incomoda muito, mas também serve para unir os que estão juntos na mesma jornada. Segundo o entrevistado, se faz muita amizade entre os trabalhadores-safristas. De três em três semanas tiram uma folga para visitar a família. Isto porque estão num estado mais perto da sua base familiar. Caso contrário, só a visitaria quando do término da colheita. Essa vida itinerante não é agradável. Obriga o trabalhador a trabalhar mais para guardar algum dinheiro para o período de entressafra, quando fica ao Deus dará. Se conseguir algum bico, melhor. Trabalha às vezes de pedreiro, mas não é sempre. Mas tem ocasiões que chega a passar necessidade, ele e sua família. O dinheiro é escasso e a vida é cara. Não quer esta vida para os meus filhos. Por isso não os incentivo a trabalhar no campo. Gosta muito do que faz e sebe fazer o trabalho muito bem, embora não tenha estudo. Entretanto, pensa em mudar de vida para parar de se deslocar em busca do emprego. Mas, sebe que é difícil, porque não sebe fazer outra coisa que não seja trabalhar na lavoura da cana-de-açúcar.

Gosta muito de trabalhar para o meu patrão. Tanto que estar com ele já há algum tempo, mais do que passou em outras propriedades. Ele oferece as garantias legais na contratação e ainda ajuda, quando o calo aperta. Trabalha com o equipamento de proteção que é obrigatório para evitar acidente no trabalho, bem como problema respiratório por causa da fuligem da palha da cana. Porém, confessa, não dá para evitar as dores nas costas em decorrência do trabalho que obriga a curvar constantemente as costas. “Paciência, não tem jeito, é o preço que se paga na atividade”, diz ele.

Seu trabalho proporciona condições de melhoria de vida, porém não sabe até quando, porque a máquina vai diminuir a mão de obra, logo, logo, considera o entrevistado. Sua relação de trabalho é restrita ao período da moagem. Os direitos trabalhistas são relativos ao período trabalhado que, dura em média, 6 meses e que, de uns tempos para cá, vem encolhendo para 4 meses. Isto quer dizer que tem que ganhar mais ainda para cobrir os meses em que estar desempregado. Essa é uma preocupação constante em sua vida. Não sabe como será o futuro, confia em Deus que possa melhorar de vida, para dar a sua família o sustento necessário, até ver os filhos encaminhados, que espera, trabalhando em outra atividade mais segura.

5ª Entrevista: Usineiro

Usina: Bom Jesus

Região: Cabo de Santo Agostinho

Área trabalhada: 6.500 hectares

Volume da produção: 430.000 toneladas

Produtividade: 65% p/hectare

Quantidade de trabalhadores: efetivo – 800 - safristas – 1.300

Transporte: 80% próprio / 20% fretado.

Em, 16 de setembro de 2009.

O usineiro informou que a usina é proprietária de vários engenhos e que os números acima refletem o desempenho das propriedades incorporadas à usina. O entrevistado informou que optou por não ter alojamento nos canaviais, preferindo ir buscar nas cidades circunvizinhas os trabalhadores-safristas, transportando-os diariamente para o campo, e levando-os de volta quando do fim da jornada de trabalho que é das 7:00h até as 16:00h com interrupção para o almoço, que é consumido no local de trabalho em tendas armadas para esse fim.

Disponibilizou em disquete as fotografias de banheiros e refeitórios volantes que são colocados a disposição dos trabalhadores nos locais onde estão trabalhando, cumprindo as exigências firmadas em “TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 37/2009” PELA PRESERVAÇÃO DO TRABALHO DECENTE E UM AMBIENTE DE TRABALHO SADIO E SEGURO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Segundo o entrevistado, cumprir com as exigências legais levando ao local de trabalho os banheiros volantes e os refeitórios, ainda é melhor do que mantê-los em alojamentos, onde a possibilidade de multa pelas condições de higiene é muito grande, tendo em vista a falta de hábito de higiene reinante entre os trabalhadores. Explicando melhor, diz o usineiro que oferecia um alojamento com toda a infra-estrutura necessária, desde quartos com cama com colchões e lençóis limpos, até banheiros com azulejos e sanitários completos. Entretanto, após alguns dias de habitação, os lençóis não eram higienizados e quando a fiscalização chegava, as multas eram constantes e todas elas provenientes da falta de hábitos higiênicos da população que habitava o alojamento. Diante da impossibilidade de educar uma população sempre flutuante, optou por oferecer melhores condições no campo, resolvendo um problema que se apresentava insolúvel.

Assim, cumpre inteiramente com o acordo firmado e não tem mais problemas com a fiscalização que é pesada e atenta às falhas, venham elas de onde vierem. Quando à comida, não fornece, visto que eles não estão alojados sob a sua responsabilidade. Entretanto, fornece as marmitas térmicas para conservá-las quentes até a hora de serem consumidas. Procuro cumprir com todos os itens do acordo porque entende ser justa a preservação da dignidade do trabalho humano.

Porém ressalta que, mesmo com toda a proteção legal, que cobre as relações trabalhistas e contratuais, bem como o bem-estar do trabalhador nas frentes de trabalho, no que diz respeito às suas necessidades fisiológicas, ver que esta modalidade de emprego tem seus dias contados, porque já existem estudos avançados por pesquisadores da região sobre protótipos de máquinas para substituir a mão de obra no período da safra.

Pondera o entrevistado que o estado de Pernambuco por sua topografia é a região que mais necessita de mão de obra, tendo em vista apresentar dificuldades de acesso à máquina, devido aos aclives e declives nas regiões plantadas. Mas, sabe-se que a tecnologia de ponta já

estar produzindo máquinas que suprem essa necessidade. Portanto, logo surgirá a solução para a colheita dos canaviais de Pernambuco ser substituída por máquinas em lugar dos trabalhadores. Essa contingência é preocupante porque o número de trabalhadores é significativo, e com a falta de capacitação para outro serviço que não seja este, o problema social se instala na região com muita crueza, obrigando as autoridades a pensar soluções antes que o evento se instale.

O entrevistado argumenta sobre a gravidade do problema informando que, com a abertura do porto de Suape, muito empregos foram oferecidos. Porém, os safristas que estão morando nas periferias das cidades no seu entorno, não foram aproveitados, devido à falta de capacitação.

A diminuição ou até mesmo a extinção do trabalho no corte da cana, tem seus dias contados, essa é uma realidade que está por se instalar, mais dia menos dia. É um processo irreversível, que requer das autoridades soluções antecipadas, para evitar o desemprego em massa, que de certa forma já ocorre no período de entressafra, e que tende a se intensificar, quando da extinção total da atividade.

6ª Entrevista: Senhor de Engenho

Engenhos: Coimbra e Tobé

Região: Cabo de Santo Agostinho

Área trabalhada – 350 hectares Engenho Tobé

Área trabalhada – 450 hectares Engenho Coimbra

Volume da produção – 41.000 toneladas

Produtividade – 70%

Quantidade de trabalhadores: 50 fixos nos dois engenhos – 140 safristas nos dois engenhos

Em, 16 de setembro de 2009.

O entrevistado comentou que o *modus operandi* do plantio e do corte da cana pouco varia de propriedade para propriedade. O que de fato difere é o tratamento dado a terra e aos trabalhadores. Este sim faz a diferença em termos de produtividade. Seus engenhos são próprios, o que torna mais fácil o período de entressafra, ou vez que consegue financiamento a juros menores, possibilitando na colheita realizar um lucro maior. Porém, investe muito nos seus engenhos, na compra de insumos e caminhões para o escoamento da produção até a usina. Como produtor independente ainda tem a vantagem de moer na usina que oferecer melhor preço para a sua cana.

Seus trabalhadores-moradores são regidos pela CLT e só trabalham no período da manhã, confirmando o que outros já haviam comentado, que eles trabalham o suficiente para atingir o salário da categoria. Quanto aos safristas, são transportados diariamente por ônibus fretados e são recrutados nas cidades circunvizinhas, como São Lourenço da Mata e Limoeiro, além é claro, de Cabo de Santo Agostinho. Oferece a refeição no local de trabalho, sob as condições impostas pelo Termo de Compromisso, descontando os 25% como é permitido por lei. Em sua avaliação os trabalhadores-moradores melhoraram muito de vida após as conquistas trabalhistas.

Atualmente, é comum ver o trabalhador ir para o campo dirigindo sua motor, e nas casas sinais de modernidade, com aparelhos domésticos e televisores, já que as propriedades da região contam com luz elétrica que facilita o uso dos equipamentos. Já os safristas, na sua avaliação sofrem duplamente. Primeiro porque tem que produzir mais para compensar o período de desemprego e segundo porque vivem distantes do seu *habitat* natural, morando nas periferias das cidades e nela, vivenciando toda a sorte de dificuldade, desde a escassez do trabalho até a falta do alimento, que na situação anterior era garantido. Além do fato de perderem o convívio dos amigos que nestes anos de luta pelo emprego se dispersaram pelo meio do mundo em permanente estado de busca pela sua sobrevivência e dos seus familiares.

O entrevistado demonstrou a preocupação com a substituição do homem pela máquina no campo, uma vez que, na sua avaliação é apenas uma questão de tempo e que não demora muito.

7ª Entrevista: Trabalhadores-Moradores

Total – 38

Engenhos: Bom Jardim, Coimbra e Tobé.

Em, 16 de setembro de 2009.

Em entrevista aberta, num clima de descontração foi feita um círculo entre os trabalhadores que ao serem perguntados iam aos poucos vencendo a inibição para responder ao solicitado. Foi assim que informaram sobre suas condições de trabalho que para a maioria haviam melhorado muito porque agora sobrava um dinheirinho para comprar alguns objetos de consumo que antes nem sonhavam obter. Por outro lado, o bom relacionamento com o patrão – muitos são empregados antigos da propriedade – e com os outros moradores tornam a convivência agradável, como se fosse uma grande família.

O trabalho no campo é penoso, desgastante, mas “é o que sabemos fazer e mais do que isto, gostamos de fazer”. As dores nas costas são compensadas pelo descanso das tardes relaxadas após a lida matinal no campo. Alguns realizam outras atividades durante a tarde, como no caso do responsável pela estribaria e do operador de máquina. Os demais que momentaneamente se ocupam do corte da cana, só trabalham no período da manhã. Todos informaram que utilizam os equipamentos de proteção na área de trabalho, embora aqui e ali, se perceba um riso seguido da confissão de que nem sempre todos os itens são utilizados. Este fato já havia sido mencionado nas entrevistas com os proprietários quando estes relatavam alguns incidentes decorrentes da falta do uso do equipamento com adequação. A maioria dos trabalhadores do campo é composta por homens. Hoje a mulher não trabalha mais na lida do campo, apenas algumas poucas e na condição de trabalhadora-moradora, porque não podem ficar em alojamentos compartilhando o mesmo quarto com os homens. Esta contingência foi relatada por uma moradora que do trabalho do campo saiu para efetuar outros trabalhos nas cercanias da casa-grande, tendo combinado com o proprietário que a mudança de atividade não traria prejuízo no salário, uma vez que sua cota diária seria mantida. Esta mesma moradora confessou que sua vida melhorou muito, mas que por outro lado, contribuiu para o marido beber mais, o que era um problema para ela. No mais, a vida caminhava com tranquilidade.

O contingente dos entrevistados abrangeu uma faixa etária elástica. Foi desde os 18 anos até aos 65, caso de um morador que já estar aposentado, vive no engenho por opção, porque não quer se desligar dos amigos e gosta do lugar onde mantém seu roçado que lhe garante a sobrevivência que somada a sua aposentadoria lhe permite viver com tranquilidade. A vida simples do campo parece ser bastante agradável para quem dela desfruta. Essa condição foi ressaltada pela grande maioria que descrevendo sua rotina diária enfatiza o gosto pela vida campestre.

Quanto ao nível de escolaridade, 98% é composto de analfabetos que afirmaram que a falta de instrução não comprometia o desempenho no trabalho, uma vez que por observação haviam aprendido a lidar com a terra e dela conheciam todos os segredos. Entretanto, confessaram que não se sentiam em condições de realizar qualquer outro tipo de trabalho que não fosse o da lavoura.

A perspectiva de futuro lhes parece tranquila, porque não se sentiam ameaçados. Estão baseados nos engenhos e não vêem nenhuma ameaça de desemprego. Quando indagados se aconselhariam seus filhos a seguirem a mesma atividade quase que por unanimidade a resposta foi não. A contradição é flagrante. Sentem-se bem com o que fazem; sabem fazer bem o que fazem; sentem orgulho do que fazem; melhoraram de vida fazendo o que fazem, porém, não querem que seus filhos trilhem o mesmo caminho. Outros responderam que a mudança que gostariam que ocorresse em suas vidas seria trabalhar na mesma atividade, mas, por conta própria, ou seja, na condição de proprietário. Este é o grande sonho dos entrevistados.

As relações de trabalhos são harmônicas porque reconhecem nos patrões que são homens sérios, cumpridores dos compromissos assumidos, que pagam com regularidade seus salários regidos pela CLT e com todas as garantias.

O morador aposentado aproveitou para dizer que hoje no campo não se vê mais conflito como era nos tempos do “Pai Arraes”. Aquela época foi difícil, mas já passou, Graças a Deus. Os demais não fizeram nenhuma referência há esse tempo, porque a grande maioria, não vivenciou os fatos.

As informações passadas pelos trabalhadores-moradores foram dadas de forma espontânea, com inteira liberdade, uma vez que foram franqueadas pelos proprietários todas as condições para que a entrevista ocorresse sem nenhuma interferência, garantindo a todos o direito de expressar livremente suas opiniões. De fato, isto aconteceu, pode-se comprovar que as pessoas entrevistadas sentiam-se inibidas não por se sentirem coagidas, mas porque não estavam acostumadas a “conversar desse jeito”, na fala de alguns, mas que estavam sendo sinceros nas respostas dadas. Realmente o clima de paz e concórdia reinou durante os dias em que as entrevistas foram realizadas, tudo transcorreu na maior normalidade.

8ª Entrevista: Trabalhadores-safristas

Total: 50

Engenhos: Bom Jardim. Coimbra e Tobé

Região: Cabo de Santo Agostinho

Sexo: Masculino

Idade: de 18 a 60 anos

Em, 16 de setembro de 2009.

A entrevista aconteceu no alojamento do Engenho Bom Jardim, onde os trabalhadores foram entrevistados nos horários do almoço e troca de turno. Os trabalhadores dos engenhos Coimbra e Tobé também foram entrevistas no mesmo local, tendo em vista a proximidade das propriedades que facilitou a concentração dos procedimentos em um único lugar.

Os trabalhadores foram divididos em grupos por engenhos, assim distribuídos: Engenhos Bom Jardim – 15 trabalhadores; Engenho Coimbra 25 trabalhadores; Engenho Tobé – 17 trabalhadores. Foi tomado o cuidado de separar as populações dos engenhos até para deixá-los mais a vontade para responder algumas perguntas, podendo cruzar as respostas, comprovando se realmente foram sinceras.

As entrevistas foram iniciadas com o grupo do Engenho Bom Jardim. Esse grupo já vem de algum tempo trabalhando para o mesmo empregador. Faz parte de um contingente de trabalhadores da Paraíba trazidos anualmente pelo empreiteiro da propriedade, nos períodos do corte da cana. Perguntado sobre as condições do alojamento, todos se mostraram satisfeitos, inclusive ressaltando que já haviam trabalhado em condições de insalubridade em outras localidades, mas que esta, era satisfatória.

O fato de poder almoçar no refeitório do alojamento, comida quente e principalmente fornecida de graça pelo empregador é algo que eles apontam como uma conquista. Falaram dos seus relacionamentos no período em que estão juntos, dizendo que é bom e que favorece a fazer amizade. Um deles comentou que o que ajuda a esse entrosamento é o fato de que todos eles vêm do mesmo lugar, tem os mesmos hábitos e sentem a mesma saudade. Aliás, a saudade é o dado comum que une todos. Trabalhar longe da família é um preço alto de se pagar. Viver em alojamento em meio ao canavial, por mais bem equipado, não substitui o convívio familiar que é interrompido a cada novo ciclo do corte da cana. Em suas localidades, a maioria habita em regiões periféricas no entorno das cidades.

A vida é difícil porque o trabalho é escasso, só dá para conseguir fazer uns “bicos” de vez em quando. Na maioria das vezes é o dinheiro da cana, que segura à barra da família o ano inteiro. A fome quase sempre bate a porte, porque o dinheiro da safra é insuficiente para suprir as necessidades de consumo da família ao longo do ano. A falta do sítio é algo sempre lembrado, até por aqueles que não vivenciaram essa época, mas escutam, com frequência, seus pais falarem das diferenças entre viver e trabalhar no campo, e viver na cidade e trabalhar no campo.

É por isso que se embrenham no trabalho, produzindo mais que a média dos trabalhadores-moradores. Quase o dobro, porque cortam diariamente entre 5 a 6 toneladas de cana. Eles dizem que isso é necessário para fazer mais dinheiro para levar para casa. O trabalho no campo é cansativo, mas seguro, porque usam os equipamentos de proteção para evitar acidentes no trabalho. A atividade é exercida a sol aberto e se chover ninguém trabalha, mas tem garantido o seu dia de salário. Todos afirmaram que conhecem muito bem a lida no campo. O plantio e a colheita da cana não tem segredo, e que o momento mais importante para eles é o da colheita, porque na condição de trabalhador-safrista, é quando vêem a cor do dinheiro. A tarefa é cansativa, mas é o que eles sabem fazer e gostam de fazer. Se pudessem, trocariam de atividade, mais não saberiam em que. Alguns acham que tem condições de exercer outra atividade, porém com dificuldade. A falta de instrução para uns prejudica inclusive sua atividade como lavrador, mas para a grande maioria não prejudica em nada, porque lidam com a terra há muito tempo, aprenderam observando e sendo treinados e o que aprenderam é o suficiente para desempenhar bem as tarefas. Quando perguntados se incentivariam seus filhos a exercer a mesma atividade, a resposta em coro foi não. Querem para os filhos um trabalho menos penoso e mais estável. “Essa coisa de trabalhar apenas um período no ano, e mesmo assim, quando tem trabalho, porque os patrões estão dando preferência a buscar em outros estados, não é vida para ninguém” lamentou um deles.

Essas respostas foram dadas pelos três grupos entrevistados. O que variou entre eles, foi a questão do alojamento, porque, nos engenhos Tobé e Coimbra, os trabalhadores-safristas moram nas cidades circunvizinhas e são levados e trazidos para o local de trabalho diariamente, por ônibus fretado pelo proprietário dos engenhos. Essa condição também é muito cansativa, uma vez que precisam acordar bem cedo para tomar o ônibus às 6h da manhã para estar no local de trabalho na hora de iniciar a labuta, às 7h da manhã. Nesse período de corte de cana, aqueles que moram nas cidades circunvizinhas, falaram que mal vêem os filhos e a família. Chegam a casa, exaustos e loucos para dormir porque no dia seguinte tudo se repete. A comida é oferecida pelo empregador no local de trabalho, porém, descontado os 25% que a lei permite. Na avaliação deles essa condição de vida é péssima.

Consideraram também que, morar na periferia da cidade sem ter ainda adquirido os hábitos locais, faz deles, forasteiros, pessoas discriminadas, tornando difícil a adaptação. Outro ponto observado foi que devido à necessidade de ficar em alojamento, diminuiu

consideravelmente o trabalho da mulher no corte da cana, portanto, diminuiu a contribuição do salário feminino na renda familiar. O emprego de doméstica, faxineira ou similares são as possibilidades que elas encontram para trabalhar nas cidades. Porém, nem para essas funções estão habilitadas e quando estão, sofrem ainda a concorrência, porque são poucas as oportunidades de emprego para atender a um grande número de desempregadas.

Quanto às relações trabalhistas a maioria reconhece que as condições melhoraram bastante. O fato de trabalharem com todas as garantias torna-se importante, porque assegura maior tranquilidade até nos caso de acidente de trabalho, devido os acordos no campo que vem oferecendo cada vez mais, proteção ao trabalhador. Entretanto, essa conquista perde expressividade quando se relaciona ao fato da perda da condição de trabalhador-morador, que além dos benefícios legais, ainda tem o sítio para suprir suas necessidades de subsistência. Essa é a grande diferença. Ninguém está habitando a cidade porque quer. Todos que lá se encontram, salvo aqueles que por vontade própria mudaram de atividade, estão lá porque não tiveram outra opção. São na verdade, pessoas com íntima ligação à vida campestre. Hábitos simples, fala mansa, pouca ambição, são traços comuns a eles, mais evidenciados na população dos que permaneceram morando no campo.

Aos mais velhos é possível estabelecer a comparação das condições de trabalho com maior exatidão, entre o antes e o depois, ou seja, à época em que era trabalhador-morador e quando se tornou trabalhador-safrista. As diferenças são grandes, diz um deles: “Antes eu trabalhava só pelo período da manhã. A tarde carpia meu roçado e deitava conversa fora com os amigos. Hoje, me vejo obrigado a trabalhar de manhã e de tarde e nem assim, minha vida melhorou, porque moro na cidade, sujeito a violência, a uma vida diferente, que não me agrada, o que faz me sentir um peixe fora d’água. Ganho por produtividade, assim tenho que me desdobrar para fazer mais dinheiro”. E acrescentou: “Engraçado, antes se dizia que a gente não precisava trabalhar no período da tarde, porque este só servia para enriquecer o patrão. É por isso que até hoje, pode observar, quem mora nos engenhos só trabalha o período da manhã, o suficiente para fazer o seu salário. Mas, quem perdeu esta condição, tem que se desdobrar e não é para enriquecer ninguém, é para não morrer de fome”. “É, nós trabalhamos para sobreviver, não dá para guardar dinheiro”, explicou outro entrevistado.

Entretanto, mostraram-se confiantes no futuro. Acreditam que as condições de vida podem melhorar, mas, não sabem precisar como isto vai acontecer. Quanto ao desemprego, ou

extinção do emprego pela máquina, não se sentem ainda ameaçados. Achrom que na região ainda irá demorar a substituição do homem pela máquina. Confessaram, porém, que estão pouco habilitados para desempenhar outra atividade que não seja a da lavoura da cana-de-açúcar e sentem-se orgulhosos do que fazem. Confiam em Deus e nas autoridades para que a vida melhore para todo mundo.

9ª Entrevista: Presidente do Sindicato.

Presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Açúcar – PE.

Presidente da Comissão Nacional de Cana de Açúcar –

Em, 16 de setembro de 2009.

O entrevistado inicia sua fala esclarecendo que o sindicato que preside representa os Fornecedores de Cana-de-Açúcar do Estado de Pernambuco, sendo este composto por 98% de pequenos fornecedores que possuem de 10 a 15 hectares de terra. Hoje na região, segundo informou, as propriedades de engenhos maiores não chegam a 500, entre engenhos arrendados e próprios. A Lei nº 4870 que rege o estatuto da terra estabelece que as usinas não possam ser proprietárias de mais de 40% das terras, sendo 60% obrigatoriamente destinadas aos fornecedores de cana. Alerta o presidente, que essa proporção aos poucos está se invertendo, porque os usineiros estão comprando as propriedades endividadas, ampliando assim, os seus domínios. É, portanto, a volta dos latifundiários ao campo.

O entrevistado está à frente do sindicato dos fornecedores de cana há 21 anos, exercendo uma liderança incontestável, principalmente em defesa dos interesses dos pequenos proprietários, cuja origem é de trabalhador rural beneficiado pelo Programa de Reforma Agrária local. Com habilidade política invejável, reconhecida pelos seus representados, o presidente, exerce influência no setor sucroalcooleiro desde muito antes de se tornar presidente do sindicato. Ao tempo de Miguel Arraes, de quem se tornou amigo apesar das divergências de caráter ideológico, sua liderança já se fazia sentir em meio ao pequeno produtor, para quem sempre ofereceu assistência técnica voluntária, emprestando sua voz junto à categoria para fazer refletir suas reivindicações junto aos órgãos de classe. Tal postura lhe valeu o reconhecimento da categoria, razão pela qual permanece no cargo há tantos anos. Recentemente, também foi empossado como Presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar, órgão criado para debater as questões do setor em nível nacional e internacional.

Sua atuação junto à categoria tem sido vitoriosa na mediação das relações de trabalho, colocando o departamento jurídico da entidade a serviço das demandas do campo, sempre buscando atuar com senso de justiça nos acordos firmados entre empregados e empregadores. O presidente forneceu ampla documentação que demonstra a participação efetiva do sindicato nos destinos do setor sucroalcooleiro local, no que se refere às condições de trabalho e conquistas trabalhistas tais como, aumento do salário referência no campo e suas emanções com relação a outras garantias contratuais.

Preocupado com a preservação física do trabalhador rural, o sindicato desenvolveu uma cartilha orientadora para os fornecedores de cana, no sentido de fazer cumprir a legislação com relação aos EPIs – Equipamentos de Proteção Individual. Essa cartilha, didaticamente concebida ensina os fornecedores a orientar seus empregados no uso e na manutenção dos equipamentos, de maneira à melhor protegê-los contra acidentes de trabalho. Como o seu público-alvo é constituído em 98% de pequenos fornecedores, muitos deles com nível de escolaridade baixo e até mesmo, exercendo as mesmas atividades dos contratados, a cartilha educativa foi uma iniciativa considerada como das mais eficazes, para diminuir as ocorrências de acidentes nos canaviais do estado de Pernambuco.

Forneceu documento que se refere a um TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 37/2009, pela preservação do trabalho decente e um meio ambiente de trabalho sadio e seguro no setor sucroalcooleiro no estado de Pernambuco, assinados por vários parceiros interessados, entre os quais entidades do governo, usineiros e representantes de classe, comprovando o quanto o setor estar sob vigilância das autoridades, o que o obriga a rever suas políticas e acordos de trabalho com certa regularidade.

Para facilitar as relações entre os fornecedores de cana de açúcar e seus empregados, o SINDICAPE – Sindicato dos Cultivadores de Cana de Açúcar no Estado de Pernambuco -, criou o “MANUAL DO EMPREGADOR RURAL CANAVIEIRO DE PERNAMBUCO” – no ano de 2006, que já vai, na sua 3ª edição. Este manual orienta sobre todas as atividades, relações de trabalho, obrigações sociais, fiscais e contribuições, prevenção de acidentes dentre outras informações de real importância para o empregador, de maneira a contribuir para que este possa exercer sua atividade em conformidade com a lei, evitando assim, incorrer em abusos, multas e outras penalidades, pelo desconhecimento da legislação que normatiza as relações no setor sucroalcooleiro.

Segundo o entrevistado, sua atividade é eminentemente política, visa mediar os conflitos de interesse, coisa que procura fazer com senso de justiça social. Mas, altamente compensatória, pelos resultados até então alcançados. Para ele, todas as conquistas no campo do trabalho, conseguidas pelos trabalhadores rurais não serão suficientes para impedir que a máquina substitua nos próximos anos a atividade do homem no campo. Aliás, informou que já existe um protótipo de máquina sendo pesquisado para atender ao corte de cana na região, desenvolvido considerando as especificidades da topografia local, que é muito acidentada, razão pela qual, a mão de obra é intensiva na região.

Demonstrou preocupação com o destino dessa população de trabalhadores, tendo em vista a pouca instrução que os torna incapazes para o exercício de outra atividade. Finalizou a entrevista com a frase: “Esta é uma preocupação de todos nós, porém, cabe ao estado desenvolver políticas públicas que socorram este contingente antes que o problema se instale definitivamente”.

10ª Entrevista: Senhora de Engenho
Categoria: Senhora de Engenho
Propriedade: Engenho Bom Jardim
Em, 17 de setembro de 2009.

A intenção de entrevistar uma senhora de engenho se explica pelo fato de que os registros históricos descrevem sua figura como de uma mulher apagada, sem nenhuma autonomia, de vida ociosa e pouco produtiva. Entretanto, quando se começa a conversar com uma senhora de engenho alguns paradigmas são quebrados, posto que, de ociosa e fraca, estas mulheres nada tem.

A entrevista inicia-se com a senhora de engenho falando a respeito de como se tornou uma delas. Sendo de família tradicional, criada na cidade com todos os luxos que a vida urbana oferece, não foi fácil a adaptação à vida no campo. Primeiro porque, habitar a casa-grande do Engenho Coimbra, na primeira metade do século XX por volta dos anos 1959/60, se traduzia ainda em vivenciar alguns desconfortos, dentre os quais, a falta de luz elétrica que impedia a utilização de eletrodomésticos para facilitar a rotina doméstica. Entretanto, diz a entrevista que foi prazerosa essa vivência.

O entusiasmo de uma nova vida a partir do casamento com um senhor de engenho, a levou a querer absorver os hábitos campestres com rapidez, para melhor se adaptar à nova

vida, com duplo esforço, pois além da mudança para o campo, ainda vivia o processo de adaptação à vida de casada. Mas, tudo foi facilitado pela presença amiga e generosa da sua sogra, que no comando da casa-grande, passou a ensinar-lhe a rotina de uma senhora de engenho.

Vivendo em um engenho secular, cuja história se inicia com o período da escravidão pode conviver com a cozinheira da casa-grande, neta de escravos, mulher de riso fácil e diligente, que cozinhava os pratos ao gosto da família, bem diferentes dos seus hábitos alimentares é verdade, mas atendendo ao gosto pessoal de toda a família, muito numerosa por sinal. Com ela aprendeu a cozinhar, a se familiarizar com os instrumentos rústicos que compunham os utensílios domésticos e deles extrair o melhor proveito para a confecção dos pratos que agradavam ao paladar do seu marido - “meu bem”, como o trata. Para atender ao hábito alimentar da família, a carne de boi tinha que ser mal passada; o café, moído na hora de ser serviço; e do pomar as frutas, goiaba, araçá, laranja, pitanga, abacaxi, eram retiradas na hora de serem transformadas em sucos, também processadas em doces, geléias e compotas, sempre presentes em todas as refeições. Eram acompanhadas do requeijão fumegando, servido ainda quente e feito no fogão a lenha, além dos bolos, pães e brioques todos produzidos na cozinha da casa-grande.

A lida da cozinha em dias de festa, principalmente no dia do padroeiro da propriedade, “São Sebastião”, era de muito trabalho para alimentar os convidados, sempre em grande número, que eram recebidos com mesa farta, para diversas refeições.

Foi da sua sogra que recebeu a tão famosa receita da família, do bolo que se tornou conhecido nacionalmente, e até comercializado em toda Recife, porém, sem os segredos da receita original, passados de geração a geração pelas senhoras de engenho descendentes da família Souza Leão. Trata-se do Bolo Souza Leão, cuja receita, para preservar a tradição, já “segredou” para suas noras, que também são filhas de senhores de engenhos de Pernambuco.

A vida de uma senhora de engenho gravita em torno da promoção do bem-estar do marido e dos filhos, e do atendimento às solicitações dos moradores da propriedade que vem em busca de orientação para problemas de saúde, principalmente. Mas, à época, também lidava com a orientação da professora contratada para lecionar os filhos dos moradores do engenho. A provisão do material escolar ficava sob sua responsabilidade, bem como o acompanhamento dos trabalhos da professora.

As festas religiosas, principalmente a dedicada ao padroeiro do engenho, eram de sua responsabilidade planejar, desde o cardápio a ser servidos aos convidados, até a acomodação dos que pernoitavam no engenho. Também se preocupava em prover as condições para realização do serviço religioso, que compreendia desde o transporte do padre, suas acomodações e exigências para o ofício da missa celebrada na capela do engenho. A essas obrigações se juntavam outras mulheres da família para dá conta de tantas providências.

A vida pacata no campo segue uma rotina diária sedentária, só quebrada nos dias festivos de maior agitação. A leitura, o bordado, e a cozinha fazem parte das obrigações e do lazer de uma senhora de engenho. Em seu caso particular, por tocar acordeão, “sanfona”, também passava as tardes na varanda da casa-grande, tocando músicas que deveriam soar agradavelmente aos ouvidos dos moradores, a julgar pelo fato de que, pouco a pouco, eles se aproximavam, para ouvir melhor o som do instrumento. Em certa ocasião, relata a entrevista “recebi uma comitiva de moradores do engenho, que vieram me pedir emprestado a minha consertina. A princípio fiquei sem saber o que dizer, pois não sabia do que se tratava. Depois, foi que me explicaram que era o meu acordeão, que eles queriam emprestado para animar o arrasta-pé que fariam no fim de semana. Claro que emprestei com muito gosto o instrumento, porque entendia como necessária a maior integração deles, e que nada melhor do que um arrasta-pé para promover tal encontro”.

O bem-estar dos moradores sempre esteve presente em suas preocupações, tanto que, naquilo que lhe era possível fazer, procurava prestar o atendimento nas horas de dificuldades, orientando na higiene corporal para evitar doenças e conversando com as mulheres assuntos próprios do universo feminino, como forma de intensificar as relações sociais, dissolvendo de certa forma o distanciamento que existia no período da aristocracia rural nos engenhos de cana-de-açúcar no estado de Pernambuco.

Desde os idos de 1959, que vive a rotina do campo, que de normalmente calma, ressaltou a entrevistada, também conheceu dias de intensa tensão, no período que antecedeu ao golpe militar de 1964, quando a agitação do campo quebrou a rotina de silêncio e tranquilidade das casas-grandes. Foi um período difícil, de grande conflito entre os senhores de engenhos e os trabalhadores rurais que em certas ocasiões chegaram até a pegar em armas, ambos os lados exaltados tentando se defender. Naquela ocasião, tendo em vista o temperamento arrebatado e destemido do seu marido, ha cada hora que ele montava em seu

cavalo para percorrer a plantação, ela corria para a capela do engenho, pondo-me a rezar por ele e por todos os trabalhadores, porque entendia o quanto eram manipulados, uma vez que, num passado recente, as relações sociais eram de amizade e apadrinhamento, e naquele momento de estranhamento e revolta.

Atualmente, a paz voltou ao campo e a vida segue a mesma rotina de quando iniciou a sua trajetória. Agora observando os netos, que a exemplo dos filhos, percorrem as paragens do engenho, montados nos lombos dos animais, como se o tempo não houvesse passado, e tanta vida tivesse sido vivida.

A mesa farta continua a produzir os mesmos efeitos do início da sua história. Os doces e sucos feitos com as frutas do pomar encantam o paladar de todos que adentram a casa-grande, principalmente dos comensais contumaz, dentre eles, o seu marido, que a vida toda se recusou a substituir os quitutes produzidos no engenho pelos enlatados da cidade.

A educação dos seus filhos a obrigou a viver na cidade e no campo por muitos anos. Entretanto, procurou preservar o hábito alimentar adquirido no transferindo-o para a cidade. A maior parte dos alimentos consumidos pela família são produzidos e cultivados no engenho.

Hoje, revela com convicção a senhora de engenho: “posso afirmar que meu lar é a casa-grande do engenho Bom Jardim, e a casa da cidade é minha segunda residência. Quando digo isto, quero afirmar, que mesmo não tendo origem no campo, hoje me considero uma senhora de engenho, de hábitos e comportamento iguais àquelas que por origem desfrutam dessa condição”.

4.3. Questionários aplicados – resultados apresentados

Com a finalidade de cruzar os dados extraídos nas entrevistas, foram aplicados três questionários com perguntas fechadas aos 38 trabalhadores-moradores e 140 trabalhadores-safristas com o intuito de comparar as respostas fornecidas pelo uso das duas técnicas. Os questionários foram desenvolvidos com o objetivo de investigar sob tríplice abordagem o universo dos trabalhadores rurais da Zona da Mata do Estado de Pernambuco. Os resultados aferidos servem também de base para a análise ergonômica do trabalho do bóia-fria, numa perspectiva ergonômica como um dos objetivos preconizados para a pesquisa. As tabelas abaixo permitem comparar as respostas das duas categorias: trabalhadores-moradores e trabalhadores-safristas.

Tabela 1. QUESTIONÁRIO DE PERGUNTAS FECHADAS
DIMENSÃO FÍSICA PREPONDERANTE

PERGUNTA	RESPOSTAS (%)	
1) Jornada de Trabalho	Trab. Morador	Trab. Safrista
8 horas	16	100
12 horas	0	0
4 horas	84	0
2) Atividade desenvolvida em:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Espaço restrito	8	0
espaço dimensionado	92	100
espaço indeterminado	0	0
3) Trabalho supervisionado por:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Administrador	100	100
Feitor	0	0
Capataz	0	0
4) Tarefa	Trab. Morador	Trab. Safrista
Repetitiva	92	100
Diversificada	0	0
Múltipla	8	0
5) Esforço físico	Trab. Morador	Trab. Safrista
Grande	100	100
Pequeno	0	0
Nenhum	0	0
6) Fadiga	Trab. Morador	Trab. Safrista
nos braços	0	0
nas costas	100	100
nas pernas	0	0
7) Atividade desenvolvida	Trab. Morador	Trab. Safrista
com sol	100	100
com sol e chuva	0	0
com chuva	0	0
8) Ferramentas de trabalho	Trab. Morador	Trab. Safrista
Próprias	0	0
do patrão	100	100
Terceiro	0	0
9) Atividade real	Trab. Morador	Trab. Safrista
fácil execução	100	100
Difícil	0	0
qualquer pessoa executa	0	0
10) Utilização dos EPIs:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Todos	92	100
Alguns	5	0
Nenhum	3	0
11) Metas de produtividade	Trab. Morador	Trab. Safrista
3 toneladas	100	0
5 toneladas	0	71
mais de 5 toneladas	0	29

Tabela 2. QUESTIONÁRIO DE PERGUNTAS FECHADAS
DIMENSÃO PSICOLÓGICA PREPONDERANTE

PERGUNTAS	RESPOSTAS (%)	
1) O trabalho desenvolvido é:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Prazeroso	0	0
Penoso	100	100
Entediante	0	0
2) Meu trabalho é:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Importante	100	100
importante para outros	0	0
carece de importância	0	0
3) Minha remuneração garante:	Trab. Morador	Trab. Safrista
vida boa	0	0
Sobrevivência	92	100
guardar dinheiro	8	0
4) Minha remuneração é paga:	Trab. Morador	Trab. Safrista
por produtividade	100	100
Por diária	0	0
por outra forma	0	0
5) As condições de moradia:	Engenho	Alojamento
Boas	100	93
Precárias	0	7
Péssimas	0	0
6) As relações de trabalho são:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Harmônicas	100	50
Conflituosas	0	0
Indiferente	0	50
7) Relações Trabalhistas:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Sem vínculo	0	0
CLT	100	0
Contrato de trabalho	0	100
8) Após o horário de trabalho você se sente:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Recompensado	0	0
Relaxado	100	36
Aprensivo pela manutenção do emprego	0	64
9) Vida social:	Trab. Morador	Trab. Safrista
convive com a família e amigos	100	0
Prejudicada	0	36
convívio familiar esporádico	0	64
10) Moradia	Trab. Morador	Trab. Safrista
no local de trabalho	100	0
na cidade próxima	0	82
outro estado	0	18
11) Qualidade de vida	Trab. Morador	Trab. Safrista
Boa	100	0
Regular	0	0
Precária	0	100
12) Perspectiva de trabalho	Trab. Morador	Trab. Safrista
Desemprego	0	14
Pleno emprego	100	72
perda para a máquina	0	14
13) Perspectiva de futuro	Trab. Morador	Trab. Safrista
Pobreza	8	43
miséria	0	14
Realização	92	43
14) Se você pudesse:	Trab. Morador	Trab. Safrista
mudaria de atividade	0	0
trabalharia por conta própria	100	100
não mudaria	0	0

Tabela 3. QUESTIONÁRIO DE PERGUNTAS FECHADAS
DIMENSÃO COGNITIVA PREPONDERANTE

PERGUNTAS	RESPOSTAS (%)	
1) Sua atividade é:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Valorizada	100	50
Desvalorizada	0	50
Insignificante	0	0
2) Sua atividade pode ser exercida por:	Trab. Morador	Trab. Safrista
qualquer pessoa	0	0
trabalhador rural	100	100
trabalhador da cidade	0	0
3) A atividade é melhor desempenhada por:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Jovem	0	14
velho	21	4
Adulto	79	82
4) A atividade é melhor desempenhada por:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Homem	100	100
Mulher	0	0
independe de sexo	0	0
5) A atividade desenvolvida em céu aberto favorece:	Trab. Morador	Trab. Safrista
envelhecimento precoce	79	0
Mantém a juventude	0	0
prejudica a saúde	21	100
6) Você aprendeu seu trabalho:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Sozinho	13	0
Observando	87	82
foi treinado	0	18
7) Você acredita que:	Trab. Morador	Trab. Safrista
sabe tudo sobre o seu trabalho	100	100
precisa conhecer mais	0	0
Indiferente	0	0
8) Você pode assumir outras funções no campo	Trab. Morador	Trab. Safrista
Sim	92	86
Não	0	7
Talvez	8	7
9) Você tem:	Trab. Morador	Trab. Safrista
orgulho do seu trabalho	100	71
Indiferença	0	7
nunca pensou nisso	0	22

Tabela 3 (continuação). QUESTIONÁRIO DE PERGUNTAS FECHADAS
DIMENSÃO COGNITIVA PREPONDERANTE

PERGUNTAS	RESPOSTAS (%)	
10) Você já pensou exercer outra atividade:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Sim	0	0
Não	100	86
algumas vezes	0	14
11) Você acredita ser fácil arrumar emprego em outra área ?	Trab. Morador	Trab. Safrista
Sim	0	7
Não	79	86
Talvez	21	7
12) As fases do cultivo da cana-de-açúcar são:	Trab. Morador	Trab. Safrista
todas importantes para a qualidade do produto	100	7
apenas a que se refere ao corte da cana	0	93
a que se refere ao plantio	0	0
13) Você se acha em condições de exercer outra atividade ?	Trab. Morador	Trab. Safrista
Sim	0	0
Não	79	100
Talvez	21	0
14) A falta de instrução impede o bom desempenho de sua atividade ?	Trab. Morador	Trab. Safrista
Sim	0	0
não	100	100
Talvez	0	0
15) Você aconselha seus filhos a seguirem a mesma atividade ?	Trab. Morador	Trab. Safrista
Sim	0	0
Não	100	100
Não interfiro na escolha	0	0
16) Sua atividade propicia a melhoria da qualidade de vida ?	Trab. Morador	Trab. Safrista
Sim	79	0
Não	0	96
não percebo diferença	21	4
17) O cultivo da cana na região é bom para:	Trab. Morador	Trab. Safrista
manter o emprego no campo	100	89
melhorar o desempenho da economia local	0	0
enriquecer o patrão	0	11
18) O trabalho na lavoura da cana-de-açúcar:	Trab. Morador	Trab. Safrista
Foi melhor nos tempos dos seus avós	0	86
é melhor hoje	100	0
não tem referência	0	14

4.4. Análise dos resultados da pesquisa

Ao se analisar o conteúdo das entrevistas realizadas observa-se convergências na fala dos entrevistados, principalmente no que se refere à oferta de condições de trabalho digno, em substituição às práticas nocivas, que ao longo da história dos canaviais pernambucanos, vinham “escurecendo” a paisagem verde que compõe o seu cenário. O acordo de ajustamento de conduta é prova inequívoca do esforço neste sentido. Entretanto, isto não quer dizer que o setor sucroalcooleiro pernambucano não apresente dificuldades, para as quais soluções estão sendo encaminhadas.

A exemplo dos proprietários de engenhos banguês, que sempre viveram com dificuldades financeiras no período de entressafra, tendo que se endividar para fazer frente às despesas de plantio e manutenção da plantação até a sua colheita, também os senhores de engenhos atuais, principalmente os arrendatários, sofrem com as mesmas circunstâncias. Financiar o negócio da cana na entressafra tem se constituído nos últimos anos um problema para os fornecedores de cana.

Desde a extinção do IAA, no governo Collor, os senhores de engenho sentem a falta de um órgão federal que os representem junto às câmaras setoriais, com força suficiente para defender seus interesses, quer interna ou externamente, no mercado internacional. A oscilação do preço da cana tem levado não apenas ao endividamento, como também à falência muitos senhores de engenho. A esta dificuldade as usinas respondem com a compra das terras falidas, ampliando consideravelmente seus domínios, indo além do que estar estabelecido em lei. Esta denúncia se reproduziu com certa frequência nas falas dos senhores de engenho, quando das suas entrevistas, sendo corroborada inclusive pelo presidente do Sindicato dos Fomecedores de Cana do Estado de Pernambuco. Entretanto, todos são otimistas, pois acreditam que a cana já está melhorando o seu preço e que para um futuro próximo, o setor sucroalcooleiro irá se expandir consideravelmente, até por conta das discussões sobre as novas matrizes energéticas sustentáveis, dentre elas a proveniente da cana. E, em Pernambuco, apesar de não haver disponibilidade de área para ampliação da cultura, ainda existe margem para ganhos em produtividade.

Quando se volta o foco para os trabalhadores rurais, as convergências também aparecem, porém, as divergências são bem acentuadas quando comparadas as respostas dos trabalhadores-moradores com as dos trabalhadores-safristas. Ambos os grupos reconhecem os

avanços nas condições de desempenho das atividades no campo. Os equipamentos de proteção trazem uma maior proteção ao trabalhador e as conquistas advindas das convenções coletivas de trabalho como a obrigatoriedade da disponibilização de banheiros, refeitórios, alojamentos etc., de fato trouxeram mais conforto para aqueles que passam o dia nos canaviais.

São contraditórios quando verbalizam que apesar de gostar do que fazem e conhecer profundamente as atividades que executam, responderam que não incentivariam seus filhos a trilharem o mesmo destino. Estas respostas foram dadas pelos dois contingentes. Aí cabe a pergunta? Será que efetivamente gostam tanto do que fazem? Ou a falta de conhecimento e de habilidade para exercer outra atividade é que os levam a afirmar categoricamente o “amor” ao seu trabalho. Caso este apego fosse de fato verdadeiro, não seria natural incentivar seus filhos a trabalharem no mesmo ofício? São indagações a serem respondidas talvez em outra pesquisa.

Segundo a opinião da grande maioria, não há necessidade da instrução para o desempenho qualificado do seu ofício. Entretanto, ambos os grupos, quando perguntados sobre a possibilidade de exercício profissional em outra área, as respostas foram contundentes, pois demonstraram que a maioria não se sente com capacidade para desenvolver outra atividade que não seja ligada ao cultivo da cana-de-açúcar. E nestas condições, a falta de instrução passa a ser o vetor natural.

Mas, o dado mais relevante extraído na entrevista foi quando perguntados sobre em que eles gostariam que os filhos trabalhassem. Nenhum conseguiu visualizar qualquer horizonte de trabalho. Isto se explica porque entre os entrevistados, 98% eram analfabetos, e desconheciam outras possibilidades de trabalho que não fosse aquele voltado para o cultivo da cana. Essa situação é preocupante porque os avanços tecnológicos apontam para um futuro próximo, senão a extinção total da atividade do corte de cana manual, mas, com certeza, para a drástica substituição do homem pela máquina nessa atividade. E, salvo algumas poucas respostas que sinalizaram nesta direção, eles não esboçaram nenhuma preocupação a esse respeito, demonstrando total ignorância sobre a ameaça a qual estão expostos.

A dificuldade de conseguir trabalho nos canaviais pernambucanos é algo que preocupa os trabalhadores-safristas. Tanto é que, na última assembléia do sindicato dos trabalhadores rurais, ainda em andamento as suas tratativas, um dos seus itens trata especificamente da preferência na contratação de trabalhadores das cidades circunvizinhas, ao invés de outras

cidades fora do estado de Pernambuco. Esta preocupação procede, tendo em vista que, um dos senhores de engenho entrevistado, confessou que há muitos anos vem contratando trabalhadores-safristas de outro estado, justificando sua preferência pelo fato de que estes são mais trabalhadores do que os locais que, contaminados pela vida na cidade, já não mais produzem como antigamente.

Com relação à falta de aptidão para qualquer outro tipo de trabalho que não seja o relacionado ao universo canavieiro, um dos entrevistados também comentou sobre as oportunidades de emprego que o estado de Pernambuco oferece, já que agora estar em franco desenvolvimento. Citou o porto de Suape que está contratando trabalhadores de baixa escolaridade para vários serviços, mas que infelizmente os trabalhadores rurais não podem se candidatar por total falta de capacitação. Esta circunstância gera um problema social muito grande, que precisa de solução definitiva e não paliativa como a apresentada pelo governo que utiliza as frentes de emprego geradas com a utilização dos fundos agrícolas como meio para prover a subsistência dessa categoria, no período de entressafra. A solução para o problema no entendimento de outro entrevistado está na retomada do processo de reforma agrária, mas, sem cometer os erros do passado, e sim, privilegiando o cultivo da cana que tem mercado certo.

A toda essa discussão os trabalhadores rurais passam ao largo. Para eles, seu universo começa e termina no meio dos canaviais. Para aqueles que gozam da condição de trabalhadores-moradores, o futuro é tranquilo, como tranquila é a vida, agora bem melhor do que antes, tendo em vista que além do sítio que lhes garante a subsistência, ainda tem o salário garantido todo o mês, para comprar outros produtos e melhorar a sua qualidade de vida.

Já para os trabalhadores-safristas, o futuro se apresenta dentro de um quadro de permanente incerteza. O fato de trabalhar sazonalmente, apenas nos períodos de safra, não lhes garante uma condição de vida tranquila. E, correr atrás do trabalho e do dinheiro, além de ser cansativo é preocupante, porque nem sempre as oportunidades são reais. Enquanto houver cana em fatura para colher nos canaviais, eles trabalham, mas, quando a produtividade cai, a oferta de trabalho na região também diminui, e com ela, a possibilidade de subsistência, uma vez que sem dinheiro e sem o sítio fica difícil sobreviver. Os bicos que fazem na cidade também não são frequentes, de maneira que a fome e a miséria estão sempre rondando suas cabeças. Confessaram que não vivem na cidade porque gostam, mas, porque foram expulsos do campo. Interessante observar que até os mais novos, quando indagados sobre suas

condições de vida, antes e depois, talvez influenciados pelos seus pais, responderam que eram melhores antes de vir morar na cidade.

A evocação de um passado feliz é compreensível, quando comparadas às condições de vida antes e depois da implantação da CLT no campo, provocando o êxodo rural para as periferias das cidades. Para uma população cujo índice de analfabetismo chega a 98% (dados extraídos pela pesquisa), acostumada a uma vida simples, convivendo com amigos e parentes o tempo inteiro, trabalhando apenas meio período, o outro sendo utilizado no seu roçado e “para jogar conversa fora”, como alguns se externaram, viver na cidade esperando à hora de voltar aos canaviais, não é bom para ninguém. Disseram que o “ideal seria viver e trabalhar no campo, porque é lá que é o nosso lugar”.

A vontade expressa de morar e trabalhar no campo, talvez explique o pouco interesse em aprender outra atividade, porque no inconsciente coletivo desses trabalhadores persiste a idéia de que a felicidade está no campo, tanto é assim que, ao serem perguntados se mudariam de atividade, a grande maioria respondeu que não, mas, gostariam de mudar de posição, ou seja, sair da condição de trabalhador para a de proprietário, ascendendo socialmente da condição de subalterno para a da classe dominante.

Enquanto os trabalhadores-moradores demonstraram estar de bem com a vida, os trabalhadores-safristas demonstram uma profunda insatisfação com as suas condições de trabalho, no que se refere ao fato de habitar nas cidades ou em alojamentos, coisa que os proíbe de uma forma ou de outra, de consolidar laços afetivos e ampliar seus ciclos de amizade. Embora reconheçam as melhorias nas condições de trabalho, estão se referindo às condições de vida, que perdeu em muito a qualidade.

Entre a população dos entrevistados vinda de outro estado, o clima entre eles parecia ser muito amigável, porque demonstravam afetividade pelo fato de que, a cada ano se encontravam nas mesmas frentes de trabalho. Mas, quando falavam do afastamento obrigatório dos seus familiares era visível o desconforto e a emoção, traduzida em lágrimas que brotavam em profusão, nas faces precocemente enrugadas pela constante exposição ao sol daqueles homens, de mãos calejadas e coração sofrido, que ao evocar as figuras dos filhos e mulheres, deixavam transparecer a angústia que sentiam no peito. Talvez seja esta a razão pela qual, mesmo gostando do que fazem, são categóricos ao afirmar que não gostariam que seus filhos seguissem o mesmo caminho.

A análise das tabelas permite a comparação das respostas ao questionário das populações pesquisadas, ao mesmo tempo em que propiciam dados para uma posterior análise ergonômica do trabalho, tendo em vista a abordagem em três dimensões: física, psicológica e cognitiva, permitindo conhecer melhor a atividade real do bóia-fria e a sua praxis.

As respostas extraídas pelo questionário com preponderância da dimensão física também permite constatar respostas convergentes, tanto quanto ficou evidenciado nas entrevistas abertas. Entretanto, as divergências são indicativas das reais condições de trabalho e principalmente das condições de exercício laboral que são percebidas e executadas de forma diferente pelas duas populações. O questionário elaborado com 11 perguntas fechadas permite algumas análises interessantes.

A jornada de trabalho para os trabalhadores-moradores ela é de apenas 4 horas para a maioria, uma vez que apenas 16% dos entrevistados, se ocupam de outras atividades fora do eito nas outras 4 horas. As atividades são realizadas ao ar livre, sob forte calor, só interrompidas para satisfazer as necessidades fisiológicas ou quando começa a chover.

Para os trabalhadores-safristas a jornada de trabalho é de 8 horas diárias, desenvolvida em céu aberto e sol escaldante, já que com chuva o trabalho no campo não se realiza. As interrupções se dão para efeito de alimentação ou para satisfazer necessidades fisiológicas.

Evidentemente que, sendo o trabalho executado em espaço dimensionado e a céu aberto, com a supervisão direta de um administrador cobrando produtividade na realização de tarefa repetitiva, o impacto dessa atividade repercute de forma diferente entre as duas populações. Para os trabalhadores-moradores, o esforço físico dispensado na labuta é grande, provocando além do cansaço, fortes dores nas costas. Entretanto, sua capacidade de recuperação da fadiga é satisfatória, tendo em vista que só trabalham 4 horas. As tardes para descansar e “jogar conversa fora”, como mencionado nas entrevistas.

A tradição da região é de trabalhar no eito apenas no período da manhã, o suficiente para produzir as três toneladas que garantem o pagamento do salário mínimo. Esse comportamento dos trabalhadores-moradores é tacitamente aceito pelos senhores de engenho que, conhecendo os hábitos e a pouca ambição dessa categoria, sabem que não adianta cobrar maior produtividade, pois, ainda como uma conserva cultural, permanece a idéia de que estão trabalhando para “enricar o patrão”.

O pensamento dominante entre os trabalhadores-moradores é que o salário permite a eles adquirir objetos de consumo pessoal e principalmente, equipamentos de som e imagem, além da motocicleta que, hoje em dia corta com muita frequência as estradas que ligam os canaviais. Quanto a sua sobrevivência, está garantida com o cultivo de lavouras de subsistência e a criação de animais de pequenos portes. A verdade é que demonstraram de fato estar de bem com a vida. Tem-se então comprovada pelas respostas ao questionário fechado, as mesmas opiniões reveladas nas entrevistas.

Já os trabalhadores-safristas tem obrigatoriamente que dobrar a jornada de trabalho para produzir o equivalente a dois salários mínimos da categoria, o que lhes garante supostamente a sobrevivência no período de entressafra. São obrigados a dobrar a produção para garantir a sobrevivência, tendo em vista a precariedade de arrumar trabalho na época de entressafra, devido a sua pouca capacitação. Para estes trabalhadores, o que os obriga a dobrar o período de trabalho é sem dúvida a necessidade de produzir em seis meses o equivalente ao gasto com a sua sobrevivência em doze meses. Para a maioria deles, trabalhar mais para enriquecer o patrão, é algo superado, uma vez que, o que está em jogo é a sua sobrevivência e da sua família, razão pela qual enfrentam a jornada dupla de trabalho, sacrificando sua saúde, vida familiar e relações sociais, tudo em nome da sobrevivência.

A desapropriação dos meios de produção é igual para as duas categorias. Ambas trabalham com as ferramentas fornecidas pelo patrão, respondendo por elas quanto ao bom uso e em caso de dano, são obrigados a comunicar ao administrador para proceder à troca.

Ambas as populações, acreditam conhecer profundamente a atividade real que executam, de maneira a classificá-la como de fácil execução. São também obrigados a utilizar todos os equipamentos de segurança. Entretanto, essa exigência é cumprida na totalidade apenas pelos trabalhador-safristas, porque sabem que se não estiverem utilizando todo o equipamento conforme o estabelecido para cada atividade poderiam ser impedidos de trabalhar, o que acarretaria a perda do dia de trabalho. Já os trabalhadores-moradores, até porque executam outras atividades no entorno da propriedade, se dão ao luxo de relaxar quanto ao uso dos equipamentos de segurança. As respostas a este quesito do questionário guardam coerência com as oferecidas nas entrevistas.

Quanto ao questionário que privilegia a abordagem psicológica, como na situação anterior, também existem convergências de opiniões em alguns quesitos, mas as divergências

em outros são profundas, tendo em vista o impacto da mudança nas condições de vida que incidem sobre ambas as categorias.

O sentimento reinante para ambas as populações trabalhadores-moradores e safristas, é de que o trabalho desenvolvido é muito penoso, porém de muita importância porque garante a sobrevivência de todos e, para uns poucos, ainda permite guardar algum dinheiro. Sendo o salário pago por produtividade para ambas as categorias, a diferença se dá pelo esforço maior ou menor em termos de produção. Para os trabalhadores-moradores cumprir a cota de produtividade que lhes garante o salário mínimo da categoria já é o suficiente para viver como desejam.

Quanto aos trabalhadores-safristas, dobrar a produção, trabalhando as convencionais 8 horas diárias torna-se uma necessidade de sobrevivência, portanto o esforço despendido à maior se justifica porque é a única forma de conseguir minimamente manter-se e aos seus familiares. Por este motivo também eles se propõem a habitar alojamentos em meio aos canaviais, quando são oriundos de regiões distantes. E, para os que moram nas cidades circunvizinhas, o ir e vir diário aos canaviais torna a atividade ainda mais penosa, considerando o tempo gasto no traslado entre suas moradias e os canaviais. Tempo este extraído daquele destinado ao convívio diário com a família e com os amigos, estes últimos, a cada dia menos constantes, devido às condições de vida precária que não permite intensificar as relações sociais.

Para os trabalhadores-moradores as relações de trabalho são harmônicas com os seus empregadores e com os seus parceiros de jornadas. Já os trabalhadores-safristas tendo em vista o caráter esporádico da sua atividade, as opiniões se dividem, entre harmônicas e indiferentes. Esta resposta é sintomática da condição do trabalho itinerante, que não permite fortalecer laços afetivos e relações duradouras, uma vez que independentemente de quem paga o salário o que está em jogo é recebê-lo, não importa quem o remunere.

Trabalhar hoje aqui e amanhã ali, é uma rotina para os safristas, portanto o trabalho árduo e sazonal não produz tempo suficiente para estabelecer vínculos afetivos de qualquer natureza no campo do trabalho. As relações são contratuais e se estendem apenas ao período de safra, após o que os vínculos trabalhistas se dissolvem para mais adiante na próxima safra se repetir com outro empregador. Essa dinâmica só é quebrada quando ocorre o que se verificou em um dos engenhos pesquisados, em que a população dos safristas se compõe de

trabalhadores de uma mesma região de outro estado, o que os leva a periodicamente se reencontrar na mesma frente de trabalho. Este fato é exceção, e não regra, e, a se considerar as reivindicações da última convenção dos trabalhadores de Goiânia-PE, as próximas contratações deverão privilegiar os trabalhadores das regiões locais e não mais de outros estados. É uma tentativa de reserva de mercado de trabalho, para aqueles que habitam nas regiões próximas às propriedades.

Para os trabalhadores-moradores esta discussão não existe, porque vivem e produzem no mesmo espaço geográfico onde mantêm suas relações de produção e social, com todas as garantias legais conferidas pela CLT. Portanto, passam ao largo dessa problemática o que lhes permitem sentir-se relaxado após o período de trabalho.

Entre os trabalhadores-safristas, apenas 36% se sentem relaxados, contra 64% que vivem apreensivos quanto à manutenção do emprego. Igual proporção também aparece entre aqueles que revelaram que se sentem prejudicados em seu convívio social, lamentando principalmente a falta do convívio familiar que passa a ser esporádico, ocorrendo entre uma safra e outra.

Esta situação leva a outra constatação, pois para os 100% dos trabalhadores-moradores sua qualidade de vida é boa. Para 100% dos safristas a qualidade de vida é prejudicada pelas condições de trabalho que são precárias, justamente porque os penalizam no fortalecimento das suas relações afetivas, quando não permite o convívio diário entre pais, filhos, irmãos, esposas, maridos, além dos demais familiares e amigos. Interessante observar que para a totalidade dos trabalhadores-moradores o espectro do desemprego não se constitui numa preocupação. Para eles não existe ameaça dessa natureza. Como estão abrigados dentro das propriedades, o raciocínio lógico é que, enquanto elas existirem, seus empregos estão garantidos porque as atividades demandam os serviços por eles executados.

Quando indagados sobre a questão da perspectiva de emprego, os trabalhadores-safristas se dividem em suas apreciações. Para 14% o desemprego é eminente; 72% acreditam no pleno emprego e 14 % consideram a provável perda do emprego pela máquina. Quando se analisam esses dados, percebe-se que a maioria dos safristas também acredita no pleno emprego, demonstrando total desconhecimento sobre as pesquisas em curso que visam substituí-los pela máquina.

A perspectiva de futuro, neste contexto, para os trabalhadores-moradores, 8% acham que viverão na pobreza, mas 92% acreditam que poderão realizar suas expectativas de vida.

Quanto as respostas dadas pelos trabalhadores-safristas, tem-se a seguinte configuração: 43% acreditam que viverão na pobreza; 14% menos otimistas, acham que o futuro lhes trará a miséria e 43% acreditam que poderão se realizar em seu trabalho. Percentuais iguais de respostas oscilam entre o entendimento de que viverão na pobreza e da possibilidade de realização. A justificativa para essa resposta, talvez se explique pela resposta ao quesito que aborda a possibilidade de mudança, em que ambas as populações – moradores e safristas responderam unanimemente que a mudança que desejariam fazer se refere apenas a troca da condição de empregado para empregador, ou seja, trabalhar na mesma atividade por conta própria.

As respostas de uma maneira geral são reveladores do modelo mental que reflete o caldo cultural dos trabalhadores rurais, quer sejam moradores ou safristas. A leitura que fazem do contexto social em que vivem e trabalham, deixa transparecer o comprometimento psicológico de tal maneira que não os permite enxergar suas conquistas sociais no campo do trabalho. O fato dos trabalhadores-safristas terem que sacrificar o convívio familiar em função da necessidade de ir à busca da oportunidade de trabalho, é algo sentido tão intensamente que, tudo o mais passa a ser relativizado de forma a perder a expressividade.

Quando se compara as situações de exercício das atividades antes e depois da implantação da CLT no campo, percebe-se hoje um ganho considerável, nas condições de exercício laboral, em termos de segurança, de preservação da saúde, da oferta da comida ressignificada de bóia-fria para bóia-quente, dos banheiros instalados nos canaviais e principalmente pela cobertura legal que a legislação oferece ao trabalhador. Entretanto, tudo isso passa a ser desconsiderado, quando analisam suas condições de vida e só conseguem enxergar que se deterioraram sobremaneira, após a implantação da CLT no campo.

Por fim, a abordagem cognitiva permite estabelecer com certa segurança a forma como ambas as categorias percebem sua atividade. Entre os trabalhadores-moradores reina o entendimento da valorização da atividade. Para os safristas, 50% acreditam na sua valorização e 50% acham que é uma atividade desvalorizada. No entanto, para ambas as categorias o exercício da atividade só pode ser desenvolvido pelo trabalhador rural. Nesse ponto são unânimes em afirmar que apenas os trabalhadores rurais estão aptos para essa atividade.

Quanto às faixas etárias para o melhor desempenho profissional tem-se: para os trabalhadores-moradores – 21% responderam que os mais velhos executam melhor as tarefas e 79% acreditam ser os adultos os que possuem melhor *performance*.

Já no contingente dos trabalhadores-safristas o entendimento se expande, incorporando 14% dos que acham ser os mais jovens os mais indicados para o trabalho no campo, seguidos de 4% que atribuem aos mais velhos o melhor resultado e 82% que consideram os adultos como a população mais indicada para o tipo de trabalho desenvolvido nos canaviais. Percebe-se nas duas categorias a concentração das respostas recaindo sobre o contingente adulto dos trabalhadores, em detrimento dos mais jovens e dos mais velhos.

Também para ambas as categorias, o trabalho nos canaviais fica restrito aos homens considerados como os mais adequados para a lida. Entretanto, há de se levar em conta o fato de que as mulheres que tradicionalmente já desenvolviam no campo as atividades consideradas mais leves, agora com a necessidade de habitar temporariamente alojamentos nos canaviais, praticamente foram afastadas do trabalho, tendo em vista a dificuldade de dividir o alojamento com os homens, o que poderia levar inclusive a uma situação de promiscuidade.

Para as trabalhadoras rurais, esposas dos safristas, a saída foi procurar emprego na área urbana, em casas de família como domésticas, submetendo-se inclusive à concorrência pelo emprego escasso. Já aquelas que permaneceram nos engenhos na condição de moradoras, a possibilidade de se encaixar em outras atividades que não seja agrícola, sempre existe, pois podem ser aproveitadas no atendimento do barracão, nas atividades domésticas da casa-grande e em outras atividades.

Para 79% dos trabalhadores-moradores a atividade desenvolvida em céu aberto leva ao envelhecimento precoce e para 21% prejudica a saúde. Já para 100% dos trabalhadores-safristas é a saúde a maior prejudicada.

Quanto a forma de aprendizado do ofício, a categoria dos trabalhadores-moradores assim se divide: 13% responderam que aprenderam sozinhos; 87% observando.

Entre os trabalhadores-safristas a correlação das respostas aponta: 82% observando e 18% sendo treinados. Porém, para ambas as categorias, 100% das respostas indicaram que eles acreditam saber tudo a respeito do trabalho que executam.

Quando indagados se teriam condições de exercer outras funções no campo, as opiniões se dividem entre as populações. Para os trabalhadores-moradores 92% acreditam poder exercer outras funções no campo, contra 8% que duvidam dessa capacidade.

Entre os trabalhadores-safristas, 87% são de opinião de que poderiam exercer outras funções; 7% não poderiam e 7% ficaram em dúvida. O que se depreende das respostas é que, dentro do universo rural a maioria dos pesquisados se acha capaz de assumir novas funções, independentemente de serem moradores ou safristas. Essa confirmação ressalta o fato de que para eles, a vida do campo não tem mistério, pois conhecem tudo sobre ela.

A pergunta “você tem”: orgulho do seu trabalho? Indiferença? Nunca pensou nisso?, ensejou uma análise semântica para que o pesquisador pudesse tabular as respostas corretamente. Isto porque, para os trabalhadores da região a palavra *orgulho* é sinônimo de *vergonha*, ou seja: a resposta orgulho do seu trabalho foi entendida como vergonha do trabalho que executam. Por isso que as respostas eram precedidas das palavras *não tenho*. Uma vez sanada a divergência de entendimento, pode-se tabular as respostas corretamente, confirmando que eles gostam do que fazem, sabem o que fazem e sentem orgulho pelo o que fazem.

Estas afirmativas talvez expliquem as respostas subsequentes: para 100% dos trabalhadores-moradores, pensar em exercer outra profissão nunca ocorreu. Essas respostas explicam porque 79% dos trabalhadores-moradores acreditam não ser fácil arrumar emprego em outra área, pois não se acham qualificados, mas principalmente porque não se interessam. Já para 21% a dúvida demonstra a insegurança em se lançar na busca por emprego em outra área, já que se sentem pouco qualificados para exercer outras atividades que não sejam aquelas ligadas ao universo rural.

Entre os trabalhadores-safristas as opiniões se dividem: 86% nunca pensaram em exercer outra atividade e 7% algumas vezes. Sobre arrumar emprego em outra área as respostas se dividem: para 7% é fácil; para 86% não é fácil e para 7% a dúvida se mantém.

Quando essas respostas são analisadas comparando-as com as respostas obtidas nas entrevistas, com as mesmas populações, pode-se depreender que além do fato de não estarem capacitados para o exercício de outras atividades fora dos canaviais, o que pesa também é o fato de que realmente gostam do que fazem, o que os torna resistentes para buscar alternativa de trabalho fora do ambiente em que estão habituados. É claro que mais uma vez esse gostar

incondicional pode e deve ser interpretado como a única opção de trabalho que conhecem até hoje, que somada à condição de analfabetos, restringe severamente suas possibilidades de enxergar além das fronteiras dos canaviais. Tanto isso é verdade que ambas as populações responderam em 100% que a falta de instrução não os impede de exercer sua atividade, sem atentar que para outras estão praticamente excluídos e o risco que essa condição apresenta, em caso da extinção da atividade do corte da cana. Essa perspectiva ainda não os incomoda como se pode depreender em respostas anteriores. Já o entendimento que tem a respeito da importância das fases do cultivo da cana-de-açúcar, demonstra dentre outras coisas a visão maniqueísta ligada à questão da sobrevivência. Assim tem-se: para 100% dos trabalhadores-moradores todas as fases do cultivo da cana são importantes. Entre os trabalhadores-safristas apenas 7% corroboram com esta visão e 93%, portanto a grande maioria, responderam que só as fases referentes ao corte da cana são importantes. Estas respostas são sintomáticas para diagnosticar a importância para eles dessas atividades como meio de sobrevivência.

As perguntas finais do questionário propiciaram análises esclarecedoras para melhor definir o bóia-fria, como pensa sua atividade e como enxerga suas condições de trabalho. O fato de reafirmarem constantemente que gostam do que fazem e sabem fazer muito bem o que fazem, não os impedem de responder unanimemente, tanto moradores quanto safrista que não aconselham seus filhos a trabalhar na mesma atividade. Essa unanimidade propicia uma investigação mais acurada sobre a motivação real que os leva a não aconselhar seus filhos a trilhar os seus caminhos por eles percorridos, já que em outras respostas, afirmam que gostam do trabalho que executam. Esses dados do ponto de vista da ergonomia servem até como ponto de partida para uma nova pesquisa.

Quanto às respostas sobre a qualidade de vida, são importantes para esse estudo, tendo em vista que um dos seus objetivos é justamente conhecer o impacto das mudanças ocorridas ao longo dos tempos sobre a qualidade de vida das populações pesquisadas. As respostas oferecidas permitem estabelecer claramente o entendimento sobre esta questão. Para os trabalhadores-moradores, a atividade que exercem propicia para 79% uma melhoria real na qualidade de vida. Quando se evoca as conquistas que tiveram ao longo dos últimos anos, evidentemente que sua qualidade de vida melhorou consideravelmente. Os sinais dessa mudança são visíveis, e se estendem desde as condições de trabalho no eito até as condições

de moradia, habitando em casas bem construídas, com instalações sanitárias adequadas, comida farta e dinheiro para gastar com o consumo supérfluo, coisa antes jamais pensada.

Esta realidade se contradiz à dos trabalhadores-safristas, pois 96% afirmaram não haver melhoria na sua qualidade de vida. Este número expressivo se justifica quando se evoca também sua trajetória ao longo do processo histórico que o expulsou do campo em direção à cidade, para vivenciar a miséria nas periferias urbanas, habitando barracos sem as mínimas condições sanitárias, além da fome, resultante do trabalho precário que passaram a executar. De fato, em termos de qualidade de vida, há de se reconhecer que para os trabalhadores-safristas a perda foi significativa, porque atinge principalmente valores essenciais, tais como convívio familiar, relações de amizade, suprimento de gêneros de sobrevivência e a precarização do trabalho, quando este passa a ser sazonal, obedecendo ao calendário do corte da cana.

Por fim resta salientar o entendimento sobre o que representa o cultivo da cana para as duas populações. Para os trabalhadores-moradores a resposta em 100% recai sobre a possibilidade de manter o emprego no campo. Já entre os safristas, 89% concordaram que é bom para manter o trabalho no campo, persistindo ainda como uma conserva cultural, o entendimento entre 11% de que o cultivo da cana é bom para enriquecer o patrão.

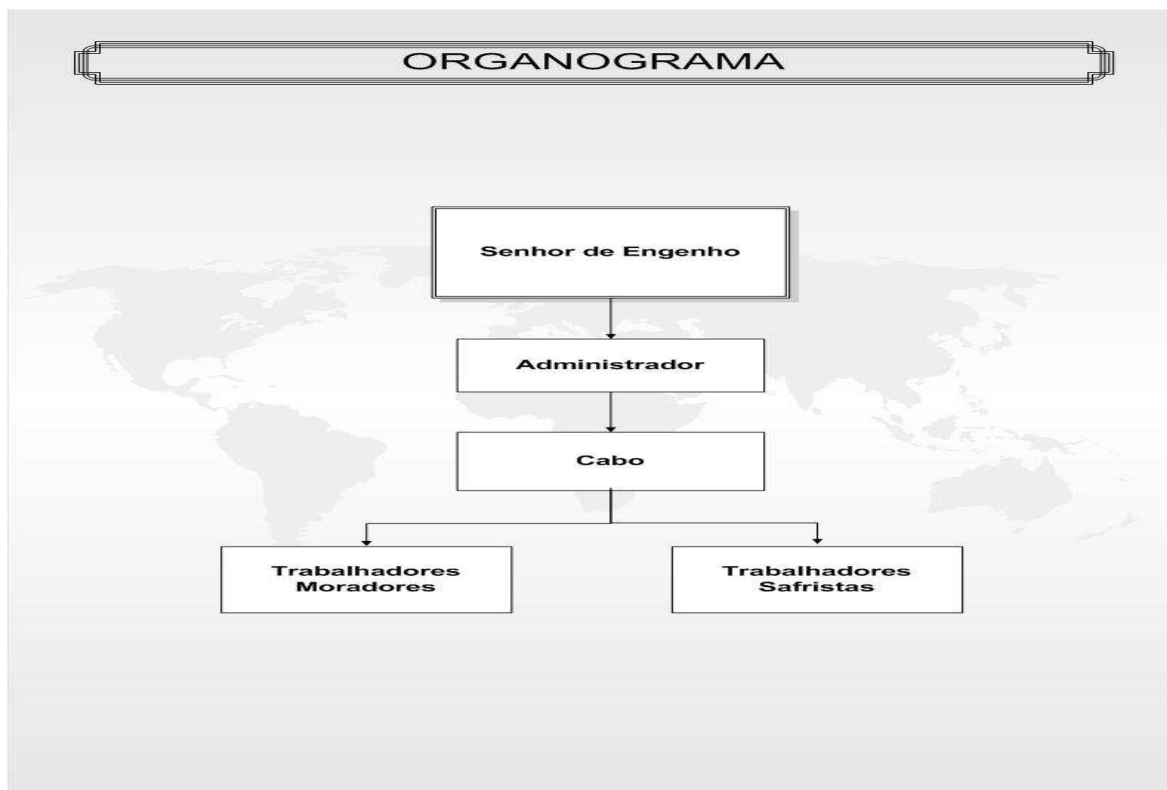
Quanto ao entendimento sobre o trabalho na lavoura da cana-de-açúcar, 100% dos trabalhadores-moradores responderam que é melhor hoje, tendo em vista as conquistas sociais e trabalhistas que obtiveram após a implantação da CLT no campo.

Já para os trabalhadores-safristas 86% consideram que foi melhor ao tempo dos seus avós, devido a todos os motivos expostos ao longo desse estudo. Os 14% que responderam não ter referência, são os jovens que não acompanharam o processo de mudança e tampouco se interessaram em conhecer a história da saga dos trabalhadores rurais nos engenhos de cana-de-açúcar do estado de Pernambuco.

4.5. A Práxis do Bóia-fria – a atividade vista pelo seu executor

A organização do trabalho no campo é eminentemente taylorista. Isto porque, obedece a uma voz de comando e sua estrutura funcional guarda estreita semelhança com a de qualquer empresa privada, desenvolvendo uma práxis reprodutivista. Portanto a sua estrutura organizacional pode ser assim apresentada, conforme quadro abaixo:

Quadro nº 4. -



Fonte: autor.

Desta forma, as atividades desenvolvidas no eito obedecem a um planejamento. Sob uma ordem de comando são definidas as tarefas a serem executadas, seguindo uma lógica de tempos e movimentos cronometrados de maneira a propiciar não apenas a execução com qualidade, mas, principalmente para atingir as metas (cotas) de produtividade. O sistema de remuneração é por produtividade, porém existe especificidade nessa medição. Como a remuneração mínima é ditada pelo salário mínimo referência da categoria, este é transformado em diária para uma produção mínima de 3 (três) toneladas, como reza a tradição local para o trabalho efetuado apenas no período matutino.

A essa forma de remuneração se enquadra a maioria dos trabalhadores-moradores das propriedades. A eles cabem dar conta de todas as atividades do campo que incluem: fundação; semeadura, colocação de adubo; aplicação de regente; cobertura do solo e colheita. Estas atividades requerem tarefas específicas para a sua execução. Algumas delas são feitas manualmente, com o auxílio das ferramentas adequadas requerendo maior número de mão de

obra. Outras são mecanizadas e para sua execução requer apenas um homem (tratorista). Essas atividades são todas elas desenvolvidas ao longo do ano, e executadas pelos trabalhadores-moradores em sua maioria. Muito embora a jornada de trabalho seja de 8 (oito) horas, dividida em dois períodos de trabalho com intervalos para descanso e refeição, a tradição local demonstra que os trabalhadores-moradores só trabalham meio período, tempo suficiente para produzir uma remuneração equivalente ao salário mínimo da categoria. O período da tarde é utilizado em outras atividades, como por exemplo, cuidar do roçado de onde extrai a maioria dos seus alimentos.

Para os trabalhadores-safristas a situação é bem diferente. Começa com a duração do calendário para execução da única atividade – colheita -, que dura em média 6 (seis) meses. Os outros seis meses, quando não encontra outra atividade para fazer, vivem ociosamente nas cidades circunvizinhas, e como o tempo ocioso é inimigo do homem, alguns acabam enveredando por caminhos pouco recomendáveis, quando não se entregam ao vício da bebida e das drogas. Mas, para manter a família, o trabalhador tem que dobrar a sua produção e, portanto, tem que cumprir a jornada de trabalho completa que é de 8 (oito) horas, dobrando a sua produtividade, ou seja, produzindo em média de 5 a 6 toneladas, o que equivale ao dobro do salário referência.

Independentemente da condição do trabalhador, seja ele morador ou safrista, todos vivem a rotina do trabalho repetitivo, restrito a um espaço dimensionado, supervisionado pelo administrador/cabo, dependendo grande esforço físico, sujeito a fadiga – cansaço e dores nas costas -, doenças ocupacionais, desenvolvido a céu aberto sob forte calor, utilizando ferramentas e equipamentos de proteção fornecidos pelo proprietário do engenho, cumprindo metas de produtividade e sendo remunerados por elas, com suas relações trabalhistas regulamentadas pela CLT e outros instrumentos legais. Desta forma, não está errado se afirmar que de fato aconteceu a proletarização do trabalhador rural.

A abordagem taylorista aplicada ao trabalho do campo na lavoura canavieira despreza completamente a opinião dos seus executores, sobre as tarefas a serem cumpridas. Portanto, a análise ergonômica do trabalho aplicada ao campo, poderia em muito transformar o trabalho naquilo que ele se traduz de mais penoso e constrangedor, pois leva em consideração a forma como os trabalhadores entendem e representam o trabalho.

Muito embora não seja objetivo desse estudo proceder a uma análise ergonômica acurada das condições de trabalho da categoria em apreço, alguns pontos podem ser ressaltados como prioritários para transformar o trabalho adequando-o ao trabalhador, ao invés de aplicar o trabalhador a um trabalho previamente descrito sem a sua participação. Por exemplo: a reclamação de dores nas costas é unânime em todas as situações de trabalho. Este fato poderia ser mais bem investigado e corrigido se ouvissem os trabalhadores na exposição das suas dificuldades com o uso das ferramentas. Um cabo de enxada curto para um homem de estatura mediana ou acima da média pode sim provocar dores nas costas, uma vez que obriga o corpo a uma curvatura maior durante as horas de atividade. Compatibilizar o tamanho das ferramentas ao tamanho médio do homem ajudaria em muito a minorar o sofrimento na execução da tarefa que exija tal ferramenta. Por outro lado, também, as roupas pesadas e inadequadas ao calor intenso, também carecem de providências. Já existe um tecido que absorve o calor impedindo que os raios solares penetrem no corpo da pessoa. É muito utilizado na pesca esportiva. Um estudo ergonômico neste sentido poderia ser feito para substituir as roupas pesadas e desconfortáveis utilizadas pelos trabalhadores ao longo da jornada de trabalho, que provocam um nível de transpiração maior do que o desejável, o que implica inclusive, na perda de sais minerais do organismo.

E por fim, os implementos agrícolas e os veículos do campo, que sendo importados na sua maioria, obedecem a estudos ergonômicos do homem médio europeu/americano, cujo biotipo difere muito do homem brasileiro, e quando utilizados inadequadamente podem provocar doenças ocupacionais.

A proposta ergonômica seria de muita utilidade se aplicada ao homem do campo. Como intelectuais orgânicos do seu ofício muito teriam a contribuir para diminuir os pontos de constrangimento e penosidade do trabalho que desenvolvem. Por outro lado, conhecer as implicações de ordem psicológica provocadas pelo exercício laboral, também traria novas perspectivas apreciativa da atividade real, pela melhor compreensão do modelo mental responsável pela a visão de mundo desses atores e do próprio trabalho que executam. A investigação de fatores psicológicos e cognitivos complementa os estudos ergonômicos e os aproxima mais da realidade concreta das condições do trabalho.

O entendimento correto do trabalho desenvolvido nos canaviais, só pode ser capturado a partir da contribuição dos seus executores, ao externarem suas opiniões sobre a atividade

real que desenvolvem. Desde o início da introdução da lavoura canavieira em solo pernambucano sua práxis é reprodutivista, pois em nada foi alterada ao longo dos tempos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao final desse estudo com a sensação de haver passado a limpo, ainda que panoramicamente a vida do trabalhador rural do cultivo da cana-de-açúcar em terras pernambucanas. Na companhia de diversos autores, pode-se recuar no tempo para identificar no escravo dos engenhos banguês o ancestral dessa categoria de trabalhadores, por meio dos fragmentos da obra freyreana, “Casa-grande e senzala” referência maior quando se trata da construção da história do Brasil Colonial ao tempo da escravidão.

Igual participação teve Darcy Ribeiro nesse constructo, uma vez que com pinceladas de sua obra “O Povo Brasileiro” foi possível recuar um pouco mais na história do Brasil, para identificar a gênese do bóia-fria, que é a mesma do povo brasileiro, visto que em sua brasilidade, também ele sofreu o sentimento de ser uma gente “ninguém”, tal qual o mameluco, que por não se reconhecer índio, tampouco europeu, sentia-se uma gente ninguém, fruto de uma mestiçagem originada pelo “cunhadismo”, como o antropólogo denominou o processo de favorecimento ao homem branco, das índias para o seu prazer libidinoso e incestuoso, em troca de quinquilharias vindas do além-mar.

A Darcy e Freyre, junta-se o antropólogo Manoel Correia de Andrade, referenciado como a maior autoridade da história canavieira do Estado de Pernambuco, cuja contribuição para essa tese foi inestimável, pois seu livro, “A terra e o Homem do Nordeste”, possibilitou conhecer desde o século XVI até os idos de 1998 do século XX, toda a saga dos engenhos do Nordeste brasileiro e em particular os de Pernambuco. Esta fonte propiciou narrar todo o processo de construção da história canavieira e em seu interior, capturar a saga do trabalhador rural da lavoura canavieira pernambucana. Tal processo se inicia com a improvisação do índio a essa lida, logo substituído pelo negro escravizado, e ao longo dos tempos se metamorfoseando, chega-se ao atual trabalhador rural em suas categorias: morador e safrista (bóia-fria).

Aos autores já mencionados, outros tantos foram introduzidos, como contribuições efetivas para fundamentar a pesquisa em bases científicas.

As relações de trabalho, entre os senhores de engenho e trabalhadores rurais sofreram ao longo dos períodos históricos mudanças substanciais, que simbolizaram avanços nas conquistas sociais. Entretanto, por se tratar de um trabalho penoso, desenvolvido a céu aberto sob forte calor, o *modus operandi* da atividade do trabalhador rural sofreu pouca ou nenhuma

alteração, a não ser, nos casos em que a máquina passa a substituir a tarefa do homem no campo. É bem verdade que, se comparado o trabalho desenvolvido pelos escravos nos canaviais, com o executado na atualidade pelos trabalhadores rurais, percebem-se claramente que as condições de exercício laboral, mudaram consideravelmente.

O horário de trabalho do escravo no Brasil colonial iniciava-se com o nascer do sol e terminava com o sol se pondo, numa jornada desenvolvida a céu aberto, sem nenhuma proteção para o corpo, com os pés descalços - característica da condição de escravo -, sujeito às mordidas de animais peçonhentos e aos castigos do feitor, que ao menor sinal de descuido, estalava seu rebento, vibrando chicotadas nas suas costas, já bastante doídas pela lida no campo. De escravo a trabalhador-morador, muitas lutas foram travadas, sem que na verdade, o pêndulo da balança na relação proprietário-trabalhador pendesse para este último.

Do trabalho escravo, ao trabalho cambão e ao trabalho remunerado, a saga dos trabalhadores rurais contemplam 5 (cinco) séculos de história de “sangue, suor e lágrima”. Do sangue dos escravos vitimados pelo açoite; do suor dos corpos transpirando em todos os tempos dentro dos canaviais; e das lágrimas que sempre estiveram presentes no cotidiano dessa população. Lágrima por banzo (saudades dos escravos da sua terra natal); lágrimas de dor, pelas dores físicas e morais e pela angústia provocada pela privação do convívio familiar - do escravo retirado brutalmente do seio da sua família e do trabalhador rural sacrificado quando do rito de passagem de trabalhador-morador para trabalhador-safrista -, ou bóia-fria, como ficou conhecida essa categoria, quando se viu obrigado a deixar a terra onde morava para ir habitar as periferias das cidades circunvizinhas.

A saga do trabalhador rural nas lavouras canavieiras pode ser representada por momentos de grandes perdas, paradoxalmente ocorridas em ocasiões em que as conquistas sociais foram efetivadas. Por exemplo, quando passaram a ser incorporados à CLT – Consolidação das Leis do Trabalho -, e em consequência tiveram que deixar o campo e foram habitar nas cidades, o sentimento gerado é de grande perda, porque além da escassez do trabalho, agora condicionado ao período de safra, deixa para traz amigos e parentes, indo viver em um ambiente hostil, vivenciando a miséria e quase sempre a fome, situação jamais pensada, nas condições anteriores. A perda do sítio, onde supriam suas necessidades de subsistência, tem ainda hoje para eles um significado enorme, porque simboliza não apenas a condição de sobrevivência digna, mas a moradia tranquila e saudável, o convívio familiar, o

desfrutar da vida no campo e de toda a beleza que ela traduz. Essa comparação é inevitável, e tão forte que supera o reconhecimento do benefício social que a legislação propiciou a sua categoria. As condições precárias de vida na cidade, a difícil reconstrução de relações sociais tendo em vista hábitos, costumes e interesses completamente diferentes, dão mostra das dificuldades de adaptação dos trabalhadores rurais safristas.

A grande dificuldade que encontra a maioria dos trabalhadores-safristas para se adaptar às novas circunstâncias de vida, talvez resida na resistência inconsciente à mudança de paradigma, posto que, por gosto e vontade, não teriam mudado, tudo seria como antes. E, apesar da ameaça constante da perda do trabalho para a máquina, nem assim, buscam alternativa de sobrevivência digna na cidade. Só alguns poucos conseguiram mudar de vida.

A pouca instrução e principalmente o alto índice de analfabetismo também contribuem para essa situação se agravar, visto que suas visões de mundo sendo estreitas, não permitem vislumbrar outra possibilidade de trabalho que não seja ligado ao campo. A pesquisa realizada entre os trabalhadores-safristas demonstrou sem sombra de dúvida, essa realidade. Esta constatação leva à outra, que a reforma agrária ainda é a saída para essa categoria, para fixar no campo o homem nele arraigado, de maneira a que possa produzir sua sobrevivência e mais do que isto, possa viver a vida da forma que lhe é mais prazerosa. Por fim, ainda computando suas perdas em meios aos ganhos, resta ressaltar que dentre as últimas conquistas trabalhistas elenca-se a obrigação do serviço de alimentação quente fornecido no local de trabalho ou nos alojamentos. Desta forma, passaram de bóia-fria para bóia-quente, porém, sem que essa mudança se traduza em maior conforto moral, uma vez que as suas condições de vida permanecem inalteradas, vivendo a dicotomia urbano-rural, sem se sentir nem urbano nem rural. A perda de identidade nestas condições é inevitável e, para superar essa dificuldade não adianta as autoridades acenarem com soluções paliativas. Torna-se emergencial o desenvolvimento políticas públicas eficazes no sentido de restituir a confiança e a estabilidade ao trabalhador rural, na sua capacidade de suprir suas necessidades e dos seus familiares de forma produtiva, atendendo aos apelos vocacionais do homem que escolheu o campo para produzir e viver com dignidade.

Numa visão ampliada, erradicar o analfabetismo que graça no meio rural, como a iniciativa primeira de um projeto de educação universal, que seja capaz de superar o viés utilitarista que a aprisiona, quando a condiciona a preparar para a fábrica, e ao contrário, possa

libertá-lo, para proceder suas escolhas de forma consciente e responsável. Igual medida serve também para inspirar os programas sociais que visam oferecer oportunidades de emprego. O caráter de sustentabilidade que tanto se debate na atualidade só será atingido com o concurso da educação. O binômio, educação-trabalho, caminha de mãos dadas de forma que a sua sustentabilidade depende fundamentalmente de políticas públicas que supere a visão utilitarismo vigente para projetá-la numa perspectiva para além do capital. Esse talvez seja o maior desafio do poder público, educar o povo para assumir as rédeas do seu destino, com autonomia e consciência para escolher como quer viver e trabalhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 6ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ANDRADE, G. O. *O rio Paraíba do Norte*. João Pessoa: Editora UFPB, 1982.
- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANGELONI, M. T. *Organizações do Conhecimento. Infra-estrutura, Pessoas e Tecnologia*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência no Brasil*. São Paulo: Publicações Alfa, 1989.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 4ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BASTIDE, R. *Le Candomblé de Bahia*. Paris, La Haye: Mouton, 1958.
- BASTOS, H. *Açúcar e Algodão*. Maceió: Casa Ramalho, 1938.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. *Paradigma da complexidade*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- BEZERRA G. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2 vols), 1979.
- BITTEL, V.L.R. *Management gy Exception: Systematizing and Simplifying the Manager's Job*. Nova York: McGraw-Hill Book Co., 1964.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa Do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BRASIL, Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região. *Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta nº 37/2009*. Recife, 03 julho, 2009.
- BUNGE, M. *O Homem e a Ciência: ciência e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- CABRAL, Roque. *Trabalho*. Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. 17ª ed. Lisboa, 1983.
- CAMARGO, A. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.
- CARLI, G, DÉ. *Aspectos da economia açucareira*. Rio de Janeiro: Editores Irmãos, 1942.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- _____. *As conexões ocultas – Ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- COELHO, H. *Conceituação do trabalho nos mundos da necessidade e da liberdade, direito e dever. Trabalho necessário*. (on line), v. 5, 2007. <http://www.uff.br/trabalhonecessario/tn5%20hcoelho.htm>.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria Geral da Administração*. 6ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.
- COSTA, F. A. P. *Anais Pernambucanos vol. 5 1701-1739*. Recife: Editora Assuntos, 1983.
- CORREIA, José Alberto. *Sociologia da Educação Tecnológica*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.
- CRAINER, Stuart. *Key Management Ideas: Thinkers that Changed the Management World*. Londres: Pearson Education, 1998.
- DAWSEY, J. C. *“Caindo na cana” com Marilyn Monroe: tempo, espaço e “bóias-frias”*. *Rev. Antropológica*, São Paulo:, v. 40, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=S0034>>.
- DEJOURS, C. & MOLINIER, P. *Le travail comme énigme*. In *Sociologie du Travail*, XXXVI, Hors série, 35-44, Paris-France, 1994.

DIÉGUES JR, M . **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. Comissão Nacional de Alimentação, 1954.

DRUCKER, Peter, F. **Tecnologia, Gerência e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1973.

DURHAM, E. R. **A dinâmica cultural na sociedade moderna**. Ensaio de Opinião (22-2), 1977.

EISENBERG, P. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Unicamp, 1977.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v.1. Prefácio. p.13-20.

FORACCHI, Marialice ; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução a Sociologia**. 21ª ed. São Paulo: LTC, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Olympio Editora, 1961.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 22ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2002.

GARCIA JR. **A Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GANTT, Henry Lawrence. **Work, Wages and Profits**. Nova York, 1910.

GAZETA MERCANTIL. **Colheita manual de cana e a saúde**. *Seção de cartas*. Em, 19/06/2008.

GEORGE, JR. C. S. **The History of Management Thought**. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1968.

GILBRETH, Frank. B. ; GILBRETH, Lillian M. **Applied Motion Study**. Nova York: Sturgis & Walton Co., 1917.

GOULART, J. O. **Transportes nos Engenhos de Açúcar**. Rio de Janeiro: Gráfica Taveira, 1959.

GUÉRIN, F. et al. **Compreender o Trabalho para Transformá-lo**. São Paulo: Ed. Edgar Blucher, 2001.

HAYNES, W. Warren. ; MASSIE, L. Joseph. **Management: Analysis, Concepts and Cases**. New Jersey: Prentice-all Inc., 1969.

HEREDIA, B. **Formas de dominação e espaço social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HERMIDA, Jorge A. **Ciência de la Administratición**. Bueno Aires: Ediciones Contabilidad Moderna, 1983.

IANNI, O. **A classe operária vai ao campo**. Cadernos Cebrap, nº 24, Brasiliense, 1976.

JOLL, James. **As idéias de Gramsci**. São Paulo: Cultrix, 1977.

JULIÃO, F. **La Cara Oculta de Brasil**. México City: Siglo XXI Editores, 1968.

KATZ, Daniel, KAHN, Robert L. **Psicologia Social das Organizações**. São Paulo: Atlas, 1970.

KIDDER, D. **Reminiscências de viagens e permanência do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

KUENZER, Acácia. **Ensino Médio. Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Torte, 2009.

KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife, 1940.

LEACH, E. R. **Repensando a Antropologia**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEIAS, N. *La civilisation des moeurs*. Paris: Calmann-Lévy, 1973.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1991.

LOUREIRO, Maria Rita. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1981. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MANACORDA, Mario A. **Marx y la pedagogía de nuestro tiempo**. Roma, U.S.P.A.G., 1966.

MANUAL DO EMPREGADOR RURAL CANAVIEIRO DE PERNAMBUCO. 3ª ED. Recife: Sindicape, 2006.

MARX, Karl. **Trabalho Alienado e Superação Positiva da Auto-Alienação Humana**. In: FERNANDES, F. (org). K. Marx, F. Engels. São Paulo: Ática, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

_____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Marx: A Teoria da Alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOURA, José Barros. **Direito do Trabalho. Notas de Estudo**. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1980.

MORAES, Regis de. **Espiritualidade e Educação**. Campinas, SP: Depto. Editorial Centro Espírita Allan Kardec, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo:/Brasília: Cortez/UNESCO, 2000.

_____. **A religação dos saberes – Os desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Beertrand, 2001.

NORONHA, Olinda Maria. **Políticas neoliberais, conhecimento e educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

NOTIFICAÇÃO. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiana**. Reivindicações dos Trabalhadores Rurais da Lavoura Canavieira do Estado de Pernambuco a serem apresentadas e votadas nas Assembléias convocadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região Canavieira de Pernambuco, conforme dispõem os Estatutos Sociais e Legislação em Vigor – Ano de 2009. Goiana: 13 set. 2009.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **O Processo de Reordenamento Territorial e Produtivo do Capital Agroindustrial Canavieiro e a Nova Geografia do Trabalho Migrante no Brasil**. In: VIII Jornada do Trabalho, 2007, Presidente Prudente. Modernidade e os Signos da Civilização da Barbárie para a Classe Trabalhadora. Presidente Prudente: CEGET/CEMOSI – Projeto Editorial Centelha, 2007. v. 01. p. 01-18.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. [Tp://unicrio.org.br/Textos/udhr.htm](http://unicrio.org.br/Textos/udhr.htm). Acesso em 10-12-08.

PALMEIRA, M. **Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un débat**. Thèse de doctorat. Paris: EHESS, 1971.

_____. **M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional**. In: *Congrès international des américanistes*, Paris, n. 42, (2-9 septembre), 1979.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **O Povo Brasileiro**. Edição de Bolso. Rio de Janeiro: Ed. Companhia do Bolso, 2006.

RISK, Eloah N. de Melo. ; Tereso, Mauro José Andrade. ; Abrahão, Roberto Funes. **Do Trabalhador-Morador ao Trabalhador-Credor: análise ergonômica do trabalho do Bóia-Fria nos Engenhos de Pernambuco**. In: XV Congresso Brasileiro de Ergonomia, VI Fórum Brasileiro de Ergonomia e ABERGO JOVEM e III Congresso Brasileiro de Iniciação em Ergonomia. Porto Seguro, BA: 2008.

- _____. **O Perfil do Bóia-Fria: uma abordagem sócio-antropológica.** 36º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos – CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos NAP/USP Núcleo de Apoio à Pesquisa – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.
- RISK, Eloah N. V. de Melo. **O Mercado de Trabalho Brasileiro numa Perspectiva Sustentável.** In: Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da Faculdade Fleming: trabalho de conclusão do curso MBA Gestão Estratégica Empresarial. Campinas, Nov. 2009. Disponível em: <http://www.faculdadesfleming.com.br>. Acesso em 12 dez. 2010.
- SEYFERTH, G. **A colonização alemã no vale do Itajaí-mirim.** Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.
- SIGAUD, L. **A percepção dos salários entre trabalhadores rurais.** In: P. Singer (org). **Capital e trabalho no campo.** São Paulo: Hucitec, 1977.
- _____. **Os clandestinos e os direitos.** São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SCHWARTZ, Y. **Sur le concept de travail.** In Actes Du Colloque Interdisciplinaire “Travail: Recherche ET Prospective” – Thème Transversal n° 1 – Concept de Travail. CNRS, PIRTEM, ENS de Lion, 1992.
- SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SCOTT, William. G. **Human Relations in Management.** Homewood, III, 1962.
- SIMON, Herbert. **O comportamento administrativo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1974.
- SINDICAPE. **Cartilha Educativa: equipamentos de proteção individual lavoura canavieira de Pernambuco.** Recife: Sindicape e Sindaúcar, out, 2006.
- TAYLOR, Frederick W. **Princípios de Administração Científica.** São Paulo: Ed. Atlas, 1970.
- TERSSAC, G. **Le travail organisé: Faut-il repenser Le travail?** Actes Du XXX Congrès de La Société d’Ergonomie de Langue Française, Biarritz, France, 1995.
- THÉRY, H. **Lê Brésil.** Paris: Armand Colin, 2000.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, Poder e Ideologia.** Trabalho mimeografado sob nº SOC-L-222 (S-384), Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- TEIGER, C. **Le travail, cet obscur objet de l’ergonomie.** In Actes Du Colloque Interdisciplinaire “Travail: Recherche ET Prospective” – Thème Transversal n° 1 – Concept de Travail. CNRS, PIRTEM, ENS de Lion, 1992.
- TOLLENARE, L. F. **Notas Dominicais.** Coleção Pernambucana. Vol. XVI. Secretaria de Educação e Cultura. Recife. 1978.
- WAHRLICH, Beatriz Marques de S. **Uma Análise das Teorias de Organização.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1971.
- WISNER, Alain. **Por dentro do Trabalho – Ergonomia: Método e Técnica.** São Paulo: FTD: Oboré, 1987.
- URWICK, Lyndal F. **The Golden Book of Management.** Londres: Newman, Neame, Ltd., 1956.
- VÁQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ZABALLA, Antoni. **Enfoque globalizador e pensamento complexo.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
- REFERÊNCIAS VIRTUOGRÁFICAS / OUTROS**
http://www.pe-az.com.br/zona_canavieira.htm. Acesso em 16 jan. 2007.

<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation>. Acesso em 31 jan. 2007).
<Http://uff.trabalhonecessario/TN5%20HCoelho.htm>. Acesso em 05-05-2008.
Um Pernambuco de Cana. Jornal do Commercio. 2/6/2006 09:29:00.

Apêndice:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

PESQUISA DE CAMPO

A ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO DO “BÓIA-FRIA”

Por: Eloah Nazaré Varjal de Melo Risk

Propriedades: Engenho Bom Jardim / Coimbra / Tobé

Local: Cabo de Santo Agostinho - Pernambuco

Sexo: Masculino

Número total de entrevistados: 178

Categoria: (38) trabalhador-morador (140) trabalhador-safrista

Em, 15 de setembro de 2009.

PREPONDERÂNCIA DA DIMENSÃO FÍSICA

1. Jornada de trabalho:

- 8 horas ()
- 12 horas ()
- 4 horas ()

2. Atividade desenvolvida em:

- espaço restrito ()
- espaço dimensionado ()
- indeterminado ()

3. Trabalho supervisionado por.

- Administrador ()
- Feitor ()
- Capataz ()

4. Tarefa:

- repetitiva ()
- diversificada ()
- múltipla ()

5. Esforço físico.

- grande ()
- pequeno ()
- nenhum ()

6. Fadiga (cansaço).

- nos braços ()
- nas costas ()
- nas pernas ()

7. Atividade desenvolvida:

- com sol ()
- com sol e chuva ()
- com chuva ()

8. Ferramentas de trabalho

- próprias ()
- do patrão ()
- terceiros ()

9. Atividade real:

- fácil execução ()
- difícil ()
- qualquer pessoa a executa ()

10. Utilização dos EPIs:

- todos ()
- alguns ()
- nenhum ()

11. Metas de produtividade:

- 3 toneladas ()
- 5 toneladas ()
- mais de cinco toneladas ()

PREPONDERÂNCIA DA DIMENSÃO PSICOLÓGICA

1. O trabalho desenvolvido é:

- prazeroso ()
- penoso ()
- entediante ()

2. Meu trabalho é:

- importante p/ mim ()
- importante p/outros ()
- carece de importância ()

3. Minha remuneração garante:

- vida boa ()
- sobrevivência ()
- guardar dinheiro ()

4. Minha remuneração é paga:

- por produtividade ()
- por diária ()
- por outra forma ()

5. As condições de moradia no Engenho:

- boas ()
- precárias ()
- péssimas ()

6. Relação de trabalho:

- harmônicas ()
- conflituosas ()
- indiferente ()

7. Relações trabalhistas:

- sem vínculo ()
- CLT ()
- contrato de trabalho ()

8. Após o horário de trabalho você se sente:

- recompensado ()
- relaxado ()
- apreensivo pela manutenção do emprego ()

9. Vida social:

- convive com família/amigos ()
- prejudicada ()
- convívio familiar esporádico ()

10. Moradia:

- no local do trabalho ()
- na cidade próxima ()
- outro estado ()

11. Qualidade de Vida.

- boa ()
- regular ()
- precária ()

12. Perspectiva do trabalho

- desemprego ()
- pleno emprego ()
- perda para a máquina ()

13. Perspectiva de futuro

- pobreza ()
- miséria ()
- realização ()

14. Se você pudesse:

- mudaria de atividade ()
- trabalharia por conta própria ()
- não mudaria ()

PREPONDERÂNCIA DA DIMENSÃO COGNITIVA

1. Sua atividade é:

- valorizada ()
- desvalorizada ()
- insignificante ()

2. Sua atividade pode ser exercida por:

- qualquer pessoa ()
- trabalhador rural ()
- trabalhador da cidade ()

3. A atividade é melhor desempenhada por:

- jovem ()
- velho ()
- adulto ()

4. A atividade é melhor desempenhada por:

- homem ()
- mulher ()
- independe de sexo ()

5. A atividade desenvolvida em céu aberto favorece:

- envelhecimento precoce ()
- mantém a juventude ()
- prejudica a saúde ()

6. Você aprendeu seu trabalho:

- sozinho ()
- observando ()
- foi treinado ()

7. Você acredita que:

- sabe tudo sobre o trabalho ()
- precisa conhecer mais ()
- indiferente ()

8. Você pode assumir outras funções no campo:

- sim ()
- não ()
- talvez ()

9. Você tem:

- orgulho do seu trabalho ()
- indiferença ()
- nunca pensou nisso ()

10. Você já pensou em exercer outra atividade?

- sim ()
- não ()
- algumas vezes ()

11. Você acredita que seria fácil arrumar emprego em outra área?

- sim ()
- não ()
- talvez ()

12. As fases do cultivo da cana de açúcar são:

- todas importantes para a qualidade do produto ()
- apenas a que se refere ao corte da cana ()
- a que se refere ao plantio ()

13. Você se acha em condições de exercer outra atividade:

- sim ()
- não ()
- talvez ()

14. A falta de instrução impede o bom desempenho da sua atividade:

- sim ()
- não ()
- talvez ()

15. Você aconselha seus filhos a seguirem a mesma atividade:

- sim ()
- não ()
- não interfiro na escolha ()

16. Sua atividade propicia a melhoria de qualidade de vida:

- sim ()
- não ()
- não percebo diferença ()

17. O cultivo da cana na região é bom para:

- manter o emprego no campo ()
- melhorar o desempenho da economia local ()
- enriquecer o patrão ()

18. O trabalho na lavoura de cana de açúcar:

- foi melhor no tempo dos seus avós ()
- é melhor hoje ()
- não tem referência ()

Anexo 1.

Lei 5.889, de 18-06-73, regulamentada pelo decreto 73626/74, que estabelece normas reguladoras do trabalho rural.

Art. 1º - As relações de trabalho rural serão reguladas por esta Lei e, no que com ela não colidirem, pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto – lei 5.452, de 1º de Maio de 1943.

Parágrafo único – Observadas as peculiaridades do trabalho rural, a ele também se aplicam as Leis 605, de 05 de Janeiro de 1949; 4.090, de 13 de Julho de 1962; 4.725, de 13 de Julho de 1965, com as alterações da Lei 4.903, de 16 de Dezembro de 1965; e os Decretos – leis 15, de 29 de Julho de 1966, 17, de 22 de Agosto de 1966, e 368, de 19 de Dezembro de 1968.

Art. 2º - Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

Art. 3º - Considera-se empregador rural, para efeitos desta Lei, a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividade agroeconômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados.

§ 1º - Inclui-se na atividade econômica referida no *caput* deste artigo a exploração industrial em estabelecimento agrário não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º - Sempre que uma ou mais empresas, embora tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma a sua autonomia, integrem grupo econômico ou financeiro rural, serão responsáveis solidariamente nas obrigações decorrentes da relação de emprego.

Art. 4º - Equipara-se ao empregador rural, a pessoa física ou jurídica que, habitualmente, em caráter profissional ou por conta de terceiros, execute serviços de natureza agrária, mediante utilização do trabalho de outrem.

Art. 5º - Em qualquer trabalho contínuo, de duração superior a 6 (seis) horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, observados os usos e costumes da região, não se computando este intervalo na duração do trabalho. Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas para descanso.

Art. 6º - Nos serviços, caracteristicamente intermitentes, não serão computados, como de efetivo exercício, os intervalos entre uma e outra parte da execução da tarefa diária, desde que tal hipótese seja expressamente ressalvada na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Art. 7º - Para os efeitos desta Lei, considera-se trabalho noturno e executado entre as 21 (vinte e uma) horas de um dia e as 4 (quatro) horas do dia seguinte, na atividade pecuária.

Parágrafo único – Todo trabalho noturno será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), sobre a remuneração normal.

Art. 8º - Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno.

Art. 9º - Salvo as hipóteses de autorização legal ou decisão judiciária, só poderão ser descontadas do empregado rural as seguintes parcelas, calculadas sobre o salário mínimo:

- a) até 20% (vinte por cento) pela ocupação da morada;
- b) até 25% (vinte e cinco por cento) pelo fornecimento de alimentação sadia e farta, atendidos os preços vigentes na região;
- c) Adiantamentos em dinheiro;

§ 1º - As duas deduções acima especificadas deverão ser previamente autorizadas, sem o que serão nulas de pleno direito.

§ 2º - Sempre que mais de um empregado residir na mesma morada, o desconto, previsto na letra a deste artigo, será dividido proporcionalmente ao número de empregados, vedada, em qualquer hipótese, a moradia coletiva de famílias.

§ 3º - Rescindido ou findo o contrato de trabalho, o empregado deverá desocupar a casa dentro de 30 (trinta) dias.

§ 4º - O regulamento desta Lei especificará os tipos de morada para fins de dedução.

§ 5º - A cessão pelo empregador, de moradia e de sua infra-estrutura básica, assim, como bens destinados à produção para sua subsistência e de sua família, não integram o salário do trabalhador rural, desde que caracterizados como tais, em contrato escrito celebrado entre as partes, com testemunhas e notificação obrigatória ao respectivo sindicato de trabalhadores rurais.

Art. 10º - A prescrição dos direitos assegurados presta lei aos trabalhadores rurais só ocorrerá após 2 (dois) anos de cessação do contrato de trabalho.

Parágrafo único – Contra o menor de 18 (dezoito) anos não ocorre qualquer prescrição.

Art. 11º - Ao empregado rural maior de 16 (dezesseis) anos é assegurado salário mínimo fixado e valor correspondente à metade do salário mínimo estabelecido para o adulto.

Art. 12º - Nas regiões em que se adota a plantação subsidiária ou intercalar não poderá compor a parte correspondente ao salário mínimo na remuneração geral do empregado, durante o ano agrícola.

Art. 13º - Nos locais de trabalho rural serão observadas as normas de segurança e higiene estabelecidas em portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 14º - Expirado normalmente o contrato, a empresa pagará ao safrista, a título de indenização do tempo de serviço, importância correspondente a 1/12 (um doze avos) do salário mensal, por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Parágrafo único – Considera-se contrato de safra o que tenha sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrária.

Art. 15º - Durante o prazo do aviso prévio, se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador rural terá direito a 1 (um) dia por semana, sem prejuízo do salário integral, para procurar outro emprego.

Art. 16º - Toda propriedade rural, que mantenha a seu serviço ou trabalhando em seus limites mais de 50 (cinquenta) famílias de trabalhadores de qualquer natureza, é obrigada a possuir e conservar em funcionamento escola primária, inteiramente gratuita, para os filhos destes, com tantas classes quantos sejam os grupos de 40 (quarenta) crianças em idade escolar.

Parágrafo único – A matrícula da população em idade escolar será obrigatória, sem qualquer outra exigência, além da certidão de nascimento, para cuja obtenção o empregador proporcionará todas as facilidades aos responsáveis pelas crianças.

Art. 17º - As normas da presente Lei são aplicáveis no que couber, aos trabalhadores rurais não compreendidos na definição do art. 2º, que prestem serviços a empregador rural.

Art. 18º - As infrações aos dispositivos desta Lei serão punidas com multa de R\$ 380,00 (Trezentos e oitenta reais) por empregado em situação irregular.

§ 1º - As infrações aos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação esparsa, cometidas contra o trabalhador rural, serão punidas com as multas nelas previstas.

§ 2º - As penalidades serão paliçadas pela autoridade competente do Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com o dispositivo no Título VII da CLT.

§ 3º - A fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego exigirá dos empregadores rurais ou produtores equiparados a comprovação do recolhimento da Contribuição Sindical Rural das categorias econômica e profissional.

Art. 19º - O enquadramento e a contribuição sindical rurais continuam regidos pela legislação em vigor; o seguro social e o seguro contra acidentes do trabalho rural serão regulados por lei especial.

Art. 20º - Lei especial disporá sobre a aplicação ao trabalho rural, no que couber ao regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Art. 21º - Essa Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei 4.214, de 2 de Março de 1963, e o Dec. – lei 761, de 14 de Agosto de 1969.

Aplicam-se ainda às relações individuais e coletivas do trabalho rural as disposições da CLT e de outros diplomas legais, a que se refere o art. 4º e seu Parágrafo Único do dec. 73626/74, como também outras leis complementares (Manual do Empregador Rural Canavieiro de Pernambuco, 2006, p 74-77).

Anexo 2.

CCT – Convenção Coletiva de Trabalho -, de 2005/2006 (08/10/2005 a 07-10-2006.

CLÁUSULA PRIMEIRA: SALÁRIO UNIFICADO

A partir de 08.10.2005, os empregados rurais, representados pelos órgãos sindicais convenientes, farão jus ao salário unificado de R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais), por mês, o que corresponde a uma diária de R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos).

Parágrafo 1º - As partes se comprometem a, quando houver alteração no salário mínimo, sentar para avaliar a questão salarial da categoria profissional, com a mediação da Delegacia Regional do Trabalho.

Parágrafo 2º - Os empregadores se obrigam a efetuar o pagamento do salário unificado já reajustado no primeiro fechamento da primeira folha de pagamento após o registro desta Convenção Coletiva de Trabalho na Delegacia Regional do Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA: TABELA DE TAREFAS PARA REGIME DE PRODUÇÃO

TÍTULO I (NORMAS GERAIS)

ITEM 1 – A medida de contas entende-se por braça de 2,20 m, comprometendo-se os empregados a adotarem instrumentos de medição de tarefas sujeitos às normas do Instituto Nacional de Pesos e Medidas e aferíveis periodicamente pelo referido Instituto.

ITEM 2 – Por conta entende-se a área de terra de 10 por 10 braças, isto é, com 100 (cem) braças quadradas (cem cubos); Por tarefa diária entende-se a área de terra correspondente à medida discriminada no título 02 da presente tabela.

ITEM 3 – A média dos pesos dos feixes será tirada em 10 (dez) feixes de 20 (vinte) canas, contendo cada feixe 10 (dez) pedaços de 1,20 e 10 (dez) pedaços de 60 cm.

ITEM 4 – A capacidade de pesagem da balança não deve ser inferior a 20 (vinte) quilos, comprometendo-se os empregadores a utilizarem balanças aferíveis pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas.

ITEM 5 – A superveniência de reajuste salarial, por força da legislação pertinente, durante a vigência desta convenção coletiva, resultará em reajuste proporcional sobre os preços das tarefas do que trata esta tabela.

ITEM 6 – A pesagem deve ser feita na palha e no mesmo dia, não podendo cada feixe de cana pesar mais de 12 (doze) quilos.

ITEM 7 – Fica vedado o desconto de olho-de-cana, salvo naquelas regiões onde costumeiramente era efetuado, não podendo, nesse caso, ultrapassar o correspondente a 2% (dois por cento) do seu peso.

ITEM 8 – Quando a cana for queimada por culpa do empregado, o preço por tonelada será abatido de 20% (vinte por cento).

ITEM 9 – Ficam vedados quaisquer descontos em folha sobre o salário do trabalhador, a menos que estejam previstos em lei, acordo coletivo ou convenção coletiva do trabalho.

ITEM 10 – Para as atividades do carreiro e do cambiteiro, é obrigatório que o boi esteja disponível no curral e o burro na cocheira.

ITEM 11 – Havendo dúvida quando ao quantitativo fixado para a tarefa diária, será facultado aos trabalhadores solicitar medição da mesma tarefa, sendo garantido na medição que o trabalhador escolha 02 (duas) braças para ser tirada a média da cana solta, tanto para a braça corrida, como para a braça cúbica, sendo vedada qualquer discriminação ou punição ao trabalhador que solicitar a medição.

ITEM 12 – Na hipótese do item anterior, sendo feita a medição decorrente da divergência, os trabalhadores se obrigarão a cumprir a tarefa medida, sob pena da perda dos salários do dia e do respectivo repouso remunerado.

TÍTULO II (DISCRIMINAÇÃO)

ITEM 13 – ROÇAGEM

Mato Grosso e de gancho – 0,55 conta (55 cubos)

Mato de talho e de capoeira – 1,10 conta (110 cubos)

Mato fino – 1,65 conta (165 cubos)

Mato de espano em aleluia e mentrasto – 2,20 contas (220 cubos)

OBS: Somente se entende por tarefa de roçagem aquela realizada com estrovenga.

ITEM 14 – ENCOIVARAÇÃO

Mato Grosso e de gancho – 1,10 contas (110 cubos)

Mato de talho e de capoeira – 2,20 contas (220 cubos)

Mato de talho fino – 3,30 contas (330 cubos)

Mato de espano em aleluia e Mentrasto – 4,40 contas (440 cubos)

OBS: Somente se entende por encoivaração as tarefas realizadas com gancho; as coivaras devem ficar dentro das contas.

ITEM 15 – EMBOLAÇÃO DE CANA

Não havendo entendimento, por diária.

ITEM 16 – SULCAGEM COM ARAGEM DE BOI

Uma vez com o mínimo de 1,00 m em terra de areia – 12,10 contas (1.210 cubos).

Uma vez com o mínimo de 1,00 m em terra de barro – 8,80 contas (880 cubos)

2 (duas) vezes com o mínimo de 1,00 m em terra de areia – 11,00 contas (1.100 cubos)

2 (duas) vezes com o mínimo de 1,00 m em terra de barro – 6,60 contas (660 cubos)

ITEM 17 – LIMPA DE SULCO (retificador de sulco)

Diária de 08 (oito) horas.

ITEM 18 – COBERTURA DE SULCO

Limpando na terra não preparada – 0,66 contas (66 cubos)

Limpando na terra preparada – 1,10 contas (110 cubos)

Toda a terra e meia terra em areia – 2,20 contas (220 cubos)

Toda a terra e meia terra mole – 1,65 conta (165 cubos)

Toda a terra e meia terra ressecada – 1,10 conta (110 cubos)

ITEM 19 – CAVAGEM DE ENXADA (SULCAGEM MANUAL)

Terra dura e capoeirão – 150 braças corridas

Terra mole – 250 braças corridas

Terra de areia – 300 braças corridas

ITEM 20 – TRANSPORTE DE SEMENTE E ADUBO

Incluindo tempo de pegar, trocar e largar animal no final da tarefa – diária de 08 (oito) horas.

ITEM 21 – REBOLADOR/PICOTADOR

Diária de 08 (oito) horas ou a combinar

ITEM 22-TRATO FITOSSANITÁRIO/DOSADOR/IMUNIZADOR

Diária de 08 (oito) horas ou a combinar

ITEM 23 – SEMEIO DE CANA E SULCO

Terreno acidentado (onde o boi não pode ir) – 3,30 contas (330 cubos)

Terreno plano ou inclinado – 4,40 contas (440 cubos)

Semeio de adubo em terreno acidentado (onde o boi não pode ir) – 6,60 contas (660 cubos)

Em terreno plano ou inclinado – 8,80 contas (880 cubos)

ITEM 24 – GRADEAÇÃO COM BOI

13,20 contas (1.320 cubos)

ITEM 25 – LIMPA COM CULTIVADORES

02 (duas) vezes com boi – 8,80 contas (880 cubos)

02 (duas) vezes com burro – 13,20 contas (1.320 cubos)

ITEM 26 – JUNTA DE CANA/BITUQUEIRO/LAMBAIO

Diária de 08 (horas) ou a combinar

ITEM 27 – ESTROVENGAÇÃO DE SOCAS

Com muito mato – 1,10 contas (110 cubos)

Com mato pouco – 2,20 contas (220 cubos)

Sem mato – 3,30 contas (330 cubos)

ITEM 28 – LIMPA DE CANA DE PLANTA

Em terra gradeada – 1,10 conta (110 cubos)

Em terra não gradeada com mato duro – 0,55 conta (55 cubos)

Em terra não gradeada com mato duro em terra mole – 0,66 conta (66 cubos)

Em terra não gradeada com mato mole em terra dura – 0,77 conta (77 cubos)

Em terra não gradeada com mato mole em terra mole – 0,88 conta (88 cubos)

Em terra não gradeada com mato mole em terra de barro solta ou areia – 1,10 conta (110 cubos)

Limpa sapateada com muito mato – 0,88 conta (88 cubos)

Limpa sapateada com pouco mato – 1,10 conta (110 cubos)

Limpa correndo a enxada – 2,20 contas (220 cubos)

ITEM 29 – LIMPA DE CANA DE SOCA

Mexendo a palha – 1,65 conta (165 cubos)

Cobrindo extrovengados – 1,10 conta (110 cubos)

Chegando terra ao toco – 1,10 conta (110 cubos)

ITEM 30 – ACERO DE CANA

Diária de 08 (oito) horas ou a combinar

ITEM 31 – CAMBITO (a combinar)

Não havendo entendimento, por diária

ITEM 32 – LIMPA DE BARREIRA

Diária de 08 (oito) horas ou a combinar

ITEM 33 – SERVIÇO DE VALETA E BREJO

Diária de 08 (oito) horas a combinar

ITEM 34 – ARRANCA DE TOCO DE CANA (SOQUEIRA)

Diária de 08 (oito) horas ou a combinar

ITEM 35 – ESPALHAR PALHAS

Diária de 08 (oito) horas ou a combinar

ITEM 36 - TERRAPLANAGEM

Diária de 08 (oito) horas ou a combinar

**ITEM 37 – COMPLEMENTO DE LIMPA DE CULTIVADOR
(‘LIMPA DE SABIÁ’)**

Diária de 08 (oito) horas ou a combinar

ITEM 38 – TOMBO DE CAPIM EM GERAL

Diária de 08 (oito) horas ou a combinar

TÍTULO III (CORTE DE CANA)

ITEM 39 – CORTE MOAGEM (por tonelada)

a) Cana queimada amarada

a.1. – Menos de 05 (cinco) quilos – a combinar; não havendo entendimento, por diária

a.2. – de 05 (cinco) a 8 (oito) quilos, 1.250 (um mil e duzentos e cinquenta) quilos por valor de diária

a.3. – Acima de 08 (oito) quilos, 1.500 (um mil e quinhentos) quilos por valor de diária

b) Cana crua amarrada

b.1. - Menos de 05 (cinco) quilos, a combinar; não havendo entendimento, pela diária

b.2. – De 05 (cinco) a 08 (oito) quilos, 1.050 (um mil e cinquenta) quilos pelo valor da diária

b.3. – Acima de 08 (oito) quilos, 1.250 (um mil e duzentos e cinquenta) quilos pelo valor da diária

c) Cana solta por tonelada

Queimada ou crua: 50% (cinquenta por cento) do valor da cana amarrada

d) Preço da cana crua é de 20% (vinte por cento) acima do preço da cana queimada, seja ela cortada por tonelada, braça ou cubo, tudo conforme a tabela atualmente da CCT 2004/2005.

e) Cana solta por cubo e por braça corrida (cinco) 5 sulcos x 1,30m

ITEM 40 – Os empregados se comprometem a permitir na moagem 220520060 corte, ao menos, de 20% (vinte por cento) de cana crua.

ITEM 41 – Enchimento de carro – a combinar ou, não havendo entendimento, por diária (Manual do Empregador Rural Canavieiro de Pernambuco, 2006, p. 37-42).

A cláusula décima-primeira da CCT de 2005/2006 estabelece como jornada de trabalho a carga semanal de 44 (quarenta e quatro) horas (Ibid, p. 46). E o mesmo instrumento dispõe na cláusula décima-sexta sobre ferramentas e equipamentos de proteção, que pela sua relevância nesse estudo merece registro:

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

Os empregadores se obrigam a fornecer aos seus empregados as ferramentas necessárias à execução das tarefas a eles atribuídas, inclusive os equipamentos de proteção individual de trabalho, sempre mediante recibo de entrega.

§ 1º - Os empregados rurais, a fim de fazerem jus à percepção de novas ferramentas de trabalho, ou equipamentos de proteção, terão de devolver as ferramentas ou equipamentos imprestáveis, mediante recibo passado pelo empregador.

§ 2º - As ferramentas e equipamentos deverão ser devolvidos ao empregador em caso de rescisão do contrato de trabalho, igualmente, mediante recibo.

§ 3º - Em caso de perda ou extravio das ferramentas ou equipamentos, por qualquer motivo, salvo as hipóteses de caso fortuito ou força maior, os empregados rurais arcarão com o custo das novas ferramentas ou equipamentos, ressalvando o desgaste natural por seu uso (Manual do Empregador Rural Canavieiro de Pernambuco, 2006, p. 48).

Anexo 3.

PELA PRESERVAÇÃO DO TRABALHO DECENTE E UM MEIO AMBIENTE DE TRABALHO SADIO E SEGURO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONSIDERANDO que são fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, consoante reza o art. 1º, incisos III e IV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO os direitos conferidos aos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, à luz do art. 7º e seus incisos da carta Maior;

CONSIDERANDO a necessidade da busca constante da aplicação das normas trabalhistas às relações de trabalho rurais na lavoura canavieira, em especial da Lei n. 5.889/73, da Consolidação das Leis do Trabalho, no que couber, a legislação complementar e esparsa;

CONSIDERANDO, especificamente, a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura – NR 31 (Portaria n. 86, de 03/03/2005, do Ministério do Trabalho e Emprego);

CONSIDERANDO a necessidade de se universalizar e intensificar os esforços que vêm sendo efetivados pelos órgãos representativos dos empregadores rurais da lavoura canavieira deste Estado de Pernambuco e pela maioria das empresas do setor sucroalcooleiro do Estado no aprofundamento das relações de trabalho;

CONSIDERANDO, que compete ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático de direito e dos direitos sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição Federal) e, que, em particular, compete ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, III, da Lei Complementar n. 75/93);

CONSIDERANDO as inspeções realizadas nas usinas do Estado de Pernambuco no âmbito do Programa Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas no Setor Sucroalcooleiro;

CONSIDERANDO, por fim, que o presente termo compromisso e ajustamento de conduta não representa o reconhecimento de práticas ilícitas e/ou irregularidades trabalhistas por parte dos subscritores, mas sim um balizamento para procedimentos uniformes futuros;

Pelo presente instrumento, as empresas integrantes do setor sucroalcooleiro do Estado de Pernambuco, a seguir nominadas, COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DE GOIANA – USINA SANTA TEREZA, CNPJ...; DESTILARIA P.A.L. LTDA, CNPJ...; JB AÇÚCAR E ENERGIA LTDA, CNPJ...; MASSA FALIDA – CIA INDUSTRIAL DO NORDESTE BRASILEIRO – USINA CATENDE, CNPJ...; USINA CENTRAL OLHO D'ÁGUA S/A, CNPJ...; USINA CRUANGÍ, CNPJ...; ZIHUATANEJO DO BRASIL AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A. – USINA CUCAÚ, CNPJ...; USINA IPOJUCA, CNPJ...; USINA PETRIBU S/A, CNPJ...; USINA PUMATY S/A, CNPJ...; USINA SALGADO S/A, CNPJ...; USINA SÃO JOSÉ S/A, CNPJ...; USINA TRAPICHE, CNPJ...; USIHNA UNIÃO E INDÚSTRIA S/A, CNPJ...; USINA VITÓRIA LTDA, CNPJ...; USIVALE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ...; USINA LARANJEIRAS, CNPJ...; VALE

VERDE EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, CNPJ...; CACHOOL COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A., CNPJ...; USINA BOM JESUS, CNPJ...; COMPANHIA USINA BULHÕES, CNPJ...; e UMA ÁLCOOL EXPORT LTDA, CNPJ..., doravante denominadas COMPROMISSÁRIAS, neste ato representadas pelos seus sócios, advogados ou prepostos com poderes para subscrição deste documento e ao fim identificados, na presença das seguintes instituições interessadas: Governo do Estado de Pernambuco, representado pelo governador EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS; Sindicato da Indústria do Açúcar e Alcool no Estado de Pernambuco – SINDAÇÚCAR/PE, neste ato representado por seu Presidente RENATO AUGUSTO PONTES CUNHA; Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – TRT 6ª REGIÃO, neste ato representado por sua Presidente ENEIDA MELO CORREIA DE ARAÚJO; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, neste ato representada por seu Presidente, FÁBIO LEAL CARDOSO; Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região – AMATRA VI, neste ato representada por sua Presidente VIRGINIA LÚCIA DE SÁ BAHIA; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE, neste ato representado por seu Diretor de Política Salarial, JOSÉ RODRIGUES DA SILVA; Fórum Pernambucano de Defesa do Trabalho Decente, neste ato representado pela Coordenadora, DÉBORA TITO FARIAS; firmam perante o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, na pessoa do Procurador do Procurador-Geral do Trabalho, OTÁVIO BRITO LOPES e do Vice-Procurador Geral do Trabalho, JEFFERSON LUIZ PEREIRA COELHO; do Coordenador do Programa Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas no Setor Sucroalcooleiro, ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA; do Coordenador da Coordenadoria de Erradicação do Trabalho Escravo, SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA; e dos Procuradores do Trabalho: DÉBORA TITO FARIAS, MARIA AUXILIADORA DE SOUZA E. SÁ, FLAVIO HENRIQUE FREITAS EVANGELISTA GONDIM e CLAUDIO CORDEIRO QUEIROGA GADELHA, o presente TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85, no art. 876, *caput*, da CLT, e no art. 269, III, do CPC, pelo qual as COMPROMISSÁRIAS assumem as seguintes obrigações:

1. DO PPRA, DO PCMSO, DOS EXAMES MÉDICOS E DOS ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL: ELABORAR, IMPLEMENTAR e MANTER atualizados o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e o PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional e, ainda:

1.1 GARANTIR a realização de exames médicos, obedecendo aos prazos e periodicidade previstos nas alíneas a seguir: a) exame médico admissional, que deve ser realizado antes que o trabalhador assuma suas atividades; b) exame médico periódico, que deve ser realizado anualmente, salvo o disposto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, resguardando o critério médico; c) exame médico de retorno ao trabalho, que deve ser realizado no primeiro dia do retorno à atividade do trabalhador ausente por período superior a trinta dias devido a qualquer doença ou acidente; d) exame médico de mudança de função, que deve ser realizado antes da data

do início do exercício da nova função, desde que haja a exposição do trabalhador a risco específico diferente daquele a que estava exposto; e) exame médico demissional, que deve ser realizado até a data da homologação, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de noventa dias, salvo o disposto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, resguardando o critério médico.

1.2 GARANTIR que para cada exame médico seja emitido um Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, em duas vias, contendo no mínimo: a) nome completo do trabalhador, o número de sua identidade e sua função; b) os riscos ocupacionais a que está exposto; c) indicação dos procedimentos médicos a que foi submetido e a data em que foram realizados; d) definição de apto ou inapto para a função específica que o trabalhador vai exercer, exerce ou exerceu; e) data, nome, número de inscrição no Conselho Regional de Medicina e assinatura do médico que realizou o exame. Fica esclarecido que a primeira via do ASO deverá ficar arquivada no estabelecimento, à disposição da fiscalização e a segunda será obrigatoriamente entregue ao trabalhador, mediante recibo na primeira via.

2. DO MATERIAL DE PRIMEIROS SOCORROS E REMOÇÃO DE TRABALHADORES EM CASO DE ACIDENTES. EQUIPAR-SE com material necessário à prestação de primeiros socorros, inclusive nas frentes de trabalho, considerando-se as características da atividade desenvolvida e de acordo com a orientação do médico do trabalho da empresa, bem como garantir a remoção do acidentado, inclusive nas frentes de trabalho, em caso de urgência, sem ônus para o trabalhador.

3. DOS PROCEDIMENTOS EM CASOS DE DOENÇAS OCUPACIONAIS. Quando constatada a ocorrência ou agravamento de doenças ocupacionais, através dos exames médicos, ou sendo verificadas alterações em indicador biológico com significado clínico, mesmo sem sintomatologia, PROVIDENCIAR, mediante orientação formal, através de laudo ou atestado do médico encarregado dos exames: a) a emissão da Comunicação de Acidentes do Trabalho – CAT; b) o afastamento do trabalhador da exposição ao risco, ou do trabalho; c) o encaminhamento do trabalhador à previdência social para estabelecimento de nexo-causal, avaliação de incapacidade e definição da conduta previdenciária em relação ao trabalho.

4. DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO RURAL – SESTR E DA COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO RURAL – CIPATR. CONSTITUIR e DIMENSIONAR, consoante o disposto no quadro I da Norma Regulamentadora n. 31, o Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural – SESTR, proporcionando os meios e recursos necessários para o cumprimento dos seus objetivos e de suas atribuições. Na ocorrência de comprovada falta no mercado de trabalho de profissionais para a composição do SESTR, notadamente o que ocorre com o enfermeiro do trabalho, será concedido um prazo à empresa para comprovar a efetivação de ações pró-ativas no sentido de implementar a contratação do profissional, conforme previsto na cláusula 19, § 2º deste

Termo, bem como CONSTITUIR Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural – CIPATR, CUMPRINDO, neste particular, as seguintes obrigações: a) convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da CIPATR; b) conceder aos componentes da CIPATR os meios necessários ao desempenho de suas atribuições; c) estudar as recomendações e determinar a adoção de medidas necessárias, mantendo a CIPATR informada; d) promover para todos os membros da CIPATR, em horário de expediente normal do estabelecimento rural, treinamento sobre prevenção de acidentes de trabalho previsto no subitem 31.7.20.1 da Norma Regulamentadora n. 31.

5. DO TRABALHO COM AGROTÓXICOS. CUMPRIR, com relação ao trabalho com agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, as seguintes obrigações: a) fornecer instruções suficientes aos que manipulam agrotóxicos, adjuvantes e afins, e aos que desenvolvam qualquer atividade em áreas onde possa haver exposição direta ou indireta a esses produtos; b) proporcionar capacitação, na forma prevista no item 31.8.8.1 da NR-31, sobre prevenção de acidentes com agrotóxicos a todos os trabalhadores expostos diretamente; c) fornecer equipamentos de proteção individual e vestimentas adequadas aos riscos, que não propiciem desconforto térmico ao trabalhador; d) fornecer equipamentos de proteção individual e vestimentas de trabalho em perfeitas condições de uso e devidamente higienizadas, responsabilizando-se pela descontaminação dos mesmos ao final de cada jornada de trabalho, e substituindo-os sempre que necessário; e) orientar quanto ao uso correto dos dispositivos de proteção; f) disponibilizar um local adequado para a guarda da roupa de uso pessoal; g) fornecer água, sabão e toalhas para higiene pessoal; h) garantir que nenhum dispositivo de proteção ou vestimenta contaminada seja levado para fora do ambiente de trabalho; i) garantir que nenhum dispositivo ou vestimenta de proteção seja reutilizado antes da devida descontaminação; vedar o uso de roupas pessoais quando da aplicação de agrotóxicos; l) abster-se de transportar simultaneamente trabalhadores e agrotóxicos, em veículos que não possuam compartimentos estanques projetados para tal fim; m) realizar aplicação de agrotóxicos nas horas frescas do dia, respeitando o limite máximo de jornada de trabalho, dentre outras medidas protetivas, a serem definidas pela CPRR – COMISSÃO PERMANENTE REGIONAL RURAL ao longo das discussões, sem prejuízo de condições mais benéficas previstas em instrumentos coletivos.

6. DAS FERRAMENTAS PARA O TRABALHO E DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.

DISPONIBILIZAR, gratuitamente, as ferramentas para o trabalho, inclusive facões com bainhas, disponibilizando instrumento para afiar e substituindo-os sempre que necessário. As ferramentas devem ser utilizadas exclusivamente para os fins a que se destinam e mantidas em perfeito estado de uso. Comprometem-se ainda a FORNECER aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (EPIs) sempre que a atividade assim exigir. Estes equipamentos devem ser adequados aos riscos e mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento. O empregador deve exigir que os trabalhadores utilizem os EPIs, orientando-os previamente sobre o seu uso. O cumprimento integral desta obrigação

por parte da empresa será exigível a partir do 90º (nonagésimo) dia, contado da data da formalização deste acordo.

7. DO TRANSPORTE DOS TRABALHADORES. TRANSPORTAR os trabalhadores, diretamente ou através de terceiros contratados para tal serviço, em veículo de transporte coletivo de passageiros que deve observar os seguintes requisitos: a) possuir autorização emitida pela autoridade de trânsito competente, salvo com relação ao transporte próprio, quando não será necessária autorização do DER para o trânsito e transporte, conforme legislação específica do Estado de Pernambuco (Decreto Estadual 22.616/2000); b) transportar todos os passageiros sentados; c) ser conduzido por motorista habilitado, devidamente identificado com contrato de trabalho devidamente anotado em sua CTPS, quer seja pela compromissária, quer seja pelo terceiro contratado para efetuar o serviço de transporte salvo se conduzido pelo próprio proprietário; d) possuir compartimento resistente fixo para a guarda das ferramentas e materiais, separado dos passageiros. Para o efetivo cumprimento desta cláusula, fica estabelecido que: a) a compromissária será considerada descumpridora desta obrigação quer a irregularidade seja constatada no transporte realizado diretamente pela compromissária, quer seja constatada no transporte realizado por terceiros contratados para tal fim; b) a autorização emitida pela autoridade de trânsito competente deve estar sempre de posse do condutor do veículo e encontrar-se em vigor; c) as ferramentas e materiais referidos da letra “d” acima devem estar devidamente guardados em compartimento resistente, fixo e separado dos passageiros; d) o veículo deve estar com a documentação, junto ao condutor. Fica esclarecido que o transporte de trabalhadores em veículos adaptados somente ocorrerá em situações excepcionais, dentre elas as situações de relevo acidentado ou condições climáticas desfavoráveis, mediante autorização prévia da autoridade competente em matéria de trânsito, devendo o veículo apresentar as condições mínimas de segurança previstas no item 31.16.2 da NR-31. A compromissária deve se abster de, em qualquer circunstância, transportar pessoas em desconformidade com o item 31.6 da multi citada norma.

8. DOS FATORES CLIMÁTICOS E TOPOGRÁFICOS. CUMPRIR e OBSERVAR as seguintes obrigações: a) orientar os seus empregados quanto aos procedimentos a serem adotados na ocorrência de condições climáticas desfavoráveis; b) interromper as atividades – sem prejuízo da remuneração, calculada pela diária – na ocorrência de condições climáticas que comprometam a segurança do trabalhador, facultada a compensação de horas e jornadas, conforme previsto na Súmula n. 85 do Colendo TST; c) organizar o trabalho de forma que as atividades que exijam maior esforço físico, quando possível, sejam desenvolvidas no período da manhã ou no final da tarde.

9. DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS NAS FRENTES DE TRABALHO. DISPONIBILIZAR, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias fixas e móveis, compostas de vasos sanitários e lavatórios, na proporção de um conjunto para cada grupo de quarenta trabalhadores ou fração superior a ¼, conforme definido na CPRR-PE, atendidos os requisitos do item 31.23.3.2 da NR-31, sendo permitida a utilização de

fossa seca. Esclarece-se, primeiro, que o modelo apresentado na reunião de 09 de dezembro de 2008 da CPRR, satisfaz os requisitos da NR-31; segundo, que os modelos similares ao acima indicado também serão aceitos, desde que preenchidos os requisitos da NR-31 e que sejam mantidos em bom estado de conservação, limpeza e higiene; terceiro, que as instalações devem estar próximas aos trabalhadores em locais de fácil acesso. O cumprimento desta obrigação por parte da empresa será exigível a partir do 90º (nonagésimo) dia, contado da data da formalização deste acordo.

10. DAS ÁREAS DE VIVÊNCIA, ALOJAMENTOS, LOCAIS PARA PREPARO DAS REFEIÇÕES E LAVANDERIAS. DISPONIBILIZAR aos trabalhadores alojados, áreas de vivência compostas de: a) instalações sanitárias; b) locais para refeição; c) alojamento, quando houver permanência de trabalhadores no estabelecimento nos períodos entre as jornadas de trabalho; d) local adequado para preparo de alimentos; e) lavanderias. As áreas de vivência devem atender aos seguintes requisitos: a) condições adequadas de conservação, asseio e higiene; b) paredes de alvenaria, madeira ou material equivalente; c) piso cimentado, de madeira ou de material equivalente; d) cobertura que proteja contra intempéries; e) iluminação e ventilação adequadas.

10.1 GARANTIR que os alojamentos de trabalhadores observem as seguintes condições mínimas de saúde e segurança do trabalho: a) ter camas com colchão, separadas por no mínimo um metro, sendo permitido o uso de beliches, limitados a duas camas na mesma vertical, com espaço livre mínimo de cento e dez centímetros acima do colchão; b) ter armários individuais para guarda de objetos pessoais; c) ter portas e janelas capazes de oferecer condições de vedação e segurança; d) ter recipientes para coleta de lixo; e) ser separados por sexo. O empregador rural ou equiparado deve proibir a utilização de fogões, fogareiros ou similares no interior dos alojamentos. O empregador deve fornecer roupas de cama adequadas às condições climáticas locais.

10.2 GARANTIR que os locais para preparo de refeições sejam dotados de lavatório, sistema de coleta de lixo e instalações sanitárias exclusivas para o pessoal que manipula alimentos. Os locais para preparo de refeições não podem ter ligação direta com os alojamentos.

10.3 GARANTIR a instalação de lavanderias em local aberto, ventilado e adequado para que os trabalhadores alojados possam cuidar das roupas de uso pessoal. As lavanderias devem ser dotadas de tanques individuais ou coletivos e água limpa.

11. DO ABRIGO PARA REFEIÇÕES NAS FRENTES DE TRABALHO E DAS MARMITAS TÉRMICAS.

DISPONIBILIZAR, nas frentes de trabalho, abrigos, fixos ou móveis, que protejam os trabalhadores contra intempéries, durante as refeições, com mesas e assentos em número suficiente para atender a todos os trabalhadores, admitindo-se a adoção de escala para o horário de refeição; desde que garantido integralmente o intervalo legal intrajornada. Quando o empregador fornecer veículos para o transportes dos trabalhadores e os referidos veículos permanecerem nos locais de trabalho a uma distância de até 300 (trezentos) metros, poderão os abrigos referidos neste item ser acoplados aos veículos ou substituídos por mesas no seu interior, desde que respeitadas as condições de higiene e conforto.

11.1. DISPONIBILIZAR, ainda, aos trabalhadores local ou recipiente para a guarda e conservação de refeições, em condições higiênicas, o que será atendido com o fornecimento de marmitas térmicas.

12. DAS DESPESAS DE DESLOCAMENTO. PROCEDER ao pagamento das despesas de deslocamento dos trabalhadores contratados fora do Estado de Pernambuco, inclusive as de retorno aos seus locais de origem, independentemente do tempo e do implemento da condição temporal prevista em contrato.

13. DA ÁGUA POTÁVEL. DISPONIBILIZAR água potável fresca em quantidade suficiente nos locais de trabalho, inclusive nas frentes de trabalho, em condições higiênicas, sendo proibida a utilização de copos coletivos. A análise da potabilidade somente será feita na água fornecida pela empresa, não sendo vedado ao trabalhador levar sua própria água, em garrafas de cinco a nove litros (nove litros para aqueles que labutam fora das frentes de serviço, prescindindo de reposição coletiva) sendo assegurada a reposição para reidratação. O cumprimento desta obrigação por parte das empresas será exigível a contar de 30 dias a partir da data da formalização deste acordo.

14. DA JORNADA DE TRABALHO E DOS INTERVALOS INTRAJORNADA. RESPEITAR a jornada normal de trabalho legalmente estabelecida; abstendo-se de prorrogá-la além do limite de 02 (duas) horas diárias sem qualquer justificativa legal.

14.1 CONCEDER intervalo (s) para repouso e alimentação de acordo com os usos e costumes da região, em qualquer trabalho contínuo que exceda 06 (seis) horas, conforme previsão contida no artigo 5º da Lei n. 5.889 de 8.06.1973, desde que no seu cômputo não seja inferior a 01 (uma) hora nem superior a 02 (duas) horas.

14.2 Tendo em vista as previsões constantes das Cláusulas 30 d 31 da Convenção Coletiva do Trabalho (CCT) das horas *in itinere* e dúvidas de interpretação do tema, fica excluída a cláusula sobre as

horas de deslocamento, devendo a discussão sobre a matéria permanecer entre as partes, inclusive, na Comissão Permanente Regional Rural (CPRR) com vistas à uniformização dos entendimentos e, eventualmente, a sua explicitação no instrumento coletivo, mediante nova convenção ou termo aditivo.

15. DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E DOS DESCONTOS SALARIAIS. EFETUAR o correto pagamento dos salários, na forma legal, até o quinto dia útil subsequente ao vencido, facultado o adiantamento conforme convencionado em norma coletiva, bem como abster-se de promover descontos nos salários dos empregados, salvo quando resultantes de adiantamento, de dispositivo de lei, acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou ainda, na hipótese de dano causado pelo trabalhador, de acordo com o § 1º do artigo 462 da CLT.

16. DA GARANTIA DO PISO SALARIAL OU DO SALÁRIO MÍNIMO. GARANTIR, o piso da categoria profissional, ou, não havendo, o salário mínimo legal para o trabalhador que, trabalhando na diária, cumprir ou ficar disponível ao trabalho durante a jornada integral. O trabalhador sujeito ao regime de remuneração exclusivamente por produção também terá assegurado a percepção do piso da categoria profissional ou, não havendo, do salário mínimo legal, caso cumpra a tarefa mínima prevista na norma coletiva da categoria, ficando assegurado ao mesmo a opção pela diária, nos termos da cláusula quinta da CCT da categoria.

17. DA MEDIÇÃO DA PRODUÇÃO. UTILIZAR instrumentos de medição e de peso precisos e certificados pelo Instituto de Pesos e Medidas competente, com o objetivo de aferir, com fidelidade, a medida e o peso efetivamente produzidos pelos trabalhadores, possibilitando, outrossim, o controle e a fiscalização pelos próprios de suas produções individuais.

18. MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DO COMPROMISSO E AJUSTE. Pelo descumprimento das cláusulas do presente termo de compromisso e ajustamento de conduta, as **COMPROMISSÁRIAS** sujeitar-se-ão, a cada descumprimento, à multa no valor correspondente a R\$ 10.000,00 (dez mil) por cláusula descumprida.

§ 1º. As multas acima previstas não eximem as Compromissárias do pagamento das multas administrativas aplicáveis pela fiscalização trabalhista do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 2º. Caso constatado, mediante fiscalização, o descumprimento de quaisquer das cláusulas previstas neste termo, será concedido, antes da execução das multas, prazo razoável, a critério do Procurador do

Trabalho titular do feito, à empresa compromissária para apresentação de justificativa e/ou regularização das obrigações descumpridas.

19. DOS EFEITOS. Este termo de compromisso e ajustamento de conduta tem plena eficácia a partir da data de sua celebração e substitui as Ações e os Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta anteriormente firmados entre o Ministério Público do Trabalho e as empresas acordantes, quanto aos assuntos coincidentes, inclusive no tocante às multas estabelecidas.

20. DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA. A fiscalização do cumprimento das obrigações constantes neste Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta será levada a efeito pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Justiça do Trabalho e a eventual execução das multas nele previstas se dará nos presentes autos. Em caso de notícia ou de denúncia de descumprimento de dispositivos do presente Termo, a compromissária denunciada será intimada pelo Ministério Público do Trabalho para os devidos esclarecimentos e, ajuizamento de eventual execução de multa ou de propositura de ação civil pública.

E por estarem de acordo, firmam o presente termo de compromisso e ajustamento de conduta.
Recife, 3 de julho de 2009.

Anexo 4.

Em 13 de setembro de 2009, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiana, encaminhou ao Sindicato dos Cultivadores de Cana de Açúcar do Estado de Pernambuco, cópia da Assembléia Geral Extraordinária, convocada nos termos do Estatuto Social e Legislação vigente, realizada nessa mesma data, às 10:00 horas, em segunda convocação, aprovando as reivindicações constantes em documento específico, o qual, passa-se a descrever os itens mais relevantes para esse estudo:

REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS DA LAVOURA CANAVIEIRA DO ESTADO DE PERNAMBUCO A SEREM APRESENTADAS E VOTADAS NAS ASSEMBLÉIAS CONVOCADAS PELOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS DA REGIÃO CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO, CONFORME DISPÕEM OS ESTATUTOS SOCIAIS E LEGISLAÇÃO EM VIGOR – ANO 2009.

1. – PROPOSTA DOS TRABALHADORES PARA ALTERAÇÕES NA CCT

CLÁUSULA PRIMEIRA: SALÁRIO UNIFICADO

A partir de **08.10.2009**, os empregados rurais, representados pelos órgãos sindicais convenentes, farão jus ao salário de **R\$ 550,00 (quinhentos cinquenta reais)**, por mês, o que corresponde a uma diária de **R\$ 18,34 (dezoito reais e trinta e quatro centavos)**.

§ 1º - Para fins de aplicação futura dos reajustes salariais legais, será considerado o salário de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

§ 2º - O pagamento será realizado semanalmente, às sextas-feiras e em horário diurno.

§ 3º - Nas empresas que adotarem o adiantamento salarial quinzenal, ele deverá ser pago até o 15º (décimo quinto) dia do mês trabalhado, com valor nunca inferior a 50% do salário a ser recebido pelo trabalhador, sendo que o pagamento deverá ser na sexta-feira anterior quando o 15º dia cair num dia de sábado ou domingo ou durante a semana no mesmo dia útil em que completar o 15º (décimo quinto) dia.

CLÁUSULA SEGUNDA: TABELA DE TAREFAS PARA REGIME DE PRODUÇÃO

TÍTULO I (NORMAS GERAIS)

ITEM 1 – A medida de contas entende-se por **compasso** de 2,20 m, comprometendo-se os empregadores a adotarem instrumentos de mediação de tarefas sujeitos às normas do Instituto Nacional de Pesos e Medidas e aferíveis periodicamente pelo referido Instituto.

ITEM 2 – Por conta entende-se a área de terra de 10 por 10 **compassos**, isto é, com 100 (cem) **compassos quadrados** (cem cubos); Por tarefa diária entende-se a área de terra correspondente à medida discriminada no título 02 da presente tabela.

ITEM 3 – A medida dos pesos dos feixes será tirada em 10 (dez) feixes de 20 (vinte) canas, contendo cada feixe 10 (dez) pedaços de 1,20 e 10 (dez) pedaços de 60 cm.

ITEM 4 – A capacidade de pesagem da balança não deve ser inferior a 20 (vinte) quilos, comprometendo-se os empregadores a utilizarem balanças aferíveis pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas.

ITEM 5 – A superveniência de reajuste salarial, por força da legislação pertinente, durante a vigência desta convenção coletiva, resultará em reajuste proporcional sobre os preços das tarefas do que trata esta tabela.

ITEM 6 – A pesagem deve ser feita na palha e no mesmo dia, não podendo cada feixe de cana pesar mais de 12 (doze) quilos.

ITEM 7 – Fica vedado o desconto de olho-de-cana, salvo naquelas regiões onde costumeiramente era efetuado, não podendo, nesse caso, ultrapassar o correspondente a 2% (dois por cento) do seu peso.

ITEM 8 – Ficam vedados quaisquer descontos em folha sobre o salário do trabalhador, a menos que estejam previstos em lei, acordo coletivo ou convenção coletiva do trabalho.

ITEM 9 – Para as atividades do carreiro e do cambiteiro, é obrigatório que o boi esteja disponível no curral e o burro na cocheira.

ITEM 10 – Fica garantida para medição da tarefa na cana a ser cortada, bem como nos demais serviços que exigem medição, a utilização de uma medida padrão, através do instrumento COMPASSO, de 2,20 metros e com ponta de ferro, aferida pelos próprios trabalhadores e seus representantes sindicais e pela empresa. Onde houver dificuldade para medição com Compasso deve se usar “Trena”. Fica garantido na medição que o trabalhador/a possa escolher 02 (dois) compassos a seu critério e que o empregador também possa escolher outros 02 (dois) compassos, dentro do mesmo eito, para ser tirada a média da cana solta, tanto para o compasso corrido, como para o compasso cúbico, sendo vedada qualquer discriminação ou punição ao trabalhador que solicitar a medição.

Os demais itens que compõem a cláusula primeira deste documento se referem à atualização dos valores das contas por cada atividade desenvolvida pelos trabalhadores rurais no campo. O documento é extenso porque visa atualizar e complementar os termos da Convenção Coletiva de Trabalho 2005/2006. Assim, como esse documento ainda não foi oficializado, carece da necessidade de descrevê-lo na íntegra. Porém, a título de esclarecimento dos acréscimos nele contido, passa-se a descrever a **II PROPOSTA DOS TRABALHADORES PARA ACRÉSCIMOS NA CCT:**

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEGUNDA: PISO DE GARANTIA

O salário unificado da categoria previsto na cláusula primeira, não será inferior ao salário mínimo acrescido de 15% (quinze por cento) deste mesmo salário.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA TERCEIRA: PRIMEIRA PARCELA DO 13º SALÁRIO

O adiantamento da primeira parcela do décimo salário a que tiver direito o trabalhador rural será efetuada até 20 de junho no valor de 6/12 (seis doze avos) do salário vigente do mês e o restante até 20 de dezembro, que será pago tendo como base de cálculo, o valor do salário vigente.

Parágrafo único – Compreende-se como valor do salário mensal para efeito de cálculo, o total de rendimentos obtidos no mês com base na produção, garantido o salário da categoria.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA QUARTA: PROIBIÇÃO DE TRABALHO AOS SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E DIAS SANTOS

Fica proibido o trabalho aos sábados, domingos, feriados e dias santos, inclusive aqueles municípios, garantido o pagamento do repouso semanal remunerado.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEXTA: PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO

Fica assegurada a prioridade de contratação para os trabalhadores residentes no município onde fica situada a propriedade ou fundo agrícola do empregador.

§ 1º - Igualmente, fica assegurada a prioridade de contratação para a esposa ou companheira, esposo ou companheiro e filhos dos trabalhadores rurais residentes no fundo agrícolas ou no município onde está localizado.

§ 2º - No atendimento do *caput* desta cláusula, será fixado um percentual de 20% (vinte por cento) dos Postos de Trabalho vagos a serem preenchidos

por Trabalhadores Rurais maiores de 45 (quarenta e cinco) anos, com finalidade de não excluí-los do mercado de trabalho.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SÉTIMA: INDENIZAÇÃO NA APOSENTADORIA POR IDADE

Os trabalhadores rurais aposentados por idade terão reconhecido integralmente seus direitos trabalhistas, inclusive a indenização por tempo de serviço do período anterior e posterior a 05 de outubro de 1988.

O fundo agrícola a que se refere o § 1º supra, encontra-se melhor definido na cláusula décima terceira: terra e entressafra, com a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: TERRA NA ENTRESSAFRA

Os empregadores cederão a título provisório durante o próximo período de entressafra, de 15 de fevereiro de 2010 a 15 de setembro de 2010 uma área de terra agricultável equivalente a 20% (vinte por cento) de seus fundos agrícolas, com a finalidade de oferecer condições de suporte fundiário para políticas públicas especiais promovidas pelo Governo do Estado de combate ao desemprego e de acesso a terra aos trabalhadores admitidos sob regime especial de trabalho, conforme previsão da cláusula 81.

§ 1º - A execução do *caput* desta cláusula implicará nos efeitos legais previstos no artigo 152, da Constituição do Estado de Pernambuco.

§ 2º - Os recursos do Programa de Assistência Social – PAS, lei nº 4.870 de 01/12/65, na conformidade do art. 4º, § 1º da portaria nº 304 de 02/08/95 do Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo – MICT, deverão ser utilizados, preferencialmente, no atendimento dos objetivos previstos no *caput* desta cláusula.